

Marcia Sanocki Stormowski

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL:
o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre.
Curso de Pós-Graduação em História, Departamento
de Filosofia e Ciências Humanas.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a Dr^a Helen Osório.

Porto Alegre

2005.

Marcia Sanocki Stormowski

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL:
*o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910***

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre.

Curso de Pós-Graduação em História, Departamento
de Filosofia e Ciências Humanas.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helen Osório.

Porto Alegre

2005.

TERMO DE APROVAÇÃO

Paulo Afonso Zarth

Sérgio Schneider

César A. Barcellos Guazzelli

Porto Alegre, 28 de Abril de 2005.

*Aos meus pais, agricultores que cultivaram
o sonho de ver os filhos estudarem.*

*Ao meu marido, pelo carinho permanente de
quem realmente ama e apóia.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em especial à minha orientadora pela dedicação no acompanhamento da pesquisa. Também agradeço a todos os professores e colegas de mestrado, inclusive os colegas do GT de História Agrária, que me auxiliaram imensamente com inúmeras questões e sugestões. Aprendi que o trabalho individual apenas, por mais compenetrado que seja, não é capaz de propiciar o crescimento que somente a troca de idéias propicia sobejamente.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão pelo incentivo que sempre recebi para estudar. Quero agradecer em especial ao meu marido, Vandoir Stormowski, pelo imprescindível auxílio na elaboração dos bancos de dados, nos cálculos de conversão de moedas e outras orientações sobre o modo de realizar os cálculos. Sobretudo, agradeço pela sua paciência e companheirismo em todos os momentos.

Não posso deixar de mencionar os funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e aproveito também para cumprimentar os funcionários do Arquivo Municipal de Caxias do Sul pela excelência no atendimento e na organização da documentação.

Por fim, ressalto a importância da gratuidade das Universidades Federais e do auxílio da CAPES, pois a dedicação exclusiva à pesquisa se revelou imprescindível para tornar possível este trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tab. 1: Dados sobre a população de Caxias	31
Tab. 2: Crescimento do número de serrarias	57
Tab. 3: Crescimento do número de moinhos	58
Tab. 4: Crescimento do número de alambique de graspa e de cana	58
Tab. 5: Crescimento do número de ferrarias	59
Tab. 6: Crescimento do número de selarias e curtumes, somados	60
Tab. 7: Crescimento do número de sapatarias	61
Tab. 8: Crescimento do número de carpintarias, marcenarias e olarias, somadas	61
Tab. 9: Participação de cada tipo de atividade em relação ao total das atividades produtivas por ano	64
Tab. 10: Crescimento do número de proprietários de moinhos, serrarias e ambos	66
Tab. 11: Crescimento do número de carretas	74
Tab. 12: Crescimento do número de tropas	76
Tab. 13: Crescimento do número de botequins	77
Tab. 14: Crescimento do número de casas de comércio	77
Tab. 15: Crescimento do número de proprietários de casas de comércio que possuíam carretas e tropas	78
Tab. 16: Número de casas de comércio de acordo com o tipo de produtos comercializados e/ou seu tamanho, 1892 – 1909	81
Tab. 17: Proporção de casas de comércio estabelecidas no meio urbano, de acordo com o tipo de produtos comercializados e/ou seu tamanho, de 1892 a 1909	81
Tab. 18: Patrimônio em libras e ocupação dos 10% dos inventariados mais ricos da amostra	89
Tab. 19: Patrimônio em libras e ocupação dos 10% dos inventariados mais pobres da amostra	93
Tab. 20: Inventariados proprietários de manufaturas ou oficinas artesanais	95
Tab. 21: Patrimônio dos comerciantes	101
Tab. 22: Dívidas ativas e passivas pagas pelas famílias dos comerciantes no momento da partilha dos bens da herança	115
Tab. 23: Valores médio, máximo e mínimo da terra rural por ano de avaliação dos inventários	130
Tab. 24: Valor das terras rurais localizadas fora de Caxias	133
Tab. 25: Produção de vinho no Rio Grande do Sul	147
Tab. 26: Número de inventários por ano de início do inventário	149
Tab. 27: Média dos patrimônios de agricultores com produção	153
Tab. 28: Média dos patrimônios dos inventários que não indicam ocupação econômica	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráf. 1: Crescimento das atividades produtivas	62
Gráf. 2: Crescimento das atividades de transporte	76
Gráf. 3: Participação dos bens na composição do monte-mór dos comerciantes	104
Gráf. 4: Proporção dos inventários situados nas diferentes fases do ciclo de vida familiar	151
Gráf. 5: Participação dos bens na composição do monte-mór dos agricultores	154

ABREVIATURAS

AHMCS – Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul João Spadari Adami

APERGS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE GRÁFICOS E ABREVIATURAS	7
RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1	
1. COLONIZAÇÃO: POVOAMENTO E INSERÇÃO SOCIAL	
1.1. Demarcação e distribuição da terra	25
1.2. A inserção da população migrante na economia e política da província	33
 CAPÍTULO 2	
2. MANUFATURA, ARTESANATO E MERCADO: UM PERÍODO DE FORMAÇÃO	45
2.1. Interpretações sobre o início da industrialização no Rio Grande do Sul	44
2.2. Desenvolvimento artesanal/manufatureiro em Caxias	55
2.3. Desenvolvimento mercantil em Caxias	73
 CAPÍTULO 3	
3. FORTUNA, HIERARQUIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL	87
3.1. Diferenciação social	88
3.2. Manufatureiros e artesãos: diversificação de atividades	94
3.3. Comerciantes	100
3.4. Dívidas e mercado	114
 CAPÍTULO 4	
4. AGRICULTURA: SUBSISTÊNCIA, PRODUÇÃO DE EXCEDENTES E INSERÇÃO MERCANTIL	121
4.1. Colonização privada e o preço da terra	122
4.2. Interpretações sobre agricultura familiar e mercado	134
4.3. Produção agrícola da região colonial italiana	144
4.4. Agricultores: possibilidades e dificuldades	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
FONTES PRIMÁRIAS	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
ANEXOS	172

RESUMO

Este trabalho analisa o desenvolvimento socioeconômico do município de Caxias do Sul durante os primeiros 35 anos de existência, desde que surgiu como colônia do governo imperial. Ocorreu nessa localidade acelerado incremento das atividades econômicas, surgindo um mercado local, ao mesmo tempo em que Caxias inseria-se no círculo mercantil regional. O período coincide com o momento de constituição do capitalismo no Rio Grande do Sul.

A pesquisa revelou que a produção não agrícola de Caxias era essencialmente artesanal até 1910, com unidades produtivas pouco diferenciadas e situadas em grande medida no meio rural. O comércio, não só de bens de consumo como também de terras, proporcionava as melhores oportunidades de enriquecimento. A alternativa de diversificar atividades, comerciais e de subsistência, favoreceu o estabelecimento de milhares de imigrantes, porém, a formação socioeconômica se caracterizou por profundas desigualdades que expulsaram, desde o início da colonização, grande número de imigrantes sem condições de se fixarem na colônia.

ABSTRACT

This work analyzes the socioeconomic development of the municipal district of Caxias do Sul during the first 35 years of existence, since it appeared as the imperial government's colony. It happened at that place accelerated increment of the economical activities, appearing a local market, at the same time in that Caxias inserted in the regional mercantile circle. The period coincides with the moment of constitution of the capitalism in Rio Grande do Sul.

The research revealed that the production non agricultural of Caxias was essentially artisan up to 1910, with productive units little differentiated and located principally in the rural. The trade, not only of consumption goods as well as of lands, it provided the best enrichment opportunities. The alternative of diversifying activities, commercial and of subsistence, it favored the establishment of thousands of immigrants, however, the socioeconomic formation was characterized by deep inequalities that expelled, since the beginning of the colonization, great number of immigrants without conditions of if they fasten in the colony.

Introdução

A colonização é um modo particular de povoamento de um território. No final do século XIX, o governo imperial fundou colônias de imigrantes estrangeiros na região da Serra Geral do Rio Grande do Sul, financiando e administrando os serviços de transporte, demarcação de terras e estabelecimento dos imigrantes. Os objetivos eram acelerar o desenvolvimento da agricultura e povoar a região serrana do estado, o que também facilitaria a sua ligação com o Centro-sul do país pelos caminhos da serra. Neste estudo, centro a análise no desenvolvimento da Colônia Caxias durante as primeiras décadas de seu povoamento.

O atual município de Caxias do Sul abrange parte da área da antiga Colônia Caxias, uma das três primeiras colônias italianas implantadas no Rio Grande do Sul. As colônias fundadas pelo governo tinham suas áreas demarcadas e subdivididas em lotes que eram vendidos aos imigrantes. Estes tinham a obrigação de ocupar o lote e cultivá-lo, contando com um prazo de cinco anos para pagá-lo ao governo. Não apenas os lotes rurais foram demarcados durante a colonização, mas também a sede da colônia, ou seja, sua área urbana, onde ainda se situa o centro da cidade. Em 1890, Caxias tornou-se município e desde 1910 denomina-se Caxias do Sul. Atualmente, é o principal município do segundo pólo industrial do estado, com destaque para o ramo metal-mecânico. Na agricultura, prevalece a pequena e média propriedade familiar, sobressaindo-se a produção vitivinícola e a horticultura. O desenvolvimento da região tem suscitado o interesse de diversos historiadores e sociólogos, e o grande número de trabalhos publicados se deve também à atenção dispensada ao tema pela Universidade de Caxias do Sul e pela Escola Superior de Teologia, de Porto Alegre; também vale destacar a influência de pesquisas de memorialistas influenciados por uma forte identidade étnica dos descendentes dos imigrantes.

O limite temporal escolhido, de 1910, sinaliza o ano em que foi inaugurado o trecho ferroviário Montenegro-Caxias, considerado um marco na história das colônias italianas por facilitar o transporte para a capital, Porto Alegre, que se afirmava então como principal centro comercial e industrial do estado.

Os problemas que guiam a dissertação foram elaborados a partir da leitura dos estudos sobre o desenvolvimento econômico da região de imigração do estado, geralmente associados ao processo de industrialização. Inúmeros trabalhos mostraram os aspectos positivos da imigração, destacando o aumento populacional e o sucesso do projeto colonizador, pois ocorreu um grande

desenvolvimento nas colônias alemãs e italianas mais antigas. A questão central desse estudo é compreender não apenas o crescimento econômico, mas sobretudo a formação de condições para a fixação de milhares de imigrantes na serra gaúcha em poucos anos. Entendo que quando iniciou a colonização italiana, as possibilidades para o futuro da região serrana incluíam tanto o sucesso quanto o fracasso da colonização.

Encarar o problema desse ponto de vista coloca questões relacionadas às necessidades e oportunidades vividas pelos imigrantes. A oportunidade que atraiu milhares de pessoas foi sobretudo a de ter um nível de vida melhor, com a possibilidade de se tornarem proprietários de terras; a necessidade era garantir o sustento da família (quase todos os imigrantes se dedicaram à agricultura) e acumular dinheiro, ainda que lentamente, para pagar a terra. Desse modo, norteiam este estudo as atividades econômicas desenvolvidas em Caxias, o nível sócio-econômico dos imigrantes que se estabeleceram na região e a capacidade de produzir excedentes e de comercializar a produção. Ou seja, o foco está voltado para a capacidade da economia em formação de suprir as necessidades de subsistência e promover a reprodução social dos imigrantes na localidade. Além disso, entendo que esse período é importante para compreender o posterior crescimento econômico da região de colonização italiana.

No final do século XIX, ampliava-se o mercado consumidor no estado, destacando-se o crescimento de Porto Alegre e da região nordeste. Trata-se de um momento importante na história do Rio Grande do Sul, quando as terras disponíveis se tornavam cada vez mais reduzidas e, com a implantação de ferrovias e abertura de estradas e portos, ocorreu acelerada integração entre diferentes regiões do estado. A ligação ferroviária com outras regiões do país iniciou em 1910 com a inauguração da estrada de ferro Rio Grande-São Paulo. Ao mesmo tempo, surgiram inúmeras oficinas artesanais e manufaturas quase totalmente voltadas para o mercado local – com exceção de algumas indústrias de maior porte, geralmente do setor têxtil, que enviavam sua produção para o Centro-Sul do país. A crescente importância econômica da região de colonização para o desenvolvimento do estado na passagem do século XIX para o XX anima esse estudo sobre a formação sócio-econômica de uma colônia da época.

Para o leitor interessado em imigração e colonização, é bastante perceptível o enaltecimento do crescimento econômico da chamada região colonial do estado, principalmente da colonização italiana da região da Serra Geral. Muitos estudos ainda são influenciados por uma determinada literatura que evoca aspectos como o amor ao trabalho, a poupança, a fé, a união das famílias e a ordem para explicar esse crescimento. Essas interpretações muitas vezes simplificam e eliminam as contradições do processo histórico, de modo que considero pertinente fazer uma crítica, ainda que breve, a algumas interpretações. Existem também – é importante frisar –

importantes pesquisas que passam longe desse tipo de análise, mas mesmo alguns estudos acadêmicos aceitam muito facilmente a visão absolutamente pacífica e ordeira do imigrante, como discuto adiante. Em uma certa literatura mais tradicional, explícita ou implicitamente, por vezes, o sucesso e o enriquecimento de parte da população imigrante acabam sendo explicados a partir das qualidades supostamente inerentes ao indivíduo imigrante ou estendidas ao grupo étnico. Além disso, as desigualdades sociais e as diferenças de oportunidades vividas pelos imigrantes são negadas ou omitidas, construindo uma visão idealizada da colonização. Essas interpretações falham por reducionismo quando desconsideram a importância dos auxílios governamentais e da existência de um mercado já estruturado entre as ex-colônias alemãs e a capital do estado para comercializar a produção das colônias.

A exaltação da colonização italiana não influenciou diretamente as principais pesquisas acadêmicas sobre o tema (com exceção de algumas monografias de especialização), mas me parece que influenciaram indiretamente no sentido de restringir o espectro de questões e, em alguns casos, a própria possibilidade de aprofundar as discussões levantadas por essas pesquisas. Menciono alguns estudos de ampla circulação exemplares dessas características que venho afirmando.

A idealização é muito comum sobretudo em biografias e histórias de famílias escritas há algumas décadas, como se pode observar em uma conhecida biografia de Abramo Eberle:

José Eberle, trabalhador infatigável, a quem a aurora sempre encontrava desperto (...) fixava um compasso intermediário, entre a finas puramente agrícolas que o atraíam atavicamente e os ofícios citadinos, para que o propeliam suas tendências pessoais.¹

Trabalho, tenacidade, abnegação e até o destino parecem prescrever o sucesso do industrialista Aristides Germani: “Mas fora escrito que Aristides tudo venceria, na vida, pelo esforço de todos os dias e pela tenacidade, inquebrantável, que todo o homem deve possuir”.²

Rovílio Costa e Luis De Boni publicaram um estudo que resulta de pesquisas e preparação de aulas para os alunos do curso de História da Universidade de Caxias do Sul. Entre os mais variados temas abordados, os autores afirmam que na sociedade brasileira o trabalho era reservado ao escravo, criando-se verdadeira ojeriza à atividade manual. Para o imigrante italiano, porém, tinha outro significado:

[...] parecia-lhe quase um sonho ver que o sucesso econômico dependia agora quase só de sua disposição. Trabalhava de sol a sol, e o resultado compensador de sua labuta tornava-se, para ele, motivo de novo

¹ FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou, a epopéia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943, p. 46.

² NETTO, Campos. *O Cavvaliere Aristides Germani*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978, p. 19.

entusiasmo e de redobrado ardor pelo trabalho. [...] O trabalho tornou-se para o colono, o segredo da fortuna, causa do progresso e prova de honrabilidade. [...] Paralela à ideologia do trabalho corria uma maneira diferente de conduzir-se economicamente: gastava-se o menos possível [...] Era um acumular lento, de grão em grão, mas que, em alguns anos, principalmente nas relações ante luso-brasileiros, facilitou o enriquecimento.³

Entendo que os objetivos dos imigrantes voltados para o acúmulo e a conquista da autonomia podem contribuir para explicar a mencionada motivação para o trabalho e o “enriquecimento” de parte da população. Mas esses aspectos não devem ser generalizados enquanto característica étnica, nem podem ser elevados a primeiro fator explicativo do êxito econômico de uma região. Esse discurso do progresso é bastante difundido e tem se constituído em um forte elemento da formação identitária dos descendentes de imigrantes italianos.

Outro aspecto recorrente em vários estudos é o pretenso igualitarismo reinante no início da colonização:

Esta sociedade, e isto não passava despercebido aos visitantes, caracterizava-se por uma grande homogeneidade. Os colonos eram pobres – por isso haviam partido para o Brasil – mas igualmente pobres, não havendo grandes diferenças de fortuna, nem de condições de partida ao iniciar-se a nova existência.⁴

Essa afirmação carecia de comprovação empírica, e nesta pesquisa constato que não se confirma – nem mesmo nos anos iniciais da colonização, como será apresentado no terceiro capítulo. Essa visão idealizada sobre a imigração foi criticada com muita pertinência por Eugênio Lagemann:

A interpretação heróica, fazendo do colono bem sucedido economicamente ou politicamente um verdadeiro “self-made-man” é perfeitamente compatível a um sistema ideologizado pela “democracia agrária”. Dentro dessa perspectiva existe a possibilidade democrática, livre, de ascensão social. Por uma decisão individual, exclusivamente pelos próprios méritos, ultrapassam-se as barreiras da pobreza, ignorância, isolamento e da insignificância. Assim, quem teve sucesso no empreendimento merece ser cultuado. É o culto do vencedor. Vêm daí as trajetórias imaginárias do colono de mãos calejadas rumo ao sucesso nas diferentes áreas, seja o comércio, indústria, política, etc. Chega-se, seguindo esse caminho, a colocar o imigrante como o civilizador, o que tudo iniciou, inclusive a industrialização.⁵

³ COSTA, Rovílio, DE BONI, Luis A. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do sul: UCS/EST/Correio Riograndense, 1984, p. 85

⁴ *Idem*, p. 84.

⁵ LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando. (org.) *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 118.

Como o autor observou, é muito comum a visão de que os imigrantes estavam aprisionados dentro de condições sociais que lhes impunham inicialmente resignação e força para lutar minimamente pela sua sobrevivência. As falhas na administração da colonização pelo governo, as epidemias que eliminaram muitas pessoas e, sobretudo, o isolamento – da região serrana e dos próprios colonos em seus lotes, ainda cobertos pela mata virgem e com poucas e precárias vias de comunicação – são elementos que conformam uma espécie de culto ao sofrimento vivido nos primeiros tempos, que engrandece ainda mais o crescimento econômico posterior.

Não se trata de negar as dificuldades vividas pelos imigrantes, que sem dúvida foram imensas, mas é necessário atenuar essa visão que destaca essas dificuldades como sendo apenas vividas pelos imigrantes. No final do século XIX, doenças, abandono por parte do governo, falta de meios de transporte e de comércio, todos esses problemas também eram enfrentados (e possivelmente em maior escala em muitos casos) por praticamente toda a população pobre do interior do estado e, principalmente, a população pobre nacional de origem luso-portuguesa e mestiça (os chamados “caboclos”). Os imigrantes enfrentavam todas as dificuldades de se estabelecerem em uma nova pátria, como a distância ou rompimento de vínculos familiares e sociais com os que ficaram na pátria de origem, e a necessidade de aprender a língua, as leis e os costumes do novo país; por outro lado, receberam auxílios para adquirirem terra, iniciarem e comercializarem sua produção.

Obviamente é pertinente observar a distância e a dificuldade de comunicação nas antigas colônias italianas da serra, assim como as falhas na prestação dos auxílios prometidos pelo governo. Todavia, as colônias não estavam “isoladas”, já que, mesmo em ritmo mais lento do que o esperado e com algumas interrupções, os trabalhos de abertura e melhoramento de estradas perduraram durante o período de colonização e permitiram uma certa integração da região da serra a outras regiões do estado e do país. Além disso, a floresta, muitas vezes descrita por pesquisadores como assustadora, causa de isolamento e solidão, foi vista de forma oposta pelo imigrante Paulo Rossato em cartas enviadas a seus parentes na Itália: como uma riqueza medida pela madeira que continha.

Caro pai, você deveria ver que bela colônia comprei! Está bem situada e deve ser boa. E se visse quanta lenha existe nela! Em Valdagno seria rico quem tivesse tanta madeira. Estou ansioso que venham meus irmãos e toda a família. Lá éramos servos e aqui somos senhores.⁶

⁶ Carta de Paulo Rossato a sua família na Itália, de 24/04/1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971, p. 35.

Outro aspecto recorrente é a visão de que o imigrante era ordeiro. Em sua tese de doutorado, Herédia fez um interessante estudo sobre a origem e a evolução de uma fábrica centenária, e observou que:

Encontra-se, sim, o imigrante trabalhador, submisso, obediente seja por questões de necessidade, seja por questões de ordem cultural [...]. Esse comportamento apolítico dos operários, durante quase todo o trajeto de existência dessa fábrica, sob o controle dos Chaves Barcellos, é comprovado pela ausência de manifestações coletivas ou de rebeliões organizadas pelos operários.⁷

É interessante que Herédia não tenha encontrado documentação comprovando movimentos contrários à direção da fábrica. Parece-me, porém, precipitado concluir a partir disso que não existiram conflitos, pois a autora parece excluir apressadamente as possibilidades de terem existido formas de conflito veladas ou de que o arquivo da fábrica eventualmente não esteja completo. De qualquer modo, a autora não encontrou evidências de enfrentamentos diretos entre os funcionários e os donos da fábrica. Nesse mesmo sentido, em uma pesquisa bastante embasada empiricamente, Machado identificou com muita propriedade uma postura submissa das mulheres que trabalhavam nas fábricas, o que se devia à educação opressora que a mulher recebia, desde criança, no interior das próprias famílias.⁸

Uma crítica à visão dos colonos pacíficos foi feita por Lucchese, que mostrou a existência de muitos conflitos entre os próprios imigrantes, divididos por questões políticas em relação à diretoria da colônia, em relação às divergências políticas trazidas da Itália, às diferenças de nacionalidade ou por motivos mais corriqueiros como limites das terras, brigas entre vizinhos, etc. Observou, no entanto, que geralmente os conflitos se deviam às insatisfações dos imigrantes com a diretoria da colônia, mostrando que se organizavam para cobrar do governo os seus direitos.⁹ De Boni também observou que “os pacíficos colonos nem sempre eram pacíficos”, e encontravam meios de exigir do governo os auxílios prometidos.¹⁰ Giron, por sua vez, observou que existiram muitos conflitos na colônia Caxias motivados por divisões políticas e ideológicas, trazidas da Itália em processo de unificação, e que encontraram novos contornos no Brasil.¹¹

⁷ HERÉDIA, Vânia Batriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 164-165.

⁸ MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul / 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

⁹ LUCCHESI, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001, p. 126-130. (Dissertação de Mestrado em História).

¹⁰ DE BONI, Luis Alberto. O sucesso apesar do caos: Os Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da colonização (1869-1889). In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996, p. 113.

¹¹ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

Sem alongar demais estas observações paralelas ao tema – muitos trabalhos poderiam ser citados – apresentei apenas exemplos de alguns importantes estudos de ampla circulação e que ilustram bem os aspectos que queria destacar. Estes parecem ser os temas que exigem atenção redobrada do pesquisador para evitar cair em interpretações que se tornaram verdade pela repetição, e que felizmente têm recebido as críticas necessárias. Ao explicar o “progresso” através da extrema dedicação ao trabalho e à ordem, vistas como característica étnica, simplificam-se dois processos que por si só são bastante complexos: a formação de uma identidade ítalo-gaúcha e o desenvolvimento sócio-econômico da serra gaúcha.

O termo colono merece algumas considerações. Schneider¹² observou que no Rio Grande do Sul o termo colônia designa também a propriedade de terra padrão que teve origem no processo de colonização por estrangeiros, e por colono entende-se camponês, agricultor, pequeno proprietário. Kliemann, em seu estudo sobre questões agrárias no Rio Grande do Sul, associou o termo colono a todos os pequenos proprietários agrícolas: “por *colonos* entendem-se os pequenos proprietários, estrangeiros e nacionais, que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, para desenvolver a policultura e prover a subsistência”.¹³ Observo neste estudo que muitos imigrantes que adquiriram lote de terra rural no Rio Grande do Sul se dedicaram também a outras atividades que não a agricultura, existindo artesãos, comerciantes e mesmo alguns ex-operários de fábricas da Itália. Desse modo, utilizo o termo colono para referir ao conjunto dos imigrantes que contaram com benefícios governamentais, os quais geralmente também se dedicaram à agricultura, e denomino de agricultores familiares os imigrantes que trabalhavam estritamente na agricultura. É importante observar, contudo, que os termos usuais na época eram colono ou imigrante, e que essa diferenciação por atividade é uma preocupação metodológica deste estudo.

O crescimento econômico da região colonial é um tema bastante presente na bibliografia, geralmente associado à acumulação de capital pelos comerciantes e à industrialização. Jean Roche,¹⁴ Paul Singer¹⁵ e Sandra Pesavento¹⁶ destacaram o papel dos comerciantes enquanto grupo social capaz de acumular o capital necessário para investir na produção industrial. Os autores também foram os primeiros a observar que o comércio atacadista regional, desde finais do século XIX, concentrava-se nas mãos de imigrantes alemães e seus descendentes

¹² SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 24.

¹³ KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra e Poder, história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 13.

¹⁴ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

¹⁵ SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo*, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional/USP, 1968.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Mercado Aberto, 1991.

estabelecidos principalmente em Porto Alegre. Diferentemente de Singer, que salientou essencialmente o papel dos comerciantes na origem da indústria do estado, Roche e Pesavento reconheceram diferentes formas de associação de artesãos e comerciantes e também admitiram a evolução de oficinas artesanais para indústrias, em casos excepcionais.

A indústria gaúcha surgiu basicamente como pequenas unidades produtivas manufatureiras de beneficiamento da matéria-prima local, de modo que, até o início do século XX, poucos estabelecimentos chegaram a constituir verdadeiras “fábricas”.¹⁷ Os autores que escreveram sobre a colonização italiana do estado compartilham da visão de que a indústria surgiu para suprir as necessidades dos moradores das próprias colônias, devido ao seu isolamento geográfico que dificultava o comércio com outras regiões.¹⁸ Embora sem estudos empíricos mais aprofundados sobre o comércio e a produção industrial, a capacidade de crescimento da indústria, apesar da suposta concorrência com a produção importada, é explicada pelo fato de que os proprietários de manufaturas buscaram importar máquinas e tecnologia, encontrando-se assim preparados para a acelerada integração ao mercado ocorrida, para alguns, a partir de 1910 e, para outros, durante a Primeira Guerra Mundial. Desse modo, o crescimento econômico da região é explicado na maioria dos estudos pelo desenvolvimento industrial e comercial que, “naturalmente”, teve de romper com a economia de subsistência mantida pelos colonos.

Os autores citados aceitam que a atividade artesanal sucumbiu frente à concorrência dos produtos importados, concorrência que apenas pôde ser enfrentada pelo desenvolvimento da indústria nacional. Ao contrário, Lagemann¹⁹ não coloca a concorrência com os importados como um problema, ao menos até a década de 1920, quando o autor entende que começou a ocorrer uma clara especialização na indústria gaúcha no sentido de aumentar a produtividade do setor. Osório e Ramos, por sua vez, também não consideram que a atividade artesanal tenha sido liquidada pela concorrência da produção industrial de produtos importados ou nacionais, defendendo que ambos setores, indústria e artesanato, atuavam em faixas distintas. Ao mesmo tempo em que a indústria abocanha a maior parte do mercado, “beneficia-se dos altos custos artesanais para nivelar os preços por cima, incrementando sua taxa de lucro”,²⁰ e desse modo, os

¹⁷ PESAVENTO, S. J. *Os Industriais...*, op. cit.

¹⁸ Alguns dos trabalhos mais importantes sobre os aspectos social e econômico de Caxias são: GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: Evolução Histórica*. Porto Alegre: UCS/EST, 1977; GIRON, L. S. *As sombras do Littorio*, op. cit.; GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001; MACHADO, M. A. *Mulheres sem rosto*, op. cit.; HERÉDIA, op. cit.

¹⁹ LAGEMANN, op. cit.

²⁰ OSÓRIO, Ivan Dall’Ignia e RAMOS, José Hugo. *Rio Grande do Sul: industrialização posta à prova*. Porto Alegre: MEC/ UFRGS, 1969, p. 47. (Mimeo).

autores consideram que a produção artesanal “permanece vegetando na sua área restrita de atuação”.²¹

Essas diferentes interpretações têm conseqüências sobre o entendimento da economia e sociedade em formação nas regiões coloniais do estado. Por um lado, a concorrência dos produtos importados seria a principal causa da ruína do artesanato a partir do final do século XIX; por outro, as influências externas não teriam levado à desorganização da produção artesanal, que assim teria tido uma presença mais marcante e prolongada. Este trabalho retoma esta questão: qual foi a evolução do artesanato e qual o significado social e econômico desse tipo de trabalho para os imigrantes?

A segunda parte da pergunta é uma incógnita. A concorrência dos produtos importados e a expansão do mercado capitalista nestas novas regiões de colonização teriam servido como impulso ao início da industrialização, e assim, a proletarização dos trabalhadores teria acompanhado esse processo. Neste caso, o artesanato logo teria perdido seu significado social e econômico por ter sido rapidamente arruinado. Porém, os estudos existentes não comprovaram essa hipótese. Pesavento²² afirma que devido à falta de fontes, apenas é possível inferir que tenha se iniciado a proletarização dos trabalhadores no final do século XIX. Segundo essa interpretação, desde a sua origem, a indústria teria estabelecido um processo de desenvolvimento segregado entre o setor industrial, tido como modernizante, e o setor agrícola, visto como atrasado.

Essa visão dual do desenvolvimento, no entanto, não é apropriada para explicar determinados processos de industrialização ocorridos no Rio Grande do Sul. O estudo de Sérgio Schneider²³ sobre a industrialização na região do Vale do Rio dos Sinos da sua gênese à década de 1990, mostra que o assalariamento de membros de famílias de agricultores não representou um passo no sentido da proletarização. Ao contrário, tornou-se uma alternativa de trabalho e renda complementar para muitos agricultores familiares, melhorando assim suas condições de permanecer no meio rural se dedicando à agricultura. Mesmo referindo-se em especial a um período mais recente do que o analisado neste trabalho, Schneider traz uma discussão teórica sobre desenvolvimento socioeconômico que ultrapassa os objetivos imediatos da sua pesquisa. O estudo do desenvolvimento não é reduzido à noção de crescimento, nem é associado diretamente ao setor industrial, mas constitui um processo mais amplo que integra os diversos ramos das

²¹ *Idem.*

²² PESAVENTO, S. J. *Os Industriais...*, *op. cit.*, p. 50.

²³ SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

atividades econômicas – inclusive as de subsistência – que conformam uma determinada organização do trabalho e uma forma de reprodução social dos trabalhadores.

Os novos elementos presentes na análise feita no estudo de Schneider ampliam o leque de questões envolvidas no tema do desenvolvimento socioeconômico. Ao analisar as fontes sobre Caxias, evitei focalizar apenas as atividades comercial e industrial ou, por outro lado, estritamente a realidade dos colonos pobres que necessitavam do auxílio governamental – que eram efetivamente a maioria da população – e optei por buscar compreender o desenvolvimento da localidade inter-relacionando as diferentes atividades econômicas. Desse modo é possível apreender a dinâmica inicial da formação social e do mercado capitalista em uma área de colonização. Vale adiantar que observo, através da pesquisa realizada, a coexistência, nas famílias, de atividades voltadas para a subsistência e de atividades voltadas para a comercialização, desde o início da colonização italiana, e tento observar como ambas contribuíram para conformar um processo de desenvolvimento específico. A colonização tanto assegurou as possibilidades de reprodução social de uma numerosa população quanto potencializou o crescimento industrial e comercial. No entanto, criou-se desde o início uma sociedade com profundas desigualdades definidas pela presença significativa do capital em determinadas atividades econômicas.

A partir da leitura da bibliografia sobre a industrialização no estado e sobre a colonização italiana, foram elaboradas algumas hipóteses. Ao longo da pesquisa, algumas foram refutadas e outras, confirmadas. São as seguintes:

1. Inicialmente surgiram inúmeras oficinas artesanais, mas a concorrência, tanto de produtos importados quanto industrializados da capital, fez essa atividade declinar e sofrer um início de diferenciação, surgindo algumas manufaturas e indústrias.

2. As manufaturas e indústrias, embora mais presentes no espaço urbano, também se estabeleceram no meio rural, o que indica uma descentralização desse tipo de produção, que atualmente é associada à cidade e à urbanização. Assim, revela-se também a existência de alguma forma de assalariamento na área rural.

3. A existência de operários nas oficinas artesanais e manufaturas revela o início de um processo de proletarização, porém, insuficiente para absorver todo o excedente de jovens que deixavam a casa e a terra dos pais.

4. Os comerciantes enriquecidos tornaram-se o principal grupo a investir em manufaturas.

5. As relações comerciais mantidas com as ex-colônias alemãs e Porto Alegre explicam em grande medida o crescimento econômico de Caxias por monetarizar a economia local e propiciar um mercado para a colocação de produtos dessas novas áreas de colonização.

6. A economia colonial italiana, diferentemente da alemã, não passou por uma fase de produção estritamente de subsistência, surgindo rapidamente uma agricultura voltada para a produção de excedentes e, conseqüentemente, vários comerciantes intermediários entre os agricultores e o mercado da capital.

7. Houve tendência ao empobrecimento dos agricultores, o que revela os limites da própria organização produtiva das famílias (esgotamento dos solos e a insuficiência de terras para dividir entre todos os herdeiros) e a sua participação subordinada no mercado, conseqüência, entre outros, da relação desigual com os comerciantes.

Para analisar os aspectos anunciados acima, trabalhei com dois tipos principais de fontes: inventários *post mortem*²⁴ e livros de registro de impostos municipais.²⁵ Os inventários são uma fonte ainda praticamente inexplorada em estudos sobre as áreas de colonização italiana.²⁶ As análises que os inventários permitem realizar são qualitativamente diferentes daquelas feitas com base nos livros de impostos. Enquanto os livros de impostos permitem ter uma visão da totalidade das atividades manufatureiras e comerciais realizadas no município, os inventários permitem conhecer a hierarquia social local e o nível de vida dos diferentes grupos sociais. Geralmente observa-se que os inventários são uma fonte bastante confiável, porém, “socialmente determinada”, pois sobre-representa os setores mais abonados da população, aqueles que tinham bens a serem legados.²⁷ Essa tendência, no entanto, deve ser atenuada para o caso de Caxias, onde pode-se perceber significativa presença de inventários de pessoas bastante pobres que inventariavam seus bens não por vontade própria, mas por obrigação legal no caso de existirem herdeiros menores de idade (filhos ou netos). Desse modo, a representatividade da fonte se revelou aproximada da realidade social, apresentando grande diversidade de situações socioeconômicas desde os mais ricos até mais miseráveis, que não deixaram bens a partilhar entre os herdeiros.

A amostra dos inventários consultados abrange 216 processos dos Cartórios de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime e Provedoria, sendo que a maioria pertence ao Cartório de Órfãos. Elaboramos uma amostra com todos os inventários abertos nos anos finalizados em 0, 2, 5 e 8,

²⁴ Porto Alegre: APERGS.

²⁵ Caxias do Sul: AHMCS, Código: V 03.01.05.

²⁶ Existe um artigo, bastante descritivo, que utiliza 30 inventários de Caxias anteriores a 1900. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Fazer a América: o imigrante italiano entre o sonho e a realidade. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996. Paulo Zarth também utilizou inventários de Caxias, dentre outros municípios, até 1890, mas sem realizar uma específica sobre a localidade. ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

²⁷ GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las ‘estancias’ en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. *La historia agrária del Rio de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

entre 1888 e 1910. A seleção destes anos permitiu abordar 50 por cento dos inventários de Caxias do período, com uma representatividade razoável para cada ano, embora inexplicavelmente o número total de inventários reduza-se bastante na década de 1900 em comparação com a década de 1890. Os primeiros inventários surgem na década de 1890, quando Caxias se tornou município. Alguns chegaram a ser iniciados nos anos de 1886, 1887 e 1888 em São Sebastião do Caí, mas os processos pararam durante alguns anos e apenas tiveram continuidade na década de 1890 em Caxias.²⁸ Pode-se entender também a inexistência dessa fonte antes de 1890 pelo fato de que neste momento grande parte dos imigrantes ainda não havia quitado com o governo a dívida referente às terras. Além destes, pesquisamos 11 inventários de anos fora da amostra: 9 de comerciantes, 1 de proprietário de terras e 1 de agricultor,²⁹ totalizando 227 inventários analisados de Caxias. Os inventários de comerciantes localizados fora da amostra permitiram aumentar o número de casos para uma análise qualitativa mais específica para este grupo.

Número de inventários da amostra

Data	Órfãos e ausentes	Cível e crime	Provedoria	Total
1888	1	0	0	1
1890	3	0	0	3
1892	41	1	0	42
1895	18	0	0	18
1898	50	9	0	59
1900	28	5	1	34
1902	19	11	1	31
1905	4	2	1	7
1908	2	9	0	11
1910	3	7	0	10
Total	169	44	3	216

Fonte: Inventários *post mortem* de Caxias dos Cartórios de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime e Provedoria. APERGS.

²⁸ Respectivamente, inventários de Ângelo Barbieri, de Agostinho Della Giovanni e Maria Negri e de Maria Cesa. A referência completa dos inventários pode ser vista na listagem de fontes no final do trabalho, pág. 169, 170 e 171.

²⁹ O proprietário de terras é Luiz Antônio Feijó Júnior, para o qual fizemos uma busca nominal, e o inventário do agricultor Ângelo Barbieri é o primeiro inventário existente de Caxias.

Os inventários são ricos em informações, pois descrevem, avaliam e partilham o patrimônio deixado pelo inventariado, ou seja, o falecido. A maior presença de famílias bastante pobres se deu na década de 1890. O aumento relativo do número de inventários do cartório Cível e Crime a partir de 1898 resulta em maior presença de famílias mais antigas, por serem os casos em que os herdeiros eram maiores de idade – ainda assim, durante todo o período houve um número significativo de inventários de famílias muito pobres. O aparecimento de inventários do cartório Cível e Crime espelha o envelhecimento da população, que morre já sem deixar herdeiros menores de idade. Quase a metade dos inventários do cartório Cível e Crime – 21 em um total de 44 – são de idosos que não tinham mais filhos solteiros (e poucos casos em que não tiveram filhos), e outros 8 são de famílias nas quais resta apenas um filho solteiro. Destes 29 processos de idosos, 20 estão em um conjunto de 33 processos do Cartório Cível e Crime nos quais apenas foram inventariadas a terra e a casa.

Na segunda metade do período estudado, portanto, aumenta o número de inventários de pessoas idosas que provavelmente tenham distribuído parte de seus bens entre os herdeiros em vida e que, pela velhice, já estavam afastadas da produção. Pode-se deduzir que grande parte destes inventários era de agricultores.

Uma dificuldade para comparar alguns dados dos inventários ao longo do tempo (35 anos) é a grande variação dos preços. No primeiro inventário existente, de 1886, consta que “os preços são os seguintes pelos preços da colônia, pouco mais ou menos”. Mas a variação dos preços, além de indicar as oscilações reais, também está influenciada pela forte inflação existente no período, sobretudo final da década de 1890. Por isso, a fim de atenuar distorções nas comparações dos montes-mór (valor total do patrimônio), os valores foram convertidos em libras esterlinas para a análise da hierarquia social e das variações do preço da terra. Por outro lado, uma característica positiva da fonte é o fato de que quase todos os inventários listam todos os bens em detalhes, discriminando o tamanho da terra e seu valor, mencionando cada animal e suas características (velho, novo, pequeno) e descrevendo utensílios domésticos. Quase todos os processos dos comerciantes listam todos os bens do estoque detalhadamente.

Pelo fato de o inventário indicar o patrimônio em determinado momento da vida familiar – o da morte, que varia para cada caso – é importante observar as diferentes fases do ciclo de vida das famílias. Isso é válido sobretudo para o estudo dos que se dedicavam à agricultura, pois o número de trabalhadores e consumidores influencia diretamente o equilíbrio da economia familiar, ou seja, entre produção e consumo, do que depende a própria capacidade de

sobrevivência dos agricultores.³⁰ Por isso, famílias jovens com filhos ainda crianças são famílias mais vulneráveis, assim como famílias cujos filhos não trabalham mais com os pais e cuja atividade econômica encontra-se assim em declínio. As famílias com filhos jovens solteiros em idade produtiva, por sua vez, estão no auge da sua capacidade produtiva. A importância desse aspecto para compreender a capacidade de acumulação de bens pelas famílias justifica uma diferenciação das fases do ciclo de vida das famílias, levando em conta o seu tempo de existência e o número de trabalhadores.

A outra fonte são os livros de impostos municipais, cobrados anualmente, desde 1892.³¹ Para analisar esta fonte, foi selecionada uma amostra de 5 anos: 1892, por ser o primeiro ano em que foram cobrados impostos, e os de 1894, 1899, 1904 e 1909. estes anos coincidem com os imediatamente anteriores aos da amostragem de inventários (com exceção dos anos de 1907 e 1901, cujos livros não existem mais), e foram escolhidos para mapear a situação sócio-econômica de eventuais inventariados comparando os dados de ambas as fontes: o patrimônio com os estabelecimentos comerciais ou produtivos pelos quais pagaram impostos.

Estes livros são uma fonte muito rica em informações sobre a diversidade das atividades econômicas, pois cada tipo de imposto cobrado se refere a uma atividade econômica exercida ou a uma unidade produtiva (carreta, tropa de mulas, estabelecimentos produtivos, comerciais e de serviços diversos). Nesta pesquisa, foram recolhidos os dados sobre todas as atividades produtivas e comerciais, além do nome do contribuinte, o endereço, o bem ou atividade sobre a qual incide o imposto e o valor. Ao todo, foram coletadas informações sobre 1.611 nomes, muitos deles aparecendo mais de uma vez ao longo dos anos.

A legislação orçamentária municipal explica muitos dados encontrados nos livros e permite acompanhar algumas mudanças.³² (Não existem as leis orçamentárias referentes aos anos de 1892 e 1894, mas foi possível analisar os dados com as leis referentes a 1893 e 1895). Portanto, a associação desses dois tipos de fontes resultou em dados tanto seriados e

³⁰ CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

³¹ Os dados do ano de 1892 não espelham toda a realidade das unidades produtivas existentes então, pois o livro de impostos desse ano inicia-se somente em agosto; porém, não existiu outro livro anterior a este, que está listado como primeiro. De qualquer modo, resta a dúvida se realmente todos os estabelecimentos foram listados, dúvida que aumenta diante do reduzido número de estabelecimentos em relação aos anos posteriores, em todas as atividades produtivas e comerciais.

³² *Documentação manuscrita*: Lei de 9 de março de 1893, prevê despesas e orçamento para o exercício do mesmo ano; Lei n. 3 de 22 de novembro de 1894, prevê despesas e orçamento para o exercício de 1895; Lei n. 23 de 3 de dezembro de 1898, prevê despesas e orçamento para o exercício de 1899. Código: C 01. 01. 02. *Documentação impressa*: Lei n. 47 de 2 de janeiro de 1904, prevê despesas e orçamento para o mesmo ano. In: Relatório apresentado pelo intendente Alfredo Soares de Abreu ao Conselho municipal em 15 de novembro de 1903.; Lei n. 8 de 26 de novembro de 1908, prevê despesas e orçamento para o ano de 1909. In: Relatório apresentado pelo intendente Vicente Rovea ao Conselho municipal em 15 de novembro de 1908. Código: R.01.01.06. Caxias do Sul: AHMCS.

quantitativos quanto qualitativos sobre a diversidade das atividades econômicas desenvolvidas em Caxias. As informações recolhidas dos inventários e dos livros de foram tratadas a partir da elaboração de bancos de dados.

Optei por iniciar o capítulo 1 com uma breve introdução sobre a colonização, com ênfase na Colônia Caxias. Também abordo, a partir da bibliografia existente, as expectativas de membros do governo e da imprensa gaúcha, sobretudo de origem alemã, que se criaram sobre os imigrantes italianos e sobre a colonização da serra, e o aumento da importância dessa área para o governo estadual.

No segundo capítulo apresento como introdução uma breve revisão bibliográfica sobre o início da industrialização no estado, mostrando a importância dada ao tipo de formação social da região colonial nos estudos sobre o desenvolvimento. O capítulo constitui-se da análise do conjunto das atividades econômicas de Caxias com base nos livros de impostos. Analiso as características da “indústria” e do comércio local como o crescimento, a localização e o número de trabalhadores por unidade produtiva, (nas atividades em que foi possível verificar esses aspectos). Observo ainda a diversidade de atividades realizadas, inclusive a partir de diferentes trajetórias de vida exemplares das dificuldades, fracassos e êxitos vivenciados, destacando as continuidades e mudanças de atividades.

A diferenciação e hierarquização social dos comerciantes e artesãos/manufatureiros foram analisadas no capítulo 3 através dos inventários, onde também abordo a amplitude das relações comerciais de Caxias, verificando sua inserção ao mercado regional.

Por fim, o último capítulo se dedica especificamente ao estudo das questões relacionadas à agricultura e à colonização de novas terras. Menciono os trabalhos que analisaram o aumento dos preços das terras ocorrido com a colonização de novas áreas e a importante presença de iniciativas privadas na colonização do estado e mostro, pelos inventários, como ambos aspectos estiveram presentes em Caxias. Em seguida, faço uma revisão bibliográfica sobre as discussões sobre a agricultura familiar enquanto uma atividade econômica específica inserida em um contexto de desenvolvimento de um mercado capitalista. Para finalizar a pesquisa, destaco rapidamente os principais produtos agrícolas produzidos na região colonial italiana e analiso os inventários dos agricultores, observando suas condições de vida e as características da produção, além de analisar casos bem sucedidos e outros de extrema miséria. Destaco que a diferenciação social existente entre os próprios agricultores era expressiva, assim como as diferentes possibilidades de inserirem-se social e economicamente e desse modo, fixarem-se definitivamente na localidade.

Capítulo 1

1. Colonização: povoamento e inserção social

1.1. Demarcação e distribuição da terra

O início da imigração para o Rio Grande do Sul não pode ser desvinculado da preocupação do Império com a defesa da região sul. O estado foi historicamente uma região do Império fortemente militarizada por ser fronteira com o Uruguai e a Argentina, de modo que a imigração tinha em vistas a defesa da fronteira. Além disso, era objetivo do governo desenvolver a agricultura em pequena propriedade no estado, a fim de alcançar a auto-suficiência na produção de grãos e também incrementar as exportações.

A imigração oficial no século XIX iniciou com a chegada de imigrantes alemães à Colônia de São Leopoldo em 1824. Até a Lei de Terras de 1850, os imigrantes receberam lotes gratuitamente de cerca de 70 até 100 hectares, juntamente com assistência no fornecimento de alimentos, sementes e ferramentas. Outras etnias participaram do povoamento do estado, como russos, poloneses, austríacos, mas até a década de 1870, o maior contingente de imigrantes era formado por alemães, que chegaram ininterruptamente, com exceção da década de 1835-1845, quando a imigração cessou em virtude da Revolução Farroupilha. Havia preferência dos governantes pelos alemães, mas o governo alemão dificultou a imigração de seus súditos para o Brasil em 1871.¹ A partir de então a imigração italiana tornou-se alternativa, iniciando em 1875, quando a imigração alemã é superada pela italiana.

A Colônia Caxias foi fundada em 1874, e em 1870 haviam sido fundadas as colônias Conde d'Eu (atual município de Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves).² Porém, antes de

¹ “O Decreto ou ‘rescrito’ de Von Heydt suspendia a outorga de privilégios a empresas que transportassem imigrantes para o Brasil. Como a unificação alemã ocorreu sob a direção da Prússia, a partir de 1871 o Decreto Von Heydt vigorou sobre toda a Alemanha. O texto do decreto foi uma reação à situação dos imigrantes alemães submetidos à parceria na grande lavoura em São Paulo”. MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de colonização do império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999, p. 33-4. Nota de rodapé.

² A área destinada às Colônias Bento Gonçalves e Garibaldi foi cedida por ato de 9 de fevereiro de 1870, quando o governo imperial “concede à Província, dois territórios de quatro léguas em quadro, cada um, em terras devolutas entre o rio Caí, os Campos de Vacaria e o município de Triunfo, para serem convenientemente colonizadas”. ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971, p. 19. A medida de uma légua de sesmaria equivale a 6.600 metros e uma braça mede 2,2 metros. Uma légua quadrada = 4.356 hectares.

1875 existiam poucas famílias estabelecidas nestas colônias, compostas principalmente por imigrantes alemães. A proximidade de Caxias das ex-colônias alemãs, principalmente do município de São Sebastião do Caí, desmembrado de São Leopoldo, lhe permitiu inserir-se em um mercado regional já anteriormente conformado. Em poucos anos, sua localização se caracterizaria por ficar a meio caminho entre as ex-colônias alemãs e as colônias italianas novas, criadas à margem direita do Rio das Antas durante as décadas de 1890 e 1900. Como a margem direita do Rio das Antas foi colonizada posteriormente, geralmente faz-se referência às Colônias Caxias, Conde D’Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves) como as “colônias velhas” italianas.

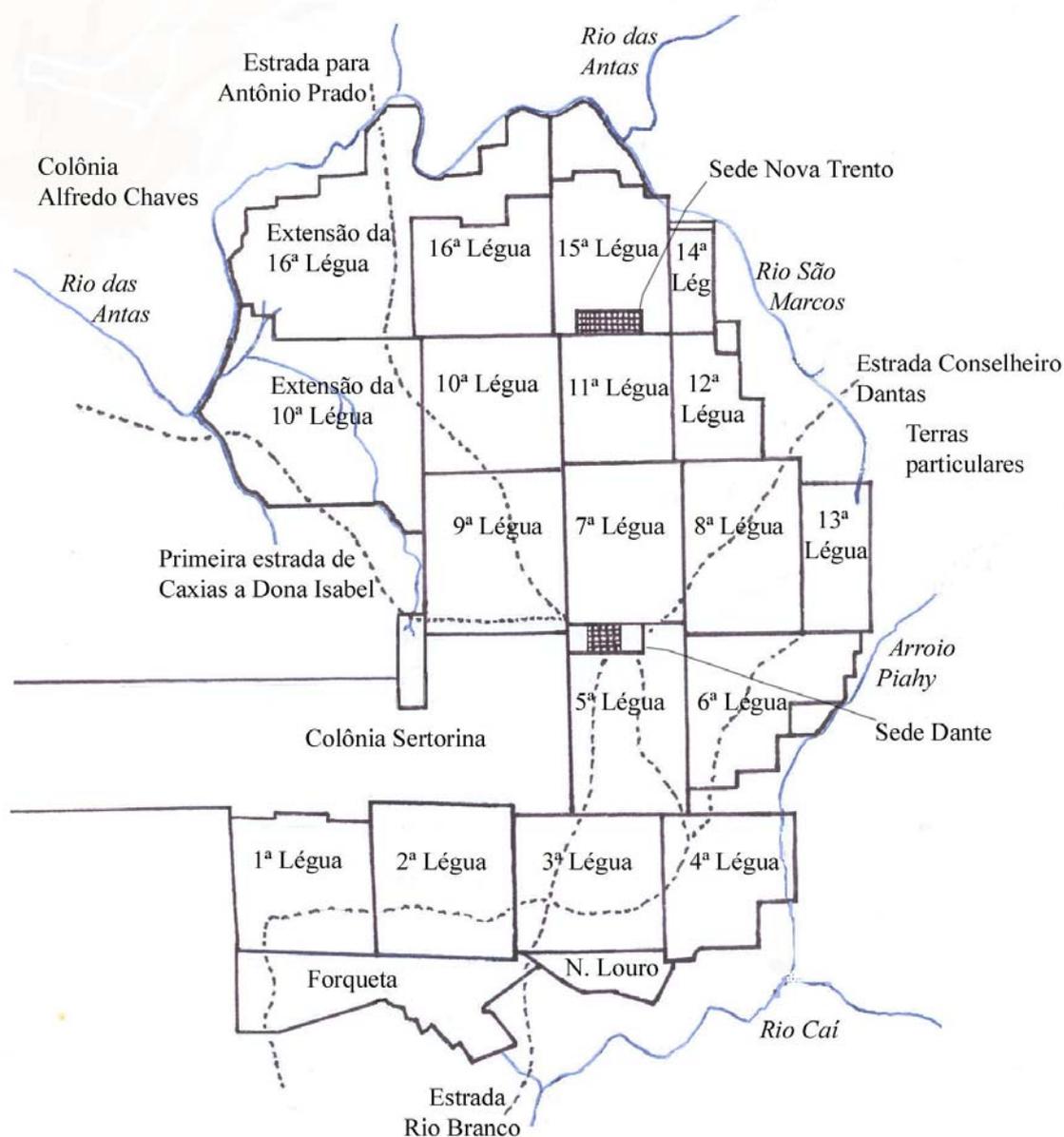
Municípios do nordeste do Rio Grande do Sul existentes em 1890



Fonte: *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 85.

A demarcação das terras da Colônia Caxias foi organizada em 16 quadriláteros, que foram denominados pela palavra “Légua” acompanhada da numeração: 1ª Légua, 2ª Légua, e assim por diante. A numeração seguiu mais ou menos a ordem de medição, do sul para o norte, e a medição destas 16 “léguas” foi concluída em torno de 1880, tendo se prolongado, portanto, por cinco anos.

Mapa da Colônia Caxias e suas estradas



Mapa elaborado a partir de: RECH, Roberto F. *Levantamento do loteamento da Colônia Caxias – fase colonial: 1875-1884*. Caxias do Sul: UCS, 1984, p. 34 e 57 (Monografia de especialização em História); ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

Quando iniciou a imigração italiana, estava concluída a medição das terras localizadas mais ao sul, abrangendo o Núcleo Louro, Forqueta, além das 1ª e 2ª léguas – que perfaziam um território de pouco mais de 3 léguas então denominado de “Colônia a Fundos de Nova Palmira”.³ A colônia também ficou conhecida como “Campo dos Bugres”, uma referência a uma clareira existente na mata onde havia um cemitério indígena, situados onde viria a se estabelecer a Sede Dante, sua sede administrativa e principal área urbana. Em 1877⁴ esta colônia passa a denominar-se Caxias, mudando para Caxias do Sul apenas em 1910.

É muito comum encontrar na bibliografia a afirmação de que a área da Colônia Caxias era de 16 ou 17 léguas quadradas – dependendo se está incluída Forqueta e núcleo Louro ou apenas os quadriláteros demarcados até o início dos anos de 1880. No entanto, como demonstrou Rech, algumas das “Léguas” de Caxias, áreas nomeadas com este termo, não chegavam a medir uma légua quadrada, enquanto outras mediam mais do que isso. Portanto, a área das 16 “Léguas” não era de 16 léguas quadradas mas, como mostrou o autor, de pouco mais de 14 léguas quadradas; contando também o Núcleo Louro e Forqueta, a área inicial da Colônia Caxias era de cerca de 15 léguas quadradas.

Entre 1880 e 1884, foram demarcadas ainda algumas áreas periféricas às Léguas iniciais, próximas aos rios da região, principalmente ao rio das Antas, mas também ao Arroio Piahy e ao rio São Marcos. O motivo para o loteamento posterior da extensão da 10ª e da 16 Léguas segundo Rech, pode ter sido a característica do próprio terreno próximo ao Rio das Antas, onde paredões de mais de 350 de profundidade praticamente isolavam alguns pedaços de terra do restante da colônia. Com essa expansão das medições, a Colônia Caxias prolongava-se até o limite com os rios. Desse modo, a área de pouco mais de 15 léguas quadradas, formada pelas 16 “Léguas” e pelo Núcleo Louro e Forqueta, somada às quase 4 léguas de área da extensão da Colônia, resulta na área total da Colônia Caxias de quase 19 léguas quadradas, ou cerca de 82.764 hectares. Assim “as tidas 16 léguas quadradas são mais áreas de identificação do que áreas de superfície”.⁵

Em 1884, logo que foram finalizados os trabalhos de demarcação, tanto Caxias quanto Conde D’Eu e Dona Isabel foram emancipadas enquanto colônias do Império – o que causou insatisfações entre os colonos que, com as emancipações, deixavam de receber uma séria de

³ RECH, Roberto F. *Levantamento do loteamento da Colônia Caxias – fase colonial: 1875-1884*. Caxias do Sul: UCS, 1984. (Monografia de especialização em História), p. 31. Este trabalho constitui-se em um estudo bastante aprofundado sobre o processo de demarcação da área da Colônia Caxias e seu povoamento, e por isso foi amplamente utilizado para abordar este tema.

⁴ As informações anteriores a 1878 são escassas por ter ocorrido um incêndio que destruiu o arquivo da sede da Colônia Caxias. Ainda assim, é possível saber bastante sobre este período através de relatórios e fontes de anos posteriores.

⁵ Rech, *op. cit.*, p. 33-5.

benefícios e recursos destinados às colônias oficiais. Caxias passou a constituir o 5º distrito do município de São Sebastião do Caí, e as outras duas colônias passaram a pertencer a São João do Monte Negro, atual município de Montenegro. Um cônsul italiano afirmou em 1884 que a emancipação das colônias foi antecipada para aquele ano por influência do presidente da Província, que atendia com isso aos interesses dos municípios de São Sebastião do Caí e São João do Monte Negro, interessados em cobrar impostos sobre o comércio e a produção destas colônias.⁶ Quando se definiu que seriam cobrados impostos em Caxias, em 1891, alguns colonos pagaram seus impostos no município de São Sebastião do Caí.⁷

Depois de dez anos do início da colonização italiana, além das três colônias velhas, foram fundadas na margem direita do Rio das Antas as colônias Alfredo Chaves (1884), São Marcos (1885), Antonio Prado (1887) e Guaporé (1892). A Comissão de Terras, responsável pelo loteamento e colocação de imigrantes, continuou a atuar em Caxias até 1906.⁸

É necessário observar que tanto a região loteada como cada lote rural eram chamados de “colônia”. Comumente faz-se referência a uma “colônia” – lote rural – como uma área de 25 hectares, embora algumas fossem maiores e outras menores. Foram vendidas pelo governo, em Caxias, colônias de 5 até 100 hectares, mas 85% dos lotes tinham entre 15 e 35 hectares.⁹

As colônias eram vendidas pelo governo aos imigrantes a preços módicos, com prazo de cinco anos para pagar, mas muitos imigrantes atrasaram em alguns anos a quitação da dívida. Parte das dívidas referentes à terra poderiam ser descontadas em trabalho realizado pelos imigrantes na abertura de estradas, serviço este que também poderia ser pago pelo governo em dinheiro. Essa iniciativa de oferecer trabalho aos imigrantes e remunerá-los, seja descontando algum valor das dívidas ou em valores monetários, foi de grande importância para o desenvolvimento da região, mas se limitava aos imigrantes recém-chegados a fim de auxiliá-los até que fizessem a primeira colheita. Dois meses após a entrega do lote e assinatura do título provisório, o imigrante se responsabilizava a derrubar a mata e plantar uma área de pouco menos de meio hectare, além de construir uma casa para habitação. A aquisição do título definitivo

⁶ Relatório do Cônsul italiano em Porto Alegre, Antônio Greppi, de maio de 1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST/FERVI, 1985, p. 47-52.

⁷ ALVES, Eliana Relá e GIRON, Loraine Slomp. (Coord.) *Caxias do Sul: Homem, tempo e espaço – subsídios*. Caxias do Sul: Secretaria municipal de Educação e Cultura, 1992, p. 82.

⁸ RECH, *op. cit.*, p. 96, 82.

⁹ Mais dados em GIRON, Loraine Slomp. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre: EST, 1987, p. 273. A autora consultou os Mapas Estatísticos da Colônia Caxias, uma fonte feita pelos administradores da Colônia que registravam os dados sobre a entrada de imigrantes, como nome do imigrante e de seus familiares, idade, profissão, dados sobre a aquisição do lote, etc. As informações sobre a profissão dos imigrantes que adquiriam colônias não são precisas, pois o governo exigia que praticassem a agricultura para ceder a posse de um lote rural e, por isso, muitas vezes o imigrante declarava-se agricultor mesmo que também tivesse outra profissão.

dependia, além do pagamento do lote, da comprovação de que o colono ou pessoa de sua confiança morara no lote e o cultivara pelo menos durante um ano – exceção feita aos lotes urbanos, que deviam no entanto ser utilizados dentro do prazo de dois anos sob pena do proprietário perder o direito sobre o mesmo.¹⁰

As “16 léguas”, Forqueta e o Núcleo Louro, que compunham a Colônia Caxias, eram subdivididas em travessões, ou seja, estradas que cortavam as léguas geralmente no sentido norte a sul, de onde eram distribuídos os lotes lateralmente para a direita e para a esquerda. Os travessões receberam nomes de funcionários da administração colonial, de pessoas do governo imperial, de colonos, de datas comemorativas e de regiões da Itália. A divisão da Colônia seguiu, portanto, uma ordem geométrica, sem levar em conta as características do relevo nem a presença de água nos lotes.¹¹ Por isso, ainda que a região tivesse diversos rios e nascentes, alguns lotes “secos” foram logo abandonados pelos colonos, enquanto outros, com bom suprimento de água, foram subdivididos e comprados por vários colonos. “O que parece ter valorizado a terra não foi a qualidade do solo, mas a quantidade de água disponível, a qual contribuiu também para o fracionamento de lotes em determinadas léguas”.¹²

Além disso, a demarcação dos lotes ocorreu ao mesmo tempo em que os imigrantes chegavam. Rech afirma que a área dos lotes também foi influenciada pela velocidade da sua ocupação, diminuindo quando o fluxo de imigrantes aumentou, e estabilizando em cerca de 25 hectares até 1884, quando foi concluída a demarcação.¹³ Neste ano, a ocupação dos lotes já se encontrava bastante adiantada em todas as Léguas de Caxias.

A imigração continuou voltada principalmente para outras colônias na região serrana do estado e diminuiu drasticamente em 1902, quando as autoridades italianas proibiram a imigração subsidiada para o Brasil. A vinda de italianos apenas cessou definitivamente em 1914. As principais fontes desse trabalho, os inventários e os livros de impostos, surgem quando Caxias já

¹⁰ RECH, *op. cit.*, p. 88-9. A importância para os imigrantes do trabalho remunerado em estradas também aparece na fala de Paulo Rossato: “Se tivesse alguém em casa para cuidar da colônia, eu haveria de ir trabalhar na estrada e em três meses sobrariam 150 mil réis”. Carta de Paulo Rossato a sua família na Itália de 24/04/1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971, p. 35.

¹¹ RECH, *op. cit.*, p. 36-7.

¹² *Idem*, p. 39.

¹³ Segundo Giron, em 1876 chegaram ao todo 1.098 pessoas, número muito maior do que em 1875, quando chegaram 366. Adami afirmou que até 1876 foram demarcados os lotes de Forqueta, do Núcleo Louro e da 1ª à 5ª Léguas, onde o tamanho médio dos lotes ficou entre 56 e mais de 70 hectares. Rech constatou que, entre 1876 a 1878, o fluxo de imigrantes aumentou bastante, diminuindo um pouco mas mantendo-se estável durante os 1879 e 1884, e após este ano o fluxo de imigrantes reduziu bastante. Entre os anos de 1876 a 1878, estavam sendo demarcadas provavelmente da 5ª à 15ª Léguas, e dentre estas, apenas na 7ª Léguas o tamanho médio dos lotes alcançou a faixa dos 60 hectares. A 6ª Léguas, e todas as demais, da 8ª à 16ª, ficaram em 27 hectares em média, sem uma tendência à diminuição absolutamente linear, mas com picos máximos e mínimos respectivamente de 34 hectares em média na 9ª léguas (estava sendo demarcada provavelmente em 1876) e de 18 hectares na 15ª léguas (demarcação provavelmente em 1878). GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul, op. cit.*, p. 42-46; ADAMI, *op. cit.*, p. 121; RECH, *op. cit.*, p. 39-41.

era município, quinze anos depois de terem chegado os primeiros imigrantes e de a colonização ter atingido todo o território compreendido pela colônia.

Não existem dados seguros sobre a população de Caxias, pois existem diferentes fontes que mencionam valores díspares entre si para determinados anos – por exemplo, para 1910 menciona-se no mínimo 18.000 e no máximo 54.000 habitantes. Assim sendo, optei por listar a menor população encontrada para cada ano.¹⁴

Tabela 1 – Dados sobre a população de Caxias

Ano	População	Ano	População
1977	4.000	1885	13.800
1978	3.853	1890	10.000
1879	6.398	1892	10.591
1882	7.259	1899	16.000
1883	10.000	1900	25.000
1884	10.591	1910	18.000

Fonte:

1877 - COSTA, Rovílio, DE BONI, Luis A. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do sul: UCS/EST/Correio Riograndense, 1984, p. 70.

1878, 1879 e 1884 - MANFROI, Olívio. A imigração italiana no Rio Grande do Sul. in: De Boni, *A Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, vol. I, p. 174-175.

1882 e 1883 - ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, p. 158.

1885 - *Idem*, p. 61.

1890, 1899 e 1910 - GIRON, Loraine S. *Caxias do Sul: Evolução Histórica*. Porto Alegre: UCS/EST, 1977, p. 76.

1892 - HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: Educus, 1997, p. 67.

1900 - ADAMI, João S. *Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Ed. do Abrigo de Menores, 1957, p. 61.

A urbanização das colônias fundadas pelo governo tem a particularidade de não ter sido totalmente espontânea, pois as diretorias das colônias escolhiam e loteavam uma área pré-definida para ser o centro urbano, ou a sede da colônia. Nessa área eram demarcados lotes bem

¹⁴ No Recenseamento estadual de 1890 está listada uma população bastante superior para o ano de 1890: 16.732 habitantes. Fonte: *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul*. Sétimo Anno. Rio Grande: Carlos Pinto e Comp. Sucessores – Livraria Americana, 1895, p. 232. Porém, na página 232 do Almanak consta que “este número está muito longe da verdade, pois o serviço foi feito com grande irregularidade e os números obtidos devem ser tomados apenas como aproximações”. A mesma fonte, na pág. 235, lista uma população de 23.431 habitantes em Caxias no ano de 1892, mas não especifica a origem do dado. Adami também menciona para o ano de 1900, 30.500 e para o ano de 1910, 54.000 habitantes. ADAMI J. S, *Caxias do Sul, op. cit.*, p. 54 e 61. O relato de viagem do italiano Buccelli, em visita ao sul do país em 1905, afirma que a população de Caxias chegava a 35 mil pessoas. BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano: Officine Cromo-tipografiche L. F. Pallestrini, 1906, p. 227.

menores que os rurais – entre 968 e 1.100 metros quadrados, de acordo com a área encontrada nos inventários – e era na sede que se estabelecia a administração colonial. Rapidamente esta área tornava-se o centro administrativo e de serviços, contanto também com diversos estabelecimentos comerciais e atividades manufatureiras. A Sede Dante localizava-se ao norte da 5ª légua e, segundo Adami, seu local foi escolhido somente no segundo ano de colonização, sendo que a única sede existente até fins de 1875 se localizava em Nova Milano.¹⁵ Este autor observa que Luiz Antônio Feijó Júnior, proprietário de uma colônia particular próxima à Colônia Caxias chamada Colônia Sertorina, exerceu influência sobre a decisão de mudar o local da sede, conseguindo convencer a diretoria da colônia de que o novo local seria mais apropriado. A demarcação dos lotes da Sede Dante foi concluída em 1881. Em 1883 – um ano antes de deixar de ser colônia imperial – a Colônia Caxias já tinha 3 sedes: a Dante, ao norte da 5ª Légua, a Nova Trento, ao sul da 15ª Légua, e a pequena Nova Milano, na 1ª Légua. As áreas que mais se urbanizaram foram a Sede Dante e a Sede Nova Trento.¹⁶

Rech afirma que o traçado geométrico da sede, como na área rural, não respeitou as características do terreno. Por isso, tinha como objetivo tornar a área rapidamente passível de compra e venda, e questiona:

Esta talvez tenha sido a única disposição tomada com relação à sede? Que objetivos positivos tentavam atingir com a planificação da sede neste local? A escolha do local da sede não foi centralizado na colônia, nem privilegiado, a precariedade de estradas e o isolamento do restante da colônia fez surgir a necessidade de outras sedes, centros ou sub-centros (...) Com seu traçado retangular, a sede supostamente poderia propagar-se em qualquer direção, limitada apenas por grandes obstáculos físicos. No entanto, não houve essa preocupação no projeto, e cedo a expansão da cidade invadiu a área rural.¹⁷

A abertura de vias de comunicação era central para o desenvolvimento comercial da Colônia, pois o transporte de mercadorias não era possível sem investimentos nas estradas. O município de São Leopoldo distava 28 quilômetros de Porto Alegre, e São Sebastião do Caí ficava a 75 quilômetros da capital, cujo transporte era feito por via fluvial. A Colônia Caxias localizava-se a 68 quilômetros de São Sebastião do Caí – um trecho montanhoso percorrido pela estreita, pedregosa e sinuosa estrada Rio Branco.

Em 1900, Caxias tinha 4 vias principais: uma ligava a sede à 10ª e à 16ª légua; a segunda ligava Caxias a São Francisco de Paula, também chamada São Francisco de Cima da Serra

¹⁵ ADAMI, João S. *História de Caxias do Sul*, *op.cit.*, p. 124. Manfroi afirma que foi em meados de 1876 pelo fato de ter sido nessa data que os colonos chegaram ao Campo dos Bugres. MANFROI, *op. cit.*, p. 175.

¹⁶ Sobretudo a Sede Dante: ainda em 1909, a legislação sobre os impostos municipais previa valores um pouco superiores para algumas atividades, se estivessem estabelecidas na Sede Dante.

¹⁷ RECH, *op. cit.*, p. 49.

(estrada Conselheiro Dantas); a 3ª, mais importante, unia Caxias ao porto de São Sebastião do Caí, passando pelas 3ª e 5ª léguas (estrada Visconde do Rio Branco¹⁸); a 4ª via também unia Caxias ao porto em São Sebastião do Caí, mas passando pelas terras de Luiz Antonio Feijó Júnior e pela 1ª légua¹⁹ (vide mapa da Colônia Caxias, pág. 28). Além destas, existiam estradas internas interligando a área da colônia. Conde D'Eu e Dona Isabel comercializavam com Porto Alegre principalmente pelo porto de São João do Monte Negro. Após 1910, Caxias intermediou o comércio da região serrana com Porto Alegre pela linha férrea.

A disposição inicial das estradas internas e externas e dos centros urbanos, sem dúvida, teve influência sobre o desenvolvimento posterior do município de Caxias, sobretudo pela distância dos demais centros, que era multiplicada pelo relevo acidentado da região.

1.2. A inserção da população migrante na economia e política da província

Durante quinze anos, de meados da década de 1870 até a proclamação da República, o governo imperial financiou a colonização no Rio Grande do Sul, cabendo à Província as atribuições administrativas como o controle do alojamento e do transporte dos imigrantes. A desorganização e os conflitos de competência entre o governo imperial e provincial trouxeram alguns problemas ao andamento do processo. Em 1879, o Império mandou suspender todos os gastos com imigração e “substituiu o Regulamento de 1867 por novas disposições que também correspondiam ao estabelecimento da colonização espontânea”.²⁰

A política de colonização sofreu constantes mudanças, refletindo a instabilidade do final do período do Império e início da República no Brasil. Até 1874 a colonização no Rio Grande do Sul foi conduzida pelo Governo Provincial. Através da Constituição Federal de 1891, o governo republicano transferia aos estados a propriedade das terras públicas e, portanto, também a responsabilidade sobre a colonização.²¹ Porém, uma das prerrogativas do governo estadual era promover a colonização espontânea e deixar de incentivar a colonização oficial. Em 1890, a ex-Colônia Caxias tornou-se Intendência, de modo que sua administração manteve-se sob o controle do governo imperial.

Pelos resultados obtidos, embora muitas vezes considerados como aquém do esperado, a colonização foi vista nos anos finais da monarquia como a única solução possível para todos os problemas econômicos, inclusive

¹⁸ O trecho mais íngreme da estrada Rio Branco praticamente deixou de ser utilizado após a construção da estrada federal BR 116, inaugurada em 1941.

¹⁹ LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001, p. 100-101. (Dissertação de Mestrado em História).

²⁰ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 116.

²¹ *Idem*, p. 118.

como instrumento de capitalização. Isso mostrava o peso da agricultura colonial, cujo êxito era creditado à pequena propriedade trabalhada com mão-de-obra livre.²²

O governo republicano recém instalado no Rio Grande do Sul pretendia desenvolver a agricultura e integrar regiões até então apenas cortadas por tropeiros que seguiam para o centro-sul do país. Diante desses objetivos governamentais, deve-se questionar por que continuaram sendo dados recursos para o estabelecimento de imigrantes estrangeiros e continuaram marginalizados das políticas de acesso à terra os trabalhadores nacionais, ou “caboclos”. Como mostrou Paulo Zarth em seu estudo sobre o planalto gaúcho, a população pobre nacional não recebeu qualquer auxílio por parte do governo para comprar terra, plantar ou comercializar produtos agrícolas, pois era considerado de “qualidade inferior” e incapaz para o trabalho.

São Leopoldo teve seu sucesso graças à proximidade de Porto Alegre. As colônias do Planalto ou Missões, para onde foram enviados os ‘alemães indesejáveis’ da década de 1820, somente se desenvolveriam no final do século XIX, quando ferrovias como a São Paulo-Rio Grande permitiriam o escoamento da produção para um mercado interno nacional cada vez mais dinâmico e em expansão. Isso explica também a fraca agricultura dos lavradores nacionais, de que reclamavam os defensores da colonização.²³

Portanto, o desenvolvimento das colônias e da agricultura relacionava-se aos investimentos que promovessem a comunicação com os mercados, permitindo o escoamento da produção. Em outro estudo, Zarth destaca que a colonização visava a produção de gêneros alimentícios, pois o Rio Grande do Sul atravessou uma crise de abastecimento no início do século XIX.²⁴ Apesar de o governo da província ter expressado sua preocupação com os trabalhadores pobres nacionais sem terra,²⁵ a questão jamais foi enfrentada com a seriedade necessária, e diante das imensas áreas de florestas da região do planalto e da serra ainda não povoadas, “a solução – apontada por unanimidade pelas autoridades e críticos para a questão do abastecimento – era a colonização”.²⁶

O desprezo do governo pelos trabalhadores nacionais refletia a ideologia racista predominante na época, pois além de não terem contado com investimentos em infra-estrutura, não existiram no final do século XIX políticas de acesso à terra para a população nacional pobre.

²² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998, p.466.

²³ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí, Unijuí, 1997, p. 97.

²⁴ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002, p. 246-252.

²⁵ Em 1851, uma lei determinava a distribuição de terras às famílias brasileiras de agricultores pobres. *Idem*, p. 87.

²⁶ *Idem*, p. 252.

Marcio Both da Silva fez um estudo sobre os chamados “caboclos” no Rio Grande do Sul e sobre sua relação com os imigrantes estrangeiros. O imigrante era enaltecido na sociedade gaúcha como ordeiro, trabalhador e “civilizador”; os lavradores brasileiros pobres, ao contrário, eram associados à preguiça, à degeneração e à violência, além de serem marcados por um forte discurso racista. O autor mostra que essa visão negativa sobre o caboclo se deve em grande medida à posição social que ocupava:

o caboclo ocupava o lugar que lhe era propiciado pelas condições sociais da época, tendo como perspectiva de vida a agricultura de subsistência nas áreas ainda não ocupadas, isto é, o sertão ou os vazios formados pelas grandes propriedades. Espaços que aos poucos foram absorvidos pela expansão da economia monocultora e pela expansão das correntes migratórias.²⁷

A inserção social dos chamados “caboclos” muitas vezes dependia da aceitação de relações hierárquicas nas quais ficavam submetidos ao mando de fazendeiros e membros das elites locais. Assim, a única forma de se inserirem na sociedade era participando de uma ordem social caracterizada por um “quadro de exclusão de quem o principal alvo, ao fim e ao cabo, eram eles próprios”.²⁸ Com a venda de terras para estrangeiros, muitas vezes os “caboclos” sofreram um processo de deslocamento forçado para áreas ainda não povoadas. Silva salienta que a população nacional, mesmo considerando ex-escravos e índios, não teria sido suficiente para colonizar rapidamente amplas áreas do estado como ocorreu com a imigração, mas a ausência de políticas públicas voltadas para este grupo social “mostra o quanto o projeto de inserção do Brasil dentro dos moldes do capitalismo mundial foi elaborado sem dar grande importância a parte de sua população”.²⁹

Assim, durante todo o período de imigração do século XIX e início do XX, foram estabelecidas profundas desigualdades entre os lavradores nacionais e os imigrantes estrangeiros, por meio de políticas públicas de ocupação da terra, sistema de transporte e outros auxílios.

Embora a discriminação fosse muito maior em relação aos lavradores nacionais pobres, o imigrante italiano também suscitou alguma desconfiança nos primeiros anos da colonização. O imigrante ideal era o “ariano”, “puro”, mas houve duas condições que se somaram para desencadear a imigração italiana: a interrupção da imigração alemã no início da década de 1870, e o conturbado momento histórico por que passava a Itália, o que favorecia a emigração de grande número de pessoas afetadas pela pobreza e pelas guerras de unificação. Além da questão

²⁷ SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto Rio-grandense – 1850-1900*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em História), p. 92.

²⁸ *Idem*, p. 100.

²⁹ *Idem*, p. 94.

do racismo, as falhas da administração acresceram as dúvidas sobre o início do processo de colonização italiana conduzida pelo governo. Segundo Roche, parlamentares que se opunham à colonização italiana alegavam a incompetência da administração pública – inclusive a corrupção – para receber o grande número de imigrantes que passou a afluir à província, o que fazia com que muitos imigrantes tivessem de ficar dias, semanas e em alguns casos até meses esperando nos barracões de imigrantes, por vezes superlotados, até receberem seus lotes. “A imigração italiana, de início, deu poucos resultados e foi até considerada desfavoravelmente”.³⁰ Outra crítica se refere à longa distância entre as colônias da serra e a capital da Província, que limitava suas exportações, fato agravado pela demora e pelas dificuldades para a abertura e manutenção das estradas na serra.

Gertz cita críticas feitas pela imprensa alemã sobre a forma como estava sendo conduzida a imigração, pois em 1877 elogiava-se a diminuição de subsídios e criticava-se a desordem causada pelos italianos:

Colonos bêbados queriam invadir a casa onde estão armazenados víveres, mas foram repelidos através das armas pela polícia ali estacionada (dois homens), resultando alguns feridos. O governo imperial suspendeu por completo o pagamento de subsídios e fez muito bem, pois com os subsídios as colônias nunca teriam dado em nada. Agora os colonos recebem, após sua chegada aos seus lotes, alimento para dez dias e depois trabalho nas estradas (acreditamos que são 1\$500 rs. por dia). Entre os italianos reina agora naturalmente a maior indignação contra essa determinação, pois eles adoram ser engordados pelo governo. É por isso que um grande número deles veio a Porto Alegre para queixar-se ao Presidente da Província, para peticionar e incomodar a todo mundo.³¹

Pouco adiante, criticava-se a chegada de uma nova leva de imigrantes, quando os barracões ainda estavam lotados: “O que acontecerá só Deus sabe! Os depósitos estão cheios de gente que não pode ser deslocada... e trabalhar esses senhores italianos não querem”.³²

Um artigo de jornal de Cruz Alta, em 1886, reflete as posições contrárias à imigração de italianos do sul da Península:

devemos nos precaver com real cuidado na introdução desses últimos (o italiano) em cujo país superabunda uma parte de população péssima, essa então pode ficar por lá, já temos de sobra uma massa enorme de

³⁰ ROCHE, *op. cit.*, p. 115.

³¹ *Deutsche Zeitung*, 15/09/1877. Apud GERTZ, René. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. In: De Boni, L. A. *A Presença italiana no Brasil*, *op. cit.*, 1996, p. 128.

³² *Idem.*

libertos e de escravos suficientes para nos incomodar. Precisamos sim de gente, porém, morigerada de bons costumes e trabalhadora.³³

As posições favoráveis e contrárias à colonização refletem a percepção dos diferentes setores da época de que era um empreendimento de risco: o êxito ou o fracasso não estava definido a princípio. Fracassando a colonização, todo investimento, por menor que fosse, seria inútil. Assim, se o êxito da colonização da região da serra por italianos deixou de suscitar insegurança depois de alguns anos, a imigração subsidiada encontrava oposições permanentes. Lucchese sintetizou a preocupação do diretor das Colônias Dona Isabel e Conde d'Eu de 1878, acerca da comercialização da produção agrícola.

Rodriguez afirmava que, além dos colonos não poderem levar o resultado de seu trabalho aos mercados consumidores, vitimados pelos preços exorbitantes do transporte e impedidos de vender trigo e milho em grão dentro da colônia, porque ninguém os comprava, eles acabariam na dura contingência de deixarem estragar os gêneros. E se os colonos se convencessem de que os seus esforços eram mal-recompensados, senão inúteis, passariam a limitar-se a produzir somente o suficiente para prover suas necessidades mais palpitantes, o que poderia causar problemas ao Governo, que desejava projetar, na região, grande produção agrícola.³⁴

O Secretário de Obras Públicas de 1909, por sua vez, sugeria que a colonização ocorrida na região serrana não promoveria o desenvolvimento da agricultura devido à baixa qualidade das terras e falta dos meios de transporte, e sugere que a indústria era uma alternativa de trabalho para os imigrantes. Defende também que não se traga mais imigrantes estrangeiros para ocupar as terras de mato devolutas, e que “deve ser feita uma grande reserva para a expansão do elemento existente”,³⁵ ou seja, para os descendentes dos imigrantes já estabelecidos.

O principal motivo de queixa dos opositores aos subsídios estava, contudo, voltado para os custos do processo de imigração e colonização. No entanto, Roche opõe-se à alegação de muitos deputados provinciais de que a colonização era onerosa para os cofres públicos. Afirma que durante o século XIX os gastos da Província com ela sempre representaram uma baixa porcentagem do orçamento anual, entre 5 e 6%, e que este valor foi rapidamente suprido apenas com a arrecadação de impostos.

Ainda seria preciso acrescentar a parte de capital correspondente ao patrimônio dos imigrantes, a qual era estimada em 100 mil-réis por

³³ Periódico *Aurora da Serra*, Cruz Alta, abril de 1886, N. 4, p.1. Apud: ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho*, op. cit., p. 79.

³⁴ LUCCHESI, op.cit., p. 96. A autora refere-se ao Relatório da Colônia Dona Isabel e Conde D'Eu em 1878, elaborado pelo diretor Pedro Albuquerque Rodriguez para a Inspeção Especial de Terras e Colonização.

³⁵ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1909, p. VII.

cabeça, a valorização das terras e a produção agrícola. Contraditoriamente ao que se julgava, a colonização oficial foi “paga”.³⁶

Um quadro elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado também confirma essa interpretação de Roche. No quadro consta a arrecadação da dívida colonial, em dinheiro e em serviços, relativa à venda de terras públicas aos imigrantes, e a dívida ainda por arrecadar, de 1890 até 1908. De acordo com o quadro, desde 1906 a dívida de Caxias estava quitada, e em 1908, Garibaldi, Bento Gonçalves e Silveira Martins, colônia italiana próxima a Santa Maria, também já haviam quitado suas dívidas.³⁷ Dessa forma, apesar dos contratemplos das políticas públicas durante o período de imigração e graças ao auxílio suficiente por parte do governo, a imigração italiana alcançou o objetivo esperado: milhares de imigrantes se fixaram na região serrana do estado em pequenas propriedades familiares. A produção agrícola no estado aumentou rapidamente e as colônias diversificaram atividades entre o comércio e a “indústria”, inserindo assim a serra nos círculos do comércio sul-rio-grandense. Além disso, ao pagarem pela terra, os imigrantes realizaram a valorização de uma área até então não integrada à economia mercantil que se alastrava por diferentes setores econômicos e regiões no estado.

Se no início da colonização membros da comunidade teuta do estado e o próprio governo colocaram repetidamente em dúvida a possibilidade de desenvolvimento de Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel, em poucos anos a desconfiança foi substituída pelo apoio à colonização da Serra por italianos. “Pode-se afirmar que, a partir de 1880, diminuíram cada vez mais as dúvidas sobre a colonização italiana e as observações polêmicas”.³⁸

A imprensa local também refletia essa tendência, pois de acordo com Gertz, “apesar da prevenção inicial contra a imigração italiana, não foi possível ignorar seus resultados positivos e conseqüentemente passar para uma atitude elogiosa, sem que isso, porém, apagasse de todo certas restrições”.³⁹ O mesmo autor observa que desde 1885 surgiam elogios à dedicação dos imigrantes italianos, mas que “o alerta incisivo sobre o perigo da concorrência mostra como o desenvolvimento da região colonial italiana impressionou os observadores ligados às regiões de

³⁶ *Idem*, p. 112.

³⁷ A ex-Colônia Caxias tinha arrecadado para o governo um total de 190:030\$023 (190 contos, 30 mil e 23) réis. As colônias de Bento Gonçalves e Garibaldi, juntas, arrecadaram no mesmo período quase o triplo: 555:370\$926 réis, enquanto Silveira Martins arrecadou 126:994\$648 réis. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas*, op. cit., quadro 3.

³⁸ “Si può affermare che, a partire dal 1880, diminuirono sempre più i dubbi sulla colonizzazione italiana e le osservazione polemiche.” DELHAES-GUENTER, Dietrich Von. La fondazione delle prime colonie italiane nel giudizio dei tedeschi. In: *Contributo alla Storia della presenza Italiana in Brasile*. Roma: Istituto Italo-Latino Americano, 1975, p. 51.

³⁹ GERTZ, op. cit, p. 128.

colonização alemã”.⁴⁰ Um jornal, escrito em língua alemã em 1925, explicou com um argumento interessante os motivos do êxito da colonização italiana:

Que os italianos avançaram em 50 anos tanto quanto os alemães em cem, isso provavelmente deriva do fato de que o alemão nos primeiros 50 anos de sua presença teve de compor sua vida em meio a um ambiente absolutamente selvagem, longe de qualquer tipo de cultura, enquanto o italiano 50 anos atrás iniciou sob condições minimamente organizadas, tendo de lutar, portanto, menos para sobreviver.⁴¹

É importante observar que a afirmação das qualidades dos italianos – trabalhador, tenaz, econômico, etc. – não eram unânimes durante o início da colonização, mas passaram a ser afirmadas tanto por alemães e seus descendentes quanto pelo governo republicano, ao mesmo tempo em que as colônias italianas começaram a se integrar ao mercado regional.

Também cresceu o interesse do governo estadual em apoiar as atividades econômicas da região colonial, expresso na legislação tributária do estado, como será observado adiante. Com isso, o Partido Republicano Rio-grandense podia não somente aumentar a produção agrícola no estado, mas ampliar a própria base de apoio. Grande parte dos colonos alemães, durante o século XIX, foram fiéis ao governo imperial.⁴² Desde a década de 1870, o Partido Liberal procurou atraí-los posicionando-se a favor da separação entre estado e igreja e do direito de voto aos não-católicos naturalizados brasileiros (grande parte dos alemães era protestante) direito que foi obtido com a Lei Saraiva em 1881.⁴³ O Partido Republicano Rio-Grandense por sua vez buscou construir uma importante base de apoio entre os colonos imigrantes. As possibilidades reais de crescimento econômico da região de imigração se alinharam aos ideais cientificistas e progressistas da doutrina positivista, como observou Piccolo:

O processo migratório havia diversificado social e economicamente a província. A urbanização e o crescimento dos setores secundário e terciário estavam a exigir mudanças político-institucionais. Se, para isso, o Partido Liberal não encontrou respostas, o Partido Republicano Rio-Grandense a encontrou.⁴⁴

Segundo Fonseca, os pequenos e médios fazendeiros do planalto e imigrantes da serra no final do século XIX, além de serem responsáveis pelo aumento de importância econômica da metade norte do estado em relação à metade sul, também representavam “setores disponíveis

⁴⁰ Idem, p. 129.

⁴¹ *Neue Deutsche Zeitung*, 7-12-1925. Apud: GERTZ, *op. cit.*, p. 131.

⁴² ROCHE, *op. cit.*, p. 17.

⁴³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992 (2ª ed.), p. 61-2.

⁴⁴ Idem, p. 63.

politicamente”.⁴⁵ O abandono do planalto pelo Império – e também da serra quando emancipa as colônias – criou condições para que o novo Partido Republicano conseguisse o apoio de parte da população dessa região.

A colonização oficial ocorreu em um momento de frágil equilíbrio de forças no governo estadual, estabelecido após 1845, que depois disso se rompeu por duas vezes: em 1893 e novamente trinta anos depois. Pesavento observou essa instabilidade política através dos discursos parlamentares e mais especificamente nas discussões sobre a composição da receita estadual. A principal fonte de receita estadual em 1889 era o imposto que incidia sobre os produtos exportados pelo estado. Visando desonerar a produção e facilitar a penetração dos produtos gaúchos no mercado nacional, foi implantado o imposto territorial por Borges de Medeiros em 1903⁴⁶. Diminuindo gradativamente o imposto de exportação, estimulava-se a indústria – inclusive a do charque – e promovia-se a comercialização.⁴⁷ Embora também desonerasse as charqueadas, a decisão do governo de onerar a terra mostra que os seus interesses no final do século XIX não se voltavam mais exclusivamente para os pecuaristas do sul, mas também visualizavam o crescimento da região colonial.

A posição do governo, neste caso, é a de procurar isentar o capital e o trabalho de tributações, contribuindo para o desenvolvimento da produção. Esta postura insere-se dentro dos quadros mais amplos de oportunizar o desenvolvimento do capitalismo no extremo sul, favorecendo os setores produtivos.⁴⁸

A cerveja, por exemplo, tinha imposto reduzido no Rio Grande do Sul tendo um tributo elevado para o produto importado desde 1882.⁴⁹ As medidas tarifárias também beneficiaram alguns itens específicos em 1904, como o vinho, artefatos de ferro, calçados, chapéus, doces, licores, móveis e obras de couro.⁵⁰ Essa mudança gradativa na forma de tributação não chegou a desequilibrar o frágil equilíbrio de forças que mantinha o PRR no governo do estado, mas de acordo com Pesavento, “a adoção da medida representa uma vitória da aliança republicana ou da

⁴⁵ FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 25.

⁴⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A política financeira da República Velha gaúcha: um enquadramento histórico (1ª parte). In: *Revista IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, v. 6, 1978, p. 280.

⁴⁷ REICHEL, Heloísa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930)*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978, p. 28.

⁴⁸ PESAVENTO, S. J. A política financeira da República Velha gaúcha, *op. cit.*, p. 282.

⁴⁹ LAGEMANN, Eugênio. A industrialização no Rio Grande do Sul (um estudo histórico). In: *Projeto Pequena e Média Empresas no Rio Grande do Sul*. Relatório de pesquisa n. 4. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1978, p. 21.

⁵⁰ REICHEL, *op. cit.*, p. 30.

associação dos setores detentores do capital não agrário, contra as pretensões dos proprietários de terra”.⁵¹ Segundo Reichel

pode-se dizer que a reforma tributária do Estado constituiu-se num fator de incremento à indústria gaúcha, na medida em que incentivou a comercialização da produção e intensificou o processo de acumulação de capital mercantil.⁵²

Pesavento citou um outro caso que mostra o apoio do governo estadual à produção manufatureira. Os parlamentares gaúchos na Assembléia Constituinte, em 1891, denunciaram um tratado assinado pelo governo brasileiro com os Estados Unidos que permitia a entrada de manufaturados em troca de favorecimentos para a venda do café, prejudicando assim a indústria nacional. A defesa da indústria nacional por parte dos deputados confirma, assim, que “a indústria esteve, desde a proclamação da República, contemplada pela política econômica levada a efeito pelo governo rio-grandense”.⁵³

Apesar de ter havido um apoio significativa de imigrantes italianos ao PRR, um olhar mais focado em Caxias revela que de modo algum pode-se falar em uniformidade de adesão. Esse tema foi desenvolvido por Giron no primeiro capítulo da sua tese de doutorado,⁵⁴ no qual observou a existência de três grupos político-ideológicos distintos entre os imigrantes: os maçons, os católicos e os austríacos. Essas divisões representavam conflitos trazidos da Itália pelos diferentes grupos em torno de questões como o poder temporal do Papa e a Unificação do Reino da Itália. Mas a autora foi muito sensível ao perceber como estes diferentes grupos político-ideológicos se relacionaram com a divisão política vivida no Rio Grande do Sul e se modificaram, incorporando a divisão existente no estado entre Republicanos e Liberais.

O grupo dos maçons era mais reduzido e freqüentava as mesmas lojas maçônicas dos fazendeiros de Cima da Serra (região que compreendia na época São Francisco de Paula e Vacaria). Os maçons mantiveram-se à frente da administração municipal e apoiavam Júlio de Castilhos no governo do estado. Este grupo era formado por uma pequena elite, e eram defensores da causa da unificação do Reino da Itália e da restrição aos poderes temporais do Papa. “A administração regional não ficou alheia aos conflitos: houve uma aproximação com os defensores do reino da Itália e sérias restrições à ação dos ‘católicos’”.⁵⁵ Os mais numerosos, os

⁵¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Mercado Aberto, 1991, p. 159.

⁵² REICHEL, *op. cit.*, p. 31.

⁵³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985, p. 5.

⁵⁴ Na sua tese de doutorado sobre o integralismo na região colonial italiana, Giron dedica o primeiro capítulo a um histórico da colonização e ao estudo das divisões políticas existentes na Colônia Caxias. GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

⁵⁵ *Idem*, p. 42.

católicos, eram “defensores do Papa, contrários à unificação italiana e viam nos maçons o símbolo do demônio e da heresia”.⁵⁶ Constantino também abordou o tema e observou que o jornal *Corriere Cattolico* veiculava opiniões contrárias às instituições italianas, defendendo a autoridade papal; os maragatos, no entanto, aproveitaram-se disso para insuflar os imigrantes contra o governo estadual.⁵⁷ O último principal grupo político-ideológico analisado por Giron era o dos austríacos, formado por imigrantes de Trento e Tirol – região do norte da Itália que pertencia na época ao Império austro-húngaro – e representavam um terço da população de Caxias. Adeptos do Império Austro-húngaro, raramente se envolveram nos conflitos políticos do Brasil, permanecendo em sua maioria na zona rural e se dedicando à agricultura. Assim, Giron conclui que:

as questões italianas, trazidas pelos imigrantes, encaminham sua posição política em direção às questões que envolviam a política estadual. Observa-se também que o grupo dos maçons teve maiores oportunidades de assumir cargos no período das emancipações regionais do que os católicos.⁵⁸

Levando em conta todas as peculiaridades políticas e ideológicas que vieram com os imigrantes, Giron mostra que o PRR, depois de vitorioso no governo do estado, passou a cooptar a burguesia nascente das colônias, integrando esta aos círculos do poder político do estado. Segundo a autora, quando tem início a revolução de 1893, os imigrantes já estão posicionados politicamente.⁵⁹ “A cidade não se acalma; logo, a luta passa a ser a Revolução Federalista (1893-1895). Enquanto o povo era partidário dos maragatos (federalistas) a administração municipal era ligada aos chimangos (republicanos)”.⁶⁰

Ocorreram confrontos entre federalistas e republicanos em Caxias em junho de 1894, um conflito que durou cerca de 15 horas, quando foram saqueados prédios, escolas, casas de comércio e moradias.⁶¹ Mas os confrontos mais prolongados foram marcados pelas divisões locais.

“A Revolução Federalista de 1893 veio apenas agravar os conflitos existentes. Terminada a revolução, as lutas locais continuaram, tanto

⁵⁶ *Idem*, p. 43. As acusações mútuas e relatos de conflitos entre os maçons e católicos, em especial sobre a atuação política do padre Pietro Nosadini, repercutiram na imprensa local da época, e podem ser acompanhados também pelo jornal católico de Caxias, “Il Colono Italiano”, publicado mensalmente durante o ano de 1898 e disponível no setor de hemeroteca do AHMCS.

⁵⁷ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos, maragatos e pica-paus. In: De Boni, *A presença italiana no Brasil*, op. cit., 1996, p. 235.

⁵⁸ GIRON, L. S. *As sombras do Littorio*, op. cit., p. 43.

⁵⁹ *Idem*, p. 44.

⁶⁰ GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 72.

⁶¹ CONSTANTINO, op. cit., p. 227.

contra os intendentes nomeados como contra os maçons, e destes, contra os católicos e as 'Ligas Católicas'. O término da Revolução de 1893 vai garantir a reorganização do poder nas mãos do grupo de conservadores-autoritários liderados por Júlio de Castilhos e da submissão do grupo dos conservadores liberais, representado pelos federalistas".⁶²

Portanto, a relação de grupos de imigrantes com a política municipal e estadual revela aspectos importantes da formação social das colônias. Em primeiro lugar, destaca-se a diversidade e mesmo oposição social, política e ideológica presente na localidade desde o início da colonização, desmontando os ideários de imigrantes pacíficos e unidos. Segundo, a participação da elite econômica da colônia na política regional indica seu esforço no sentido de integrar-se à sociedade rio-grandense, não só no aspecto econômico mas também no âmbito da política.

Tramontini, ao estudar os primeiros 25 anos de imigração alemã, sugere que os imigrantes não devem ser vistos como isolados da sociedade gaúcha, mas devem ser entendidos dentro do processo econômico e social do estado.⁶³ Esta perspectiva também é adequada para o estudo da imigração italiana, e o envolvimento das ex-colônias no conflito político ocorrido no estado atesta a importância crescente dessa região para o governo. Além disso, o próprio estabelecimento das novas colônias na serra representava oportunidades de expansão comercial para os grandes comerciantes da capital. Portanto, o desenvolvimento social e econômico da região de colonização italiana da serra, apesar das dificuldades iniciais, deve ser entendido no âmbito da integração dos imigrantes ao novo país. Os imigrantes italianos integraram-se rapidamente à política e à economia do estado graças à ação do governo no sentido de propiciar acesso a terra e ao mercado – apesar da forma conturbada como muitas vezes isso foi feito. A existência do mercado regional articulado pelos comerciantes teutos abriu caminho para a inserção econômica dos imigrantes italianos.

⁶² GIRON, L. S. *As sombras do Littorio*, op. cit., p. 45.

⁶³ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*. Porto Alegre: PUC, 1997. (Tese de Doutorado em História).

Capítulo 2

2. MANUFATURA, ARTESANATO E MERCADO: UM PERÍODO DE FORMAÇÃO

A historiografia sobre a colonização italiana está centrada sobretudo no processo de industrialização e desenvolvimento comercial. Dialogando com este conjunto de estudos, este capítulo analisa a produção não agrícola e o incipiente processo de industrialização da localidade no final do século XIX. Proponho-me a analisar a formação do mercado local, que permitiu a expropriação de excedentes e a acumulação de riqueza pelos comerciantes sobre a venda de produtos coloniais, e também avalio o desenvolvimento do artesanato em Caxias. A compreensão das possibilidades de inserção econômica e de reprodução social dos colonos no novo país passa por essas questões.

Focalizo neste capítulo as atividades ditas “industriais”, que chamarei de manufatureiras e artesanais, e as atividades comerciais. As fontes consultadas são os livros de impostos municipais e as leis orçamentárias de Caxias.¹ Os impostos incidiam sobre as atividades mercantis, ou seja, sobre produção e comércio de mercadorias, e por isso realçam justamente esse aspecto da economia: a formação de um mercado.

Como introdução ao tema, apresento uma revisão bibliográfica de alguns estudos sobre industrialização no Rio Grande do Sul. Em seguida, analiso as atividades produtivas e, posteriormente, as comerciais e de transporte da ex-colônia Caxias. Ambas análises são realizadas em dois momentos: primeiramente observo o crescimento e a concentração rural ou urbana das mesmas; posteriormente, observo mudanças qualitativas. Essa segunda parte da análise da produção e do comércio combina as informações dos livros de impostos e das leis orçamentárias municipais, o que permite observar a existência – ou não – de indícios de concentração de capital em algumas atividades. Ao cruzar os dados, é possível conhecer algumas características de diversos tipos de estabelecimentos produtivos e comerciais, como o número de trabalhadores por unidade produtiva, as características do estoque ou o capital envolvido na atividade comercial. Também pude acompanhar algumas trajetórias de vida dos imigrantes através dos impostos pagos pelos mesmos. Assim, este capítulo se constitui em grande medida de

¹ Documentação citada na introdução, na pág. 20 nota 25 e na pág. 23 nota 32.

análise das fontes, e tem como objetivo conhecer as características da produção não agrícola e do comércio local.

2.1. Interpretações sobre o início da industrialização no Rio Grande do Sul

No final do século XIX iniciou-se um processo de industrialização em diferentes regiões do país como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco. No Rio Grande do Sul, geralmente a industrialização é associada à imigração, por ter se desenvolvido sobretudo nas áreas de colonização mais antigas. Caxias se inclui neste quadro e, praticamente desde sua fundação apresentou uma significativa diversificação social e econômica, com o surgimento e crescimento das atividades produtivas e comerciais. Tendo em vista que o desenvolvimento dessa localidade não foi um processo isolado, justifica-se fazer uma revisão dos principais estudos sobre a industrialização deste período no Rio Grande do Sul.

Os estudos sobre industrialização no Rio Grande do Sul destacam o papel da formação social do estado, com ênfase na colonização, mas também abordam outros aspectos como a política do Encilhamento e as variações do câmbio e da capacidade de importar. Saes² mostrou que essas questões, relacionadas ao mercado externo, foram cunhadas em torno dos estudos sobre a industrialização em São Paulo, centro da economia agro-exportadora do país, e principalmente no estudo das conjunturas da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 29. Essas teorias colocam no centro das discussões as influências do setor externo sobre o desenvolvimento da indústria nacional. As explicações sobre o processo ocorrido no Centro-Sul do país influenciaram as interpretações sobre outras regiões do Brasil, de modo que considero importante abordar, mesmo que brevemente, alguns aspectos das discussões existentes. Por fim, questiono o alcance da política do Encilhamento sobre o processo de industrialização.

Diversos autores desenvolveram interpretações sobre a industrialização no estado, um tema muito recorrente durante as décadas de setenta e oitenta.³ Ainda na década de 1930, Limeira Tejo conformou uma primeira interpretação.⁴ O autor entende que, devido ao isolamento do estado do Rio Grande do Sul em relação aos mercados do centro do país, teve início ainda no final do século XIX uma produção artesanal voltada para o consumo interno ao estado. Segundo

² SAES, Flavio A. M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 3-7, pp. 20-39, set./dez. 1989.

³ Algumas revisões bibliográficas sobre a industrialização no Rio Grande do Sul também podem ser encontradas em PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Mercado Aberto, 1991, p. 28-31; LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando. (org.) *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: Educus, 1997, p. 22-26.

⁴ TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939; TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Rio-grandense. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, v. 1, p. 79-108, 1983.

o autor, algumas dessas primeiras unidades artesanais tiveram uma evolução orgânica até o estágio industrial, tendo origem assim o processo de industrialização. Essa interpretação enaltece o trabalho e o espírito de poupança da figura do empresário, associado ao imigrante e teve alguns seguidores como Mem de Sá e Franklin de Oliveira⁵. Essa interpretação recebeu consistentes críticas como a de Lagemann (citada no início deste trabalho), e a de Pesavento:

Admitindo que todo empresário fora, originariamente, um colono imigrante e um artesão, a evolução linear do artesanato à indústria representava, no discurso burguês, a mais cabal demonstração da sua capacidade inovadora e do seu amor ao trabalho. Justificava-se, com isso, o sucesso e a riqueza, apresentados como merecidos e justos.⁶

Roche⁷ observou aspectos diversos relacionados à colonização alemã no Rio Grande do Sul, e analisa de forma diferenciada a origem e o desenvolvimento da indústria no estado. Para o autor, a indústria originou-se voltada sobretudo para bens de consumo não duráveis através do beneficiamento de produtos agropecuários. O conhecimento técnico existente entre os imigrantes e os investimentos de capital acumulado através do comércio de produtos da região colonial – os comerciantes vendiam a produção das colônias em Porto Alegre, onde compravam produtos importados para revender nas colônias – são aspectos levantados pelo autor. O dinheiro acumulado no comércio foi investido em indústrias, algumas vezes associado ao artesanato pré-existente. A evolução linear do artesanato para a indústria, como concebida por Tejo, foi vista por Roche como exceção, privilégio de apenas algumas unidades artesanais de centros urbanos maiores, de modo que o artesanato rural, mais afastado dos centros comerciais, teria sido aniquilado pela concorrência dos produtos importados. O desenvolvimento propriamente industrial teria ocorrido apenas durante a Primeira Guerra Mundial, dando início a um processo de substituição de importações. Assim, foi o primeiro autor a dispensar maior atenção à agricultura da região colonial do estado, tanto ao observar a acumulação de capital realizada pelos comerciantes quanto por entender que as modificações por que passou a atividade agrícola desde o início da colonização influenciaram todo o desenvolvimento econômico dessas ex-colônias alemãs.

Paul Singer⁸ estudou a industrialização e urbanização de Porto Alegre e desenvolveu uma interpretação radicalmente oposta à de Tejo ao destacar o papel dos comerciantes como os

⁵ SÁ, Mem de. Aspectos Econômicos da Colonização italiana do Rio Grande do Sul. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950; OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

⁶ PESAVENTO, S. J. *Os industriais da República, op. cit.*, p. 30.

⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

⁸ SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional/USP, 1968.

responsáveis pela acumulação de capital investido na industrialização, ao mesmo tempo em que se afasta de Roche ao afirmar que o artesanato foi totalmente liquidado pela concorrência de produtos importados. A dinâmica de desenvolvimento identificada por ele é a seguinte: inicialmente a produção agrícola e artesanal era voltada para a subsistência das próprias colônias, mas o aumento da venda de excedentes permitiu a monetarização da economia das colônias, sobretudo a partir da década de 1890 (mas não em todos os lugares, dependendo da melhoria dos meios de transporte). Inicia-se assim a acumulação de capital nas mãos do comércio atacadista e importador de Porto Alegre, que importava artigos do exterior para vender nas colônias e negociava os produtos coloniais. Este estava principalmente nas mãos de imigrantes alemães e seus descendentes, como também fora observado anteriormente por Roche e foi confirmado pelo recente estudo de Magda Gans.⁹

A industrialização surge, segundo o autor, voltada para o mercado regional antes suprido pelas importações e, assim, caracteriza-se pelo processo de substituição de importações. Singer entende que Porto Alegre entra em franca fase de industrialização a partir de 1890, e que as primeiras indústrias surgiram ainda no final do século XIX nos principais centros comerciais da região colonial, como São Leopoldo, São Sebastião do Caí e Caxias, assim como em Porto Alegre, época em que o artesanato já estaria liquidado. Essa interpretação sobre a industrialização caracteriza um desenvolvimento segregado entre, por um lado, a indústria e o meio urbano, e por outro, a agricultura e o rural.

Segundo o autor, o Rio Grande do Sul conseguia obter os recursos necessários para importar produtos industrializados do exterior através do comércio que mantinha com São Paulo. Portanto, ainda que a produção do Rio Grande do Sul estivesse voltada para o mercado nacional, o estado dependia indiretamente dos recursos advindos da economia agro-exportadora do centro-sul do país. O resultado dessa interpretação é que os fatores relacionados à economia internacional ganham importância para o estudo do desenvolvimento industrial gaúcho.

Chamamos de fatores internos a acumulação de capital comercial, o crescimento da procura por determinados artigos e a existência de economias externas às empresas industriais, tais como: oferta suficiente de matérias-primas, de energia elétrica e de mão-de-obra com as qualificações necessárias. São fatores externos os que encarecem os produtos estrangeiros que competem com os nossos, tais como, aumento das taxas aduaneiras e elevação da taxa cambial (desvalorização da moeda nacional em relação à estrangeira).¹⁰

⁹ GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

¹⁰ SINGER, *op. cit.*, p. 170.

Singer defende que o chamado Encilhamento, política monetária que aumentou a emissão de moeda e gerou inflação entre 1891 e 1894, teve influências sobre o desenvolvimento industrial do estado: além de dificultar a importação, ampliou o crédito e favoreceu o surgimento de pequenas empresas. Mais adiante faço algumas observações sobre essa política. Entretanto, apesar de levar em consideração os “fatores externos”, reconhece que o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul se apoiou sobretudo no mercado consumidor da região colonial, formando uma “base sólida regional”. Desse modo, desde a última década do século XIX estava conformada a “superioridade potencial” da capital e da “economia colonial” sobre a região pecuarista do estado.

Singer é citado em praticamente todos os estudos sobre industrialização devido à ênfase dada ao papel dos comerciantes e pela sua interpretação de que ocorreu no estado, desde fins do século XIX, um processo de industrialização via substituição de importações. Sua interpretação da evolução da agricultura no sentido de romper com a produção de subsistência e desenvolver a produção comercial também está presente em diversos estudos. Além disso, desenvolveu a explicação de que os comerciantes italianos da serra se encontravam em uma situação de dependência em relação aos comerciantes intermediários de Porto Alegre e demais centros comerciais da região, sobretudo antes da inauguração da ferrovia ligando Caxias à capital em 1910. Porém, a crítica a Singer é de que o autor generaliza ao não reconhecer o surgimento de indústrias a partir da atividade artesanal.¹¹

Lagemann estudou o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul desde o final do século XIX, e também afirma que a indústria do estado surgiu basicamente a partir da transformação das matérias-primas locais, tanto na região colonial quanto na pecuarista. Entende que a origem da indústria contou com importantes investimentos de capital acumulado no comércio e voltava-se principalmente para o mercado regional, destacando como exemplo o pioneirismo da fabricação de máquinas utilizadas em atividades primárias. Os setores industriais mais dependentes de exportação para fora do estado limitavam-se às charqueadas, à indústria têxtil e a do fumo, e assinala que a indústria surgiu “suplementando importações”,¹² graças à proteção de mercado propiciada pelo isolamento geográfico. Desse modo, diferentemente de Singer, não destaca como um problema analítico a concorrência com os produtos importados de outros estados ou países e nem as variações cambiais até as primeiras décadas do século XX. Somente na década de 1920, quando a indústria paulista ampliou seus mercados para outros estados, o autor afirma ter havido uma tendência da indústria gaúcha à especialização, indicando

¹¹ OSÓRIO, Ivan Dall’Ignia e RAMOS, José Hugo. *Rio Grande do Sul: industrialização posta à prova*. Porto Alegre: MEC/ UFRGS, 1969. (Mimeo), p. 45.

¹² LAGEMANN, E. *Imigração e industrialização*, op. cit., p. 116.

claramente que passava a sofrer com a concorrência de São Paulo. Como foi observado na introdução, o autor faz uma consistente crítica à visão de Tejo por valorizar excessivamente o papel do empresário no desenvolvimento e também por ignorar os investimentos de capital comercial na produção e, conseqüentemente, a possibilidade de a indústria dar saltos qualitativos de desenvolvimento. Lagemann entende que raramente o artesanato evoluiu até constituir indústrias e esta evolução teria sido possível apenas no início da industrialização.

Apesar de não se referir ao Rio Grande do Sul, um estudo de José de Souza Martins parece-me pertinente por realizar uma discussão aprofundada sobre a importância do mercado interno em São Paulo para o desenvolvimento industrial. O autor defende que a industrialização brasileira iniciou ainda no final do século XIX suprimindo demandas internas relacionadas à diferenciação social e econômica da sociedade agro-exportadora. Na discussão sobre as origens da indústria, discorda da interpretação de que a indústria teria nascido na forma de grandes estabelecimentos, e também critica as teorias que sobre-valorizam a alternância de ciclos de desenvolvimento relacionados ao câmbio¹³. Afirma que “a *gênese* da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise”, mas a indústria surgiu “nos interstícios dessas relações, à *margens* e *contra* o circuito de trocas estabelecido pelos importadores”.

Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior [...] só depois do ‘Ensilhamento’ é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias.¹⁴

Martins valoriza a dinâmica de desenvolvimento baseada no mercado interno, e portanto, entende que o início da industrialização não se caracterizou por substituir importações, mas por substituir a pequena produção artesanal nacional.

¹³ Versiani e Versiani realizaram um estudo que representa um esforço por superar a polêmica cepalina que problematizava a necessidade de ruptura ou não com o setor externo para promover o desenvolvimento industrial. Os autores mostram que a evolução da indústria no Brasil não respondeu de forma unívoca às oscilações do mercado externo e das variações cambiais, mas que a relação era ambígua, pois a elevação da taxa de câmbio estimula investimentos em máquinas e tecnologia, ou seja, em capacidade produtiva, enquanto desvalorizações cambiais induzem a expansão produtiva, com o aproveitamento máximo da capacidade instalada. Observam que a década anterior à Primeira Guerra teria sido um período de aumento dos investimentos e da capacidade produtiva, o que permitiu o crescimento da produção durante a Guerra. Adiante será observado que essa interpretação influenciou alguns autores sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, como Sandra Pesavento e Heloísa Reichel. VERSIANI, Flávio R. e VERSIANI, Maria Tereza. A industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio R. e BARROS, José Roberto M. de. (Org.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1977.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1990, 4ª ed., p. 106.

No Rio Grande do Sul, a nascente indústria têxtil mantinha forte relação com o mercado do centro-sul do país, e por isso está entre as mais antigas indústrias do estado, figurando desde a década de 1870. Reichel mostrou que, por voltar-se para um mercado baseado na atividade exportadora e por fabricar um produto até então importado, a indústria têxtil gaúcha sofreu diretamente a influência das oscilações cambiais e da política monetária nacional até 1910. Segundo a autora, o Encilhamento teve um duplo sentido: a facilidade de crédito propiciado por esta política econômica favoreceu o surgimento de pequenas indústrias; por outro lado, a indústria têxtil não pôde se beneficiar desse momento em que a política cambial dificultava as importações, pois parte da matéria-prima era importada. Além disso, esse setor industrial também ganhava importância desde o final do século XIX no mercado consumidor do estado e, por isso, a autora entende que a indústria têxtil logo passou a substituir importações. Assim, Reichel considera que, no caso específico da fiação e tecelagem, pode-se concordar com a tese de Singer sobre o desenvolvimento da indústria no estado.¹⁵

Alguns dos principais estudos sobre a indústria no estado foram desenvolvidos por Pesavento, que também destaca a importância da acumulação de capital comercial para a industrialização. Ao estudar a origem das indústrias, percebe diferentes formas de investimento e associação de capitais, desde a evolução do artesanato para a indústria até a indústria que nasceu através da aplicação de capital comercial na produção, além da importância, em alguns casos, da incorporação de indústrias pelo capital bancário. A autora mostrou também que o capital comercial foi investido em diferentes ramos de atividades que não unicamente a produção industrial, sendo que esta representa uma das possibilidades de negócio lucrativo na época.¹⁶

A autora destaca a formação de uma “economia colonial”, usando a expressão de Singer, e cita, entre outros, dois exemplos de Caxias:

Eberle fabricava máquinas de sulfatar e outros implementos para a vitivinicultura, e Triches produzia, entre outros artigos, máquinas para fazer massa, de amplo consumo em toda a região italiana. Dessa maneira, a economia colonial imigrante estabeleceu formas orgânicas de vinculação do capital, à liberação de força-trabalho, ao fornecimento de matéria-prima, à aquisição de tecnologia e à formação de um mercado consumidor para produtos manufaturados.¹⁷

A capacidade de acumulação interna de capital comercial é central na sua análise, mesmo quando observa as influências do câmbio sobre os investimentos e a produção. Concluiu que as incipientes indústrias:

¹⁵ REICHEL, Heloisa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930)*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978, p. 15-37.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

¹⁷ PESAVENTO, S. J. *Os industriais da República, op. cit.*, p. 51.

em fases de baixa cambial, foram capazes de aproveitar as dificuldades de importação de manufaturados estrangeiros, ocupando espaços e operando com maquinaria preexistente (ou mesmo, em determinados casos, sendo capazes de adquirir tecnologia no exterior, ainda que em situações de câmbio adverso), conseguindo aumentar a produção. Em períodos deflacionários e de melhoria aquisitiva externa da moeda nacional, tais empresas puderam, com mais folga, importar bens de capital, ampliando sua capacidade produtiva.¹⁸

Em outro estudo retoma o tema e observa que:

se o Encilhamento favorecera o surto industrial, pelas dificuldades que criara ao produto importado, também a aquisição de tecnologia estrangeira se via obstaculizada [...]. Portanto, a importação pressupunha um montante de capital disponível, preexistente à constituição da empresa ou a ela agregado a *posteriori*, capital este que, em ambos os casos, se achava ligado ao comércio.¹⁹

Segundo Pesavento, portanto, a dinâmica de desenvolvimento da região de colonização é determinada pela economia colonial, ou seja, pela constituição social e econômica regional.

Procurei mostrar que as interpretações sobre a economia do centro-sul do país inspiraram algumas das discussões presentes nos estudos sobre o Rio Grande do Sul. O estudo do caso de São Paulo abrange a maioria das pesquisas sobre a industrialização brasileira, pois esta província se tornava, no final do século XIX, a principal região exportadora do país, onde ocorreu o maior desenvolvimento industrial do período. Dessa forma, o papel do mercado externo ganhou destaque no estudo da industrialização de São Paulo, assim como a influência das oscilações cambiais sobre a produção nacional. Essas questões também foram abordadas em alguns estudos sobre o Rio Grande do Sul, porém, como destacou Pesavento, devem ser vistos em segundo plano diante da capacidade de acumulação de capital interna e frente à dinâmica de desenvolvimento com base na formação social das ex-colônias, nas quais havia tanto uma mão-de-obra especializada quanto um crescente mercado consumidor de produtos e matérias-primas.

Dentre os estudos mais recentes destaca-se o de Sérgio Schneider. Em seu estudo de caso desenvolve uma interpretação inovadora sobre industrialização e agricultura familiar através do estudo da região calçadista do Rio Grande do Sul.²⁰ É interessante observar que a região do Vale do Rio dos Sinos se diferencia das outras regiões do estado pelo número significativo de fábricas de calçados que surgiram como unidades artesanais e manufatureiras. O autor identificou uma dinâmica de desenvolvimento peculiar na região, onde se desenvolveu um sistema produtivo

¹⁸ PESAVENTO, S. J. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*, op.cit., p. 49. O estudo de VERSIANI e VERSIANI, op cit., teve importante influência sobre as interpretações de Pesavento sobre o papel das importações, tanto de produtos quanto de máquinas e matérias-primas.

¹⁹ PESAVENTO, S. J. *Os industriais da República*, op. cit., p. 77-78.

²⁰ SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

local baseado em um processo de industrialização difusa – uma forma de industrialização específica de áreas onde o modelo fordista de indústria nunca chegou a se desenvolver, preponderando um grande número de pequenas e médias empresas.

A valorização do ambiente social e econômico local e dos recursos nele disponíveis, como o custo de reprodução da força de trabalho, as condições de interdependência com a economia local, a facilidade de troca de informações com agentes externos e a flexibilidade nos processos produtivos, constitui a característica *sui generis* dos processos de industrialização difusa.²¹

Conforme Schneider, “as relações de assalariamento coexistem com outras formas sociais de trabalho que integram o modo global de regulação das relações sociais de trabalho e sua reprodução ampliada.”²² O autor entende que a agricultura familiar começou a sofrer um processo de desarticulação devido ao desgaste do solo e à crescente divisão das terras por herança, a crescente absorção de trabalhadores pelas indústrias e os novos padrões tecnológicos de produção agrícola, que nem todos agricultores conseguiam acompanhar. Os agricultores familiares incorporaram algumas modificações tecnológicas para garantirem sua reprodução social que, somadas às oportunidades de trabalho assalariado complementar para membros das famílias em indústrias surgidas no meio rural, contribuíram para sua reprodução social sem, no entanto, desestruturar a produção agrícola.

As facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos colonos com as empresas calçadistas e a existência de um amplo mercado de trabalho permitiram a combinação dos trabalhos agrícolas com o exercício de empregos não-agrícolas por parte de alguns membros das famílias dos pequenos agricultores. O assalariamento, constituiu-se, neste caso, numa alternativa estratégica às dificuldades enfrentadas pelos colonos.²³

Sob esse ponto de vista, o crescimento industrial pôde se beneficiar do trabalho de membros das famílias de agricultores sem que isso necessariamente resultasse na desarticulação econômica da agricultura familiar e em um processo de proletarização. É válido observar que não está sendo proposto que o desenvolvimento de Caxias anterior a 1910 tenha relação com estes modelos de industrialização, pois nesse período a economia da região ainda era essencialmente agrícola. Além disso, esses modelos foram desenvolvidos a partir de estudos de caso referentes às últimas três décadas do século XX e têm relação com o contexto econômico contemporâneo. Essa discussão, no entanto, é relevante por desenvolver elementos analíticos pertinentes para o estudo do desenvolvimento da agricultura praticada pelos imigrantes em um período de

²¹ *Idem*, p. 57.

²² *Idem*, p. 65.

²³ *Idem*, p. 112.

desenvolvimento do mercado e das relações de produção capitalistas. As possibilidades interpretativas desenvolvidas por Schneider permitirão compreender algumas características da dinâmica de desenvolvimento do artesanato na ex-colônia Caxias.

A bibliografia específica sobre a colonização italiana não aprofundou a discussão sobre essas questões relativas ao processo de desenvolvimento, incorporando as interpretações dos diferentes autores citados, sobretudo Roche, Singer e Pesavento. Giron compartilha da visão de que a industrialização em Caxias teve origem a partir de investimentos realizados pelo capital comercial e também através da associação de capital comercial com o artesanato – lembra que a maioria dos donos de oficinas também comercializava sua produção, de modo que as atividades artesanal e comercial ainda não se encontravam totalmente separadas nas primeiras décadas da colonização. A autora entende que a indústria da região colonial conseguiu se inserir de forma competitiva no mercado nacional nas primeiras décadas do século XX graças ao conhecimento técnico trazido por alguns imigrantes e aos investimentos realizados na aquisição de tecnologia e máquinas importadas, iniciados ainda no final do século XIX.²⁴

Em outro estudo, Giron e Bergamaschi²⁵ analisaram o surgimento das casas de comércio de Caxias e mostraram o acelerado crescimento dessa atividade no final do século XIX e início do XX. Também apontaram para a importância da evolução dos transportes para o desenvolvimento do comércio, pois na medida em que era possível garantir o transporte das mercadorias em todas as épocas do ano (a partir da década de 1890), acelerou-se o estabelecimento das casas comerciais, assim como se desenvolveu um setor de serviços voltado para os transportes. Alguns outros estudos sobre imigração italiana serão citados ao longo do trabalho.

Antes de encerrar essa revisão bibliográfica, se faz necessário situar a política do Encilhamento e também ter noção da produção industrial do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país. Sobre a política do Encilhamento, existe uma concordância geral de que esta facilitou o crescimento do número de estabelecimentos industriais ao ampliar o crédito; alguns autores também consideram que a dificuldade de importar do período tornou vantajoso investir na produção. Porém, considero inadequado afirmar a influência da política do Encilhamento para explicar o crescimento do número de manufaturas em quaisquer regiões do país. Alertou-me para esta questão um estudo do caso da indústria têxtil em Minas Gerais, realizado por Oliveira, que expõe o problema da seguinte forma:

²⁴ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlena, 1994.

²⁵ GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

No que se refere à expansão industrial no correr do período do Encilhamento, há consenso. Os primeiros anos da década de noventa têm sido vistos, em geral, como anos de crescimento significativo da indústria brasileira. Esse crescimento tem sido usualmente tratado como o resultado – pelo menos em parte – das medidas de política econômica então implementadas. A questão ainda não resolvida é se o Encilhamento contribuiu significativamente, ou não, para essa expansão.²⁶

Analisando as companhias têxteis mineiras que tinham ações cotadas na bolsa, concluiu que o Encilhamento não teve importância no processo de captação de poupanças para investimentos nesse setor industrial. O número de empresas com ações cotadas na bolsa aumentou sobretudo com o surgimento de novos setores, principalmente o bancário. Para a autora, portanto, “o impacto do Encilhamento sobre a indústria foi pouco significativo, não passando de uma bolha especulativa”.²⁷ Observou ainda que “o encilhamento não alterou o modelo tradicional de obtenção de recursos financeiros para o estabelecimento de novas fábricas de tecidos em Minas Gerais”, pois esses recursos continuavam sendo obtidos entre amigos, vizinhos, sócios, parentes.²⁸

Portanto, embora não haja dados seguros sobre o caso do Rio Grande do Sul, este estudo sobre Minas Gerais serve para mostrar que o Encilhamento não deve constituir um argumento explicativo geral sobre o surto industrial brasileiro da última década do século XIX. Para conhecer a real dimensão da influência dessa política monetária, seria necessário realizar um estudo específico.

A dimensão do desenvolvimento industrial do final do século XIX também não deve ser superestimada, principalmente no Rio Grande do Sul. No contexto nacional, de acordo como o Censo Industrial do Brasil de 1907, o Rio Grande do Sul participava com 14,9% do número de indústrias, contra 16,5% de São Paulo, 33,1% do Rio de Janeiro e 8% de Minas Gerais.²⁹ Por esses dados, muitas vezes considerou-se que o Rio Grande do Sul tinha nesse período praticamente o mesmo parque industrial de São Paulo.³⁰ Porém, como Wilson Cano observou, a indústria do Rio Grande do Sul era em grande medida composta por pequenas unidades beneficiadoras de matéria-prima de origem agro-pecuária ou extrativa e, por isso, apresentou um

²⁶ OLIVEIRA, Maria Tereza R. de. Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira. In: *Anais XXVI Encontro Nacional de Economia*. Vitória: ANPEC, vol. 1, 1998, p. 199. A autora assinou alguns trabalhos anteriores como Maria Tereza Versiani.

²⁷ *Idem*, p. 201.

²⁸ *Idem*, p. 202.

²⁹ LAGEMANN, *A industrialização no Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 26. Cano encontrou 13,5% para o Rio Grande do Sul e 15,9% para São Paulo. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971, p. 119.

³⁰ Singer afirma que “em 1907 a produção industrial de São Paulo e do Rio Grande do Sul quase se equivalem”. SINGER, op. cit., p. 177.

potencial de crescimento menor do que a indústria de São Paulo, voltada para setores mais dinâmicos e com maior concentração de capital.

Cano usou como método para analisar os dados do Censo o expurgo de todas as indústrias que apenas beneficiavam matérias-primas, por considerar que estas indústrias não representavam uma transformação dinâmica do setor produtivo industrial. Encontrou dessa forma uma participação relativa bastante inferior do Rio Grande do Sul no conjunto da indústria nacional. Uma crítica a essa forma de selecionar os dados foi feita por Pedro Bandeira, por ser arbitrária e usar critérios duvidosos para avaliar o que podia ser considerado “dinâmico” na indústria da época, reafirmando assim a importância da indústria beneficiadora de produtos primários para o processo de industrialização. Observa principalmente que os dados do Censo são incompletos, sobretudo para São Paulo, mas mesmo discordando do seu método de análise, Bandeira concorda com Cano que o parque industrial gaúcho era significativamente menos importante na época do que o paulista.³¹ Ainda assim, a industrialização no Rio Grande do Sul não deve ser subestimada, como o comprova o terceiro lugar que o estado ocupou dentre todos os estados brasileiros na Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro em 1908, com 14% dos expositores.³²

2.2. Desenvolvimento artesanal/manufatureiro em Caxias

O termo “indústria” referia-se na época a algo diferente do que atualmente. As atividades produtivas de transformação em geral eram denominadas de indústria, ainda que não fossem mais do que unidades artesanais ou manufatureiras, como mostrou Pesavento com base na descrição dos produtos apresentados na exposição provincial de 1875:

A maior parte dos produtos expostos resultam de um beneficiamento simples da matéria-prima local e se encontram disseminados pelo interior, principalmente na área de colonização alemã. Não fazem qualquer referência à utilização de força motriz ou aos operários, descrevendo, apenas, os produtos. Alguns estabelecimentos são destacados pela maior elaboração de seus produtos, pela utilização de operários e pelo emprego de máquinas a vapor. É contudo freqüente que se identifique o nome do produtor direto, destacando a sua habilidade técnica³³.

Assim se caracterizava a incipiente industrialização do estado. Pesavento observa ainda que, mesmo nos poucos casos em que eram listadas máquinas, “a maior parte destas máquinas, contudo, ainda representava uma mera extensão do braço do trabalhador direto”.³⁴ As poucas

³¹ CANO, *op. cit.*, p. 119-120; BANDEIRA, Pedro Silveira. A Produção gaúcha na economia nacional: resposta a uma crítica. *Ensaios FEE*. Porto Alegre: FEE, vol. 4, n. 2, p. 137-149, 1984.

³² PESAVENTO, S. J. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*, *op. cit.*, p. 56.

³³ PESAVENTO, S. J. *Os Industriais da República*, *op. cit.*, p. 72.

³⁴ *Idem*, p. 72.

fábricas concentravam-se em centros comerciais da província como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e São Leopoldo e beneficiavam matéria-prima local.

Em 1881 foi realizada a exposição brasileiro-alemã, na qual aumentou o número de expositores e a variedade de produtos manufaturados. Em relação à de 1875, também aumentou o número de empresas que passaram a utilizar máquinas a vapor. Vinte anos depois, em 1901, constavam produtores da região de colonização italiana entre os expositores. Neste caso

predominavam as unidades de produção doméstica, artesanais, das quais são exemplos as múltiplas cervejarias e “empresas” produtoras de vinho e banha, sem maior recurso técnico que o trabalho manual dos membros da família, auxiliados por vizinhos, às vezes, classificados como “empregados”.³⁵

Essas características gerais da “indústria” da época também aparecem em Caxias. Assim como o termo indústria referente ao período representava uma realidade específica, as fontes indicam que outros termos também apontam para uma realidade diferenciada se voltados para o final do século XIX; é o caso do mercado e da urbanização. Estes aspectos serão abordados mais adiante.

Em 1878, apenas 3 anos após o início da imigração, existiam em Caxias 10 casas de comércio de produtos secos e molhados, 2 carpintarias, 2 ferrarias, 2 sapatarias, 1 alfaiate, 1 barbearia e 5 moinhos, um deles movido a vapor. Em 1882 existiam 1 fábrica de cervejaria, 1 de sabão, vários coureiros, várias ferrarias, latoarias, relojarias, carpintarias, barbearias, sapatarias e iniciava a cultura de parreirais, de cereais e de amoreiras (estas últimas eram cultivadas para alimentação do bicho-da-seda).³⁶

Diferentemente dos inventários, os livros de impostos já foram utilizados em outros estudos. Giron analisou apenas o ano de 1899.

Em 1899 a economia regional já se definira. Ainda assim havia uma dominância das indústrias de consumo, que representavam 61% da produção total. Três setores dominavam: a indústria tritícola, a indústria vinícola e a madeireira, que constituíam 60% dos estabelecimentos industriais existentes³⁷.

No levantamento que realizei dos impostos deste ano encontrei algumas pequenas diferenças no número de estabelecimentos produtivos em relação aos resultados listados por Giron. Contudo, sua análise resume perfeitamente a realidade indicada nos livros de impostos: uma economia essencialmente baseada nas atividades agrícola e extrativa de madeira.

³⁵ *Idem*, p. 76.

³⁶ Relatório de João Maria de Almeida Portugal, 1882. Apud: ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, p. 261.

³⁷ GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: Evolução Histórica*. Porto Alegre: UCS/EST, 1977, p. 75.

O conjunto das atividades analisadas foi escolhido porque compõe em todos os anos mais de 80% de todas as atividades manufatureiras de Caxias, como poderá ser visto adiante, na Tabela 9. O conjunto de todas as atividades comerciais e produtivas que pagaram impostos em Caxias nos anos da amostra pode ser visto pelos Anexos 1 e 2. Utilizei o número de unidades produtivas como critério para análise do crescimento quantitativo e não o montante dos impostos cobrados, que teoricamente refletiriam melhor o capital investido no estabelecimento. Essa escolha se deveu ao fato de que os valores cobrados, para as oficinas manufatureiras, são pouco diferenciados, e geralmente o mesmo valor era cobrado para várias atividades bastante distintas, como será visto quando forem analisadas as leis orçamentárias. Para as casas comerciais, os valores são bastante diferenciados, mas mantive o mesmo critério, descrevendo as variações nos valores cobrados e nos critérios de cobrança. Foram considerados os estabelecimentos que pagaram imposto nos referidos anos, pois algumas vezes existem estabelecimentos listados mas não foi efetivado o pagamento. Na maioria destes casos, há alguma explicação para o não pagamento: “fechou”, “mudou-se”, “vendeu...”, etc.

O crescimento da produção local se evidencia ao mencionar apenas alguns dados. Em 1894, quase vinte anos após o início da colonização, existiam em Caxias 264 estabelecimentos artesanais/manufatureiros, totalizando 24 especialidades diferentes de produção; quinze anos depois existiam 564 estabelecimentos distribuídos em 35 diferentes modalidades – um crescimento total numérico dos estabelecimentos produtivos artesanais superior a 100%, acompanhado de acelerada diversificação.

Em alguns setores, as manufaturas e artesanatos eram eminentemente rurais (a área urbana era formada pela Sede Dante e pela Sede Nova Trento), e estes serão analisados por primeiro – são serrarias, moinhos e alambiques. Conforme foi observado na introdução (pág. 23), os dados do ano de 1892 provavelmente estejam incompletos, impressão esta que se fortalece na comparação com os dados de 1894, quando o crescimento parece ser exagerado. Ainda assim, apresentamos os dados de 1892 por serem referentes ao primeiro livro de recolhimento de impostos de Caxias, mas este ano não foi considerado no índice de crescimento, que tem 1894 como ano-base; a coluna “crescimento” sempre indica a variação em relação ao ano anterior.

O aumento do número de serrarias de 1894 a 1909 foi de significativos 79%. Verifica-se um crescimento considerável na década de 1890, com leve queda nos primeiros anos do século XX e recuperação do crescimento em 1909. Essa tendência de evolução, em linhas gerais, verifica-se em diversas atividades.

Tabela 2 – Crescimento do número de serrarias

Ano	Unidades	Índice	Crescimento
1892	9		
1894	28	100	211,1%
1899	47	168	67,8%
1904	45	161	-4,2%
1909	50	179	11,1%

Fonte: Anexo 1

Praticamente todas as serrarias localizavam-se na área rural, com exceção de uma de 1899, 2 de 1904 e uma de 1909. Mesmo com variações durante o período, verifica-se uma tendência clara ao seu aumento sobretudo na 10^a Léguas e na Colônia Sertorina. Pode-se inferir que a distribuição espacial das serrarias reflete o ritmo de ocupação dos lotes, acompanhando a necessidade dos imigrantes de derrubarem o mato para plantar.³⁸

Tabela 3 – Crescimento do número de moinhos

Anos	Nº de Unidades	Índice	Crescimento
1892	16		
1894	69	100	331,2%
1899	72	104	4,3%
1904	68	98	-5,5%
1909	71	103	4,4%

Fonte: Anexo 1

Todos os moinhos se localizavam na área rural, com exceção de um de 1892 e um de 1909. Os moinhos estavam distribuídos por todo o território de Caxias, com uma concentração um pouco maior durante todo o período na Sertorina e na 9^a, 10^a e 16^a Léguas (incluindo as áreas demarcadas posteriormente, mais próximas ao Rio das Antas).

³⁸ Em 1894, a maioria das serrarias se localizava na 5^a, 7^a e 9^a Léguas. Cinco anos mais tarde, surgiram novas serrarias em quase todas as léguas, concentrando-se mais na 9^a, 10^a e 16^a Léguas e principalmente na Colônia Sertorina (Colônia particular de propriedade de Luiz Antônio Feijó Júnior, próxima a Caxias) onde não havia nenhuma serraria em 1894 e em 1899 já havia 6. Durante a década de 1900 ao menos uma ou duas serrarias funcionavam em quase todas as Léguas, no entanto verifica-se uma clara concentração na 10^a Léguas e principalmente na Colônia Sertorina, enquanto seu número chegou a diminuir em outras áreas. Em 1909, 17 serrarias, ou um terço do total, ficavam na Sertorina, onde também estavam 10 das 14 movidas a vapor existentes neste ano.

Tabela 4 – Crescimento do número de alambique de graspa e de cana

Anos	Unidades	Índice	Crescimento
1892	7		
1894	36	100	414,3%
1899	65	180	80,5%
1904	72	200	10,7%
1909	160	444	122,2%

Fonte: Anexo 1

O alambique é a atividade existente em maior número de unidades e, como as serrarias e os moinhos, também apresentou uma desaceleração do crescimento em 1904 em relação aos outros anos. Todos se localizavam na área rural, com exceção de um de 1892 e um de 1909. O crescimento exorbitante do número de alambiques indica o aumento da produção vinícola, pois apenas uma minoria dos alambiques produzia cachaça, enquanto a maioria produzia graspa, uma bebida destilada bastante apreciada na região de colonização italiana, que utiliza como matéria-prima o bagaço de uva que sobra após a preparação do vinho.³⁹ Isso explica também porque os alambiques são a atividade mais uniformemente distribuída por todo o território de Caxias durante todo o período. Entretanto, sobre a produção de vinho propriamente dita não incidia qualquer imposto municipal.

Tabela 5 – Crescimento do número de ferrarias

Ano	Unidades	Índice	Crescimento	Rural	Rural/ Total	Urbana	Urbano/ total
1892	6			2	33,3%	4	66,7%
1894	23	100	283,3%	12	52,2%	11	47,8%
1899	33	143	43,5%	23	69,7%	10	30,3%
1904	41	178	24,2%	33	80,4%	8	19,6%
1909	50	217	21,9%	40	80,0%	10	20,0%

Fonte: Anexo 1

³⁹ Em 1899, de um total de 65, foi especificado que apenas 18 eram de cana (cachaça); dos 72 de 1904, 47 eram de graspa e 23 de cana; em 1909, apenas 13 de 160 especificavam serem de cana. Em todos os anos, a maioria destes é descrita como “engenho de cana”.

As ferrarias produziam quase tudo que se necessitava: utensílios domésticos, ferraduras, argolas para correntes de ferro, ferramentas agrícolas e até carretas.⁴⁰ O número de ferrarias aumentou bastante em todos os anos, tendo mais que dobrado em 15 anos, entre 1894 e 1909. Porém, observe-se que o ritmo de crescimento diminuiu gradativamente durante todo o período. Percebe-se também o grande crescimento do número de ferrarias no meio rural; os parcos dados de 1892 indicam apenas um terço no meio rural, enquanto em 1894 era mais da metade, aumentando para 80% nos dez anos seguintes. Apenas entre 1904 e 1909 voltou a crescer o número de ferrarias urbanas, acompanhando o crescimento ocorrido na área rural no mesmo período.

As ferrarias podem ser vistas como uma medida da intensidade do transporte realizado por estas vias, já que ferrar os animais era uma das suas principais funções. Embora as ferrarias rurais estivessem relativamente distribuídas, verifica-se que a maior parte delas situava-se nas léguas cortadas pelas principais vias de comunicação de Caxias, enquanto apenas um número diminuto delas se localizava nas léguas que não eram cortadas por estas estradas, como a 4^a, 11^a, 12^a, 13^a, 14^a e 15^a Léguas.⁴¹ É interessante observar que a concentração de ferrarias junto às estradas que ligavam Caxias a Bento Gonçalves (ex-Colônia Dona Isabel) e a Antônio Prado equivalia-se (e mesmo superava, no ano de 1904) à concentração destas junto à estrada Rio Branco, considerada a principal veia econômica da Colônia por permitir a ligação a São Sebastião do Caí e, a partir dali, por via fluvial a Porto Alegre. Em 1909, porém, aumenta principalmente o número de ferrarias junto à estrada Rio Branco, ao mesmo tempo em que surgem as primeiras junto à estrada Conselheiro Dantas, que seguia para os campos de Cima da Serra. A forma como se distribuía pelo território de Caxias mostra a importância da comunicação entre as próprias colônias italianas vizinhas possivelmente tão intensa quanto a ligação entre Caxias e São Sebastião do Caí ao menos até 1904. O aumento da concentração na estrada Rio Branco em 1909 indica a intensidade crescente das relações comerciais com Porto Alegre.

As selarias e os curtumes representam o trabalho com couro. Ao todo, 15 proprietários possuíam ambos estabelecimentos, alguns destes mantendo-os durante mais de um ano da amostra.

⁴⁰ MOLON, Floriano. O significado dos carreteiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 1990, p. 513; Livros-caixa da ferraria de Antônio De Antoni. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular de Evaristo de Antoni. Código: EDA 025L e EDA 046L. Caxias do Sul: AHMCS.

⁴¹ No ano de 1909 especificou-se, no item residência, não apenas a Léngua mas muitas vezes também o Travessão, o que veio a confirmar a concentração maior de ferrarias nas localidades, no interior das léguas, cortadas pelas principais vias de comunicação do município.

Tabela 6 – Crescimento do número de selarias e curtumes, somados

Ano	Unidades	Índice	Cresci- mento	Rural	Rural/ total	Urbana	Urbano/ Total
1892	4			2	50,0%	2	50,0%
1894	18	100	350,0%	7	38,9%	11	60,1%
1899	19	106	5,5%	10	55,5%	8	44,4%
1904	18	100	-5,3%	12	66,6%	6	33,4%
1909	39	216	116,6%	19	48,7%	20	51,3%

Fonte: Anexo 1

O número destas unidades produtivas mantém-se estável até 1904, mais que dobrando em 1909, o que reflete principalmente o número de selarias. Essas atividades se concentraram mais no meio rural, mas em 1909 o número de selarias urbanas suplantou as rurais. Sua distribuição pelo território foi restrita, concentrando-se na 7ª e 8ª Légua, o que mais uma vez parece indicar a importância da relação comercial com os campos de Vacaria e de São Francisco; apenas em 1904, e principalmente em 1909, aparecem na 1ª, 5ª e 16ª Légua e também em Forqueta. As relações comerciais com a região do Planalto não são desconhecidas dos pesquisadores sobre a colonização italiana na serra, mas as informações a respeito são escassas.

Tabela 7 – Crescimento do número de sapatarias

Ano	Unidades	Índice	Cresci- mento	Rural	Rural/ Total	Urbana	Urbano/ Total
1892	3			1	33,3%	2	66,6%
1894	25	100	733,3%	6	24,0%	19	76,0%
1899	28	112	12,0%	13	46,4%	15	53,6%
1904	26	104	7,1%	16	61,5%	10	38,5%
1909	32	128	23,1%	17	53,1%	15	46,9%

Fonte: Anexo 1

Observa-se uma distribuição quase equitativa dessas oficinas entre o meio rural e o urbano desde 1899. Pode-se constatar que seu crescimento esteve apoiado na demanda da própria população local, já que aquelas situadas na área rural estavam bastante distribuídas pelo território.

Tabela 8 - Crescimento do número de carpintarias, marcenarias e olarias, somadas

Ano	Unidades	Índice	Crescimento	Rural	Rural/ total	Urbana	Urbano/ total
1892	2			0	0,0%	2	100,0%
1894	11	100	400,0%	2	18,2%	9	81,8%
1899	15	136	50,0%	4	26,6%	11	73,4%
1904	15	136	0,0%	4	26,6%	11	73,4%
1909	24	218	53,3%	5	20,8%	19	79,2%

Fonte: Anexo 1

Estas três atividades se caracterizam por refletirem o trabalho de construção de casas e objetos de madeira, como móveis. São notavelmente urbanas, concentradas sobretudo na Sede Dante, e o aumento destacado de 1909 se deve sobretudo ao aumento do número de carpintarias.

Outra atividade urbana são as alfaiatarias, chegando a 91% de concentração urbana em 1894. Seu número praticamente dobrou, passando de 11 em 1894 para 21 quinze anos depois.

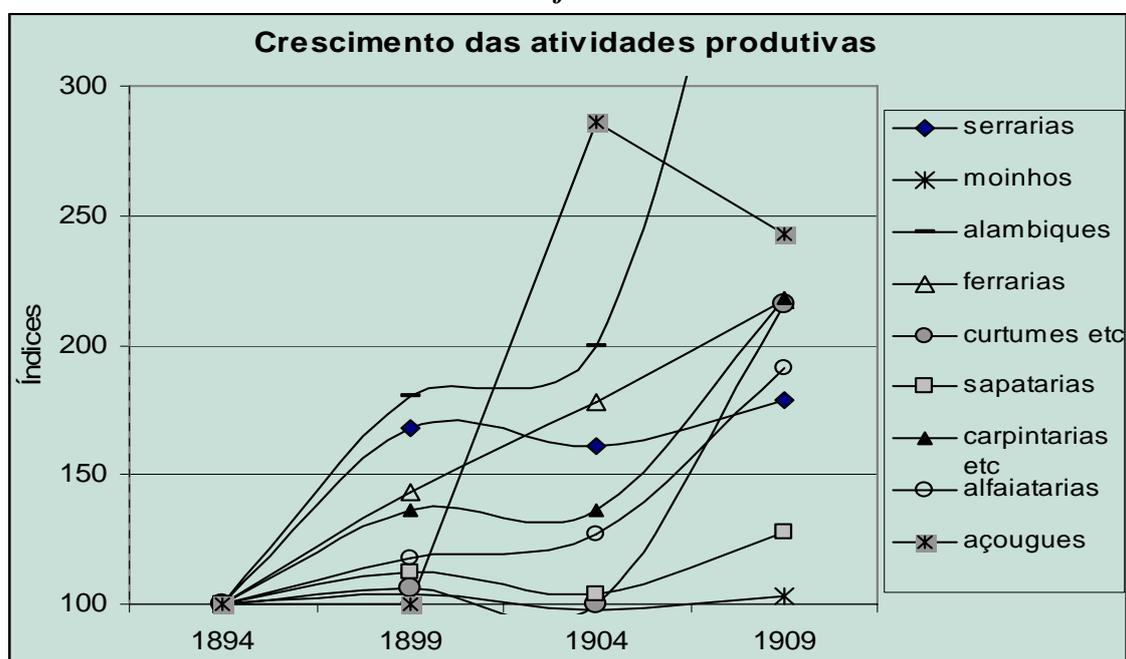
Em 1894 e 1899, Caxias contava com 7 açougues, todos na cidade, com exceção de um em 1899. Diferentemente das demais atividades, que em geral diminuíram em 1904, o número de açougues aumentou bastante neste ano da amostra, tanto na cidade como no meio rural. Em 1904, seu número quase triplicou: 20 açougues, dos quais 6 estavam no meio rural. Nos cinco anos seguintes, 3 açougues urbanos fecharam, e mesmo sendo eminentemente urbana, esta atividade cresceu mais no interior. O crescimento acelerado de açougues revela uma especialização dessa atividade, pois nos anos de 1892 e 1894, em cada ano, 6 pessoas pagaram imposto sobre “gado abatido” para consumo público. Com raras exceções, os valores eram baixos e, de acordo com o estipulado na legislação orçamentária, indicavam a venda de duas ou três cabeças de gado, enquanto o termo açougue provavelmente se referia a um estabelecimento especializado na carneação com certa regularidade na produção.

Uma regularidade que acompanha todo o período é o crescimento ocorrido no ano de 1909 em todas essas atividades, mas principalmente no meio urbano e em especial na Sede Dante – exceto as ferrarias, que mantiveram uma baixa concentração urbana.

O crescimento das atividades listadas até o momento, com exceção das ferrarias e açougues, seguiu tendências muito semelhantes. Nos primeiros anos do século XX ocorreu certa estagnação e mesmo decréscimo de várias atividades. Isso nos levou a pensar que talvez se tratasse de uma deficiência da própria fonte. Porém, os dados sobre os açougues dissiparam essa

idéia, pois apresentaram significativa tendência contrária – caso se tratasse de um sub-registro da fonte, essa característica deveria ter seguido todas as atividades, como ocorre com o ano de 1892.

Gráfico 1



Fonte: Anexo 1

Além destas atividades, existiam 29 barbaquás em Caxias em 1909 – uma instalação para secar erva-mate. Antes de 1909, apenas foi listada uma “fábrica de erva-mate” em 1894. O extrativismo da erva-mate, e já no século XX, o seu cultivo, era amplamente difundido na região do planalto gaúcho. Antes da utilização o barbaquá, a secagem da erva-mate era feita com o “carijo”, que se resumia a uma estrutura rudimentar de troncos e capim amarrados com cipó.⁴²

O barbaquá, um sistema que elimina o contato das folhas de mate com a fumaça e que substitui o carijo, apenas passou a ser usado com certa regularidade no século XX, apesar de ser conhecido no Paraná desde a década de 1860. Esse melhoramento técnico foi fruto de comerciantes e proprietários de engenho que passaram a comprar o mate na sua forma natural. (...) O barbaquá, uma instalação mais sofisticada, exige certo capital, não pode ser construído nas mesmas proporções.⁴³

A existência de barbaquás em Caxias mostra uma integração cultural dos imigrantes ao Rio Grande do Sul, assim como uma integração bastante diversificada ao mercado.

O setor de têxteis e teares não é mencionado na legislação, e portanto não pagou imposto, mas existiram ao menos duas fábricas têxteis em Caxias antes de 1910. Os têxteis estão entre os

⁴² ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p.124.

⁴³ *Idem*, p. 125.

principais produtos importados, como se pode verificar nos estoques e nas dívidas das casas comerciais (analisados no capítulo 3). Em 1899 foi fundada, na Sede Dante, a Tecelagem Nossa Senhora de Pompéia por Giuseppe Panceri, ex-operário têxtil de Milão, que contou com mão-de-obra familiar para tocar a produção⁴⁴. Em 1909, esta tecelagem mudou de nome para Tecelagem Panceri e produzia tecidos de seda, linho e algodão usando teares feitos pelo próprio Panceri – este copiou o modelo da fábrica de tecidos Rheingantz, de Rio Grande. Depois de 1911, passou a importar fios de seda da Itália, pois a experiência de criação do bicho-da-seda na serra foi frustrada.⁴⁵ Outra fábrica existia na 5ª Léguas, chamada inicialmente de “Tevere” e posteriormente de Companhia de Tecidos de Lã de Hércules Galó (atualmente a fábrica chama-se Lanifício São Pedro). Essa fábrica deu origem ao bairro operário de Galópolis e, ainda no final do século XIX, um conjunto de casas foi erguido nas proximidades do lanifício, configurando uma diferenciação ocorrida naquele espaço rural. O lanifício contou com trabalho das famílias dos sócios e iniciou com uma estrutura fabril, com algumas máquinas que produziam para o mercado da região colonial, mas principalmente Caxias e Porto Alegre. Não se conhecem outros exemplos de indústrias com uma estrutura fabril em Caxias no final do século XIX.⁴⁶

Até o momento foi analisado apenas o crescimento numérico dos estabelecimentos produtivos. É interessante adiantar que algumas observações qualitativas sobre o crescimento de determinadas atividades serão feitas mais adiante. Para ter uma visão de conjunto das principais atividades desenvolvidas no período, elaborou-se uma tabela com a participação de cada atividade em relação ao total de estabelecimentos.

A atividade que mais ampliou seu número de estabelecimentos foi a dos alambiques de graspa e cachaça, dobrando sua participação relativa no total das atividades produtivas nos últimos 15 anos. Além das listadas na Tabela 9, surgiram algumas novas atividades a partir de 1899 e de 1904: caldeirarias, fábricas de café, de carretas, fogos de artifício, massas, salames, vassouras, ourivesarias, tanoarias e tipografias, tanto na sede quanto no interior, além do grande número de barbaquás existentes em 1909 (ver Anexo 1). Por isso, o conjunto das atividades listadas na Tabela 9 tenderam a perder importância relativamente ao total neste ano.

⁴⁴ HERÉDIA, *op. cit.*, p. 78.

⁴⁵ MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul / 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 1998, p. 66.

⁴⁶ HERÉDIA, *op. cit.*

Tabela 9 – Participação (%) do número de unidades de cada atividade produtiva em relação ao total das unidades produtivas por ano

Ano	Total	Serrarias/ Total	Moinhos/ Total	Alambiques/ Total	Ferrarias/ Total	Selarias e Curtumes/ Total
1892	58	16%	28%	12%	10%	7%
1894	264	11%	26%	14%	9%	7%
1899	344	14%	21%	19%	10%	6%
1904	366	12%	19%	20%	11%	5%
1909	564	9%	13%	28%	9%	7%

Ano	Sapatarias/ Total	Carpintarias, marcenarias e olarias/ Total	Alfaiatarias/ Total	Açougues/ Total	Soma das unidades listadas/ Total
1892	5%	3%	2%	3%	86%
1894	9%	4%	4%	3%	86%
1899	8%	4%	4%	2%	87%
1904	7%	4%	4%	5%	87%
1909	6%	4%	4%	3%	82%

Fonte: Anexo 1

Apesar da diversidade, a maioria dos estabelecimentos dependia basicamente de matérias-primas locais, aquelas provindas do extrativismo, agricultura e pecuária⁴⁷. As manufaturas que as utilizavam representavam em média mais de 83% de todas as unidades produtivas listadas nos livros de impostos a cada ano, com poucas variações deste percentual. Ao mesmo tempo, todas essas atividades estavam voltadas para as necessidades de consumo locais. As atividades que dependiam diretamente de matérias-primas importadas eram basicamente as fábricas de fogos de artifício, cerveja, café, ourivesarias, tipografias, ferrarias, funilarias, fundições, fábrica de carretas⁴⁸ e tanoarias, e muitas delas surgiram apenas nos últimos anos da amostra. O tamanho dessas unidades produtivas não deve ser sobreestimado: algumas unidades,

⁴⁷ BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano, Officine Cromo-tipografiche L. F. Pallestrini, 1906, p. 227.

⁴⁸ A fabricação de carretas era uma atividade importante no estado, pois desde 1892 constam eixos para carretas entre os itens exportados, provavelmente produzidas em grande parte na região de colonização alemã. LAGEMANN, Eugênio. A industrialização no Rio Grande do Sul (um estudo histórico). In: *Projeto Pequena e Média Empresas no Rio Grande do Sul*. Relatório de pesquisa n. 4. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1978, p. 25.

como as fábricas de carretas, apesar de não haver maiores detalhes na legislação, pagaram um imposto baixo, às vezes um pouco superior ou mesmo inferior aos pagos pelas ferrarias.

As serrarias e os moinhos, embora tenham crescido em números absolutos, foram os ramos que mais perderam importância numérica relativamente às demais atividades. Selarias e curtumes somados tiveram a mesma quantidade de unidades produtivas em três anos da mostra, o que significa que decresceram relativamente ao total, retomando o crescimento em 1909. A ferraria foi uma das atividades que mais cresceu, devido ao incremento do transporte por carretas e do número de casas de comércio, aumentando sua participação em relação ao total até 1904, ainda que o seu ritmo de crescimento tenha diminuído durante o período. Em 1909, ainda crescendo, a produção de materiais de ferro deixou de ser um dos setores mais dinâmicos da produção manufatureira local, o que se deve em parte ao surgimento de novas atividades no ano.

A curtição do couro e a produção seleira, no último ano da mostra, cresceram mais do que as demais atividades manufatureiras em Caxias, justamente quando se poderia supor que a dificuldade de competir com as ex-colônias alemãs levasse essa produção à estagnação. Mas um fator que pode ter facilitado esse tipo de produção é a proximidade da região pecuarista dos Campos de Cima da Serra, pois os curtumes localizados no interior de Caxias estavam concentrados na 16^a, 5^a, 7^a e principalmente na 8^a Léguas, pela qual passava a estrada que ligava Caxias à região de Vacaria, São Francisco e Lages. Por sua vez, as sapatarias cresceram menos do que a média geral e bem menos do que o número de selarias e curtumes, o que, pode significar certa concorrência da produção da região alemã do estado.

Observou-se que vários proprietários de serraria também tinham moinho. Isso parece se explicar pelo acesso à força hidráulica, força motriz de grande parte das serrarias e moinhos. Os lotes privilegiados com rios e arroios propiciaram melhores oportunidades econômicas a seus donos. Em 1899, mais de 80% dos proprietários de serrarias também possuíam moinho.

Tabela 10 – Crescimento do número de proprietários de moinhos, serrarias e ambos*

Ano	Proprietários de moinhos	Proprietários de serrarias	Proprietários de ambos
1892	16	9	2
1894	68	28	8
1899	70	44	36
1904	66	44	8
1909	70	47	10

Fonte: Anexo 1

* Os proprietários de ambos estão incluídos nas colunas dos proprietários de moinhos e de serrarias.

A participação de cada tipo de produção no conjunto revela características da economia que não puderam ser percebidas antes. Embora serrarias e moinhos representassem parcela importante das unidades produtivas manufatureiras, numericamente diminuíram sua participação relativa de 37% em 1894 para 21% em 1909. Esse dados parecem mostrar que a extração de madeira e a produção de grãos e farinha ficaram para trás na dinâmica produtiva da região. Porém, mudanças qualitativas revelam que essas atividades produtivas em específico apresentavam diferenciação e um importante dinamismo. Com exceção dos moinhos e serrarias, a análise do crescimento numérico das unidades produtivas reflete diretamente o significativo crescimento da produção manufatureira e a tendência à diversificação produtiva. Revelou ainda que o rural não se limitava à agricultura, mas pelo contrário, crescia no interior das Léguas, muitas vezes mais do que nas Sedes, o número de unidades produtivas artesanais ou manufatureiras.

Até o momento apresentei o aumento relativo do número de unidades produtivas sem levar em conta quaisquer mudanças qualitativas. Em seguida, observo as mudanças da estrutura produtiva nos casos de moinhos e serrarias, e do número de trabalhadores de diversas oficinas como ferrarias, carpintarias, etc, para as quais havia uma legislação comum que me permitiu ter idéia do número de trabalhadores de cada unidade produtiva através do valor do imposto pago. Por exemplo, também pode-se saber se o moinho tinha uma ou duas mós (jogo de pedras), se a serraria era a vapor ou hidráulica, e em alguns anos, se a serraria produzia madeira para vender.

Os critérios para a cobrança de impostos estão descritos nas leis de orçamento municipal. Estes se diferenciavam entre as diversas atividades e também de um ano para outro, o que dificulta comparações diretas entre os anos da amostra. Por outro lado, essas mudanças de critérios permitem em alguns casos somar as diferentes informações e delinear um perfil dos estabelecimentos produtivos. Aprofundar essa questão exigiu uma sistematização metódica da legislação e dos dados dos livros de impostos. Decidi expor uma descrição resumida dessa regulamentação, o que deixa a leitura mais cansativa; porém, foi essa atitude metódica que permitiu realizar esse tipo de análise, e a exposição das informações tem como objetivo possibilitar ao leitor acompanhar os passos da pesquisa.

Os moinhos geralmente tinham apenas um jogo de pedras (mó), e raros proprietários possuíam mais de um moinho.⁴⁹ No início do período, a maioria dos moinhos era de segunda

⁴⁹ Podiam ser movidos por força hidráulica, a vapor ou por animais – em alguns anos os livros de impostos especificam quando eram hidráulicos, mas apenas estão diferenciados em todos os anos os moinhos a vapor, tanto nos livros de impostos quanto no valor previsto na legislação.

classe:⁵⁰ 4 dos 16 proprietários de moinho que pagaram imposto em 1892 possuíam moinhos com 2 ou 3 mós; em 1894 eram 5 proprietários, mas que representavam apenas 7% do total de 68.⁵¹ Em 1899, 18% possuíam dois moinhos, moinho de 1ª classe ou com duas mós (raramente é possível diferenciar). Com regulamentação muito semelhante, em 1904, eram 17%, e em 1909, a concentração da atividade aumentou: quase a metade, ou 48% eram de 1ª ou 2ª classe, já que neste ano criou-se também uma 3ª classe. A legislação não especifica quais os critérios que diferenciavam os moinhos, mas os valores dos impostos mostram que havia apenas 2 moinhos de 1ª classe e 1 a vapor.

Assim, embora o número de moinhos tenha diminuído, possivelmente este tipo de produção não diminuiu em relação ao conjunto das atividades. Pelo contrário, a atividade de moagem de grãos se concentrava cada vez mais nos maiores estabelecimentos, mostrando a existência de uma dinâmica de diferenciação deste setor.

Essa tendência também aparece entre as serrarias. Neste setor, em alguns anos, o fato de a produção ser voltada para a venda serviu como critério de diferenciação dos valores cobrados. Vale observar que as leis anteriores a 1897, referentes a todas as atividades, não mencionam exportação e qualquer produto para fora de Caxias, mas no Almanak Litterario consta que em 1895 “sua exportação é superior a 1.500 contos por ano”, um valor significativo em comparação com as colônias vizinhas.⁵²

Em 1892, quase todas as serrarias pagaram imposto baixo porque se localizavam “no interior” e porque não forneciam madeira para “construção do município”. Eram serrarias pequenas e geralmente não se especifica qual a força motriz.⁵³ Em 1894, 50% de todas as serrarias que pagaram impostos eram hidráulicas e vendiam madeira no município, ou eram a vapor.⁵⁴ Em 1899 a legislação orçamentária já mencionava a exportação para fora do município, e as serrarias hidráulicas que vendiam para o município ou para fora deste, somadas às movidas a vapor, perfaziam 57% do total neste ano.⁵⁵ Com a mesma classificação, em 1904, eram 44%.⁵⁶ No último ano da amostra as serrarias hidráulicas estavam classificadas em três classes, sendo a

⁵⁰ Essa classificação passa a vigorar em 1899 e não está especificado na legislação a que se refere, mas o valor do imposto era a metade do cobrado para moinhos de primeira classe.

⁵¹ A lei orçamentária para o ano de 1892 não existe, de modo que utilizei as informações da Lei referente a 1893; da mesma forma, para o ano de 1894 foi considerada a lei de 1895.

⁵² A título de comparação, as exportações da ex-Colônia Dona Isabel eram de cerca de 150 contos, enquanto a da ex-Colônia Conde D’Eu era de 120 contos de réis. A exportação de Caxias era dez vezes superior a exportação das outras duas colônias italianas antigas. Não se pode afirmar que este dado esteja correto, mas indica que a produção de Caxias era significativamente superior a das outras ex-colônias. *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul*. Sétimo Anno. Rio Grande: Carlos Pinto e Comp. Sucessores – Livraria Americana, 1895, p. 235-236.

⁵³ Apenas uma era a vapor e também se especifica uma serraria hidráulica que, pelo valor pago como imposto, fornecia madeira no município.

⁵⁴ Havia 10 serrarias hidráulicas e 4 a vapor.

⁵⁵ 17 serrarias eram hidráulicas e 10, a vapor. Neste ano havia dois proprietários que possuíam duas serrarias.

⁵⁶ Havia 11 serrarias hidráulicas e 9 a vapor.

primeira que mais se diferencia pelo valor do imposto: havia 14 de 1ª classe e 14 a vapor, o que representava 56 % de todas as serrarias listadas nesse ano.

Os critérios que os administradores municipais usaram para classificar as serrarias foi primeiramente estar “no interior” e a venda da produção no município (“construção do município”). Somente depois de alguns anos passou-se a considerar a força motriz, mas sem deixar de referir a vinculação ao mercado, observando-se o aspecto da exportação para fora de Caxias (“para construção do município ou exportação”). Essa diferenciação parece indicar que cerca de metade das serrarias, classificadas durante todo o período como “interior”, eram pequenas unidades que não tinham como objetivo a produção sistemática para venda, ou seja, para o mercado. Mantinham apenas uma produção voltada para as necessidades do seu proprietário ou de pessoas próximas, mas de qualquer modo, num âmbito que não era considerado pelos administradores públicos municipais como o mercado do município ou externo a este. Essa diferenciação era tão importante que refletia legalmente na distinção dos que faziam parte deste incipiente mercado, e que pagavam impostos mais altos.

Desse modo, os dados me induzem a afirmar que o âmbito de um mercado que poderíamos conceber como “capitalista” era muito limitado na região; por outro lado, a existência e expansão desse tipo de mercado, visível justamente nas atividades mais significativas no conjunto da produção da região, não permitem caracterizar essa economia como sendo de subsistência.

Alguns tipos de estabelecimentos produtivos eram diferenciados pelo número de trabalhadores, mas essa análise que demanda maior descrição dos dados, pois os critérios e as atividades compreendidas por essa forma de cobrança também variavam ao longo dos anos. Quase todas as alfaiatarias, ferrarias, marcenarias, selarias e sapatarias existentes em 1892 pagaram o imposto referente aos estabelecimentos em que o dono da oficina tinha um sócio, oficial ou aprendiz – havia apenas um alfaiate que trabalhava sozinho ou com os filhos, e este também vendia tecido. Em 1894, em 24 estabelecimentos trabalhava apenas o dono sozinho ou acompanhado dos filhos ou aprendizes menores – se incluem neste caso quase todos os sapateiros. Os restantes 45 estabelecimentos admitiam sócio ou trabalhador que não aprendizes menores, e quase todas as ferrarias se incluem nessa classificação⁵⁷. Em 1899 e 1904, as sapatarias, marcenarias, carpintarias, ferrarias, funilarias, tanoarias, caldeirarias, pagavam valor superior caso trabalhassem mais de três pessoas (além das alfaiatarias, que somente deveriam pagar o valor mínimo, sem diferenciação pelo número de pessoas). De 91 estabelecimentos desse

⁵⁷ Além destes, estranhamente uma ferraria e uma alfaiataria pagaram valores bastante superiores aos previstos em lei.

tipo em 1899, 3 pagaram um valor inferior ao mínimo previsto em lei, e em todos os demais não trabalhavam mais de 3 pessoas. Dos 97 estabelecimentos desse tipo que pagaram imposto em 1904, uma alfaiataria também vendia fazendas, o que aumentava seu imposto, e em apenas uma ferraria trabalhavam 4 pessoas. Em todos os demais estabelecimentos trabalhavam no máximo 3 pessoas. Em 1909 foram listadas 111 unidades produtivas entre carpintarias, ferrarias, funilarias, sapatarias, marcenarias, tanoarias e caldeiraria. Em quase todos estes estabelecimentos apenas trabalhavam uma ou duas pessoas, e somente havia mais de dois trabalhadores em uma marcenaria e em 4 sapatarias.

As fontes permitiram definir um perfil da maioria dessas atividades. Na maioria dessas oficinas trabalhavam até três pessoas, geralmente uma ou duas. Em dois terços delas, o dono trabalhava com um sócio ou um aprendiz adulto, o que ocorria principalmente nas ferrarias, enquanto o trabalho mais individual era o de sapateiro. Isso indica que provavelmente o trabalho de aprendizes menores era bastante comum, possivelmente constituindo parte da força de trabalho da outra terça parte dessas oficinas. Desse modo, diferentemente do que se verificou entre as serrarias e moinhos, o aumento numérico desse tipo de unidade produtiva serve para indicar o crescimento dessas atividades, que se mantiveram em um mesmo patamar de organização da produção, sem apresentar tendência ao aumento do capital investido ou à concentração em unidades maiores durante o período. Em síntese, quase a totalidade das “indústrias” de Caxias até 1909 eram oficinas artesanais ou, em raros casos, pequenas manufaturas.

Ainda que com baixo grau de diferenciação, a diversificação produtiva ocorrida no final do século XIX revela uma expansão do mercado local, isto é, trata-se do momento incipiente de um processo de industrialização, assim como da formação de uma economia de mercado nesta ex-colônia. Algumas famílias passavam a produzir para a comercialização; algumas viviam praticamente num nível de subsistência, enquanto outras chegavam a investir em algumas máquinas e mão-de-obra extra. Não se pode afirmar que as características de uma economia capitalista, economia de mercado e industrialização servissem para definir a economia e a sociedade até o final da década de 1900, embora estivessem presentes em algum grau desde o final do século XIX. As próprias mudanças ocorridas na legislação orçamentária do município, que durante o período analisado mudou e redefiniu seguidamente os critérios para cobrança de impostos, também ajudam a entender a sociedade e a economia local.

Se a economia de mercado era ainda incipiente, o processo de urbanização parecia sê-lo ainda mais. O maior crescimento das manufaturas ocorreu no interior das léguas e em diferentes áreas da ex-colônia. Giron analisou os Mapas Estatísticos da Colônia Caxias e constatou que 100

dos 257 homens adultos habitantes da Sede Dante em 1884 haviam declarado outro ofício que não o de agricultor.

Isso significa que cerca de 40% dos homens tinham habilidades artesanais, 44 eram fazendeiros, brasileiros de origem, em 90% dos casos morando em São Francisco de Paula, porém adquiriram propriedades na vila, o que representa cerca de 15% dos habitantes. Os demais 45% eram, de acordo com o registro, agricultores e jornaleiros.⁵⁸

Segundo a autora, “é possível afirmar que os artesãos se estabeleceram na sede Dante, enquanto os agricultores se estabeleceram na região rural”.⁵⁹ Porém, o grande número de manufaturas no meio rural mostrou que os artesãos não se localizaram preferencialmente na Sede Dante, mesmo que a própria forma de demarcação dos lotes nessa área tenha favorecido uma incipiente urbanização. Além disso, como mostrou a autora, quase a metade dos proprietários de terreno na Sede era de agricultores. Os dados não condizem com a imagem de uma economia dividida entre um mundo rural estritamente agrícola *versus* urbano industrial e comercial. O crescimento inicial dessas atividades e de formação de um mercado, portanto, ocorreu em um momento em que a própria diferenciação entre cidade e campo ainda era bastante indefinida. O desenvolvimento desse mercado de trocas não se realizou na mesma velocidade na área rural e na urbana, e nem entre as diversas atividades.

A título de comparação, Piccolo percebeu em São Leopoldo, ex-Colônia alemã fundada em 1824, um processo de diferenciação entre o rural e o urbano nas últimas décadas do século XIX.

Acelerou-se o processo de urbanização sem que os aspectos tradicionais de áreas ainda eminentemente rurais se modificassem substancialmente. Os inventários correspondentes a pessoas residentes no primeiro distrito do município correspondente à sede, isto é, à cidade, revelam as transformações ocorridas num sentido de urbanização, enquanto que a ruralização é visível nos demais distritos correspondentes às áreas onde a pequena propriedade predominava.⁶⁰

Porém, no caso da colônia Ijuí, fundada em 1890, Weber observou que a concentração urbana de determinadas atividades ainda era estrita adentrando o século XX. Em média, o número de ferrarias e funilarias existentes entre 1913 e 1933, aumentou, embora não de forma acelerada e com algumas oscilações de um ano para outro. As observações da autora para este caso parecem aproximar-se mais da realidade encontrada para Caxias no final do século XIX.

⁵⁸ Mapa estatístico da Colônia Caxias. GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: Evolução Histórica, op. cit.*, p. 34.

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ PICCOLO, Helga I. L. Transformações sócio-econômicas em São Leopoldo (1824-1899). In: *Anais da XI Reunião da SBPH*. São Paulo: SBPH, 1991, p. 210.

Grande parte das ferrarias localiza-se no interior, a vila só fica com 15 ou 10%. Para as funilarias a porcentagem é maior: um terço destas na vila. É bom lembrar que nesse período a população urbana corresponde a menos de 10% do total. Aqui também podemos deduzir que estamos diante de atividades exercidas pelos colonos, embora o Censo de 1920 registre 122 homens que têm como profissão principal a indústria metalúrgica.⁶¹

Analisar o desenvolvimento rural e urbano coloca sempre inúmeras questões, as respostas nunca são simples. Apesar das questões que se colocam serem semelhantes para o estudo desse tema em qualquer localidade, as respostas diferenciam os espaços e os momentos históricos com características e potencialidades específicas.

A produção de Caxias era basicamente rural, mas não estritamente agrícola. Não se verificou tendência à urbanização da produção artesanal, ocorrendo muitas vezes, ao contrário, aumento da concentração rural de determinados tipos de atividades. Por outro lado, alguns sinais de diferenciação do espaço urbano aparecem no crescimento e surgimento de determinados serviços e estabelecimento comerciais diferenciados. Todos os depósitos, farmácias, livrarias, cafés, lojas, doceiros, e todas as casas que tinham jogos de bilhar estavam na área urbana, principalmente na Sede Dante, assim como a maioria dos fotógrafos, relojoeiros, barbeiros, padarias, e comerciantes volantes (ver Anexo 2).

A década de 1890, portanto, marca o período em que a ex-colônia já estava povoada e iniciou, lentamente, a formação de um mercado de bens e serviços. Ou seja, a economia de trocas com fins de subsistência da população continuava tendo fundamental importância nesse momento por permitir que grande parte da população alcançasse os meios de vida necessários, pois a economia de trocas capitalista, ao que tudo indica, tinha alcance limitado. O desenvolvimento de uma economia comercial não parece ter sido exatamente uma ruptura com a produção de subsistência, como afirmou Singer, mas antes uma transição vivida em diferentes ritmos por diferentes parcelas da população.

Duas colocações de diferentes autores ajudam a aprofundar a questão. Tavares do Santos fez uma breve observação sobre o tema, na qual afirma que a interpretação de Singer sobre a produção para subsistência foi feita com base no estudo das colônias alemãs, e que o processo nas colônias italianas pode ter sido diferente:

[...] no caso da Região de Colonização Italiana do RGS, o estabelecimento da colônia já se fez numa época em que o desenvolvimento do comércio no Estado era bastante elevado, razão pela qual creio que desde o início

⁶¹ WEBER, Regina. *Os inícios da industrialização em Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 1987, p. 54-5.

houve a “exportação de excedentes”, não tendo existido a “economia de subsistência”, “economia natural”, como menciona o autor.⁶²

Tramontini também fez uma rápida crítica, tangencial ao seu tema de pesquisa, à visão de Singer sobre a transição para uma produção mercantil na colônia São Leopoldo.

Isto é, se verificaria uma mudança ‘verdadeiramente revolucionária’, a passagem de uma produção de subsistência para uma policultura altamente diversificada em função das necessidades de consumo e com sua técnica de produção rotineira e inalterável, para a produção comercial, com sua dependência de condições econômicas externas. Acreditamos que esta ênfase na ruptura, na instalação de uma economia monetária, senão capitalista, na Colônia, que não é um enfoque exclusivo de Singer, despreza a continuidade, ou melhor, que a exportação dos excedentes dos produtos agrícolas de subsistência, de artigos transformados, de artesanato, assim como a implantação de uma estrutura comercial, são básicos para a análise da própria Colônia, e de seu sucesso”.⁶³

As duas afirmações acima traduzem a percepção que este trabalho tem do processo de desenvolvimento de Caxias. Provavelmente tenha havido comercialização do excedente da produção desde o início da colonização (deve-se lembrar que, diferentemente das colônias alemãs, os italianos tinham de pagar pela terra). Ao mesmo tempo, a produção para subsistência era fundamental para a sobrevivência dos colonos e para a reprodução da própria sociedade que se formava. As características do desenvolvimento de uma produção voltada para o abastecimento local reforçam a interpretação de que o isolamento geográfico e a baixa monetarização protegiam o mercado interno que se formava, favorecendo o surgimento de manufaturas que puderam aprimorar seu processo produtivo voltadas para o mercado local antes de enfrentar a concorrência de regiões mais industrializadas ou de produtos importados. Porém, estar voltada para o mercado local atribui solidez e ao mesmo tempo fragilidade a esta economia. Solidez por possibilitar a reprodução da população na localidade com baixos custos, e fragilidade por basear-se em um mercado tão restrito, no qual poucos indivíduos tinham melhores condições de consumir e de investir. Ou seja, se o mercado interno é fundamental para compreender de que forma os imigrantes tiveram possibilidades de estabelecer-se e sobreviver na localidade, por outro lado não é suficiente para explicar o potencial de crescimento que Caxias apresentou durante as primeiras décadas do século XX. É necessário saber qual foi o crescimento das atividades comerciais e como foi a integração de Caxias ao mercado regional antes de 1910,

⁶² SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho (estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital)*. São Paulo: USP, 1977. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), p. 73 (nota de rodapé).

⁶³ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*. Porto Alegre: PUC, 1997. (Tese de Doutorado em História), p. 340 (nota de rodapé).

quando dependiam das mulas e das pesadas rodas de carretas para transportar quaisquer produtos.

2.3. Desenvolvimento mercantil em Caxias

Como já foi observado, o âmbito de uma economia de mercado ainda era restrita até o início do século XX nessa nova área de colonização. Para analisar o mercado de trocas é necessário observar o desenvolvimento do comércio. O transporte se desenvolveu rapidamente, evidente pelo aumento do número de carretas, o que se explica por duas razões. Contribuiu o desenvolvimento das trocas comerciais – evidenciado pelo aumento do número e do tamanho das casas de comércio – e a melhoria das condições das estradas, que permitiu um fluxo mais regular e a substituição de tropas por carretas desde fins da década de 1880.

O sub-registro dos dados de 1892 pode ser evidenciado pelo fato de que em 1883 os carreteiros fizeram uma petição exigindo das autoridades melhorias na estrada Rio Branco (Caxias – São Sebastião do Caí), sob ameaça de suspenderem as viagens. A petição foi assinada por 22 carreteiros⁶⁴ – mais do dobro dos pagantes de imposto por carreta em 1892.

Tabela 11 – Crescimento do número de carretas

Ano	Total	Índice	Crescimento	Rural	Rural/ total	Urbano	Urbano/ Total	Mais de 1 carreta
1892	10			7	70,0%	3	30,0%	0
1894	44	100	3,4%	38	86,3%	6	13,6%	5
1899	100	227	127,3%	82	82,0%	18	18,0%	15
1904	98	223	-2,0%	73	74,5%	25	25,5%	13
1909	237	539	141,8%	181	76,4%	56	23,6%	40

Fonte: Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909.

A concentração de carretas⁶⁵ de propriedade de uma mesma pessoa aumenta, como se vê na última coluna, verificando-se na última década a formação de algumas verdadeiras “empresas transportadoras” para a época. Isso confirma não só o crescimento da atividade comercial como a sua regularidade. A maior parte dos carreteiros listados na última coluna tinham 2 carretas cada

⁶⁴ *Idem*, p. 56.

⁶⁵ Nos livros de registro de impostos também havia carretas puxadas por bois, mas eram usadas apenas para “serviços internos”. As mulas eram vendidas em feiras na praça Dante, e eram procedentes de Lages e Vacaria. Muitas também eram criadas em Caxias, principalmente por aqueles interessados diretamente no seu uso. MOLON, op. cit., p. 512; GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 54.

um, mas alguns tinham mais. Em 1899, três proprietários tinham 3 carretas e um tinha 4; em 1904, havia cinco carreteiros com 3 carretas e um possuía 4; em 1909, oito proprietários tinham 3 carretas, enquanto três tinham 4 e um possuía ao todo 6 carretas. O aumento do número de carretas mostra não só o crescimento do comércio em Caxias, mas principalmente para fora do município.

As carretas levavam no mínimo sete dias numa viagem de ida e volta entre Caxias e São Sebastião do Caí.⁶⁶ A velocidade neste caso deveria ser de 19 Km/h, ou seja, provavelmente essa era a velocidade média máxima que uma carreta alcançava, mas podia demorar muito mais, dependendo das condições da estrada. Pela dificuldade dos transportes, o valor dos fretes era motivo freqüente de queixas dos governantes. Em 1908, segundo um relatório de governo:

Os veículos empregados no transporte entre as duas vilas [Caxias e São Sebastião do Caí] são em geral carretas de quatro rodas, puxadas por 7 animais muares, carregando cada uma no mínimo 1.200 Kg. e no máximo 2 toneladas, o que dá para cada animal um peso útil de 171 a 285 Kgs., caminham 5 Kms. por hora, exceto no trecho arenoso próximo à vila do Caí, onde a sua velocidade é a metade. O frete por tonelada-quilômetro é 500 réis.⁶⁷

Esses dados devem ser vistos sempre como aproximações. O peso total de cargas que passou pela estrada Rio Branco em 1908 foi de 26.555 toneladas, tendo sido feitas 14.753 viagens ao longo do ano.⁶⁸ Se esta informação for procedente, em média 40 carretas iniciavam viagem todos os dias, um trânsito realmente intenso e uma exportação significativa do município.

Antes de 1909, poucos exportadores pagaram impostos, cobrados sobre os “gêneros da colônia”. Em 1909 aumentou significativamente o número de pagantes e o imposto passou a se chamar “produção”, incidindo sobre toda a produção do município que foi exportada. Está classificado, nos livros de impostos, em 5 “classes”. Provavelmente os de 5ª classe vendiam apenas produtos agrícolas, enquanto os de 1ª classe exportavam também produtos manufaturados – por exemplo, Abramo Eberle, funileiro, também pagou imposto sobre produção de 1ª classe.

Em 1909, 99 pessoas pagaram imposto sobre produção – destes, apenas 12 exportaram produtos de 1ª e 2ª classes.⁶⁹ Esses dados não podem ser considerados com muita segurança, pois um imposto que incide sobre a venda de produtos para fora do município é passível de ampla sonegação. Por exemplo, no nome de Antônio Schiavenin consta nas observações: “não

⁶⁶ GIRON E BERGAMASHI, *op.cit.*, p. 55.

⁶⁷ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1909, p. 188.

⁶⁸ *Idem*, p. 185.

⁶⁹ Em 1894, foi tarifado 1 exportador (de ovos); em 1899, 8 exportadores (6 de ovos, 1 de arroz e 1 de gêneros coloniais). Em 1904, 10 exportadores (6 de ovos e 4 de gêneros coloniais). Em 1909, além dos 99, outras 3 pessoas pagaram como exportadores de ovos, e outras 2 por negociar “couros, cabelos e etc.”, estes últimos residentes em Porto Alegre.

exportou, portanto não deve produção”, e logo abaixo, retificando: “foi denunciado que exportou em 1909!!!”. Acabou ficando sem pagar o imposto. Por isso, dentre os pagantes provavelmente estavam os que atuavam com mais regularidade nesse negócio, de modo que neste ano quase cem pessoas trabalharam ativamente na exportação de produtos para fora de Caxias. Destes 99, 51 tinham carreta e outros 10 tinham tropa de mulas – ou seja, 62% tinham meios próprios para transporte.

Portanto, ainda antes de 1910, quando a ferrovia foi inaugurada, algumas manufaturas eram competitivas no mercado regional – doze pessoas exportaram produtos de 1ª classe em 1909. Ou seja, antes mesmo da ferrovia, já era lucrativo ampliar o mercado de determinados produtos mesmo tendo de pagar valores bastante altos pelo frete. Entendo que em grande medida essa capacidade produtiva se deve às características sociais locais que permitiram formas de aproveitamento de recursos naturais e de mão-de-obra a custos muito baixos.

Parte da madeira extraída na região da serra foi queimada para movimentar os vapores que faziam o trajeto São Sebastião do Caí-Porto Alegre, como mostra um recibo de compra de lenha consumida pelo vapor União do dia 20 a 30 de novembro de 1907, no qual foram pagos 26\$000 réis a Ludovico Sartori e Cia., referente a 26 metros cúbicos de lenha.⁷⁰ O preço da lenha de 1\$000 réis por metro cúbico pode ser considerado baixo perto de outros produtos, o que não passava despercebido aos colonos.⁷¹ A título de comparação, segundo os inventários, entre 1905 e 1908 um filhote de porco valia no mínimo 3\$000 réis, enquanto um porco grande chegou a valer até 13\$000 réis; uma mula, durante a década de 1900, valia entre 50\$000 até 100\$000 réis.

Tabela 12 – Evolução do número de tropas

Ano	Total	Índice	Cresci- mento	Rural	Rural/ total	Urbano	Urbano/ total
1899	136	100		121	89,0%	15	11,0%
1904	76	56	-44,1%	71	93,4%	5	6,6%
1909	33	24	-56,6%	30	90,9%	3	9,1%

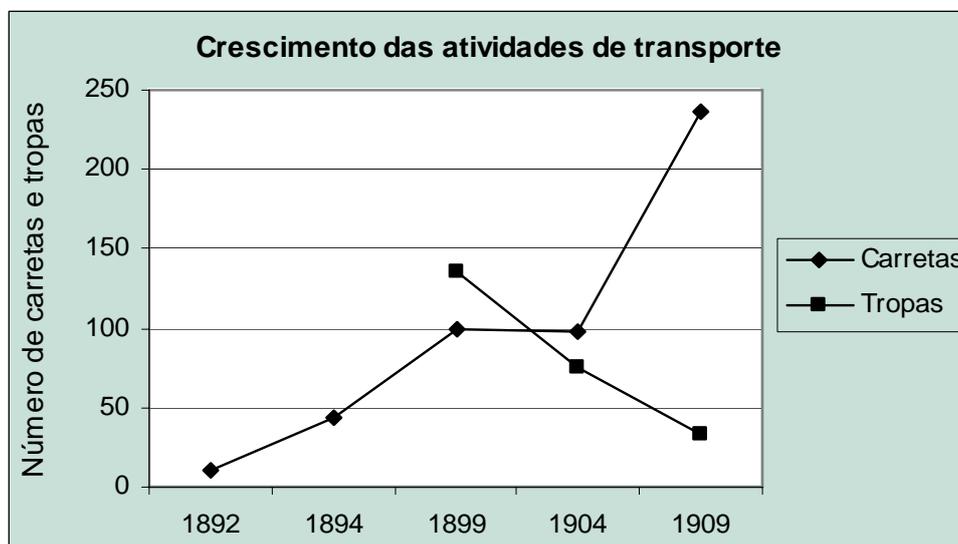
Fonte: Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909. Caxias do Sul: AHMCS.

⁷⁰ Recibo de 30/11/1907. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular da Família Sartori, Código: SAR 0077, Caxias do Sul: AHMCS.

⁷¹ O imigrante Paulo Rossato observara que a madeira teria grande valor na Itália. Carta de Paulo Rossato a sua família na Itália de 24/04/1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971, p. 35.

A cobrança de impostos sobre tropas inicia em 1899. A atividade de tropeiro obviamente estava enraizada no espaço rural, pelas próprias necessidades de alimentação e manutenção das mulas.

Gráfico 2



Fonte: Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909.

O comércio se desenvolveu com a substituição de tropas de mulas por carretas na virada do século XIX. Apesar da velocidade dessa mudança, percebe-se que a mudança se consolida no século XX, pois em 1899 ainda existiam mais tropas do que carretas fazendo o transporte de mercadorias.

Os botequins eram casas que vendiam bebidas preparadas no município e algumas vezes também bebidas trazidas de fora do município.⁷² De modo geral, se verifica crescimento do número de casas comerciais, porém menos significativo do que o ocorrido em algumas atividades produtivas como serrarias, alambiques, ferrarias, selarias e carpintarias. Até o final da década de 1890 surgiram diversas casas comerciais novas no meio rural, diminuindo na década seguinte, quando ocorre um significativo crescimento do comércio estabelecido na área urbana. De acordo com Luchese, em 1879 existiam 19 comerciantes em toda a Colônia Caxias, e em 1883 são listadas 96 casas comerciais.⁷³ Em 1884, 25 “negociantes” já haviam obtido título provisório de

⁷² Em 1894 foi listado um grande número de botequins, que quase se igualava ao número de casas comerciais de secos e molhados e outros artigos. Possivelmente, pelo fato de que o valor cobrado neste ano foi o mesmo para botequins e pequenas casas de comércio, alguns estabelecimentos que em outros anos teriam sido classificados como casas comerciais, neste ano tenham sido nomeados como botequins nos livros de impostos.

⁷³ LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D’Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001. (Dissertação de Mestrado em História), p. 94. Os dados citados pela autora foram retirados dos Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas dos anos de 1879 e 1883.

lote de terra na sede da Colônia⁷⁴. Esses dados sinalizam que no início da década de 1880 aproximadamente a quarta parte dos estabelecimentos comerciais estava na área urbana, média semelhante à da década de 1890. Em 1909, porém, a proporção de casas comerciais rurais aumenta.

Tabela 13 – Crescimento do número de botequins

Ano	Total	Índice	Cresci- mento	Rural	Rural/ total	Urbano	Urbano/ total
1892	7			2	28,6%	5	71,4%
1894	107	100	1.428,6%	79	73,8%	28	26,2%
1899	76	71	-29,0%	61	80,3%	15	19,7%
1904	58	54	-23,7%	44	75,9%	14	24,1%
1909	58	54	0,0%	45	77,6%	13	22,4%

Fonte: Anexo 2.

Tabela 14 – Crescimento do número de casas de comércio

Ano	Total	Índice	Cresci- mento	Rural	Rural/ total	Urbano	Urbano/ Total
1892	13			8	61,5%	5	38,5%
1894	106	100	715,4%	55	51,9%	51	48,1%
1899	136	128	28,3%	80	58,9%	56	41,1%
1904	105	99	-22,8%	57	54,3%	48	45,7%
1909	120	113	14,3%	75	63,5%	45	36,5%

Fonte: Anexo 2

O maior aumento de casas comerciais parece ter ocorrido junto com a imigração (1883). Entre 1894 e 99, o seu número variou para mais em até 40% no ano de 1899, voltando a reduzir um pouco no final da década. A multiplicação de casas comerciais, portanto, acompanhou principalmente o povoamento da região, ou seja, o aumento populacional. Após esse período inicial de desenvolvimento do comércio iniciou timidamente um processo de especialização e concentração, inclusive nos meios de transporte.

⁷⁴ GIRON e BERGAMASHI, *op.cit.*, p. 64.

Tabela 15 – Crescimento do número de proprietários de casas de comércio que possuíam carretas e tropas

Ano	Total comerci- antes	Tropa	Carreta	Tropa/ total	Carreta/ total	Mais de uma carreta
1892	13	-	1	-	7,7%	0
1894	103	-	6	-	5,8%	1
1899	134	52	15	38,8%	11,4%	4
1904	104	30	15	28,8%	15,0%	6
1909	116	16	43	13,8%	37,0%	24

Fonte: Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909.

A proporção de comerciantes com carretas variou de menos de 10% em início da década de 1890 para quase 40% em 1909, e a dos comerciantes proprietários de mais de uma carreta passou de 1% em 1894 para 20% em 1909. Aproximadamente a metade dos comerciantes tinha tropa ou carreta própria para o transporte de mercadorias, ao passo que muitos tropeiros e carreteiros não tinham comércio estabelecido. Isso também indica a própria concentração do comércio por meio da propriedade do estabelecimento comercial e dos meios de transporte. Todos os que tinham carreta tinham certamente os animais para tracioná-la, mas alguns pagaram também imposto sobre tropa, indicando que trabalhavam com os dois tipos de transporte (estes estão listados em ambas colunas).⁷⁵ O crescimento dos transportes em geral e a substituição de um tipo de transporte por outro se refletiu também no crescimento contínuo do número de ferrarias, como foi visto anteriormente.

O tamanho das casas comerciais aumentou principalmente na área urbana. O tamanho do comércio – atacado ou varejo – pôde ser observado através do valor dos impostos cobrados. Como para as atividades produtivas, a legislação de cada ano, mas neste caso, primeiramente descrevo a legislação para depois apresentar uma comparação das casas comerciais.

Em 1892, as casas comerciais foram classificadas em 4 grupos de acordo com a variedade de produtos comercializados.

1ª - Venda de secos e molhados, fazendas, ferragens, louças, miudezas e drogas: 40\$000 réis;

2ª - Idem, menos drogas: 30\$000 réis;

3ª - Apenas secos e molhados: 25\$000 réis;

4ª - Pequena casa de secos e molhados, que venda um ou outro artigo: 16\$000 réis.

⁷⁵ Em 1899, 5 comerciantes transportavam com tropa de mulas e carreta; em 1904 eram 3 e em 1909, 6 tinham carreta e tropa.

Os critérios para 1894 foram os mesmos e os valores eram semelhantes. Drogas incluíam artigos de tinturaria, química e farmácia.

A partir de 1899 a legislação faz menção não apenas aos tipos de produtos comercializados, mas ao tamanho do estabelecimento, classificando-os em 4 “classes”. As casas comerciais, ou “negócios”, de 4ª classe pagaram o mesmo valor que os botequins, mas consideramos válido o termo presente no livro de impostos para diferenciar ambas atividades.

1ª classe – casas de negócio sortido, cujo comércio seja em grosso: 60\$000 réis;

2ª classe – negócio sortido, com comércio em menor escala: 45\$000 réis;

3ª classe – bebidas, molhados e outros gêneros não sortidos em pequena escala: 30\$000 réis;

4ª classe – pequenas casas de negócio que vendam vinho nacional e outras bebidas preparadas no município: 20\$000 réis.

As leis orçamentárias para 1899 e 1904 também avaliaram os quiosques⁷⁶: 40\$000 réis não tendo drogas e 50\$000 réis para os que as vendiam. Foram listados 2 quiosques em 1899 e 4 em 1904, todos na sede. Optei por somá-los às casas de negócio de 2ª classe em ambos os anos.

Em 1904 a lei classifica as casas comerciais em três grupos e especifica o que seja um comércio “em grosso” e “em menor escala”, substituindo estas expressões por valores:

1º - Armazém de secos e molhados, conjuntamente com fazendas, ferragens, louça e outro artigo reputado de 1ª classe, cujas existências forem superiores a 10:000\$000 réis: 80\$000;

2º - Idem, cujas dependências forem superiores a 5:000\$000 réis: 50\$000;

3º - Idem, cujas dependências forem superiores a 2:000\$000 réis: 30\$000.

Possivelmente as casas comerciais que valiam menos de dois contos de réis não foram tarifadas neste ano, ou pagaram impostos como botequins.

Em 1909 foi criada mais uma categoria. A 1ª classe se refere a casas comerciais maiores, de forma que a 2ª classe equivale à primeira de 1904.

1º - Armazém de secos e molhados, conjuntamente com fazendas, ferragens, louça, cujas existências forem superiores a 20:000\$000 réis: 100\$000;

2º - Idem, cujas existências forem superiores a 10:000\$000 réis: 80\$000;

3º - Idem, cujas existências forem superiores a 5:000\$000 réis: 50\$000;

4º - Idem, cujas existências forem superiores a 2:000\$000 réis: 30000;

5º - Idem, cujas existências forem inferiores a 2:000\$000 réis: 20\$000.

A mudança de critérios torna bastante complicada a tarefa de estabelecer equivalências, já estas não estão dadas pela fonte, mas foram estabelecidas durante a pesquisa. No entanto,

⁷⁶ Os quiosques foram criados a partir de 1895. Localizavam-se na praça da Sede Dante e, de acordo com a lei que regulamentava seu funcionamento, deveriam ter ficado isentos de impostos durante 15 anos. Os quiosques existiram até 1912. GIRON e BERGAMASCHI, *op. cit.*, p. 91.

acredito que expondo claramente os critérios é possível arriscar algumas comparações. Os anos anteriores a 1904 não especificam o valor das dependências do comércio, mas fazem uma classificação em quatro classes pelos tipos de bens comercializados, e a partir disso exponho uma classificação geral com base no valor dos impostos pagos pelas casas de comércio.

Tabela 16 – Número de casas de comércio de acordo com o tipo de produtos comercializados e/ou seu tamanho, 1892 – 1909

	1892	1894	1899	1904	1909
Mais de R\$ 20:000\$000					22*
1ª classe	1	25	17	17	28
2ª classe	3	74	60	39	26
3ª classe	1	1	56	49	25
4ª classe	8	6	3	**	19

Fonte: Anexo 2

*Começou a ser diferenciado neste ano; para permitir comparação através dos valores dos impostos, as listadas nos livros de 1909 como sendo de 2ª classe, na tabela estão entre as de 1ª, e assim por diante.

**Esta classificação não existe para este ano.

É visível o aumento do número de estabelecimentos cujas “dependências” são superiores a 10 contos de réis em 1909, representados pela soma dos de 1ª classe e os superiores a 20 contos de réis. De 17 em 1899 e 1904 – a partir de quando se especifica na legislação o valor da dependências do negócio – os de 1ª classe aumentaram para 50 em 1909. Ao mesmo tempo, os de 2ª classe, entre 5 e 10 contos de réis, diminuíram de 39 para 26. (É difícil afirmar algo sobre os de 3ª e 4ª classes, já que os critérios não são os mesmos ao longo dos anos, mas aparentemente houve relativa estabilidade). Os maiores estabelecimentos comerciais, de 1ª e 2ª classes, foram maioria em número em todos os anos da amostra (exceto 1892).

A Tabela 17 está baseada nos dados da Tabela 16. Pode ser percebida uma certa regularidade: as maiores casas comerciais se concentravam na área urbana, e as menores na área rural, em todos os anos, o que confirma o que a historiografia afirma.⁷⁷ Assim, ainda que existissem casas de comércio pequenas no meio urbano e vice-versa, a urbanização ocorrida caracterizou-se por centralizar no meio urbano, além dos serviços, os maiores estabelecimentos comerciais. Na virada do século XIX, as casas de comércio estavam disseminadas por todas as Léguas (com exceção da 13ª), mas se concentravam mais na 10ª, 1ª, 16ª (incluindo a extensão

⁷⁷ SINGER, *op. cit.*; GIRON e BERGAMASCHI, *op. cit.*

dessas Léguas), Sertorina e 3ª Légua. Também havia várias casas comerciais na 8ª, 5ª e 7ª Léguas.

Tabela 17 – Proporção de casas de comércio estabelecidas no meio urbano, de acordo com o tipo de produtos comercializados e/ou seu tamanho, de 1892 a 1909

	1892	1894	1899	1904	1909
Mais de R\$ 20:000\$000					68%
1ª classe	*	100%	59%	76%	46%
2ª classe	*	69%	45%	43%	15%
3ª classe	*	*	34%	37%	36%
4ª classe	25%	50%	*	-	21%

Fonte: Anexo 2

* Total de apenas 3 estabelecimentos ou menos.

Além das características gerais da produção e do comércio, pude acompanhar algumas trajetórias através dos livros de impostos identificando aspectos relativos às continuidades e mudanças de atividades por parte de um mesmo indivíduo. Isso permitiu observar que as seguidas mudanças de atividades caracterizavam a dinâmica econômica de grande parte das famílias que diversificavam atividades.

Avaliei as trajetórias acompanhando os impostos pagos por um mesmo indivíduo e em alguns casos também seus descendentes (quando existiam outras fontes para comprovar o parentesco, como os inventários ou bibliografia). Do total de 1.611 nomes que pagaram imposto sobre algum tipo de atividade produtiva, comercial ou de transporte, apenas 133 (8%) aparecem em todos os anos – excetuando 1892.⁷⁸ Essa proporção é pequena, pois deste conjunto de 133 nomes, que são os mais presentes no “mercado” do período, apenas a quarta parte pagou imposto estritamente sobre a mesma atividade durante todos os anos – ou seja, 2% do total de 1.611 nomes. Todos os demais diversificaram ou mesmo mudaram, como alguns casos de proprietários

⁷⁸ Em alguns casos, alguns irmãos possuíam uma sociedade que em determinado momento foi desfeita, a partir de quando passaram a pagar impostos individualmente; em outros, pai e filho trabalharam juntos em alguns anos; em outros casos ainda, o filho continuou a atividade iniciada pelo pai – como ocorreu com Abramo Eberle que seguiu com a funilaria do pai Giuseppe Eberle depois que este faleceu. Nos casos em que foi possível fazer esse tipo de relação com segurança, os nomes dos familiares ou descendentes foram contados como sendo apenas um, ou seja, apenas a família (por exemplo, família de Giuseppe Eberle), e assim foram totalizados 133 nomes (destes, a maioria refere-se a indivíduos, poucas famílias foram identificadas). O objetivo é perceber a continuidade ou a mudança das atividades realizadas, seja pelo indivíduo ou seus parentes próximos e descendentes. Isso não distorceu a análise quantitativa pois, descontado do total de 1.611 o número de nomes que seguramente pertenciam a uma mesma unidade ou sociedade familiar, restaram 1.576 nomes. Desse modo, os 133 nomes ou famílias que pagaram impostos em todos os anos continuam representando 8% do total, e provavelmente a porcentagem dessas famílias aumentaria se as redes familiares fossem mais conhecidas.

de botequins que passaram a pagar imposto sobre casa de comércio, ou de donos de serraria e moinho que ficaram apenas com moinho, ou que abriram alambique. Também há casos de grandes mudanças e diversificação de atividades, como Amadeu Rossi, que tinha funilaria e cervejaria (1894), abriu casa de comércio e fechou a cervejaria (1899), abriu uma ourivesaria e uma fundição (1904), e por fim montou uma selaria e também pagou imposto sobre exportação para fora do município (1909), quando deixou o trabalho na funilaria.

Os que se dedicaram durante os quinze anos analisados aos mesmos setores de atividades – de transporte, comercial e/ou produtivo – representavam 73% (ou 97 nomes). Isso mostra que mais do que um quarto dos pagantes de impostos diversificou consideravelmente suas atividades econômicas, atuando de forma mais ou menos flexível entre atividades comerciais, produtivas ou de transporte ao longo do período.

A combinação entre produção e comércio era comum. A quarta parte dos 133 nomes que aparecem em todos os anos (33) mantiveram somente atividades comerciais desde 1894 até 1909 (casa de comércio, botequim, drogaria, padaria, loja, hotel), e outros 15 (11%) dedicaram-se a alguma atividade produtiva juntamente com a comercial durante todo o período. Outro grupo de 24 nomes (18%) se caracteriza por mudar de ramos de atividade, ou seja, se dedicou inicialmente à produção e depois ao comércio ou vice-versa. Destes, 11 pagaram imposto referente a alguma atividade produtiva e somente mais tarde passaram a trabalhar com comércio (8%), enquanto outros 13 pagaram inicialmente imposto sobre comércio e depois iniciaram também algum tipo de produção (10%). Em todos estes casos, a atividade comercial teve continuidade, desde que iniciou até ao menos 1909, totalizando 43% de todos os pagantes de impostos de 1894 a 1909 dedicados durante todo o período a alguma atividade comercial.

Outros 35% dedicaram-se somente a atividades produtivas em todos os anos, muitas vezes diversificando, como Pietro Piazza, que pagou imposto por moinho em todo o período, e em 1909 tinha também alambique e sapataria. Mais raramente, o pagamento de impostos incidiu no início sobre comércio e, posteriormente, apenas sobre produção (3 casos, ou 2% de 133). Outros ainda, começaram com transporte e nos anos seguintes também realizaram algum tipo de comércio (3 casos). Por fim, 6 pagantes (5%) não obtiveram êxito na atividade de comércio, pois iniciaram com algum tipo de produção e, em seguida, constava também atividade comercial durante um ou dois anos e, por fim, esta foi fechada restando apenas a atividade produtiva. Ou seja, observando todos os casos existentes, percebe-se a grande diversidade de trajetórias e a importância do artesanato: ao todo, 62% dos que aparecem em todos os anos se dedicaram, em algum momento, às atividades manufatureiras/artesanais.

O transporte geralmente era uma atividade complementar para quem produzia ou comercializava: apenas 2% dos 133 pagantes sempre mantiveram somente atividades de transporte (carreta e/ou tropa de mulas).

Alguns casos exemplificam a diversidade de trajetórias de indivíduos que começaram como produtores e realizaram depois algum tipo de comércio. Ângelo Chitolina tinha sapataria em 1894, e em 1904 abriu casa de comércio e fábrica de salame; Aristide Germani foi proprietário de moinho durante todo o período, e tinha também botequim e casa de pasto com jogos lícitos em 1904, além de uma carreta em 1909; Daniele Benetti tinha ferraria, e em 1904 abriu casa de negócio; Giuseppe Eberle possuía funilaria e em 1904, vendia “obras estrangeiras”, ou seja, produtos não fabricados na sua funilaria, e em 1909, o filho Abramo iniciou sua carreira com uma fundição, ourivesaria com venda de “artigos estrangeiros” e também exportou – ou seja, vendia em Caxias também produtos que importava e vendia produção própria para fora de Caxias; por fim, só para citar mais um exemplo, Pietro Simon possuía um alambique em 1894, mas cinco anos depois fechou o alambique e estabeleceu um moinho; em 1904 o moinho estava fechado e Pietro tinha fábrica de óleo de linhaça, que não constou em 1909, quando possuía casa de comércio e duas carretas, com as quais exportou produtos para fora de Caxias.

Dentre os que iniciaram com comércio, estavam Francisco Balen, proprietário de casa de comércio que em 1909 abriu alfaiataria junto com os filhos; Giovanni Dalpont teve botequim em 1894, casa de comércio e fábrica de cadeiras em 1899 e, em 1909, também 2 carretas; Luigi Soldatelli iniciou com casa de comércio e depois diversificou suas atividades ao longo dos anos: tropa de animais, carreta, “jogos lícitos”, barbaquá, serraria e, além disso, exportou em 1909; Pietro Oldra começou com um botequim em 1894 e logo possuía casa de comércio, jogos lícitos, serraria, olaria, açougue e carreta; Vittorio Zanela, que iniciou com botequim, depois foi proprietário de uma padaria e por fim, de uma fábrica de massas.

Diferentes autores já observaram a importância do capital comercial para o surgimento da indústria, mas é interessante observar que em poucos casos se verifica uma mudança de atividade do comércio para a produção manufatureira anteriormente a 1910 – apenas 3 casos. O percentual de comerciantes que passaram a investir na produção mantendo a atividade comercial, somente 10%, quase não difere dos produtores que passaram a comercializar que perfaz 8%. Ou seja, se ocorreu investimento de capital comercial na produção neste período, raramente aconteceu através de mudança de atividade por parte de um mesmo indivíduo. A mudança da atividade comercial para a produtiva pode ter ocorrido de duas formas: através de associação (que não é possível verificar através das fontes consultadas, pois nos poucos casos de sociedades usava-se as expressões “e cia”, “e irmão” ou “e filhos”, e não se menciona o nome dos sócios),

ou através de mudanças que alcançam trajetórias de famílias e somente poderiam ser percebidas acompanhando essas gerações. Além disso observe-se que, no período analisado, tornar-se um comerciante ensejava um *status* maior do que possuir uma oficina artesanal, pois o próprio capital envolvido nas principais atividades comerciais, assim como as possibilidades de lucro, eram muito maiores.

As trajetórias revelam a pouca permanência da maioria dos nomes na mesma atividade e a significativa diversificação de atividades realizadas por um mesmo indivíduo, ao longo de um curto período de 15 anos. Isso parece caracterizar uma economia que passava por aceleradas mudanças, na qual havia pouca diferenciação entre os variados tipos de atividades. Entendo que a rápida circulação dos indivíduos por diferentes atividades, sobretudo as produtivas, revela um mercado pouco especializado. Além disso, o grande número de pessoas que pagaram impostos apenas durante alguns anos no período (92%) aponta para certa instabilidade da economia local, e sobretudo da produção artesanal, anterior a 1910. Em síntese, parece plausível afirmar que a “indústria” local anterior a 1910 era basicamente formada por oficinas artesanais voltadas para um mercado sobretudo local que, apesar do seu crescimento tantas vezes enaltecido, se caracterizava por certa instabilidade marcada pelas constantes mudanças de ocupação dos imigrantes. Por outro lado, a possibilidade dos imigrantes de variar suas atividades revela o dinamismo da economia local, capaz de absorver novos e diversificados produtos e serviços. É possível inferir que os imigrantes muitas vezes combinaram de forma flexível atividades artesanais e agrícolas no esforço por estabelecerem-se na localidade. É perceptível a existência em Caxias tanto de um mercado de trocas simples quanto um mercado com características capitalistas, perceptíveis na diferenciação dentro de um mesmo setor produtivo ou comercial. Nos setores que passaram a participar regularmente do mercado regional, ocorreu uma maior concentração de capital, como era o caso dos proprietários das maiores casas de comércio e também dos donos de moinhos e serrarias.

Essas informações se referem a um corte de apenas quinze anos, mas que se revelou tempo suficiente para muitas mudanças. As atividades produtivas tiveram um crescimento linear e estável, mas esconde discontinuidades, sucessos e fracassos, diversificação e especialização. Enfim, os esforços de sobrevivência da população eram marcados por muitas tentativas e incertezas, à altura da complexidade e da dificuldade do projeto que aos poucos se efetivava naquele território: a colonização. Vale lembrar que a sociedade em estudo era uma sociedade em formação: em dez anos instalaram-se 13 mil pessoas em uma área de quase 83 mil hectares. Foi uma povoação rápida, subvencionada pelo governo, direcionada economicamente sobretudo para a agricultura. Essa população rapidamente conformou uma economia diversificada e dinâmica.

As análises feitas nesse capítulo me permitem rejeitar a hipótese, apresentada na introdução, de que a atividade artesanal teria declinado e teria havido crescimento das manufaturas, uma vez que pelo menos até 1910 as unidades produtivas chamadas de “fábricas” nos livros de impostos, que cresceram e se diversificaram em Caxias, eram oficinas artesanais ou apenas excepcionalmente chegaram a constituir pequenas manufaturas. As únicas duas fábricas existentes eram do setor têxtil, como foi visto anteriormente (pág. 63). Assim, até a primeira década do século XX, não se pode falar em um processo de industrialização na região, embora tenha ocorrido alguma concentração de capital, para além do comércio e destas duas fábricas, na produção madeireira e de farinhas – principais produtos, além dos agrícolas, exportados.⁷⁹

A localização de muitos empreendimentos no interior das Léguas comprova a diversificação econômica existente no espaço rural nesse momento, assim como revela a importância da própria estrutura social baseada na agricultura familiar para o tipo de desenvolvimento específico da região. A descentralização de diversos tipos de unidades artesanais e manufatureiras, crescentemente situadas no interior, mostra a diversificação econômica ocorrida neste espaço. O incipiente processo de urbanização se refere principalmente aos serviços e a algumas atividades comerciais. Também se concentravam principalmente na Sede Dante as maiores casas comerciais. Porém, a urbanização ocorrida até então não alterou a distribuição espacial da produção artesanal, que se localizava principalmente na área rural.

A reduzida quantidade de trabalhadores das oficinas artesanais/manufatureiras e o fato de que o número dessas unidades produtivas cresceu mais no meio rural do que na cidade nos impedem de conceber o início de um processo de proletarização até 1910. O trabalho nas oficinas pode ser entendido como um trabalho complementar para as economias familiares, e não caracterizou, nesse momento, qualquer tendência de separação do trabalhador do principal meio de garantia da sua subsistência – isto é, a terra. Nesse sentido, considero que a análise desenvolvida por Schneider da indústria calçadista do estado, a qual foi mencionada anteriormente, elaborou instrumentos conceituais que ajudam compreender a articulação que existe entre o trabalho realizado nas oficinas e o trabalho agrícola em Caxias. Percebo que em Caxias havia um baixo custo do trabalho, pois os colonos tinham possibilidade de prover sua subsistência mínima produzindo seus próprios alimentos. As constantes mudanças de atividades indicam certa instabilidade econômica mas, ao mesmo tempo, revelam diferentes alternativas de trabalho e renda na economia complexa que se constituía.

⁷⁹ No capítulo 3, na parte referente a dívidas e mercado, será abordada a abrangência do mercado de duas importantes oficinas de Caxias, pertencentes a Abramo Eberle e a Antônio De Antoni.

CAPÍTULO 3

3. FORTUNA, HIERARQUIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

As diferentes fontes nos permitem obter informações distintas sobre uma mesma sociedade. Os inventários têm um valor estatístico reduzido para quem deseja obter uma visão global da economia em comparação com fontes fiscais, como os registros de impostos. Por outro lado, os inventários são um tipo de fonte rica e precisa, e os exemplos que fornecem não são socialmente seletivos, podendo ser considerados típicos.¹

Por representarem um processo de divisão de patrimônio, os inventários muitas vezes sobre-representam grupos sociais mais abastados. No caso dos inventários de Caxias, porém, como já foi observado na introdução, existe grande número de famílias pobres, devido à obrigatoriedade de inventariar os bens no caso de haver herdeiros órfãos menores de idade.

A análise dos inventários mostra que não é possível definir uma hierarquia sócio-econômica apenas a partir da categoria ocupacional, pois há uma grande diversidade no interior dos grupos dos artesãos e manufatureiros e dos próprios comerciantes. Apesar dessas diferenças, de modo geral os comerciantes pagavam valores bastante altos de impostos e parte deles também tinham os maiores patrimônios, apresentando sinais claros de diferenciação no *status* social da localidade. Livros de impostos e inventários indicam o enriquecimento de parte dos comerciantes e apontam para uma certa indiferenciação econômica entre vários manufatureiros, tropeiros e carreteiros. Nesse sentido vale a observação metodológica de Domar para este tipo de comparação entre fontes de origem fiscal e social: “Se se salientar uma concordância, as duas fontes serão valorizadas uma pela outra”.²

¹ DOMAR, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 61-63.

² *Idem*, p. 63.

Neste capítulo analiso a diferenciação e a hierarquia econômica existente em Caxias, detendo-me nos inventários de comerciantes e proprietários de unidades produtivas.³ Início com uma caracterização geral da hierarquia social utilizando todos os inventários da amostra, e em seguida analiso os patrimônios e as informações sobre a ocupação econômica dos artesãos/manufatureiros e dos comerciantes, além de casos de tropeiros, carreteiros e ex-comerciantes. Serão analisados a capacidade de acumulação destes grupos ocupacionais e os padrões de investimento e de consumo, assim como sua inserção ao mercado regional. Além disso, alguns casos permitem compreender certos caminhos para a ascensão socioeconômica e, por outro lado, alguns exemplos de decadência.

3.1. Diferenciação social

Desde o início da pesquisa alguns indícios levavam a crer que os inventários revelariam uma profunda diferenciação social. Essa hipótese não apenas se confirmou como os inventários mostraram desigualdades econômicas que superaram as expectativas iniciais. A média do valor dos patrimônios dos 196 inventários da amostra finalizados foi de 139 libras (os valores dos montes-mór foram transformados para libras a fim de minimizar os efeitos da inflação sobre tais valores).⁴ Porém, os 10% mais ricos (20 inventariados) detinham 50% de toda a riqueza, enquanto os 10% mais pobres detinham apenas 0,81%. Os 50% mais pobres detinham apenas 11% da riqueza existente na amostra dos inventariados de Caxias. Ou seja, fica claro que desde o final do século XIX, a maioria dos colonos vivia em situação de grande pobreza, enquanto um grupo reduzido detinha o capital existente na localidade. Essa concentração de riqueza aproxima-se da existente no Rio de Janeiro na década de 1860, segundo Fragoso e Florentino, onde os 10% dos inventariados mais ricos do meio urbano concentravam 59% da riqueza e os do meio rural, 68%.⁵

³ Como comentei na introdução, foram arrolados 216 inventários pertencentes à amostra. Neste conjunto constam: 6 inventários de comerciantes, 10 proprietários de algum tipo de manufatura, 5 proprietários de carretas e/ou tropa de mulas, 2 ex-comerciantes, 1 proprietária de terras fora de Caxias e 1 agricultor que tinha sociedade em fábrica. Os demais 191 inventários da amostra podem ser considerados de agricultores (68 destes não evidenciaram bens referentes à ocupação econômica, como será visto no capítulo 4, tudo indica que se tratava de agricultores). Do total de 216, foram finalizados 195, ou seja, nestes consta a avaliação dos bens e, portanto, o monte-mór – a soma do valor de todos os bens avaliados. Não existe avaliação em 18 inventários, além de outros 3 cuja avaliação foi realizada apenas após 1920, os quais optei por desconsiderar na análise quantitativa. Os não finalizados estão distribuídos da seguinte forma: 1 carreteiro, 6 agricultores que tinham produção e 14 pertencentes ao grupo que não evidenciava bens relativos a qualquer atividade econômica. Os inventários que não pertencem à amostra somam 11 e, juntamente com os não finalizados, foram analisados qualitativamente.

⁴ A fonte utilizada para conversão da moeda traz valores idênticos expressos em libras e em réis para os mesmos anos. Fonte: *Séries estatísticas retrospectivas*. Vol 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Edição fac-similar. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940, original publicado em 1941), p. 134.

⁵ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 173-174.

Tabela 18 – Patrimônio em libras e ocupação dos 10% dos inventariados mais ricos da amostra

Ano início inventário	Nome	Monte-mór em libras	Ocupação econômica	Propriedade
1890	Stefano Alberti	2.972	Comércio	Urbano
1910	Rodolpho Felice Laner	2.399	Olaria	Rural e Urbano
1892	Antonio Lesso	1.337	Comércio	Urbano
1905	Benjamin Cortes Rodrigues	718	Carreta	Urbano
1890	José Letti	547	Comércio, tropa de mulas e moinho	Urbano
1900	Feliciano Vaz Ramos	534	Não evidencia ocupação	Sem propriedade em Caxias
1910	René Coulon	532	Fábrica de pó inseticida	Rural
1898	Carlos Weber	522	Sociedade em serraria	Rural
1910	Lino Sartori e s/m Thereza Sartori	406	Comércio	Urbano
1900	Amadio Gardini	395	Agricultura	Rural
1898	Thereza Trichez	352	Carretas e serrarias	Rural
1898	Marco Menegaz	351	Agricultura	Rural
1898	Angela Rivolte Sperafico	346	Agricultura	Rural
1890	Daniel Schlabrendorff	331	Curtume	Rural
1898	Roza Bottegon	322	Fabricação de mandolates	Rural e urbano
1900	Angela Ripa Monte	301	Agricultura	Rural
1908	Giovanni Trentim e Catharina Trentim	297	Não evidencia ocupação	Rural
1908	Dorothea Tonetti Berlandi e s/m Emmanuel Berlandi	283	Agricultura	Rural
1902	Angelo Gusi	280	Chapelaria	Urbano
1908	Giuseppina Suzin	269	Não evidencia ocupação	Rural

Fonte: inventários de Caxias do Sul. APERGS.

A conversão dos valores para libras esterlinas teve como base o ano de avaliação dos bens do inventário.

A primeira observação é de poucos inventariados podem ser considerados ricos na comparação com os demais. Observe-se a grande diferença existente mesmo entre os primeiros da Tabela 18: o primeiro inventariado mais rico tem um patrimônio 4 vezes maior do que o quarto, e se a comparação for em relação ao último, a diferença é de 11 vezes.

Apesar de alguns comerciantes de Caxias terem conseguido realizar uma considerável apropriação de excedentes, este se torna diminuto em comparação com o valor do patrimônio dos 8 inventariados mais ricos do município de Alegrete na década de 1870.⁶ Seus montes-mór superam a faixa de 10.000 libras, sendo o maior valor de 44.077 libras, enquanto o patrimônio do mais abastado comerciante de Caxias encontrado nos inventários não chega a 3.000 libras. Essa diferença mostra a superioridade da economia pecuária sobre a da região de colonização, recentemente povoada.

O comércio era a atividade que mais permitia acumular bens. Os 5 mais ricos dedicavam-se ou haviam se dedicado a alguma atividade comercial. Três possuíam casas comerciais, e além destes, Benjamin Cortes Rodrigues⁷ pagou imposto referente a uma casa de comércio nos anos de 1894 e 1899, enquanto Rodolpho Felice Laner possuía olaria e uma grande quantidade de lotes na sede Dante, o que indica claramente ter especulado sobre terras na localidade. Porém, dentre os 20 proprietários com maior patrimônio acumulado, apenas 4 eram comerciantes com negócio estabelecido no momento de sua morte. Desse modo, os mais ricos do município estavam voltados para atividades comerciais, mas outras atividades também concorriam para a riqueza da parcela mais abastada da população de Caxias.

Diferenciam-se 3 inventariados por possuírem grande quantidade de terras. Rodolpho Felice Laner possuía terras em Caxias, e Feliciano Vaz Ramos e Marco Menegaz, em Taquara do Mundo Novo⁸. Além destes, Carlos Webber possuía terras em Lageado (região de colonização alemã), Angela Sperafico tinha uma propriedade em São Sebastião do Caí e Daniel Schlabrendorff possuía um lote em São Leopoldo.⁹ Outras atividades produtivas apareceram entre a elite econômica da amostra: proprietários de serrarias, fábrica de chapéus, curtume, uma fábrica caseira de mandolates, entre outros. Amadio Gardini, Angela Ripa Monte, o casal

⁶ Agradeço aos dados gentilmente cedidos por Graciela Bonassa Garcia, os quais integram sua pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado em História, na UFRGS.

⁷ Os inventários sempre serão citados através do nome do inventariado, e a referência completa de todos os inventários consultados está na listagem final de fontes.

⁸ O inventário do maior proprietário de terras é o de Luiz Antônio Feijó Júnior, que não pertence à amostra e será estudado no capítulo 4.

⁹ Possivelmente alguns parentes de Daniel Schlabrendorff tiveram algum poder em Caxias, pois segundo Adami, “a subida da Av. Rio Branco, que então partia da rua Dr. Pestana e finda de frente à Adega Eduardo Mosele, era denominada ‘O Morro da Baronesa’, título atribuído à D. Catarina Bech Von Schlabrendorff, esposa de Humbert Schlabrendorff.” ADAMI, João S. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, p. 215.

Berlandi e Angela Sperafico eram agricultores – esta também era a provável ocupação de Giuseppina Suzin e do casal Giovanni e Catarina Trentim. Os inventários que não indicam bens relacionados à produção provavelmente eram de agricultores, como será abordado no capítulo 4.

A segunda observação diz respeito à localização destas atividades: os mais ricos não viviam apenas na cidade, pois 65% (13) tinham propriedade rural em Caxias, enquanto apenas 40% (8) possuíam lote urbano – todos estes residiam na propriedade urbana, enquanto os demais 12 inventariados residiam na área rural de Caxias, onde tinham suas atividades econômicas. Os comerciantes pertencentes a esse grupo mais abastado residiam na Sede, confirmando a análise feita no capítulo anterior, de que embora o comércio estivesse estabelecido tanto no meio rural quanto no urbano, os maiores comerciantes concentravam-se no espaço urbano.¹⁰

Por fim, ressalto que, apesar de ter indicado a fortuna superior dos comerciantes, a Tabela 18 contrariou a expectativa inicial de localizar todos os comerciantes entre os mais ricos e todos os agricultores entre os mais pobres. Ao contrário, havia 8 agricultores entre os 20 mais ricos da amostra – ou seja, perfaziam um 40% destes. Isso, porém, não deve minimizar as diferenças sociais existentes que tornavam, ainda assim, os comerciantes o grupo ocupacional mais rico: o menos afortunado listado na tabela possuía apenas o equivalente a 9% da fortuna do comerciante mais rico encontrado entre os inventários.

Resta fazer uma observação sobre a idade dos membros desse grupo social privilegiado por ocasião da sua morte. É especialmente interessante observar que 3 comerciantes (Stefano Alberti, Antônio Lesso e José Letti), o proprietário de serraria Carlos Weber e o dono de curtume Daniel Schlabrendorff eram pessoas relativamente jovens, pois todos tinham filhos com no máximo dez anos. No caso de Carlos Weber, existem evidências de que provém de uma família abastada. Por outro lado, quase a metade dos inventários da Tabela anterior se refere a pessoas falecidas em idade mais avançada: são casais ou pessoas já viúvas cujos filhos estão todos casados ou resta no máximo 1 filho solteiro. Como lembra Domar, “a fortuna da maturidade e da velhice acusa os êxitos e os fracassos de toda uma vida”.¹¹ Nestes casos, a família já atravessou todas as fases de sua vida familiar, inclusive a fase que Chayanov¹² define como sendo de auge da capacidade produtiva, quando os filhos são jovens e solteiros e podem contribuir significativamente com seu o trabalho para a economia da família. Neste momento pode se realizar uma produção superior às necessidades de consumo da família, ou seja, existe a

¹⁰ Ao todo, 31 inventariados possuíam pelo menos um lote urbano. Dez destes (ou 32%) tinham estabelecimento comercial (dos quais 3 também desenvolviam atividades produtivas: selaria, fábrica de sabão e moinho). Os demais 12 tinham diversas ocupações: oleiro, dono de curtume, chapeleiro, delegado de polícia, dois barbeiros e alfaiates, fabricante de mandolates, etc. Outros 9 eram agricultores. Este último grupo é analisado no capítulo 4.

¹¹ DOMAR, *op. cit.*, p. 68.

¹² CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

possibilidade de gerar excedente. Inserem-se na fase mais adiantada do ciclo de vida da família o oleiro Rodolpho Felice Laner, Feliciano Vaz Ramos, o industrialista René Coulon, o agricultor Amadio Gardini, a proprietária de serraria Thereza Trichez, a fabricante de mandolates Roza Bottegon, o casal Trentim (provavelmente agricultores) e o chapeleiro Angelo Gusi.

Além destes, se inclui o casal Berlandi, em cujo inventário foi declarado que Emmanuel era agricultor, mas o casal também tinha ações em uma fábrica de tecidos. O sobrenome Berlandi não consta nos livros de impostos, e este casal possuía apenas $\frac{1}{4}$ de lote rural comprado ao governo e pago em 1887, sem benfeitorias. Somavam quase três contos de réis (2:992\$500) em ações de uma fábrica de tecidos chamada “Tever”, situada na 5ª Léguas – ou o equivalente a 77% do seu monte-mór. Herédia cita esta empresa como Cooperativa Têxtil Società Tevere, uma cooperativa de ex-funcionários têxteis de Schio, Itália, que foram coagidos a imigrar para o Brasil após uma greve, fundando em 1898 a referida fábrica de tecidos de lã com equipamentos importados da Itália. Em 1904 a fábrica foi vendida para Hércules Galó.¹³ Berlandi não era sócio fundador; os fundadores do lanifício eram todos ex-funcionários do ramo e portanto, no caso destes, a situação de agricultores no Brasil foi apenas temporária. Possivelmente o casal Berlandi dedicou-se à agricultura e, no final da vida, alcançou condições de investir em atividades industriais. Assim, a herança legada aos filhos lhes dava oportunidade de alcançarem melhores condições de vida.

Os 10% que ocupavam o topo da pirâmide social da amostra de inventários apresentaram grande diversidade de atividades produtivas e comerciais, tanto rurais quanto urbanas. Também se diferenciavam pela provável origem sócio-econômica: enquanto algumas famílias estavam bem situadas economicamente quando ainda jovens, outras possivelmente apenas acumularam seu patrimônio durante toda sua existência. Parece que na verdade estes casos retratam momentos diferentes de um mesmo processo: as famílias mais abastadas conseguem favorecer a diferenciação social dos descendentes e, às vezes, temos um inventário daquela que possivelmente foi a primeira geração a alcançar melhores condições de vida, e em outros casos já se trata da segunda geração, que fora beneficiada pelos pais. Verifica-se assim, desde o início da colonização na região serrana, a reprodução e o aprofundamento da diferenciação na hierarquia social local.

¹³ Em 1904 esta fábrica passou a se chamar Companhia de Tecidos de Lã de Hércules Galó. Apenas em 1928, quando foi comprada pela família Chaves Barcellos, a fábrica passou a chamar-se Lanifício São Pedro, nome que perdura até o período atual. Herédia, *op.cit.*, p. 109-114.

Ao contrário dos mais abastados, os 10% mais pobres da amostra de inventários conformam um grupo bastante homogêneo: praticamente todos eram agricultores inventariados na primeira metade da década de 1890.

Tabela 19 – Patrimônio em libras e ocupação dos 10% dos inventariados mais pobres da amostra

Ano início inventário	Nome do inventariado	Monte-mór em libras	Ocupação	Propriedade
1895	Catharina Mattrel	17	Agricultor	Rural
1892	Anna Pezzi	16	Agricultor	Rural
1895	Mecheli Cemim	16	Agricultor	Rural
1895	Giobbe Canani	15	Agricultor	Rural
1892	Natale Dalpiva	15	Agricultor	Rural
1892	Maria Rech	14	Agricultor	Rural
1895	Pietro Fiorelli	14	Não evidencia ocupação	Rural
1892	Gabriella Angela Felice	13	Agricultor	Rural
1892	Barbara Webster	11	Agricultor	Rural
1892	Rachel Sartor	11	Agricultor	Rural
1895	Elisabetha Laner	11	Agricultor	Rural
1895	Luiza Babbesani	10	Agricultor	Rural
1892	Maria Pegoraro	10	Agricultor	Rural
1892	Angelo Simonetto	9	Agricultor	Rural
1898	Giacomo Biazus	8	Agricultor	Rural
1892	Stefano Hemer	7	Agricultor	Rural
1892	Anna Maria Palioza	7	Agricultor	Rural
1892	Paschoa Soneco	6	Agricultor	Rural
1892	Bortolo Venzon e s/m Angela Venzon	5	Agricultor	Rural
1892	Giovanni Dalcurtivo	4	Agricultor	Rural

Fonte: Inventários de Caxias do Sul. APERGS.

A variação existente entre os 10% mais pobres é de apenas 4 vezes entre o primeiro e o último da Tabela 19. A população pobre possuía apenas o lote rural, a casa e pequena produção agrícola ou criação de alguns animais. Embora alguns agricultores tivessem uma posição melhor na escala social, os mais pobres da localidade, exemplificados na tabela acima, eram agricultores: colonos imigrantes que compraram a terra do governo com prazo de cinco anos para pagá-la, e ainda contavam com auxílios governamentais para iniciar a produção agrícola e para sobreviver durante os primeiros tempos. É importante observar que apesar da grande presença de famílias pobres entre os inventários, havia famílias em estado de absoluta miséria que não estão representadas nesta tabela, cujos autos foram arquivados justamente porque o falecido não deixou bens a inventariar.

Parte destas famílias mais pobres da localidade era bastante jovem: 8 famílias tinham filhos ainda pequenos, com no máximo dez anos, e 10 famílias tinham dois ou mais filhos maiores de dez anos – a metade destas tinha ao menos 4 filhos já em idade de trabalhar, configurando a fase de auge da capacidade produtiva da unidade familiar. Apenas duas famílias já haviam atravessado esta fase, sendo que todos os filhos estavam casados. Observando o conjunto das famílias, concluiu-se que, com exceção dessas duas últimas, as demais eram relativamente jovens, pois todas ainda tinham filhos crianças, e os filhos jovens ainda eram solteiros. Pode-se concluir que são famílias que imigraram quando estavam recém constituídas, ou mesmo que se constituíram já no Brasil. O perfil dessa pobreza é o de quem dependeu necessariamente dos benefícios oferecidos pelo governo para formar uma unidade econômica capaz de garantir sua própria subsistência, pois contavam apenas com seu próprio trabalho e a posse da terra para sobreviver e pagar a dívida da mesma.

Deixaremos este grupo dos agricultores, assim como as famílias sem ocupação evidente para o capítulo 4. Adiante são analisados os inventários de artesãos/manufatureiros e de comerciantes.

3.2. Manufatureiros e artesãos: diversificação de atividades

Várias atividades e situações sociais foram reunidas sob o título de manufaturas e oficinas artesanais. Muitas vezes esse tipo de atividade é interpretado como o início de um processo de especialização por parte das famílias que as realizavam. Por outro lado, parece-me que, em muitos casos, iniciar um determinado tipo de produção que não a agrícola representava mais uma necessidade de diversificar e complementar as fontes de renda da família. Em seguida procuro situar os manufatureiros na hierarquia sócio-econômica de Caxias e observo a diversidade de condições dos imigrantes que se dedicavam a essas atividades. (É importante observar que não

incluo na Tabela 20 os proprietários de unidades artesanais/manufatureiras que possuíam casa de comércio, os quais são analisados na parte referente aos comerciantes).

Tabela 20 – Inventariados proprietários de manufaturas ou oficinas artesanais

Ano início inventário	Inventariado	Monte-mór libras	Monte-mór réis	Ocupação	Propriedade
1910	Rodolpho Felice Laner	2.265	32:841\$964	Olaria	Rural e Urbana
1910	René Honoré Coulon	532	7:949\$500	Fábrica pó inseticida	Rural
1898	Carlos Webber	522	10:682\$600	Sociedade em serraria	Rural
1898	Thereza Trichez	352	11:765\$400	Carretas e serrarias	Rural
1890	Daniel Schlabrendorff	331	3:510\$600	Curtume	Rural
1898	Roza Bottegon	322	7:770\$000	Fabricação mandolates	Rural e Urbana
1902	Angelo Gusi	280	5:721\$600	Chapelaria	Urbana
1898	Mariana Trichez	239	7:975\$460	Ferraria	Rural e Urbana
1892	Giuseppina Facin	185	3:794\$000	Barbearia e alfaiataria	Rural e Urbana
1892	Caetano Gianferrari	57	920\$800	Barbearia e alfaiataria	Urbana

Fonte: Inventários de Caxias do Sul. APERGS.

No capítulo anterior observei, através dos livros de impostos, que muitas manufaturas estavam situadas no meio rural. A leitura dos inventários confirma a constatação: além das atividades necessariamente rurais, como as serrarias, estavam no interior a fábrica de pó inseticida de Coulon, o curtume de Schlabrendorff e a ferraria da família de Mariana Trichez. As famílias mais bem sucedidas, além do oleiro Felice Laner, são os proprietários de serrarias, e entre os mais pobres estão os proprietários de alfaiataria e barbearia. A desigualdade entre essas famílias é bastante significativa: sem contar o caso do rico oleiro Felice Laner, o mais abonado detinha um patrimônio quase 9 vezes superior ao mais pobre. Os principais bens que compunham o patrimônio dos imigrantes geralmente eram os imóveis: terra e casa.

Rodolpho Felice Laner chegou a ter uma olaria, uma cervejaria e casa de comércio ao mesmo tempo, mas apenas a olaria aparece no inventário, enquanto as demais atividades constam nos livros de impostos entre 1894 e 1909. Sua prosperidade o diferencia e o coloca entre os mais ricos de Caxias. Laner deixou em testamento (é um dos três únicos casos em que existe testamento), para sua irmã e sobrinhos de Porto Alegre, metade do valor dos nada mais e nada menos do que 31 lotes e meio de terra que possuía na Sede Dante. Também possuía parte de uma colônia e um sobrado de material, isto é, tijolos, em um dos lotes urbanos, medindo 10x16 metros – se o segundo pavimento tinha a mesma medida do térreo, media cerca de 320 m², uma verdadeira mansão para os padrões da localidade na época.

Dois inventariados da tabela acima trabalhavam com serraria, um tinha sobrenome italiano e outro, alemão. A família italiana de Thereza Trichez pode ser considerada bem sucedida: tinha duas serrarias, uma “nova” e uma “velha”, além de uma casa de pedra com moinho e casa de moradia do mesmo material. Pagara imposto por um alambique em 1894 e em 1899 por um botequim. Possuía uma colônia inteira e ainda pedaços de terras em outras 6 colônias, além de dois arrendamentos – únicos casos de arrendamento encontrados. Ainda foram avaliadas no inventário 3 carretas, instrumentos agrícolas, pipa e tina para vinho, além de ferramentas de carpinteiro. Ou seja, as atividades dessa família se dividiam entre: serraria, moinho, transporte de mercadorias, agricultura e produção de vinho.

O outro proprietário de serraria é Carlos Webber, cuja organização produtiva e origem social é bastante diversa do primeiro caso. Possuía quase 8 colônias de terras em Lajeado, obtidas por herança – uma área de 775.000 braças quadradas, ou 375 hectares. Era sócio da firma Carlos Webber e Cia, que comprou terras e montou serraria em Caxias. Para isso, contou com um empréstimo da própria mãe no valor de 10 contos de réis; ela residia em São Sebastião do Caí.

Um proprietário de curtume e selaria também tinha sobrenome alemão: Daniel Schlabrendorff. Além do curtume em Caxias, tinha um lote rural já pago e outro que ainda estava pagando, comprado do governo. Possuía também meio lote em São Leopoldo, o que leva a pensar que talvez tenha migrado daquele município para se estabelecer com curtume em Caxias.

O mercado de Caxias não era formado apenas pelos imigrantes pobres, pois existiam imigrantes em melhores condições – seja porque puderam acumular no Brasil, seja porque trouxeram algum capital quando imigraram da Europa. Mas além destes também estavam presentes os luso-brasileiros e os alemães ou seus descendentes. Observe-se a presença de dois nomes de origem portuguesa e um de origem alemã na Tabela 18, entre a elite da localidade – proporcionalmente, esses três sobrenomes não italianos representam 15% dos vinte inventariados

mais afortunados, participação não desprezível. Constata-se assim que a ex-Colônia Caxias tornou-se atrativa para investimentos de grupos sociais anteriormente inseridos na economia do estado. Entendo que essa presença teve um importante papel: influenciou na conformação dos padrões de produtividade e concorrência com o qual os imigrantes italianos tiveram de competir. Ao mesmo tempo em que contribuiu para o crescimento da economia local, acelerou o processo de concentração de renda e favoreceu o aprofundamento das desigualdades sociais em Caxias.

Entre os proprietários de manufaturas também havia diferenças no nível de vida, indicado pela qualidade das casas. Alguns possuíam casas de madeira tão simples quanto a maioria dos imigrantes (Coulon, Schlabrendorff e Gianferrari), outros tinham casas de tijolos ou pedra (Thereza Trichez e Mariana Trichez), e ainda havia casas assobradadas (Bottegon, Gusi e Facin) e verdadeiras mansões (Felice Laner).

Pelo caso de um barbeiro se deduz o auxílio dos pais na melhoria da situação dos filhos. Os três filhos homens de Caetano Gianferrari também adotaram a profissão do pai e trabalhavam em Caxias, conforme consta nos livros de impostos. Giuseppina Facin era nora de Caetano Gianferrari e, diferentemente dos sogros, que possuíam apenas uma casa de madeira, sua família possuía três casas de madeira, uma delas assobradada e coberta de telhas. O filho, portanto, alcançou condições sociais melhores do que os pais e possivelmente contou com o auxílio destes para estabelecer sua alfaiataria e barbearia e conseguir um bom casamento. Porém, quando faleceu, deixou algumas dívidas (790\$200 réis) referente a dinheiro havido por empréstimo e uma pequena parte por produtos adquiridos em uma casa de comércio.

A descrição de outros casos ilustra a diversidade de situações que estão aglutinadas na lista dos manufatureiros inventariados. Bortolo Trichez, viúvo de Mariana Trichez, representa um exemplo de prosperidade. Fundara uma oficina em 1882¹⁴ e, em 1898, quando feito seu inventário, possuía equipamentos de ferraria que valiam quase um conto de réis: um torno mecânico (820\$000), uma máquina para furar (10\$000), uma máquina para recalcar (25\$000), ferramentas de banca (20\$000) e ferramentas de forja (40\$000). Possuía ainda um lote urbano e dois lotes rurais, num dos quais ficava a ferraria (“casa com paredes de taipa que serve de oficina”) e possuía ainda outras três casas, uma delas de pedra. Pagou imposto por ferraria em todos os anos e, em 1909, quase dez anos depois do falecimento da esposa, também possuía uma fundição. Esta última atividade, incorporada à ferraria, denota especialização e enriquecimento.

Roza Bottegon fabricava e vendia vinho e mandolate. Seu caso exemplifica a diversificação entre agricultura, artesanato e comércio. A família tinha parreiral “de regular

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A indústria metalúrgica no rio Grande do Sul: um esboço histórico. In: *Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, vol. 10, 1982, p. 266.

dimensão”, duas pipas para vinho e um tacho de cobre “para fabricação de mandolates”.¹⁵ Também vendia queijo, tendo um estoque de 5 arrobas¹⁶ (ou cerca de 73 quilos), mas tinha apenas uma vaca, insuficiente para produzir essa quantidade de queijo, provavelmente comprado dos campos de Cima da Serra. A presença de ferrarias e curtumes próximos aos caminhos para Vacaria e São Francisco, verificada no capítulo anterior, indica que a relação comercial entre a região colonial e a de Cima da Serra era realmente importante: os tropeiros compravam das colônias produtos agrícolas, vinho, salame, açúcar, tecidos, entre outros, e vendiam queijo, charque, couro e peles, lãs, além do próprio comércio de mulas.¹⁷

Esta não era a única família proprietária de manufatura a desenvolver atividade agrícola: Thereza Trichez também tinha parreiral, e Daniel Schlabrendorff criava alguns animais (vaca, porcos e cabra).

Os proprietários de manufaturas viviam em diferentes níveis sócio-econômicos: não faziam parte da população mais pobre de Caxias e nada menos do que 7, de um total de 10, estavam entre os mais afortunados. A diversidade de casos existentes sinaliza que a propriedade de oficinas e manufaturas tinha diferentes significados para as famílias. Por vezes parece ser sua principal atividade produtiva; em outros casos era uma expansão de um negócio já estabelecido (ou seja, um investimento em uma localidade nova, como o caso do dono de serraria Carlos Weber); também podia significar o acréscimo de atividades correlatas (como a instalação de uma fundição junto à ferraria pelo viúvo de Mariana Trichez), por fim, em alguns casos era apenas uma complementação a alguma atividade comercial.

Existem poucos estudos para realizarmos comparações, mas eventualmente isso é possível. Tramontini analisou inventários de São Leopoldo entre 1846 e 1850, e deduziu que os comerciantes foram o grupo que mais acumulou, seguidos pelos artesãos. O patrimônio médio dos comerciantes era de 5:735\$500 réis, enquanto o dos artesãos era de 3:091\$000 réis, e a média geral era de 2:634\$704 réis.¹⁸ O autor observou, de forma paralela ao seu estudo, que a possibilidade de investir não implica necessariamente na especialização em uma única atividade,

¹⁵ Os filhos de Roza Bottegon residiam em diferentes locais: na Itália, Antônio Prado e Santa Maria da Boca do Monte – atual município de Santa Maria, onde também existia uma colônia italiana fundada pelo governo.

¹⁶ 1 arroba = 14,689 quilos. Fonte: *Almanak Encyclopedico Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1898, p. 189.

¹⁷ GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 54-55.

¹⁸ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*. Porto Alegre: PUC, 1997. (Tese de Doutorado em História), p. 302, nota de rodapé. O autor afirma também que apenas é possível inferir algo sobre os agricultores com base em exemplos escassos, e entre estes o patrimônio varia entre 2:000\$000 e 600\$000 réis. *Idem*, p. 304.

mas os investimentos podem ser diversificados e, respondendo a Janaína Amado, a qual defende que o comerciante foi o único capaz de acumular capital, afirma:

Respondendo às teses de Amado, acrescentaríamos que mesmo na tradição marxista o conceito de 'acumulação primitiva de capital' não obedece a uma lógica restrita de investimento-lucro-investimento dentro de um único e mesmo ramo de atividade, merecendo um necessário estudo sobre a circulação de capital dentro do sistema econômico mais amplo, como propõe Dobb.¹⁹

A circulação do capital entre diferentes atividades pôde ser percebida no capítulo 2 pelas trajetórias ocupacionais montadas a partir dos livros de impostos. A existência de pessoas abastadas em Caxias ligadas à produção e à especulação imobiliária, assim como à agricultura, mostram que, apesar de o comércio ser a principal atividade econômica capaz de gerar grandes lucros, não era a única. Ao meu ver, a marca da fortuna existente em Caxias no final do século XIX era justamente a diversidade de atividades.

A diversificação de atividades e as mudanças freqüentes de ocupação, vistas no capítulo anterior, se somam à diversidade de situações verificadas entre os inventários de manufatureiros. Os inventários revelam semelhanças no nível de vida e padrão de consumo entre muitos manufatureiros e agricultores, e mesmo entre manufatureiros e alguns negociantes menores, principalmente tropeiros. Muitas vezes a manufatura, o transporte e algum comércio em menor escala parecem ter sido atividades complementares à agricultura, enquanto mesmo nos casos que se tornava a principal atividade da família, a pouca continuidade numa mesma atividade ao longo do tempo não permite diferenciar estes manufatureiros enquanto pertencentes a um grupo social específico. Portanto, apenas analiticamente reuni estes inventários de proprietários de unidades manufatureiras e artesanais em um mesmo grupo definido pelo tipo de ocupação, pois não me parece plausível defini-los nesse período como um grupo social. Existe uma grande diversidade entre os casos analisados, a qual exemplifica processos sociais diferenciados que ocorriam concomitantemente na localidade. Assim como os mais afortunados realizavam diferentes atividades como uma forma de aumentar renda, um número significativo da população buscava melhores condições de vida diversificando sua ocupação econômica.

Assim, a própria constituição de um mercado é algo que deve ser visto dentro desse contexto: grande parte da população estava envolvida diretamente em um mercado de trocas simples, no qual a capacidade de acumulação era restrita. Mas certamente eram importantes na economia local as atividades voltadas para a acumulação de capital, capazes de gerar lucros

¹⁹ *Idem*, p. 302, nota de rodapé.

crecentes, e o demonstra a existência de alguns indivíduos ricos e a existência de alguma mobilidade social nos processos de mudanças de atividade.

3.3. Comerciantes

Os comerciantes eram o grupo mais organizado e fortalecido politicamente em Caxias. Em 1901 foi fundada a Associação Comercial, que contou inicialmente com 47 sócios e chegou a congregar a maioria dos comerciantes do município, além de alguns industriais.²⁰

Não só decisões políticas eram tomadas na Associação, outras de ordem prática como a construção de estradas e pontes foram conseguidas por sua ação direta, junto ao governo estadual. A construção da ferrovia ligando Caxias à capital foi outra velha aspiração dos caxienses que a Associação Comercial conseguiu concretizar. A defesa da produção local de vinhos foi outro assunto que interessou à associação, que exigiu do governo maior fiscalização e melhores condições para os depósitos de vinho. Quando em 12 de agosto de 1908 foi eleito como intendente Vicente Rovea, as reivindicações dos comerciantes são assumidas pelo Intendente Municipal que consegue para Caxias as obras que eram exigidas pela Associação. Sem causas a defender, a Associação perde sua força, deixando de reunir.²¹

Em 1904, a Associação dos Comerciantes foi consultada pelo governador Borges de Medeiros para indicar o candidato republicano nas eleições municipais, o que mostra sua força política.²² Em 1905 a Associação também se organizava para livrar-se dos inadimplentes. O sócio Germano Parolini sugeria que os sócios fornecessem todos os meses “uma lista dos que desfrutam do comércio e que, por vício, não pagam suas dívidas, com o escopo de fazê-los conhecidos e poder-se livrar indiretamente de uma praga tão runha para os comerciantes”.²³

Os comerciantes também trataram de manter Caxias nos círculos comerciais da região. A mobilização da Associação, contando inclusive com apoio do deputado estadual Avelino Paim, conseguiu garantir em 1904 a construção da Ponte do Korff, no Rio das Antas, nas proximidades do atual distrito de Criúva, de modo que Caxias permanecesse através desse caminho na rota comercial para o planalto, atestando a importância dessa rota comercial na época e a importância das relações entre Caxias e a região de Cima da Serra.²⁴

O enriquecimento e a organização política permitiu aos comerciantes mais ricos pertencerem a um grupo social diferenciado. Isso pode ser observado nos 15 inventários de

²⁰ Sobre a associação comercial, ver GIRON E BERGAMASCHI, *op. cit.*; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti e MACHADO, Maria Abel. *Câmara de indústria, comércio e serviços de Caxias do Sul: cem anos de história*. Caxias do Sul: Maneco, 2001; GARDELIN, Mário. *História da CIC*. Caxias do Sul: CIC, 1978.

²¹ GIRON e BERGAMASCHI, *op. cit.*, p. 89.

²² HERÉDIA e MACHADO, *op. cit.*, p. 22.

²³ Ata n. 40 de 11 de setembro de 1905, Livro de Atas n. 1 da Associação dos Comerciantes, p. 55. In: *Idem*, p. 20.

²⁴ *Idem*, p. 23.

comerciantes listados na Tabela 21. Apenas 6 deles fazem parte da amostra. É um número pequeno – menos de 3% do total dos inventários. Isso reforça a idéia de que esta fonte oferece uma boa representatividade da sociedade. Os demais inventários de comerciantes foram encontrados fora da amostra, e foram arrolados com o objetivo de enriquecer o conhecimento sobre esse grupo econômico aumentando os casos para estudo.

Tabela 21 – Patrimônio dos comerciantes

Ano início inventário	Inventariado	Monte-mór Libras	Monte-mór Réis	Localização
1890	Stephano Alberti*	2.972	31:562\$880	Urbana
1901	Emilia Parolini	2.718	52:666\$280	Urbana
1896	Marieta Maineri	1.407	37:279\$313	Rural e Urbana
1892	Antonio Lesso*	1.337	26:699\$010	Urbana
1899	Giuseppe Leonarde	712	17:181\$720	Rural
1890	José Letti*	547	5:809\$556	Urbano
1887	Agostinho Della Giovanni e Maria Negri	544	4:942\$790	Urbana
1891	José Costamilan	471	7:591\$521	Rural
1899	Mariana Curzel	418	8:525\$100	Urbana
1910	Lino Sartori e s/m Thereza Sartori*	406	6:071\$380	Urbana
1894	Thereza Tondin	234	5:556\$449	Rural e urbana
1893	Giovanni Boz	203	4:817\$430	Rural
1888	Maria Cesa	166	1:507\$820	Rural
1897	Pietro Cesa*	130	4:030\$930	Rural
1898	Angelo Dezorde*	116	3:753\$000	Urbana

Fonte: Inventários de Caxias do Sul. APERGS.

* Pertencem à amostra de 216 inventários.

Alguns comerciantes tinham um empreendimento produtivo como atividade secundária. São os casos de Tereza Tondin, proprietário de uma “fábrica” de sabão, Marieta Maineri, que tinha uma selaria e José Letti, dono de um moinho. A produção de sabão de Thereza Tondin era

feita em uma casa de madeira medindo 6x7 metros onde existia uma caldeira de ferro para fazer sabão e, ao lado, um galpão de madeira para depósito de lenha. A fábrica situava-se no lote rural e estava alugada, conforme consta entre as dívidas ativas “aluguel da fábrica de sabão”. O marido da inventariada Marieta Maineri coordenava, em sociedade com dois irmãos, uma oficina de seleiro e uma grande casa de comércio. Além dos mais de 21 contos de réis do estoque comercial, os bens da selaria também somavam significativos 1:547\$400 réis.

O momento de fazer inventário trazia dificuldades para a maioria das famílias. Por vezes aparecem disputas familiares na partilha dos bens; outra dificuldade eram as custas do processo, geralmente bastante altas (para algumas famílias mais pobres chegava a atingir um terço do valor total dos bens). Além disso, é o momento em que todas as dívidas devem ser liquidadas, e este campo torna especialmente interessantes os inventários dos comerciantes, os quais tinham as maiores dívidas (ativas e passivas).

No meio urbano localizavam-se os comerciantes mais afortunados, confirmando o que os livros de impostos indicaram. A média dos monte-mór dos 9 comerciantes urbanos é de 1.240 libras, enquanto a média dos 5 estabelecidos no meio rural é de apenas 371 libras. A soma do valor dos montes-mór dos 4 comerciantes mais abastados, situados na Sede Dante, supera em mais do dobro a soma dos montes-mór de todos os demais 11 comerciantes. Isso não significa, porém, que não existissem comerciantes ricos no meio rural e que não existissem comerciantes pobres na sede da colônia. Ainda que os maiores comerciantes estivessem geralmente no meio urbano, a diferença do montante dos bens entre os comerciantes urbanos é enorme, como atesta a presença de Ângelo Dezorde, um pequeno comerciante da vila cujo monte-mór é o menor de todos os inventários listados na tabela. Há grande disparidade entre os patrimônios do grupo mercantil – o maior é 25 vezes superior ao menor. Isso reforça a percepção de que parte dos comerciantes não se situava entre os mais ricos, pois entre estes, como foi observado pela Tabela 18, o topo da tabela representava um patrimônio 11 vezes superior à base.

Mais da metade dos comerciantes inventariados (8) era jovem e tinha filhos ainda crianças, com no máximo dez anos. Os demais tinham a maioria dos filhos adolescentes, e apenas 2 famílias estavam em uma fase mais avançada de sua existência, nas quais todos os filhos já estavam casados ou apenas restava 1 filho solteiro. Assim, pode-se supor que a maioria destes comerciantes não tenha acumulado unicamente com seu próprio trabalho o patrimônio que possuía, mas que tenha herdado algum capital.

Para o caso de Stefano Alberti, o mais rico de toda a amostra, existe um fato que ajuda a explicar a origem da sua fortuna. Alberti era um dos comerciantes credenciados pelo próprio governo para trocar por produtos os “vales” emitidos pelo governo para auxiliar os imigrantes

recém-chegados, concedido a cada imigrante entre doze e sessenta anos de idade. Na prática tais vales significavam um aumento da moeda de troca circulante, reconhecida no mercado local.²⁵ Não há informações sobre sua origem social mas, quando faleceu, o comerciante tinha a receber do governo a importância de 9:989\$370 réis referente a abonos para alimentação e a financiamentos para os imigrantes recém chegados construir suas casas. Essa fortuna de quase dez contos de réis perfaz quase um terço do monte-mór do comerciante, e esta dívida ativa com o governo foi acumulada durante apenas 6 meses: de outubro de 1889 a março de 1890.

Os comerciantes também tinham bons meios de acumular capital na venda de produtos da Colônia. Em 1879, o feijão preto era vendido na Colônia a 1\$500 réis, e o milho, a 500 réis o saco, enquanto em Porto Alegre estes produtos valiam, respectivamente, de 7 a 8\$000 réis e de 4 a 5\$000 réis.²⁶ De acordo com o cônsul italiano Perrod, em 1883, o hectolitro de vinho era vendido em Caxias a 40 libras (moeda italiana), enquanto em Porto Alegre podia ser comercializado a 66 libras. Da mesma forma avaliou os preços do saco de milho, e de feijão: na sede da colônia valiam 5 libras, e em Porto Alegre, respectivamente, 8,26 e 10,5 libras,²⁷ diferença que ficava com os comerciantes, tropeiros e carreteiros. Os preços elevados dos transportes diminuía a competitividade dos produtores agrícolas da serra, problema que preocupava não apenas os produtores como também os comerciantes. Um relatório da Colônia Dona Isabel de 1878 é bastante eloquente a respeito:

Um saco de milho em Porto Alegre custou na época própria, 2\$500 em média, menos 500 réis para cada saco que o transporte daqui a S. João, no tempo em que ele é mais barato, devendo-se notar que esta vila não é mercado consumidor, tendo ainda o produtor de pagar o frete fluvial para chegar a ele. (...) No verão, um cargueiro de S. João do Monte Negro para esta colônia (caminho geralmente seguido pelos tropeiros), custa seis mil réis e no inverno de 10\$000 a 14\$000. Um cargueiro carrega dois sacos, sai portanto, por saco posto em S. João, no verão 3\$000, no inverno, no mínimo, 5\$000. Estes preços representam o valor do transporte somente, sem incluir os gêneros.²⁸

A capacidade de acumulação superior da atividade comercial se reflete nos bens dos comerciantes. Na média da composição do capital dos comerciantes, o principal investimento –

²⁵ GIRON e BERGAMASCHI, *op. cit.*, p. 48.

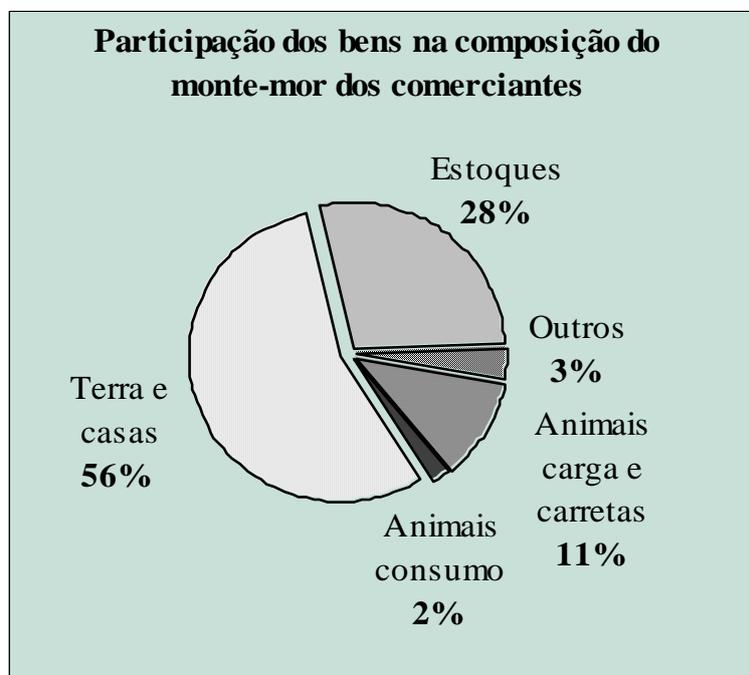
²⁶ Deutsche Zeitung, 8/10/1879. Apud: DELHAES-GUENTER, Dietrich Von. La fondazione delle prime colonie italiane ne giuidizio dei tedeschi. In: *Contributo alla Storia della presenza Italiana in Brasile*. Roma: Istituto Italo-Latino Americano, 1975, p. 49.

²⁷ GIRON, Loraine Slomp. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luis Alberto. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. I. Porto Alegre: EST, 1987, p. 283.

²⁸ Relatório do diretor de Dona Isabel, Armênio de Figueiredo, em 30 de junho de 1878, enviado à Inspeção Especial de Terras e Colonização. In: LUCCHESI, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001. (Dissertação de Mestrado em História), p. 99.

mais da metade dos bens – constituía-se de terra e casas, e em segundo lugar, dos estoques. A terra e as casas foram consideradas juntamente na análise do patrimônio porque em vários dos inventários estes bens foram avaliados juntos, sendo impossível desagregar os valores.

Gráfico 3



Fonte: Inventários de Caxias do Sul. APERGS. Tabela 21.

Os percentuais do gráfico acima representam médias dos percentuais calculados para cada comerciante. Apontam para as características centrais desse comércio, mas escondem diferenças profundas entre eles. Sobretudo nos casos dos comerciantes mais bem sucedidos, a casa era o seu bem mais valioso, enquanto outros provavelmente tinham imobilizado em terras a maior parte de seu patrimônio. Geralmente a mesma casa servia de moradia e de loja, e a qualidade e o tamanho de algumas casas e, em alguns casos da mobília, parece ser o principal bem que indica o seu *status* diferenciado, sobretudo em se tratando dos comerciantes mais afortunados. (Mais informações sobre o patrimônio e os estoques dos comerciantes constam no anexo 3).

O item “animais de carga” inclui mulas, cavalos, éguas e neste foram somados também as carretas, de forma a considerar o investimento realizado no transporte de mercadorias. Estes bens tinham uma considerável participação na riqueza dos comerciantes que detinham estes meios, pois nem todos os possuíam e ainda assim sua participação na composição média do patrimônio do grupo é significativa. Os animais “de consumo” incluem vacas, porcos e galinhas, e do mesmo modo que os animais de transporte, vários comerciantes não os possuíam.

Em “outros” estão incluídos os bens móveis – mobília, utensílios da casa e eventualmente objetos pessoais – e o saldo das dívidas. O total das dívidas passivas supera o total das dívidas ativas, mas ainda assim o conjunto dos bens móveis tornou este item positivo. Neste gráfico o objetivo foi perceber a composição do patrimônio dos comerciantes, sobretudo para comparar, no capítulo 4, com o dos agricultores. (As dívidas estão detalhadas adiante e podem ser vistas na tabela 22 e no Anexo 4).

Os comerciantes desempenhavam funções semelhantes em diferentes regiões, mas as diferenças são significativas. Hebe Castro observou que em Capivary, Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, alguns comerciantes eram fazendeiros que diversificavam suas atividades abrindo casas de comércio, e outra parte era constituída de vendeiros propriamente ditos. Estes últimos eram proprietários de pequenas extensões de terra e não deixavam de possuir culturas de subsistência. Ao mesmo tempo, observou que os vendeiros realizavam as funções de suprir as necessidades de consumo da população e também de comercializar o excedente de produção agrícola que recebiam como pagamento nas transações comerciais. Desse modo, por realizarem funções sociais semelhantes, essas vendas não apresentavam diferenciação nos estoques. A autora afirma ainda que a metade dos inventários de lavradores pobres somava dívidas referentes às contas-correntes mantidas com os vendeiros do município.²⁹

Comparando os comerciantes de Caxias da última década do XIX e primeira do XX, o único aspecto em que há semelhança total é na função das casas comerciais de suprir absolutamente todas as necessidades de consumo locais. Quanto ao papel intermediário na comercialização de excedentes, certamente existiu, mas não se pode afirmar em que medida essa função foi desempenhada pelos comerciantes. Dos únicos cinco casos existentes de dívidas de agricultores com comerciantes, apenas um detalha os itens comprados, e não consta venda de produção agrícola. Dentre as dívidas de clientes das casas comerciais listadas nos inventários dos comerciantes também apenas constam os valores, sem detalhar se o pagamento era em gêneros ou em dinheiro. Certamente os comerciantes atuavam como intermediários entre os agricultores e o mercado final para seus produtos, como os próprios bens que possuíam estocados e transporte desse tipo de produção comprovam; contudo, entendo que dividiam essa função com os carreteiros e tropeiros da região. Outra diferença em relação aos vendeiros da localidade de Capivary no interior do Rio de Janeiro é que muitos dos comerciantes de Caxias, sobretudo os maiores, não possuíam qualquer tipo de produção para subsistência.

²⁹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 110-111.

Verificamos que quem precisasse de café, arroz, açúcar, sabão ou algum tecido popular provavelmente encontraria em qualquer estabelecimento comercial de Caxias do final do século XIX. Algum instrumento agrícola ou de trabalhar com madeira, fumo e cigarros, aguardente, querosene, corda, linha para sapateiro, farinhas de trigo ou mandioca, milho, vinho, vinagre, feijão e uma grande variedade de tecidos também eram encontrados sem dificuldade. Uma visita mais demorada às casas comerciais revela que havia algumas diferenças qualitativas entre os maiores e os menores estoques, sendo possível perceber certa especialização na comercialização de determinados produtos. Essas diferenças entre os estoques dos comerciantes indicam a que tipo de consumidores o estabelecimento se direcionava e quais eram os principais fornecedores: os comerciantes atacadistas de Porto Alegre ou os produtores locais. Em última instância, é possível inferir sobre o próprio processo de crescimento e diminuição de determinadas atividades e sobre as diferentes estratégias de inserção de cada estabelecimento no mercado local a partir dos estoques das casas comerciais.

Os comerciantes com maiores montes-mór também tinham os estoques mais diversificados, incluindo entre os seus bens produtos diferenciados, voltados para clientes com maior poder aquisitivo e também de origem lusa: latas de doces em caldas, latas de biscoitos, roupas prontas, tecidos caros, espartilhos, produtos importados diversos, bacalhau, azeite de oliva, entre outros. Alguns também tinham insumos diferenciados para a produção agrícola, como máquinas de debulhar milho.

Outros comerciantes bem sucedidos tinham grande diversidade de mercadorias, mas praticamente não tinham essas citadas acima, que caracterizavam apenas os comerciantes mais abastados. No estoque desses comerciantes com estoque menos diversificado constavam muitos produtos voltados para o trabalho na localidade, desde instrumentos de trabalho até materiais de construção, como se pode ver no comércio de Antonio Lesso (vide anexo 3). Outra característica destes estabelecimentos é que tinham vários recipientes para armazenagem e transporte de produtos da região: produção agrícola de grãos (feijão, milho, trigo), farinhas, banha, vinho, latas e caixas para banha, barris, pipas e bordalesas para vinho. Vários dos menores comerciantes também se dedicavam ao comércio de produtos da região, mas apresentavam estoques muito menores e menos diversificados. Observe-se que qualitativamente os estoques não mudaram ao longo do tempo, pois os estoques maiores e diferenciados qualitativamente estão presentes entre os comerciantes inventariados desde o início da década de 1890.

José Letti, José Costamilan e Giovanni Boz foram inventariados no início da década de noventa, e os três estabelecimentos estavam estreitamente vinculados ao abastecimento dos imigrantes que trabalhavam com madeira e à produção agrícola. Estes três inventários têm vários

instrumentos de trabalho agrícola, de carpintaria e de marcenaria nos seus estoques, caracterizando casas de comércio voltadas para o abastecimento de produtores rurais. Os produtos comercializados por Giuseppe Leonarde no final da década de 1890 têm algumas diferenças qualitativas em relação aos produtos negociados por Letti, Costamilan e Boz no início da mesma década. Giuseppe Leonarde se especializava no comércio de banha e principalmente de vinho, pois tinha entre os seus bens barris, latas e caixa para armazenagem e transporte desses produtos. Além disso, residia na 3ª légua próximo à estrada Rio Branco, no caminho para São Sebastião do Cai.

Algumas mudanças na situação econômica dos comerciantes podem ser acompanhadas através dos inventários dos cônjuges. O casal Maria e Pietro Cesa foi inventariado com 9 anos de diferença entre um e outro. Quando Maria Cesa faleceu, em 1888, deixou 5 filhos menores de 12 anos.³⁰ Nove anos depois, quando Pietro faleceu, nenhum filho havia casado ainda, e ficaram mais 5 filhos órfãos do segundo casamento. Em nove anos, o viúvo comerciante pagou a primeira colônia, que não estava paga quando a esposa faleceu, e comprou mais terras e alguns animais para transporte. O estoque, porém, não mudou muito qualitativamente, apesar de seu valor inferior no segundo inventário. Neste caso, o comércio possibilitou um certo grau de acumulação e, apesar de a família ter crescido, houve uma melhoria das suas condições econômicas.³¹ (Vide anexo 3).

Os colonos costumavam comprar “fiado” nas casas de comércio do município, mantendo contas-correntes abertas durante meses ou mesmo anos. Isso permitia a sobrevivência e mesmo o crescimento de uma economia local pouco monetarizada; mas também causava dependência dos colonos aos comerciantes, dos quais se tornavam fregueses obrigados pela necessidade de manter contas-correntes abertas.

Porém, deve-se lembrar que a lucrativa atividade comercial também implicava certos riscos, e um destes certamente era a necessidade de um fluxo monetário suficiente para manter o estoque e as contas-correntes dos fregueses, de modo que os empréstimos tornavam-se um risco alto. O inventário de Mariana Curzel exemplifica um caso de falência do estabelecimento comercial: não houve partilha, pois todos os bens da família foram adjudicados ao credor para

³⁰ Neste inventário não foi avaliada a terra, que em 1888 ainda não havia sido paga ao governo. Geralmente a terra era avaliada e contabilizada na partilha mesmo não tendo sido totalmente paga. Por ocasião do falecimento do viúvo Pietro Cesa, em 1897, o lote que possuíam inicialmente foi avaliado em 1:200\$000 réis.

³¹ O valor do monte-mór de Pietro Cesa em libras resultou inferior ao de Maria Cesa. Isso se deve ao fato de que no inventário do viúvo apenas foi avaliada a parte da herança que lhe coube no inventário da primeira esposa, mais os bens que adquiriu depois, durante o segundo casamento. Isto é, os valores em libras parecem indicar um empobrecimento da família, mas na realidade houve uma melhoria da sua situação econômica.

pagamento de dívidas contraídas em dinheiro – somados os juros, o valor da dívida superou os 7 contos de réis, quase atingindo o valor do monte-mór, de 8:525\$100 réis³² (vide anexo 4).

Em seu breve estudo sobre São Leopoldo, Piccolo destacou a acumulação de capital que ocorria sobretudo na atividade comercial, e também mostrou a reprodução da pobreza de parte da população local.

Se os inventários mostram que se acentua o empobrecimento de muitos, não só pequenos proprietários de terra, mas pequenos proprietários que também eram artesãos e donos de casas de negócio, não só porque não tiveram êxito na sua atividade agrícola, mas também porque a divisão da terra, dos bens de raiz, dos móveis, dos objetos de uso pessoal, dos instrumentos de trabalho, dos artigos e gêneros das casas de negócio, entre os herdeiros, pouca chance de recompensa possibilitava. A comparação da quantidade e do valor dos bens arrolados pela morte de cônjuges em anos distanciados entre si, comprova sobejamente tanto o enriquecimento quanto o empobrecimento. Assim, se alguns conseguiram “fazer dinheiro”, muitos não tiveram um retorno compensador do seu trabalho, de seus investimentos chegando a ter que vender o que tinham para pagar os seus credores quase sempre “patrícios”.³³

As custas do próprio processo de inventário também pesavam para as economias familiares. No inventário de Pietro Cesa, a família perdeu as 8 mulas que possuía e parte da terra no pagamento das custas do inventário. A viúva do comerciante Stephano Alberti pagou as custas com móveis e itens do comércio, e pagou comerciantes credores de Porto Alegre com boa parte dos bens do estoque, principalmente tecidos.

A organização patriarcal da sociedade deixava sobretudo as viúvas em situação muito difícil. Giron observou de modo realista e irônico a divisão dos bens entre homens e mulheres: “A única maneira de uma mulher herdar era ao casar e ter a sorte de enviuvar”.³⁴ Como a própria autora mostrou, havia mulheres que conseguiam administrar o patrimônio e garantiam a sobrevivência da família, muitas vezes até melhorando sua situação econômica após a viuvez. Para isso, utilizavam-se das estratégias possíveis no interior da sociedade patriarcal da época, e desse modo acabavam reproduzindo a organização social desigual nas decisões sobre os bens e o

³² Em geral cobravam-se juros de 6% a 8% ao ano, mas que poderiam chegar a 12% a.a. Sendo por mês, o juro era mais alto: geralmente 1%, por vezes até 1,5% ao mês. Fonte: diversos inventários de Caxias.

³³ PICCOLO, Helga I. L. Transformações sócio-econômicas em São Leopoldo (1824-1899). In: *Anais da XI Reunião da SBPH*. São Paulo: SBPH, 1991, p. 210.

³⁴ GIRON, Loraine Slomp. Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto. *Presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996, p. 293. Sobre a postura submissa que a mulher apresentava quando começou a trabalhar nas fábricas, ver MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul / 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 1998; FÁVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências: 1875-1950*. Porto Alegre: PUC, 1994. (Tese de Doutorado em História). GIRON, Loraine Slomp. *A força das mulheres proprietárias: histórias de vida – 1875/1975*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

destino dos filhos.³⁵ Porém, em muitos casos, a nova realidade se transformava em pesadelo. A centralidade dos homens nas tomadas de decisão sobre os negócios da família geralmente fazia com que as viúvas ficassem em situação extremamente frágil e despreparada para participar do mundo dos negócios. Os inventários de comerciantes trazem exemplos das duas situações.

O nível de vida alcançado por Antonio Lesso com seu estabelecimento comercial permitiu uma inserção social vantajosa para a viúva Catharina Lesso por meio de um segundo casamento bem sucedido. Lesso tinha uma grande diversidade de bens no seu estoque, que é o segundo maior dentre os comerciantes encontrados. Oito anos depois do seu falecimento, a viúva encontrava-se casada com Manoel Claudino de Mello e Silva, advogado que atuou alguns anos em Caxias, e que em 1899 trabalhava no Rio de Janeiro. Catharina usou o dinheiro da herança que coube aos dois filhos – 7 contos de réis para cada um – para terminar a construção do prédio em que residia, na rua Júlio de Castilhos. O valor do prédio em 1899 era de 17:383\$300 réis, uma verdadeira fortuna em comparação com outras construções da localidade na mesma época.³⁶ Ambos os filhos receberam educação de qualidade, pois foram descontados das legítimas de cada filho “vestuário, calçados e instrução dada aos menores tanto nesta vila, como no colégio São José em São Leopoldo”. A atividade comercial parece ter encerrado depois da morte de Antônio Lesso, mas a prosperidade da família continuou graças ao segundo casamento com um advogado.

Em outro caso, a morte do comerciante significou a ruína da viúva e dos órfãos. Agostinho Della Giovanni foi declarado por sua viúva Maria Negri como sócio do primo Giuseppe Pelletti. Depois de concluídas a avaliação e a partilha, em 1889 a viúva declarou que havia sido enganada por Pelletti.

Que quando por falecimento de seu marido veio a juízo dar bens a inventário fizera, por conselho de Pelletti Giuseppe, descrição incompleta dos bens do casal e também por conselho do mesmo Pelletti dera a este como sócio de seu marido tanto no negócio como no lote, casa e mais benfeitorias, quando tudo era exclusivamente de propriedade de seu marido e Pelletti era apenas peão; que cinco meses depois que faleceu seu marido Pelletti auxiliado por Felice Laner, Luiz Dalcanari e Abraão Pezzi, sendo este o que escreveu, fizeram um segundo inventário na colônia, que importou aproximadamente em quinze contos de réis, e apresentaram esse inventário a declarante a fim de que o assinasse, ao que ela se negou; que quando faleceu seu marido, ficou uma tropa de

³⁵ GIRON, L. S. *Produção e reprodução*, op. cit.

³⁶ Foram realizados no prédio “importantes melhoramentos e outras benfeitorias que o colocaram na linha dos melhores prédios desta vila. Por ocasião das avaliações dos bens descritos naquele inventário [de Antonio Lesso], teve o sobredito prédio, ainda em meia construção, e quando esta localidade não tinha atingido o grau de desenvolvimento e prosperidade notável destes últimos anos, o valor de 5:000\$000, o que equivale a dizer que representa ele hoje, o quádruplo daquele valor.” O prédio tinha as seguintes medidas: térreo: 231 m²; 2º piso: 72,38 m²; 3º piso: 45 m², forrado e assoalhado.

trinta mulas, e no inventário só figuram oito, e assim em todos os mais bens da herança.

A viúva era analfabeta, tinha duas filhas pequenas e uma terceira filha, com menos de um ano, falecera pouco tempo depois do início do inventário. Declarou ainda

que Pelleti pusera a declarante para fora de casa, ficando até hoje de posse de todos os bens da herança e nenhum rendimento dela lhe tem dado; que tem vendido todo o sortimento da casa de negócio, que se acha hoje apenas com algumas garrafas de licor e poucos molhados e fazendas.

A viúva afirmou que estava vivendo a favor em casa de outros. Mesmo com a intimação que o curador geral dos órfãos fez a Pelleti para “recolhê-las e curar de suas pessoas”, dois anos depois a viúva “faleceu em Buenos Aires ou Santa Fé, e que de fato ficaram elas [as órfãs] em abandono”.

Neste caso fica evidente a ingenuidade e despreparo de algumas mulheres da época para sobreviverem sem a proteção do marido. Esse despreparo era conhecido de alguns negociantes gananciosos que se aproveitaram desse tipo de situação. O negociante Felice Laner, citado pela viúva como cúmplice da trapaça de que fora vítima, era o terceiro mais rico morador de Caxias encontrado entre os inventários, com fortuna inferior apenas a do comerciante Stephano Alberti e do proprietário da colônia particular Sertorina, Luiz Antônio Feijó Júnior.

Outro caso é o da viúva Joseppina Alberti. Stefano Alberti falecera em um acidente com um dos vapores que faziam o transporte de São Sebastião do Caí para Porto Alegre em 1892. Dois anos depois, a viúva já havia contraído segundas núpcias com Antonio Mengatto, que neste ano pagara imposto sobre um açougue, mas em 1894, casado com Joseppina há apenas 2 anos, pagou imposto sobre comércio de 1ª classe – o comércio que a viúva herdara do falecido. Neste mesmo ano, a filha mais velha do casal Alberti casou-se com o negociante Miguel Muratore, que anos depois aparece como procurador em vários inventários. Em 1899, Mengatto ainda pagou imposto sobre comércio de 3ª classe, e depois disso seu nome desaparece dos livros de impostos. Aparentemente, a administração do negócio feita pelo segundo marido não manteve a família entre os mais bem sucedidos de Caxias, mas a posição social adquirida anteriormente ainda permitiu que a filha mais velha conseguisse um bom casamento.

A inserção em uma família abastada era privilégio de poucos. A filha de Emília Parolini, esposa de Germano Parolini, recebeu como dote de casamento 8:500\$000 réis, uma opulência diante da realidade local. Outra filha casou-se poucos anos depois com Mansueto Pezzi, comerciante no município. O caso de Emília é o único em que se encontrou dote para a filha, (existe ainda um caso de dote em moeda dado para um filho de um agricultor).

Um casal inventariado com alguns anos de diferença revela uma trajetória exemplar de um caso bem sucedido. Giovanni Boz era viúvo de Catharina Boz, que falecera em 1889 e teve seu inventário aberto em 1892. Foram avaliados dentre os bens uma tropa de mulas e uma carreta, que fora separada para pagamento das custas. O patrimônio somou um pequeno monte-mór de 25 libras. Isso torna mais significativo o monte-mór do viúvo inventariado em 1893, de 203 libras. Este adquiriu segundas núpcias e tinha mais três filhos. Além disso, abriu uma casa de comércio que não existia quando foi feito o inventário de sua primeira esposa. Em relação ao primeiro inventário, dobrou o número de mulas, de 6 para 12, e novamente havia uma carreta que foi bastante valorizada na avaliação – provavelmente era nova. A melhoria da condição econômica parece ter advindo da compra e venda da produção dos colonos da localidade. Por vezes, Boz comprava os produtos na casa dos próprios colonos, e o pagamento a estes era feito a prazo (vide anexo 4), caracterizando uma relação comercial bastante reconhecida na bibliografia sobre colonização. No final da década de 1880, Giovanni Boz provavelmente já comercializava produtos da região, pois a família possuía carreta e tropa de mulas. Seu caso serve para exemplificar uma das possíveis trajetórias para estabelecer um comércio na Caxias de final do século XIX: atuar como tropeiro ou carreteiro e negociar produção local. No entanto, como foi visto no segundo capítulo ao analisar as trajetórias dos contribuintes, essa evolução não era muito comum – foram encontrados apenas 3 casos dentre 133.

Além de Catharina Boz, existem ainda 4 inventários de carreteiros e tropeiros: Affonso de Oliveira Pinto, Benjamim Cortes Rodrigues, Ângelo Rizzo e Giovanna Ganzer. O nível social destes não se aproxima do alcançado pelos comerciantes, mas os bens revelam um bom nível de vida que se manteve na vida dos familiares de alguns deles.

Ângelo Rizzo era agricultor e tinha tropa de 6 mulas. Dois anos após o seu falecimento, o filho Arcângelo Rizzo já pagava imposto por uma casa comercial e duas carretas. Ou seja, através da atividade de tropeiro do pai, o filho obteve condições para se estabelecer como comerciante mesmo sendo ainda jovem. O viúvo de Giovanna Ganzer, Pietro Oldra, diversificou suas atividades nos anos seguintes ao falecimento da esposa, trajetória que já foi observada no capítulo 2: teve casa de comércio, serraria, olaria, açougue e carreta.

Dois carreteiros eram de origem brasileira. Benjamim Cortes Rodrigues estava entre os mais afortunados de Caxias. Segundo os livros de impostos, fora comerciante e posteriormente açougueiro. Quando faleceu, em 1905, ainda possuía tropa de 5 mulas e uma carreta, 4 lotes urbanos e um lote rural na localidade chamada Kronental (pertencente a São Sebastião do Caí, no trajeto entre este município e Caxias), e duas boas casas. Este luso-brasileiro residente na serra tinha tropa, carreta e uma boa casa, ou seja, tudo condizente com sua antiga condição sócio-

econômica: fora um proprietário de casa comercial durante vários anos. Um dos seus filhos, Germano Cortes, se estabeleceu em Caxias como barbeiro e alfaiate. O outro carreteiro, Affonso de O. Pinto tinha 5 cavalos, 5 mulas, uma carreta, dois lotes rurais, duas casas de madeira com cozinhas e duas estrebarias. Também foram declaradas no inventário “terras lavradas e matos de invernar” em Lages, Santa Catarina, e em Taquara do Mundo Novo. Algumas destas terras em Taquara foram “obtidas em virtude de posse”; outras foram obtidas por compra. O seu inventário não foi finalizado, pois deveria continuar em Taquara do Mundo Novo.

O nível de vida dos tropeiros não parece estar muito aquém dos comerciantes pequenos, mas muito distante dos grandes comerciantes. Tornar-se um grande comerciante não significava apenas ter uma casa comercial com um estoque grande e variado; a condição de comerciante bem sucedido também se expressava através de um padrão de vida visível nas suas casas e mobília. Construindo as maiores e melhores casas e tendo um mobiliário bastante completo, diferenciavam-se socialmente. Poucos naquela região, no final do século XIX, possuíam armário, guarda-roupa, guarda-louça e sofá. Fogão também era um bem raro (era comum o fogo de chão), e apareceu em apenas três inventários: Emília Parolini, Thereza Tondin e no inventário do fabricante de pó inseticida René Coulon – estes dois últimos tinham casas modestas, mas buscaram um conforto maior do que o rústico fogo de chão. Marieta Maineri tinha uma casa com um rico mobiliário: armários de pinho, 2 guarda-louças de pinho e de cedro, guarda-roupa e mesa de cedro, entre outros. Tinha ainda 35 pratos rasos e 31 pratos fundos, todos de louça – certamente costumava receber visitas ou dar festas em sua casa – enquanto os colonos mais pobres tinham um pequeno número de pratos de barro que, em geral, indicava exatamente o número de integrantes da família. O comerciante Stefano Alberti tinha uma “cama francesa”. Entre os proprietários de oficinas de artesanato e manufatura, alguns tinham casas simples, comparáveis às casas dos agricultores; outros se assemelhavam mais aos comerciantes bem sucedidos.

Os proprietários dos grandes estabelecimentos comerciais podem ser considerados pertencentes a um grupo social distinto na medida em que alcançaram um padrão de consumo diferenciado, além do que fundaram uma associação comercial influente. Os inventários também mostram que as casas comerciais tinham alguma especialização, refletindo as desigualdades sociais. Entre os caminhos existentes para uma família chegar a estabelecer uma casa comercial estava a comercialização de produtos locais ou a diferenciação produtiva buscando incrementar sua renda. Outra forma de o comerciante potencializar sua capacidade de acumulação de capital era trocar os vales emitidos pelo governo. Por fim, deve-se observar que estes caminhos eram difíceis de serem trilhados, e em muitos casos os comerciantes devem ter tido condições

econômicas diversas desde o início, como ter recebido auxílio paterno no Brasil ou ter imigrado com algum capital para investir.

A situação econômica de grande parte da população de Caxias nas décadas de 1890 e de 1900 se assemelhava até certo ponto da sociedade de São Leopoldo das décadas de 1870 e 1880:

Embora os inventários revelem uma incipiente diversificação ocupacional pela existência de serraria, de botica, de carpinteiros, de sapateiro, de comerciante, eles também indicam o padrão de vida relativamente modesto dos alemães, tendo a maioria deixado, entre os seus bens, uma pequena propriedade de terras onde fora construída pequena casa de moradia com alguns móveis e poucos objetos de uso pessoal, animais domésticos e alguns instrumentos agrícolas.³⁷

Piccolo também afirma que a via mais comum de acumulação foi o comércio, mas os investimentos diversificados indicam uma mudança de comportamento do investidor.

Se o comércio foi a via mais comum de acumulação (embora não se possa generalizar que todos comerciantes enriqueceram porque houve os que faliram em face de dívidas contraídas), essa acumulação possibilitou investimentos múltiplos como a compra de ações da Estrada de Ferro (o trecho que ligava Porto Alegre a São Leopoldo foi inaugurado em 1874 e a extensão até Novo Hamburgo, em 1876), de títulos de hipoteca desta estrada de ferro, de ações do banco da Província (sediado em Porto Alegre), de apólices da dívida política do governo geral. Enfim, crescia em São Leopoldo o número de capitalistas de ascendência alemã.³⁸

Esse tipo de investimento não foi encontrado em Caxias. As possibilidades de investimento na localidade incluíam diferentes tipos de produção, todavia, o comércio de produtos e de terra foi a principal atividade responsável pelo enriquecimento de alguns e pela grande diferenciação social existente. É interessante observar que as estratégias familiares também concorreram para as desigualdades sociais, e a melhoria nas condições econômicas alcançada por algumas famílias muitas vezes se reproduziu na vida dos filhos. Os casamentos seletivos das famílias mais ricas contribuíam para perpetuar uma sociedade desigual e patriarcal, na qual as mulheres eram excluídas da administração e divisão dos bens. Ou seja, uma sociedade complexa e bastante diferenciada se formava e se reproduzia na região.

3.4. Dívidas e mercado

Como último aspecto a ser abordado neste capítulo estão as dívidas e as relações comerciais, para as características do mercado no qual se inseria a região de colonização da serra. Comumente se afirma que os comerciantes estabelecidos no interior do espaço rural adquiriam

³⁷ PICCOLO, *op. cit.* p. 207.

³⁸ *Idem*, p. 210.

seus produtos com os maiores comerciantes da sede, que atuavam como atacadistas, mas os inventários não confirmam isso.

Tabela 22 – Dívidas ativas e passivas pagas pelas famílias dos comerciantes no momento da partilha dos bens da herança

Inventariados	Dívidas ativas	Dívidas passivas
Stephano Alberti	17:387\$200	2:173\$180
Emilia Parolini	14:589\$280	4:252\$450
Marieta Maineri	5:692\$093	20:357\$100
Antonio Lesso	7:059\$400	677\$540
Giuseppe Leonarde	629\$120	2:001\$120
José Costamilan	-	1:291\$520
Mariana Curzel	-	6:800\$000
Thereza Tondin	202\$000	1:474\$550
Giovanni Boz	900\$000	752\$820
Maria Cesa	-	254\$666

Fonte: 10 inventários de Caxias.

Em 10 inventários de comerciantes constam dívidas passivas e/ou ativas, as quais permitem analisar quem eram os fornecedores dos produtos vendidos em Caxias. Dos 7 comerciantes que tinham dívidas passivas com outros comerciantes, Maria Cesa tinha dívidas com Carlos Trein, de São Sebastião do Caí, e os demais 6 deviam principalmente para comerciantes de origem teuta estabelecidos em Porto Alegre (vide anexo 4). Seis comerciantes listam dívidas ativas, geralmente de fregueses da casa comercial. Cruzando com dados dos livros de impostos, apenas 3 desses fregueses eram proprietários de casa de comércio (Antônio Comerlato, Francisco Castagna e Paolo Vacchi) e os valores devidos não eram superiores aos devidos por outros fregueses. Desse modo, os inventários não confirmaram que os pequenos comerciantes de Caxias compravam produtos dos comerciantes atacadistas do município para revender em seus estabelecimentos, pois a comparação do valor das dívidas existentes entre

comerciantes locais não se diferencia muito dos valores devidos pelo conjunto dos demais devedores.³⁹

Assim recoloca-se a questão da dependência dos comerciantes italianos em relação aos atacadistas de origem alemã estabelecidos em Porto Alegre. “O comerciante alemão domina, ao menos até o começo do século presente, o mercado das colônias italianas, do mesmo modo como domina o das colônias alemãs”.⁴⁰ Em uma pesquisa aprofundada sobre a constituição social dos teutos em Porto Alegre, Magda Gans menciona as relações entre os vendistas das colônias alemãs e comerciantes da capital.

Graças à coesão dessa rede, os importadores de origem alemã puderam assegurar para si, entre 1870 e 1880, a supremacia na praça de Porto Alegre e no mercado rio-grandense. Resulta, pois, que a formação de uma burguesia comercial teuto-brasileira esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento da área colonial, seja por intermédio do enriquecimento de comerciantes oriundos daquele meio, seja de comerciantes recém-imigrados que se instalaram na capital, mas certamente atraídos pela existência de um pólo econômico já bastante dinâmico constituído a partir da produção das colônias.⁴¹

A autora comprovou a interpretação de Roche e de Singer de que o comércio atacadista era controlado por Porto Alegre, o que condiz com as informações encontradas por nós na relação dos estoques das casas comerciais de Caxias. O comércio de Caxias parece não ter se diferenciado a ponto de surgir um grupo que controlasse as casas de comércio menores. Gans afirma que o controle dos teutos sediados em Porto Alegre sobre o comércio colonial iniciou ainda na década de 1870, e os dados de que dispomos indicam que esse controle se estendeu sobre as colônias italianas fundadas nesse período e se perpetuou ao menos até o início do século XX.

Além dos estoques das casas comerciais, os livros-caixa de duas oficinas – De Antoni e Eberle⁴² – permitem conhecer melhor a amplitude do mercado no qual se inseriram algumas oficinas da serra ainda no final do século XIX.⁴³ É amplamente conhecido que as oficinas

³⁹ O valor total das dívidas apresentado aqui é o pago no momento da partilha. Por vezes foram cobrados juros por atrasos, não somados nos dados do Anexo 4, e por isso o valor total pode ser superior à soma dos valores unitários listados no Anexo. Em outros casos, algumas dívidas são pagas logo no início do inventário, portanto, não constam no momento da partilha, mas todas constam no Anexo 4, de modo que a soma do valor das dívidas do Anexo 4 pode resultar superior ao total listado aqui. Vale fazer a observação sobre o caso do viúvo de Marieta Maineri, que pagou uma dívida de 8 contos de réis ao irmão antes da partilha, com produtos da casa de comércio, principalmente tecidos.

⁴⁰ SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional/USP, 1968, p. 165.

⁴¹ GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 93.

⁴² Ambas empresas atualmente são metalúrgicas. A empresa De Antoni recentemente mudou de nome para Dueville.

⁴³ Livros-caixa da funilaria Eberle. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 001 L, 002 L, 003 L, 004 L, 082 L, 317 L, 318 L e 319 L. Caxias do Sul: AHMCS.

estavam voltadas para as necessidades da população local, o que se confirma pelos livros-caixa consultados, nos quais os principais compradores eram imigrantes italianos da região. Porém, no caso de Eberle, os produtos chegaram a alcançar um mercado mais amplo, estendendo-se até outras colônias não só italianas mas também alemãs, assim como até a região da campanha e do planalto.

Existem dois livros-caixa da ferraria de Antônio De Antoni (sucedido pelo filho Alexandre De Antoni) com nomes de clientes desde 1894 até 1914.⁴⁴ No caso desta ferraria, constavam somente clientes italianos, muitos deles carreteiros e comerciantes de Caxias. Não estava especificada a residência dos clientes, e não foram encontrados nomes conhecidos de comerciantes de Porto Alegre e nem de São Sebastião do Caí. Portanto, não encontrei evidências de que De Antoni vendesse seus produtos para fora da região da serra nesse período, mas também não é possível afirmar que inexistiam clientes de outras regiões do estado, pois apenas existem dois livros-caixa conservados. A família De Antoni contava com um importante diferencial para estabelecer-se com ferraria: um filho de Antonio De Antoni que ficou na Itália tinha uma oficina mecânica, o que mostra que a família conhecia o ramo e os que emigraram tinham uma importante fonte de informações e conhecimentos técnicos na Itália.⁴⁵

Nos livros-caixa da funilaria de Giuseppe Eberle (sucedido pelo filho Abramo Eberle), a maioria dos clientes tem sobrenome italiano, provavelmente todos de Caxias e localidades vizinhas. Porém, no livro de 1905 a 1906, constam somente clientes de outras localidades diversas que não Caxias – único em que está declarada a residência do cliente.⁴⁶ O primeiro livro inicia em 1889 e continua até 1891, mas é quase ininteligível.⁴⁷ Os livros seguintes existentes listam contas-correntes a partir de 1896 e se tornam um pouco mais claros. Desde 1896, dentre os inúmeros clientes de Caxias, foi possível reconhecer alguns comerciantes de Porto Alegre fornecendo matéria-prima importada, como Carlos Daudt e Cia.⁴⁸ Muitos clientes, principalmente comerciantes de Caxias e também de Porto Alegre, mantinham conta-corrente ativa durante meses e mesmo anos.

Muitos clientes de ambas oficinas realizavam o pagamento pelos produtos adquiridos em dinheiro, mas também em gêneros agrícolas, principalmente milho, farinha, vinho – Eberle

⁴⁴ Livros-caixa da ferraria De Antoni. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular de Evaristo De Antoni. Código: EDA 025 L e EDA 046 L. Caxias do Sul: AHMCS.

⁴⁵ Uma carta de 1900, escrita pelo filho de Antonio De Antoni chamado Francesco, que permaneceu na província de Vicenza na Itália, traz impressa uma propaganda da “Officina Meccanica com fonderia Francesco De Antoni”. Carta de Francesco de Antoni. Cavazzale, Itália, 4/6/1900. Documentação Privada, Arquivo Particular de Evaristo De Antoni. Código: EDA 00003. Caxias do Sul: AHMCS.

⁴⁶ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 003 L: AHMCS.

⁴⁷ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 317 L: AHMCS.

⁴⁸ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 318 L: AHMCS.

recebeu até caixas de frutas; por outro lado, De Antoni e Eberle por vezes descontavam da dívida dos clientes o valor de alguns fretes feitos.

Em 1908, Eberle vendeu produtos para um cliente em Lages, um em Vacaria e dois em São Sebastião do Caí (Sebastião e Guilherme Ruschel).⁴⁹ De acordo com o livro de clientes de outras localidades,⁵⁰ ao menos desde 1905 existiam clientes de toda a região nordeste do estado, alguns do planalto e da região sul, e mesmo do Estado de Santa Catarina. As localidades de origem dos clientes de Eberle em 1905 e 1906, além de Caxias, são Porto Alegre, as colônias e ex-colônias italianas da região (Alfredo Chaves, Garibaldi, Bento Gonçalves, Guaporé, Muçum, Antonio Prado, Nova Treviso, Venâncio Aires, Monte Belo), a região de colonização alemã que cresceu em torno dos vales dos rios navegáveis que desembocam na Lagoa Guaíba, em Porto Alegre, durante o século XIX, até perto do litoral (São Leopoldo, São João do Montenegro, São Sebastião do Caí, Estrela, Lajeado, Feliz, Taquari, Santa Cruz, Nova Petrópolis, Santo Antônio da Patrulha, Taquara) e outros municípios do planalto, do centro do estado e da região da campanha (Cruz Alta, Retiro, Vacaria, Cachoeira, Santa Maria, São Gabriel, Pelotas); por fim, o município de Lages, no estado de Santa Catarina.

Os primeiros livros-caixa de Eberle listavam muitos nomes desconhecidos para o pesquisador da história de Caxias, o que indica que provavelmente eram pequenos comerciantes, carreteiros, tropeiros ou mesmo agricultores. A partir de meados da década de 1900 os livros passam a listar mais nomes de donos de casas comerciais, o que parece mostrar a diminuição da sua venda a varejo, e por outro lado, o fortalecimento da intermediação dos comerciantes nas trocas locais – em última instância, se essa tendência pudesse ser estendida a toda a economia da localidade, indicaria o incremento do próprio processo de mercantilização da economia local. Os valores negociados também aumentaram, sobretudo nas contas correntes com os maiores comerciantes de Caxias.

Os nomes dos comerciantes de Porto Alegre que aparecem nas contas correntes fornecendo matérias-primas para Eberle são: Schneider e Cia, Secco e Cia, Carlos e Julio Becker, João Vaz Bromberg e Cia, Albert e Cia, Schröder e Cia, Ferreira Costa e Cia, Preiss Widemann e Cia, Felipe Janselme da Silva, Theo Möller, Becker e Sperb.⁵¹ Embora os livros por vezes estejam bastante rasurados, com anotações e de difícil entendimento, é possível verificar que nas trocas com os comerciantes de Porto Alegre o pagamento era feito em dinheiro. Geralmente Eberle comprava matérias-primas, mas em 1906 adquiriu um torno de Felipe Janselme da Silva

⁴⁹ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 001 L: AHMCS.

⁵⁰ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 003 L: AHMCS.

⁵¹ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 003 L: AHMCS.

por 200\$000 réis. Eberle provavelmente vendia produtos coloniais como vinho, banha, milho, farinha e frutas, pois os recebia dos colonos como pagamento, mas não faziam parte das negociações com os fornecedores de matérias-primas de Porto Alegre, pagos sempre em dinheiro.

As transações feitas com italianos incluíam dinheiro, produtos e serviços. Eberle está entre os exportadores que pagaram imposto de produção de 1ª classe em 1909, o que confirma que vendia produção da funilaria para outras localidades. Além disso, possivelmente não vendesse para fora de Caxias apenas produção própria, mas também produtos agrícolas como milho e vinho recebidos como pagamento pelos produtos da funilaria – Eberle registrou até pão e salame na conta-corrente de um cliente. Outro, de Antônio Prado, pagou os produtos adquiridos com dinheiro, couros de antas e pelegos; um de Vacaria também pagou com pelegos e, além destes, sobre outro cliente de Nova Petrópolis consta que “recebemos em obra e dinheiro”.⁵²

Giron afirma que o comércio era uma atividade privilegiada para acumular capital pois além do monopólio da comercialização dos produtos:

Os comerciantes serviam também de ponto de atração para o dinheiro disponível na região. Quando a venda de algum produto trazia algum “lucro” para os colonos, estes “depositavam” o dinheiro nas mãos dos comerciantes, com juros insignificantes, o que permitia maior capital de giro, aumentando os estoques e transações de maior vulto por melhores preços.⁵³

Efetivamente, muitas vezes está listado nos livros-caixa das duas oficinas “denaro consignato”, ou seja, dinheiro entregue, confiado, a De Antoni e principalmente a Eberle. Essa prática era tão comum que justifica a existência de um livro específico para registro de dinheiro aplicado por particulares entre 1906 e 1911.⁵⁴

Caxias se inseriu rapidamente no mercado gaúcho, o que se verifica pela importação de produtos, conforme se percebe nos estoques das casas comerciais e pela exportação de produtos manufaturados de algumas oficinas para todo o estado e principalmente para Porto Alegre. A inserção a um mercado previamente organizado e integrado influencia o processo de desenvolvimento na medida em que determinados padrões relacionados à produção e ao consumo passam a ser perseguidos por uma parte da população.

Assim como a economia da ex-Colônia Caxias se complexificava, reproduziam-se as desigualdades sociais que eram imensas já na 1890 e provavelmente desde o início da colonização. Os próprios meios de ascender economicamente eram limitados e característicos de

⁵² Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 002 L: AHMCS.

⁵³ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlenda, 1994, p. 35.

⁵⁴ Arquivo Particular da Metalúrgica Abramo Eberle. Código: MAE 082 L: AHMCS.

uma organização social bastante definida – inclusive em suas estruturas de reprodução das diferenças. A profunda desigualdade social parece se dever sobretudo à forma de povoação característica da colonização no final do século XIX, um período de acelerado desenvolvimento mercantil no estado.

A venda a prazo aliada ao baixo valor da terra, por um lado, difundiu a pequena propriedade e permitiu acesso à terra por um grande número de pessoas – embora estas vantagens fossem direcionadas aos estrangeiros e à população nacional. Por outro lado, a mercantilização da terra desde o início da povoação e a acelerada inserção dessas novas áreas em um mercado regional pré-existente criou condições para o surgimento de uma sociedade com profundas desigualdades econômicas. Isso ocorreu na medida em que a localidade atraía alguns investidores e também possibilitava a formação de um grupo enriquecido dedicado ao comércio, cujo mercado estava garantido pela necessidade dos agricultores de vender parte de sua produção e obter renda para imobilizar em terra, seu principal meio de produção.

As desigualdades se reproduziram não apenas em Caxias e nas colônias velhas, mas na medida em que o processo de colonização se expandiu, o modelo social “civilizado” que o imigrante foi incumbido de implantar no estado também difundiu um novo tipo de pobreza e de exclusão: a da sociedade moderna mercantil, e logo também industrial. Como foi visto no início do capítulo, as desigualdades econômicas em Caxias entre 1890 e 1910 se aproximavam do nível daquelas existentes na sociedade da capital do império na década de 1870. Entendo que as origens dos diferentes tipos de desenvolvimento existentes no estado podem ser buscadas em parte na acelerada difusão de pobreza e de riqueza promovida pela política específica de ocupação da terra e no modo como ocorreu a expansão do mercado desde o final do século XIX.

Retrospectivamente, é fácil concluir que a imigração italiana foi bem sucedida economicamente no estado, alcançando os objetivos de contribuir para a expansão da agricultura, da indústria e do comércio. Contudo, ao observar o aspecto social, esta afirmação se torna verdadeira apenas parcialmente: a população nacional ficou marginalizada, e parte significativa dos imigrantes apenas conseguiu fixar-se nas colônias com muita dificuldade – outros ainda, nem mesmo isso conseguiram.

Capítulo 4

4. AGRICULTURA: SUBSISTÊNCIA, PRODUÇÃO DE EXCEDENTES E INSERÇÃO MERCANTIL

Neste capítulo faço uma discussão sobre os negócios imobiliários e de colonização privada que se multiplicaram no final do século XIX. Também faço uma breve revisão bibliográfica e uma discussão pontual sobre o desenvolvimento da agricultura, e por fim utilizo os inventários de agricultores para discutir as possibilidades de empobrecimento ou de enriquecimento e da sua inserção ao mercado.

A participação da terra na composição dos bens dos agricultores é muito importante, de modo que não seria possível analisar o valor do seu patrimônio sem levar em conta a valorização da terra ao longo do período. Observo inicialmente aspectos relacionados ao mercado de terras nas regiões de colonização, pois a existência de uma colônia privada muito próxima a Caxias sinaliza a difusão e a importância dos negócios imobiliários desde o princípio da imigração para a serra.

Num segundo momento, centro o estudo em uma bibliografia específica sobre as peculiaridades da organização do trabalho familiar na agricultura e as peculiaridades do modo de inserção ao mercado desse tipo de atividade. Estudar essas abordagens é importante para instrumentalizar a análise sobre uma sociedade que se assentava sobre o trabalho familiar, não apenas na agricultura, mas em praticamente todas as atividades produtivas.

Finalmente, a produção agrícola, a diferenciação social e as dificuldades e possibilidades vividas pelos agricultores são os temas da última parte deste capítulo. A pesquisa realizada veio mostrar que o desenvolvimento dessa região colonial dependeu de uma conjunção de aspectos, dentre os quais destacam-se a conjuntura política da sociedade receptora, sobretudo em relação à política de terras, e a pré-existência de um mercado estruturado regionalmente. Sob outro ponto de vista, o sucesso da colonização foi parcial, pois as fontes revelam grande número de imigrantes que, por diferentes motivos, não conseguiram alcançar condições de se fixarem nas colônias, continuando o processo de migração no novo país.

4.1. Colonização privada e o preço da terra

O objetivo de destacar o papel da colonização privada nesta pesquisa sobre o desenvolvimento de uma colônia oficial é evidenciar a existência de interesses privados na colonização no estado e sua influência sobre esse processo. O aumento dos preços das colônias que constam nos inventários, assim como os dados encontrados na bibliografia, mostram que a valorização das terras em áreas de colonização era atrativa para novos investimentos.

Segundo Roche, a legislação “indica como a questão das terras está ligada à da colonização”. A imigração italiana inicia apenas duas décadas depois da Regulamentação da Lei de Terras, num período em que muitas áreas foram legitimadas por meio de posse, por vezes através das brechas deixadas pela Lei de 1850. Alguns posseiros se tornaram investidores em terras: compravam ou legitimavam extensas posses a fim de explorá-las, especular ou fundar colônias privadas. Ao mesmo tempo, a política de colonização do Império mudava constantemente, conforme as “veleidades”¹ políticas dos integrantes do governo. Entre 1875 e 1885, nenhuma colônia nova fora criada no Rio Grande do Sul. Somente depois de dez anos do início da colonização em Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel o império voltou a fundar colônias: São Marcos (1885), Mariano Pimentel (1888), Barão do Triunfo (1888), Vila Nova (1888), Jaguari (1889) e Guarani (1889).

Contudo, essas colônias não se desenvolveram senão no período seguinte, isto é, sob o regime republicano e sob a direção do Governo local, que nelas se interessava, sobretudo porque seu progresso respondia à expansão dos antigos estabelecimentos germano ou ítalo-riograndenses.²

Roche observa que a migração interna, de pessoas das antigas áreas de colonização para áreas novas, foi uma consequência do acelerado crescimento demográfico e da subdivisão das propriedades por meio de heranças. Esse movimento populacional contribuiu para povoar novas regiões no estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e embalou um lucrativo negócio de colonização privada em busca da valorização de novas áreas.³

Giron se debruçou sobre o estudo das companhias de colonização privadas que agiam entre os descendentes de imigrantes italianos durante as primeiras décadas do século XX.

O estudo desenvolvido neste trabalho permitiu constatar que a ação das companhias de colonização não se restringiu ao período de tempo

¹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 116.

² *Idem*, p. 117.

³ *Idem*, p. 119.

previsto inicialmente, pois a sua atuação se estende por período que corresponde do início da colonização [italiana] (1875) até a atualidade.⁴

Através dos contratos dessas companhias, que muitas vezes associavam o loteamento de terras à atividade madeireira, Giron percebeu que a origem do capital investido foi proveniente de comerciantes e, em menor grau, de profissionais liberais. A iniciativa privada seguiu o movimento populacional impulsionado pelas necessidades dos próprios emigrantes:

Ao contrário do que se poderia supor, não foi a imigração dos novos imigrantes decorrente apenas da industrialização, visto que os dados revelam que, já em 1892, as terras de Santa Catarina e das novas Colônias do Rio Grande do Sul atraíam os italianos para outras regiões. Não foi só a ação das companhias de colonização que permitiram a saída dos emigrantes gaúchos. Ao que tudo indica, as companhias de colonização seguiram o mesmo roteiro dos imigrantes, em busca da terra mais fértil e barata.⁵

Na visão da autora, a colonização no Rio Grande do sul gerou um “sistema colonial” baseado na agricultura de pequena propriedade com trabalho familiar. Assim, o amplo movimento de colonização promovido pelo governo só pôde alcançar êxito, mesmo nas colônias mais antigas, porque se perpetuaram empresas de colonização privadas que financiaram a expansão da pequena propriedade e da agricultura familiar, possibilitando a reprodução do sistema colonial em novas áreas.⁶ Essa idéia levou a autora a problematizar a própria noção de colônia.

Colônia não é apenas parte do processo de imigração, constitui muito mais, um processo independente que se mantém muitos anos após o término da imigração. Esse processo desloca o empreendimento público para o privado, e da concessão à simples venda de terras.⁷

A difusão das colônias privadas também foi percebida por autores que estudam diferentes regiões do estado. Zarth percebeu o oportunismo de muitos investidores:

⁴ CORSETTI, Berenice e GIRON, Loraine Slomp. As companhias de colonização - A reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis Alberto. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre: EST, 1990, p. 500.

⁵ *Idem*, p. 488.

⁶ Diversas colônias particulares foram povoadas por imigrantes italianos ainda nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX. Entre as mais antigas estão Vila Nova, fundada por Vicente Monttegia próxima a Porto Alegre, Visconde do Rio Branco em Cruz Alta, e São Paulo em Soledade, todas criadas em 1898. Também foram fundadas a Colônia São Miguel em Cachoeira e Dörken e Cia em Guaporé em 1899 (observe-se que Dörken era o sobrenome de um comerciante de Porto Alegre, credor de Stefano Alberti, ver Anexo 4). Em 1901 foram criados os núcleos de Araçá e Cacique Doble em Lagoa Vermelha, onde em 1902 foi fundada ainda Sananduva e em 1904, São Ricardo. Em Guaporé, foram fundados os loteamentos privados Bastian e Cia em 1906, Deodorópolis em 1908 e Ed. Palassin em 1911. PELANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 53.

⁷ GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 68.

A colonização oficial, subsidiada pelo Estado, servia de base para a expansão do processo colonizador em mãos de empresas particulares. Cada colônia oficial era uma espécie de pólo, ao redor do qual eram instalados os empreendimentos privados utilizando-se da infra-estrutura criada e do mercado gerado pela colônia estatal.⁸

Zarth analisa o caso do colonizador Jacob Rheingantz (na década de setenta foi industrial do setor têxtil em Rio Grande), que recebeu ajuda direta do governo para promover a colonização em São Lourenço, na região de Pelotas. Rheingantz comprou, em 1858, 8 léguas de terras do governo para colonizar ao valor de ½ real a braça quadrada, e recebeu subsídios por cada pessoa de 5 a 60 anos de idade que se instalasse na sua colônia. Segundo Zarth, calculando o número de colonos que o contrato previa e o valor dos subsídios, este colonizador recebeu do governo o preço que pagou pela terra, “ou seja, as terras foram adquiridas gratuitamente, correndo as despesas de imigração por conta do empresário”. As terras foram vendidas aos colonos a um preço no mínimo 6 vezes superior ao valor pago ao governo. “No total, isso representa uma soma de 216:000\$000, 186:000\$000 a mais, no mínimo, do que foi pago ao governo”.⁹

A colonização foi direcionada aos imigrantes estrangeiros, o que contribuiu para determinar a inserção social subjugada da população nacional, os chamados “caboclos”, e aprofundar as diferenças sociais e regionais existentes no estado¹⁰ (esse tema já foi abordado no capítulo 1).

Christillino fez um estudo sobre os interesses de alguns grupos sociais e políticos nas regiões de mata do estado no qual analisou a correspondência da Câmara Municipal de Taquari de início da década de 1870, e afirma que:

Logo, em meio a esse contexto de repressão aos lavradores nacionais pobres e em meio à resistência destes, a ocupação destas áreas visando à criação de colônias particulares de imigração seria interessante à elite local, seja em função dos lucros propiciados a estas ou pelo controle social sobre as mesmas, quando se desalojariam os seus habitantes “indesejáveis”. (...) A própria apropriação e comercialização de terras pelos colonizadores exigiria a expulsão dos refugiados, dos intrusos e outros integrantes da população marginal nelas alojadas.¹¹

Esses diferentes estudos desenvolveram uma visão crítica sobre a colonização no estado. O tão reafirmado “sucesso” da colonização não se deveu apenas às características e desejos dos

⁸ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, Unijuí, 2002, p. 94.

⁹ *Idem*, p. 97.

¹⁰ SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto Rio-grandense – 1850-1900*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em História).

¹¹ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Mato: uma questão social. In: *Anais do VII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS*. Pelotas, Arte e Editora JSO, 2004, p 8. (1 CD-ROM).

próprios imigrantes, mas em grande medida aos interesses de grupos dominantes, em uma conjuntura política e sócio-econômica favorável.

O tema da colonização privada se mostrou relevante na medida em que ajudou a compreender o significado econômico de Luiz Antônio Feijó Júnior. Este personagem não tem recebido a devida atenção, pois apenas é conhecido através de referências esparsas, que ao meu ver não dão a real dimensão de sua importância.¹² Este caso pode ser citado como exemplo da utilização privada da infra-estrutura criada para a colonização estatal de Caxias, e também permite que se tenha alguma idéia das possibilidades de lucro com o negócio imobiliário de terras no final do século XIX.

O estancieiro Luiz Antônio Feijó Júnior e Antônio Machado de Souza realizaram, a pedido do Presidente da Província, em 1870 ou 1871,¹³ uma expedição de reconhecimento das terras da região da serra gaúcha. O objetivo era reconhecer a área para dar início à colonização da região. Feijó Júnior e Machado de Souza receberam terras como doação do governo do Rio Grande do Sul, ao que se sabe, logo após a expedição – o primeiro recebeu 3 léguas e o segundo, e 1 légua. Feijó Júnior denominou sua colônia de “Sertorina” em homenagem ao compadre e ex-sócio comercial, o então Presidente da Província João Sertório.¹⁴ Inácio José Ferreira de Moura também recebeu duas léguas de terras na mesma região mas não há mais informações sobre as concessões feitas a Ferreira de Moura e Machado de Souza. A concessão feita a Feijó Júnior teve problemas na definição das fronteiras com as 32 léguas concedidas pelo governo Imperial para colonização, e “quando em abril de 1870, as terras [das colônias Conde D’Eu e Dona Isabel] começam a ser demarcadas, sofrem desvios devido a esta e outras concessões territoriais”.¹⁵

Desse modo, existiu uma colônia privada de 3 léguas quadradas – ou cerca de 13.068 hectares – situada entre as Colônias Conde D’Eu, Dona Isabel e Caxias. Para promover a colonização nas novas terras, Feijó Júnior vendeu sua fazenda em Bom Jesus, que era então 2º distrito de Triunfo, e mudou-se para a Colônia Sertorina, cuja colonização iniciou na parte leste, junto à Colônia Caxias, em 1881.¹⁶ Incrustada na área demarcada para colonização com imigrantes estrangeiros, essa colônia particular contou com todas as vantagens dos investimentos públicos voltados para o desenvolvimento da colônia oficial de Caxias, como o pagamento do

¹² Existem informações sobre a colônia privada de Sertorina em ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971; TRENTIN, Ortenila Dileta M. *Emancipação de Nova Vicenza – Farroupilha*. Caxias do Sul: UCS, 2002. (Monografia de especialização em História); RECH, Roberto F. *Levantamento do loteamento da Colônia Caxias – fase colonial: 1875-1884*. Caxias do Sul: UCS, 1984. (Monografia de especialização em História).

¹³ Como indica Rech, Adami menciona em momento diferentes ambas as datas, enquanto De Boni refere-se a 1871 e Thales de Azevedo, a 1870. RECH, *op. cit.*, p. 28.

¹⁴ TRENTIN, *op. cit.*, p. 12.

¹⁵ RECH, *op. cit.*, p. 28.

¹⁶ TRENTIN, *op. cit.*, p. 13.

transporte aos imigrantes, o alojamento dos recém-chegados nos barracões e todo o sistema viário construído. O imigrante Paulo Rossato estabeleceu-se na Colônia Sertorina em 1884, e aconselhou por carta os familiares da Itália, que também emigraram posteriormente: “Não gastará nada além do transporte ferroviário até Gênova. Mesmo que transportar 20 quintais não pagará nada até o Campo [dos Bugres, ou Colônia Caxias], contanto que diga que a traz para a Colônia”.¹⁷ Em outra carta, reafirma: “Quando perguntarem, durante a viagem, para onde vocês vão, digam sempre que vão para a Colônia Caxias. Não digam nunca que vão para as terras compradas ao conde [Feijó], que senão eles não carregam as bagagens de vocês”.¹⁸ Desde a década de 1890, a população de Sertorina pagava impostos em Caxias, e a ex-colônia particular tornou-se distrito denominado Nova Vicenza. Assim, a história dessa Colônia privada se confunde com a de Caxias desde o início de sua existência até 1934, quando Nova Vicenza emancipou-se e passou a constituir o município de Farroupilha.

Apesar de ter vendido algo em torno de 13 mil hectares na região de Caxias, o patrimônio de Luiz Antonio Feijó Júnior era apenas o segundo maior dentre todos os inventários pesquisados – 2.480 libras ou 59:859\$000 réis. No seu inventário, de 1893, foram avaliadas 37 colônias de terras medindo 75.000 e 80.000 braças quadradas na Colônia Sertorina – totalizando 1.406 hectares em terras rurais – e também possuía 2 lotes urbanos. No início do inventário, o filho mais velho, Tancredo Appio Feijó, vendera 3 colônias por 9:500\$000 réis para pagar dívidas – estas 3 colônias não foram somadas ao monte-mór.¹⁹ Portanto, somando estas 3 colônias às 37 avaliadas, possuía 40 lotes rurais quando faleceu, o que resulta em uma área aproximada de 1.515 hectares, e a soma do valor de toda sua terra resulta em 88:900\$000 réis. Tinha ainda quatro casas de madeira em Sertorina que serviam de moradia para quatro filhos, além de uma carreta. Não está claro onde ele próprio residia, pois embora constasse nos autos que morava em Caxias, portanto fora da sua Colônia, não foi avaliada casa alguma nos lotes urbanos. As terras rurais faziam limite com a “Sociedade Azevedo e Cia”, da qual um dos integrantes era seu cunhado, irmão da viúva.

A partir dos dados principalmente do próprio inventário, estipulamos que o rendimento de Feijó Júnior com a venda de terras na Colônia Sertorina pode ter ultrapassado 300 contos de

¹⁷ Carta de Paulo Rossato aos parentes na Itália de 17/02/1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971, p. 45.

¹⁸ Carta de Paulo Rossato aos parentes na Itália de 24/08/1884. In: *Idem*, p. 61.

¹⁹ Feijó devia 30:000\$000 réis para os herdeiros de Joaquim Maria da Silva Guerra, quantia que “será preenchida por outros meios”, mas não consta se a dívida foi totalmente paga.

réis.²⁰ Considerando que os custos da colonização em grande medida foram supridos pela estrutura da colonização oficial, Feijó provavelmente foi a pessoa mais rica de Caxias no final do século XIX. No entanto, no seu inventário não consta esse capital que supostamente teria acumulado, e aparecem apenas os lotes que ainda não havia vendido e algumas casas. Possivelmente tenha dividido os bens entre os filhos ainda em vida, pois apesar de alguns terem casas na Colônia Sertorina, nenhum permaneceu na localidade, como revela a fala da viúva de Feijó, Constância Emília de Azevedo, que consegue licença em 1897 – apenas 4 anos após o falecimento de Feijó Júnior – para vender a herança do filho menor:

...querendo a suplicante vender essas terras para empregar o seu produto em outros muito melhores, não só por sua qualidade, como também por sua situação (...) deseja ainda efetuar isso porque não só lhe fica muito dificultoso para cuidar dos matos, por ser muito distante de sua moradia, como também porque todos herdeiros que tinham terras nesse lugar já as venderam ficando somente as de seu tutelado.

A povoação da área da atual Farroupilha foi portanto, um processo acelerado. Com base nos dados do inventário, possivelmente tenham sido vendidos cerca de 300 lotes em 13 anos – entre 1881, ano que iniciou a venda de lotes na Sertorina, e 1893, ano de falecimento de Feijó Júnior e abertura do inventário.

A presença deste especulador em Caxias é uma parte importante da história da localidade e da região. Não foi apenas responsável pelo povoamento de uma grande área de terra, mas chegou a influenciar a escolha do local para ser a Sede Dante (ver cap. 1 p. 32). Sua influência se perpetuou na figura do filho mais velho, que continuou envolvido nos círculos do poder governamental do município. Tancredo Áppio Feijó atuou diretamente na administração da intendência participando por vários anos do Conselho Administrativo, e em 1910 elegeu-se intendente.²¹

²⁰ No inventário de Feijó, o tamanho das colônias variava entre 75.000 e 80.000 braças quadradas, ou seja, de 36 a 39 hectares. O valor das colônias listadas no inventário de 1893 variava de 1:200\$000 a 2:000\$000 réis, mas de acordo com DE BONI, L. A. *La Mérica, op. cit.*, p. 31 e 51, em 1884 as colônias eram vendidas por 800\$000 e 1:000\$000 réis. A área total da Colônia Sertorina de 3 léguas quadradas (ou 13.068 hectares), sendo demarcada, pode ter rendido a Feijó Júnior, entre 337 e 360 lotes, dependendo do tamanho destes e considerando um aproveitamento máximo da área. Como hipótese, partimos do mínimo: supondo que a área foi dividida em 337 lotes, e que estes tenham sido vendidos a 800\$000, o lucro bruto com a venda das terras da Colônia Sertorina pode ter sido de 270 contos de réis (270:000\$000 réis). No entanto, considerando os valores máximos, de 360 lotes vendidos a um conto de réis, preço máximo em 1884, esse valor aumenta para 360 contos de réis (360:000\$000 réis). Porém, como se vê no inventário, os lotes valiam mais em 1893 – entre 1:200\$000 e 2:000\$000 réis – e naquele ano ainda restavam 39 lotes rurais para serem vendidos. Considerando que possivelmente foram vendidos mais de 337 lotes, e que muitos desses podem ter alcançado nos anos seguintes valores superiores ao pago por Rossato em 1884, o rendimento obtido com a venda de terras pode ter se aproximado do máximo estipulado. (Observação: não foi considerada a inflação do período).

²¹ Relatórios de intendentess municipais. Código: R.01.01.06. Caxias do Sul: AHMCS.

O negócio de terras parece ter se difundido até entre os próprios imigrantes. Giron fizera uma observação valiosa sobre o início da formação da fortuna de Rodolpho Felice Laner (o segundo maior monte-mór da amostra, ver Tabela 18):

Um imigrante, em princípio, deveria ser agricultor, o que não aconteceu na realidade; e deveria ser pobre, mas isto também se mostrou relativo. Há casos como o de Felice Laner, que chegou na colônia em 30 de agosto de 1876 e que adquiriu além do lote nº 42 do Travessão Santa Thereza da 5ª Léguas, um total de 23.232 m² na Sede Dante, num valor total de 98.000. O lote nº 42 custou 495.169, possuindo uma área de 642.200 m². Parece difícil acreditar que, como oleiro (sua profissão), Laner tenha conseguido meios de adquirir os lotes citados, em pouco menos de 6 anos.²²

Em 1910, a área que possuía na sede era ainda maior (30.536 m²). Somando o valor da olaria e da sua mansão, seus bens foram avaliados em mais de 16 contos de réis (16:400\$000). Portanto, em 1876 pagara 98\$000 por uma área equivalente a 24 lotes urbanos de 968 m² – ou seja, 4\$083 réis por lote, que em 1910 foram avaliados no mínimo em 200\$000 réis, uma valorização de 4.798%, em valores absolutos. Felice Laner parece ter imigrado com algum capital inicial e agiu como um especulador em terras, o que lhe colocou entre a elite econômica de Caxias. Assim, especular sobre terras em áreas de colonização geralmente exigia algum investimento inicial, mas o retorno era recompensador. Vale observar que os 3 inventários mais ricos dentre todos consultados de Caxias eram de pessoas ligadas aos negócios de colonização: Stefano Alberti trocava os vales emitidos pelo governo para os imigrantes comprarem produtos nas casas comerciais locais; Luiz Antonio Feijó Júnior era proprietário de uma colônia privada, e Rodolpho Felice Laner investira em grande quantidade de terras urbanas, numa atitude claramente especulativa.

Como apontou Piccolo, muitas pessoas de São Leopoldo investiram também em terra.

Os que concentraram a renda investiram não só no comércio e em curtumes, mas também na compra de muita terra que se tornava um bem extremamente valorizado no mercado. E a aquisição de terras se fazia em regiões situadas cada vez mais longe do núcleo de São Leopoldo.²³

O desenvolvimento da região de colonização italiana na virada do século XIX para o XX dependeu de uma confluência de fatores e interesses, dentre os quais aqueles particulares ligados ao comércio de terras.

²² GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: Evolução Histórica*. Caxias do Sul, UCS/EST, 1977, p. 34.

²³ PICCOLO, Helga I. L. Transformações sócio-econômicas em São Leopoldo (1824-1899). In: *Anais da XI Reunião da SBPH*. São Paulo: SBPH, 1991, p. 210.

O aumento de preços das terras destinadas à colonização, como em outras regiões do estado, também se verificou em Caxias. Giron fez um levantamento dos preços cobrados entre 1875 e 1886 com base nos mapas estatísticos da Colônia Caxias, e mostrou que as colônias foram vendidas aos imigrantes por valores entre \$002 e \$008 réis por braça quadrada. Praticamente a metade das colônias foi vendida por \$003 réis por braça quadrada, ou seja, menos de \$001 réis (0,62) por m², e uma terça parte por \$003 e \$004 réis por braça quadrada, ou 0,82 e 1,03 réis por m² respectivamente.²⁴

A autora ainda mostrou que 55% dos 693 colonos que receberam lotes entre 1875 e 1886 ganharam um lote inteiro, enquanto 28% se estabeleceram em meio lote e 14%, em frações de um quarto de lote (alguns receberam mais de um lote inteiro, outros, frações menores de um quarto de lote).

Essa divisão de lotes entre os colonos não está ligada nem à qualidade da terra, nem ao número de filhos da família. Foi possível constatar que a maior fragmentação dos lotes se dá nas proximidades da sede da Colônia.²⁵

Tentei analisar a influência da localização dos lotes e da qualidade do solo nas variações de preços, mas os esforços se revelaram infrutíferos, pois não foi possível perceber qualquer regularidade nos casos descritos nos inventários.

O preço inicial de venda da terra na região e o tamanho dos lotes distribuídos aos colonos foi bastante diverso, e nas décadas seguintes de 1890 e 1910 os tamanhos dos lotes e os preços se apresentaram ainda mais diversificados. Dessa vez, os preços listados não são os cobrados pelo governo, mas são os “preços da colônia, pouco mais ou menos”.²⁶ Graças à qualidade das descrições feitas nos inventários, em 116 inventários dentre todos os consultados, consta o valor e a área de uma ou mais propriedades rurais em braças ou metros quadrados, totalizando 165 propriedades nas quais foi possível estimar exatamente o valor atribuído às terras.²⁷

²⁴ GIRON, Loraine Slomp. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luis Alberto. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, vol. I, p. 274.

²⁵ *Idem*, p. 274.

²⁶ Inventário de Ângelo Barbieri, 1886, o primeiro inventário de Caxias.

²⁷ Geralmente as terras eram inventariadas mesmo que não tivessem sido totalmente pagas ao governo. O argumento para se inventariar lotes ainda não pagos está explícito em um inventário de 1892. O procurador do inventariante chegou a tentar convencer o juiz a voltar atrás na sua decisão, e com isso explicitou a defesa para se inventariarem terras mesmo sem título definitivo: “Finalmente, há uma razão poderosíssima que me levaria à presença do íntegro magistrado que anulou o inventário, pedindo a reforma de sua sentença, que é: Não abrir-se um precedente, que forçosamente viria a provocar centenas de questões, em prejuízo de milhares de órfãos, pois são milhares os que têm ficado, nesta e noutras colônias, sem que seus progenitores tivessem pago ao governo a importância dos lotes que lhes foram concedidos, tendo-se, no entanto, partilhado estes lotes pelos órfãos herdeiros”. (Inventário de Giovanni Piva).

Tabela 23 – Valores médio, máximo e mínimo da terra rural por ano de avaliação dos inventários

Ano de avaliação	Média réis/m²	Média réis/m² deflacionado	Máximo réis/m² deflacionado	Mínimo réis/m² deflacionado	Nº de propriedades rurais
1890	1,5	1,5	1,5	1,4	2
1892	1,6	0,8	1,6	0,1	2
1895	4,4	2,0	2,4	0,3	9
1897	4,7	1,6	1,7	1,6	3
1898	8,2	2,6	4,2	0,7	14
1899	10,5	3,1	7,5	0,2	19
1900	11,4	5,0	21,7	2,7	40
1901	4,7	2,6	4,1	0,4	5
1902	3,6	1,9	3,3	0,2	23
1903	4,6	2,4	3,2	0,9	8
1904	7,5	4,4	5,2	2,9	5
1905	5,5	3,2	3,8	2,2	6
1906	6,7	4,4	9,5	1,6	6
1908	7,0	4,7	6,7	2,0	7
1909	6,7	4,4	5,8	3,4	3
1910	12,3	8,7	17,2	1,9	10
1911	23,2	18,0	24,4	7,5	3

Fonte: Inventários de Caxias. A conversão foi feita tomando como base o ano de 1890 e analisando a variação do mil-réis em relação à libra esterlina nos anos seguintes. Fonte: *Séries estatísticas retrospectivas*. Vol 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Edição fac-similar. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940, original publicado em 1941), p. 134.

A terra valorizou consideravelmente durante a última década dos oitocentos, constando nos inventários valores muito superiores aos cobrados pelo governo quando vendera os lotes aos

imigrantes – os inventários registram aumentos que chegam a 871%.²⁸ Ocorreu um pequeno aumento real nos anos de 1899 e 1900, voltando aos níveis anteriores nos três primeiros anos do século XX. Entre 1904 e 1909 aumentaram novamente e dispararam a partir de 1910. Nos anos de alta dos preços também se verificaram as maiores oscilações entre o preço máximo e mínimo. O povoamento da Colônia Caxias estava bastante adiantado em meados da década de 1880, de modo que o aumento de preços nos anos noventa parece ter acompanhado o crescimento da demanda por terras, sobretudo pelos filhos dos imigrantes já estabelecidos. Além disso, no final dessa década é concluída a abertura da estrada de rodagem Rio Branco. Portanto, a última década do XIX reflete um momento da economia local de escassez de terras ainda não ocupadas, ao mesmo tempo em que se intensificou o comércio com Porto Alegre. Desde o início do povoamento da região serrana, a terra foi mercadoria, e valorizou durante décadas, de modo que o aumento do preço da terra reflete o dinamismo e a valorização da economia da localidade.

Algumas luzes para a interpretação das oscilações podem vir das próprias fontes. No inventário de Pietro Gaglioto, de 1902, o coletor da receita do estado não concordou com o preço da avaliação da metade do lote que lhe pertencia. O coletor discordou dos valores porque soube que a outra metade do lote fora vendida por um preço quatro vezes maior do que o avaliado no inventário, e que o inventariado chegara a receber propostas superiores ao dobro do valor da avaliação. O juiz deu a seguinte resposta:

...se o inventariado não vendeu a um de tantos (como diz, muitas tem sido as propostas rejeitadas pelo falecido), não foi porque deixasse de reconhecer vantagens, e sim pelo desejo de continuar de posse desse meio lote. Quanto ao que diz referente à compra feita por Cartegiani do $\frac{1}{2}$ lote contíguo (melhor localizado), não prevalece, visto este cidadão ter pago caprichos, e isso em época em que foi traçado o prolongamento da estrada de ferro, em que tudo subiu e subiu, para hoje na quadra deficiente, onde a propriedade nada vale, o Sr. Coletor estribar-se naquele preço fictício.

²⁸ Alguns inventários informam o preço da terra em momentos diferentes, sendo possível fazer uma correspondência com o valor pelo qual o lote foi avaliado durante o inventário. Giuseppe Maggi pagou pela terra “0,62 do real o metro quadrado” ao governo, e na avaliação do inventário feita em 1899, sua terra valia 14,9 réis o m², um aumento de mais de 2.300%; porém, deflacionado, este valor cai para 4,41 réis, o que representa um aumento real bem menor, mas bastante significativo, de 611%. Bortolo Peteffi pagou 0,62 réis o m² de terra em 1893 e, em 1908, a mesma foi avaliada em 9,6 réis – deflacionado fica em 6,02 réis, uma valorização de 871%. Felix Sartor pagou 0,62 em 1891, e no inventário, em 1908, a terra foi avaliada em 8,6 réis o m², que deflacionado fica em 5,74 réis, um aumento real de 826%. Daniel Schlabrendorff, ao contrário, teve desvalorização da terra: contratou com o governo 1,5 réis o m², e ainda devia parte do valor em 1890, quando foi feito seu inventário. No inventário, o valor total da sua terra foi arredondado para menos em relação ao valor contratado com o governo, resultando em avaliação pouco inferior: 1,46 réis por m². Os dois casos seguintes são interessantes porque permitiram comparar preços que não os cobrados pelo governo para a mesma propriedade em momentos diferentes. O pedaço de lote que José Colombo recebeu como herança da viúva fora avaliado em 1900 em 9,8 réis o m²; a avaliação em 1908 foi de 10,1 réis, e deflacionando os valores houve um aumento real do preço da terra de 45%. Em 1903, Giuseppina Suzin comprou terras de outro imigrante por 7,4 réis o m²; em 1910, o valor passou para 14,8 réis, aumentando em 100%, e deflacionados os dois valores, o aumento real foi ainda maior: 174%.

A concorrência para a construção da ferrovia ligando Caxias a Porto Alegre foi aberta em 1891²⁹, seu trajeto foi traçado no final desta década e a inauguração ocorreu em 1910. Na edição de março de 1898, o jornal *Il Colono Italiano*, há uma matéria anunciando a votação de verba para a construção da ferrovia até Caxias.³⁰ A estrada de ferro parece explicar também os aumentos exorbitantes de 1910 e 1911. O alto crescimento demográfico, o crescimento das atividades manufatureiras e a promessa da ferrovia motivaram o aumento do preço das terras.

Os preços médios da terra em Caxias em todo o período superaram os encontrados por Zarth em inventários da região de Cruz Alta, Passo Fundo e Palmeira das Missões, no Planalto gaúcho. Entre 1886 e 1901, o preço do campo nativo no planalto gaúcho, já deflacionado pelo autor, era inferior a \$001 mil-réis por m², ficando entre \$649 e 7\$475 réis o hectare, e em 1906 o preço real das terras ficava entre 4\$787 e 11\$468 réis por hectare.³¹ Ou seja, de acordo com os inventários analisados por Zarth, o preço máximo encontrado para a terra de campo nativo na região do planalto em 1906 foi de 1,1 réis por m². Porém, encontrou valores superiores para os lotes das colônias fundadas na região: em Boi Preto, em 1901, colônias de 25 hectares eram vendidas a um valor aproximado de 700\$000 réis, e em Neu Württemberg (Cruz Alta) eram vendidas por 1 conto de réis – ou seja, 2,8 a 4 réis o hectare, valores semelhantes aos encontrados nos inventários da Colônia Caxias no mesmo período.

As próprias terras de campo nativo aumentaram de preço com o incremento da colonização. Um exemplo disso é a evolução dos preços dos campos do Planalto, onde a imigração iniciou apenas em 1890. Com base nos inventários *post-mortem*, observa-se que o preço médio do hectare de terra era de \$500 réis em 1851 e que alcançou a cifra de 4\$469 réis, em 1901. Em 1911, quando a colonização estava em grande expansão, os preços alcançavam 11\$590 réis, em valores deflacionados com base na libra esterlina.³²

Nos inventários de Caxias também constam cinco casos de proprietários de terras fora de Caxias cujos inventários especificaram a extensão de pelo menos uma propriedade. Todas foram avaliadas em valores inferiores à média de Caxias.

²⁹ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação, 1975, p. 246.

³⁰ Jornal mensal *Il Colono Italiano*, março de 1898, 3ª edição. Caxias do Sul: AHMCS.

³¹ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 91.

³² ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao moderno*, op. cit., p. 96.

Tabela 24 – Valor das terras rurais localizadas fora de Caxias

Inventariado	Ano de avaliação	Localização das terras	Valor por m ² em réis	Valor em réis deflacionado
Manoel Antonio Dutra Netto	1895	São Francisco de Cima da Serra	0,3	0,1
Marco Menegaz	1899	5º distrito de Taquara do Mundo Novo	0,6	0,2
Angela Rivolte Sperafico	1899	Picada Feliz, São Sebastião do Caí	15,6	4,6
Carlos Webber	1903	Campo Branco, Lageado	2,1	1,1
Giuseppina Suzin	1910	Fazenda Souza, distrito de São Francisco	2,7	1,9

Fonte: Inventários de Caxias do Sul. APERGS.

Nestes casos, os preços estão mais baixos em São Francisco de Cima da Serra e Taquara do Mundo Novo – áreas de campo. É interessante observar que a localidade chamada Fazenda Souza pertence atualmente ao município de Caxias, e apesar da proximidade com o território de Caxias na época, sua terra foi pouco valorizada. Ao contrário, o lote de São Sebastião do Caí foi avaliado acima da média dos valores de Caxias – o que é razoável, a localidade de São Sebastião foi colonizada em meados do século XIX e estava mais desenvolvida nesse período. Deve-se lembrar que, apesar da regularidade no sentido de confirmar a valorização das terras de colonização, os exemplos citados acima são casos isolados e portanto não representam resultados conclusivos.

O preço da braça quadrada dos lotes rurais e urbanos, no momento da entrega aos imigrantes, era definido arbitrariamente pelo Diretor da Colônia.³³ O preço dos urbanos de 19,8 réis por m² cobrado pelo governo³⁴ foi muito superior ao valor dos lotes rurais e muito inferior ao que os imigrantes puderam obter posteriormente com a venda desses lotes:³⁵ em média \$217 réis por m² – oscilando desde \$061 até 1\$202 réis por m².

Os preços pagos ao governo eram baixíssimos, e o estado de pobreza da maioria dos imigrantes era extremo, pois adquiriram a terra a prazo e, ainda assim, muitos não conseguiam terminar de pagá-la. Assim, a valorização das terras significa o principal instrumento de capitalização dos agricultores imigrantes – pelo menos para os que conseguiram saldar suas

³³ RECH, *op. cit.*, p. 84.

³⁴ Os lotes na Sede Dante mediam 968 m² e foram vendidos por 19\$200 réis. COSTA, Rovílio e GARDELIN, Mário. *Colônia Caxias: Origens*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 68.

³⁵ Foram analisados os valores de 19 lotes urbanos cuja área foi descrita no inventário, avaliados separadamente de casas ou benfeitorias.

dívidas e obter o título definitivo. Por outro lado, a terra representa um capital imobilizado, do qual o agricultor não pode se desfazer sob pena de desarticular, ao menos temporariamente, a base da sua economia e da sua própria sobrevivência. É impossível mensurar este custo subjetivo presente na transação comercial de terras por agricultores, mas certamente é bastante alto. Assim, o rápido crescimento populacional gerou uma demanda crescente por terras, o principal meio de produção agrícola: mas, para os agricultores, tornava-se difícil suprir essa demanda, renovada a cada nova geração, já que sua principal riqueza estava imobilizada. A herança do lote adquirido pelos imigrantes também não poderia garantir o futuro de todos os descendentes, pois a subdivisão da colônia encontra em algum momento seu limite. Assim, a baixa capitalização dos agricultores garantiu um importante mercado consumidor de terras no estado para os investidores em negócios imobiliários, que poderiam realizar negócios lucrativos, desde que oferecessem condições de pagamento a prazo.

4.2. Interpretações sobre agricultura familiar e mercado

O estudo da agricultura exige uma discussão específica. Diversas interpretações que procuraram compreender as particularidades do tipo de sociedade e da forma de organização do trabalho na agricultura familiar partem de algumas interpretações clássicas sobre o tema, representadas por Lênin, Kautsky e Chayanov.³⁶ Por isso, uma leitura mesmo que breve desses estudos é importante para compreender a discussão atual sobre a agricultura familiar e ajuda a entender a marginalidade em que o tema permaneceu durante décadas.

A teoria agrária marxista ortodoxa tem como um de seus fundamentos a idéia da tendência à pauperização da pequena propriedade camponesa. Os autores marxistas clássicos interpretaram a organização social camponesa como uma forma de transição que deveria desaparecer frente ao desenvolvimento do capitalismo. A questão que se colocava para os autores marxistas que escreveram a partir do final do século XIX, Lênin e Kautsky, era compreender as reais possibilidades de a atividade agrícola familiar, com sua particular organização social, continuar existindo em uma sociedade capitalista industrial.

Lênin apontou a dinâmica e as conseqüências do processo de diferenciação dentro da sociedade camponesa, que levaria à desagregação de sua organização social, originando classes sociais contraditórias e tendendo a desenvolver as relações capitalistas de produção. Na visão de

³⁶ LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1980; KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980; CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. Não vou adentrar na discussão sobre os camponeses em relação à luta de classes, o que envolve amplos esforços em definir o que é camponês, ou a que classe pertencem; a preocupação deste trabalho é discutir as possibilidades de inserção econômica da agricultura familiar em uma economia de mercado.

Lênin, os camponeses representavam uma estrutura social anacrônica e incompatível com o capitalismo, o qual levaria a se oporem, mesmo entre os camponeses, proletários e burgueses. Kautsky analisou as conseqüências da implementação de inovações técnicas na produção agrícola. Segundo este autor, a reprodução da agricultura familiar estaria comprometida pela tendência da tecnologia industrial de subjugar as formas de produção não capitalistas. Desse modo, os agricultores incapazes de incorporar novas tecnologias seriam sufocados pelo padrão de produtividade imposto pelos mais adaptados às inovações. Os camponeses sofreriam uma tendência a se descaracterizar enquanto formação social específica e a se reduzir a um ramo produtivo dentro do capitalismo. Assim, ambos autores têm em comum a visão de que o camponês seria necessariamente levado à ruína por sofrer um processo de diferenciação social tipicamente capitalista ou por sucumbir ao avanço tecnológico. Essa interpretação fatídica influenciou inúmeros estudos durante décadas, tendo influenciado a visão dual sobre o desenvolvimento brasileiro, que opõe o setor agrícola tradicionalmente tido como atrasado e o setor industrial considerado moderno.

Diferentemente dos autores marxistas, Chayanov realizou um estudo microeconômico centrado na lógica econômica das famílias de camponeses, com o objetivo de compreender como se organiza esse tipo específico de unidade econômica que reúne ao mesmo tempo a produção e o consumo. Observou que a organização familiar é central para a compreensão da sobrevivência da unidade produtiva: a família atravessa fases de desenvolvimento nas quais variam tanto as necessidades de consumo quanto o número de trabalhadores, de modo que a sua sobrevivência depende de um equilíbrio entre ambos. As próprias famílias elegem suas necessidades de consumo, que podem ser plenamente saciadas ou reduzidas ao mínimo. A auto-exploração do trabalho familiar dependerá das próprias necessidades de consumo e, sob esse ponto de vista, trabalho e consumo no interior da família são considerados valor de uso e não podem ser medidos como valor de troca. Por isso, os agricultores familiares representam uma forma de produzir específica, não capitalista. Ainda que Chayanov tenha reconhecido a tendência do capital de desenvolver o antagonismo de classes capitalistas entre os agricultores, ele explicitamente não se propôs a adentrar essa questão e não pretendeu fazer previsões sobre o futuro desse tipo de organização social.

Após essa breve introdução, considero oportuno observar como alguns estudos sobre o Rio Grande do Sul abordaram temas relacionados aos agricultores. Geralmente os estudos adotam uma visão marxista do desenvolvimento, no qual a agricultura é colateral ao processo. Alguns autores perceberam a necessidade de aprofundar o entendimento das particularidades da agricultura no sistema capitalista de produção.

Sandra Pesavento é uma importante referência sobre industrialização no Rio Grande do Sul. A agricultura familiar – ou da região colonial – tinha um papel específico no processo de desenvolvimento industrial segundo a autora: produzir matérias-primas e alimentos para abastecer as cidades, liberar mão-de-obra para o trabalho nas indústrias, além de permitir a acumulação de capital nas mãos dos comerciantes através da venda dos seus produtos. A autora reconhece uma certa complementaridade entre agricultura e indústria quando analisa a “economia colonial”. Ao mesmo tempo, a autora percebe uma relação de oposição, pois reconhece que o comércio e a indústria crescem apoiados na exploração dos agricultores. Pesavento identifica a agricultura familiar como uma forma de produzir não-capitalista, mas explorada dentro do sistema capitalista.

Historicamente, a produção agrícola colonial e o artesanato rural enquanto sistemas de trabalho não-capitalista achavam-se integrados a um processo de penetração e reprodução do capital no Brasil que se deu a partir da segunda metade do séc. XIX.³⁷

A visão sobre o processo de diferenciação social entre agricultores é a de que, na medida em que estes diversificaram suas atividades (comércio, artesanato, manufaturas), surgiu uma classe burguesa dentro do meio rural, enquanto os demais agricultores ficaram fadados a sofrer um processo de pauperização e muitos foram levados ao assalariamento, permanente ou temporário.³⁸

Progressivamente empobrecido, o colono não tem condições de introduzir melhorias técnicas que poderiam orientar a agricultura extensiva realizada ao nível da pequena propriedade. O resultado básico é o crescente esgotamento do solo, a queda da produtividade agrícola, com a conseqüente baixa de rendimentos para a família do proprietário da terra, que não consegue se sustentar mais apenas com a atividade agrícola.³⁹

A visão sobre o assalariamento entre os agricultores é bastante distinta no estudo de Tavares dos Santos.⁴⁰ Este analisou a organização do trabalho familiar nas décadas de 1960 e 1970 em uma localidade da serra colonizada por imigrantes italianos. Segue a interpretação chayanoviana ao considerar trabalho e consumo como valores de uso, de modo que o assalariamento entre os agricultores representa uma troca de valores de uso entre as famílias, e

³⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Mercado Aberto, 1991, p. 33.

³⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 35.

³⁹ *Idem*, p. 19.

⁴⁰ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

portanto tem significado diferente do que no capitalismo. O autor define os agricultores familiares como produtores simples de mercadoria. Reconhece que o capital “determina” suas relações de trabalho e as subordina às suas necessidades, mas não as desestrutura, pois a dinâmica de reprodução da unidade produtiva se dá através de um equilíbrio entre trabalho e consumo determinado no interior da família. Ao mesmo tempo em que o autor reafirma a posição subordinada da agricultura no conjunto da economia e a tendência ao acirramento das exigências do mercado, afirma que a possibilidade de subsistência dessa forma de organização social está na sua capacidade de auto-organizar o trabalho nas (e entre as) unidades produtivas. Assim, o capitalismo é visto como um sistema contraditório que permite a reprodução, no seu interior, de formas não capitalistas de produção e cresce com a exploração dessa forma de trabalho.

A agricultura familiar sempre esteve presente nos estudos sobre o processo de industrialização, mas sem qualquer consenso ou mesmo coerência nas interpretações. A questão do assalariamento na agricultura tradicionalmente remete ao tema da proletarianização urbana de pessoas oriundas do meio rural. Pesavento tentou mapear a questão em vários trabalhos, e chega a apresentar tanto a interpretação do excesso de mão-de-obra rural que demanda à cidade quanto a da resistência do colono imigrante em abandonar suas terras. Entende que os trabalhadores excedentes no campo “demandaram à cidade em busca de trabalho”⁴¹, e que “a comunidade agropecuária colonial, constituída de famílias com numerosos descendentes, apresenta um excesso de força-trabalho que se choca contra uma escassez de terra e capital.”⁴² Porém, após informar uma queixa sobre a falta de mão-de-obra em uma empresa de 1913, observa: “Estava assim configurada uma relativa escassez de mão-de-obra, mostrando que o lote colonial não liberava força-trabalho de acordo com as necessidades das empresas nascentes”⁴³. Por fim, comenta que diante da escassez de fontes a respeito:

O que se pode fazer é uma inferência da liberação de mão-de-obra da pequena propriedade rural para a cidade (capital e principais núcleos da zona colonial) tendo em vista o conhecimento das principais condições históricas que presidiram o processo de afirmação e consolidação do capital industrial e comercial em detrimento do pequeno produtor rural, aniquilando o artesanato doméstico, reduzindo o colono a mero produtor de gêneros agrícolas ou matéria-prima para a indústria, ou ainda acelerando a sua conversão em operário das fábricas.⁴⁴

Desse modo, Pesavento reafirma o poder do capital de determinar o desenvolvimento agrícola e rural, interpretação presente nos seus estudos sobre industrialização.

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985, p. 34.

⁴² PESAVENTO, S. J. *RS: Agropecuária colonial e industrialização, op.cit.*, p. 19.

⁴³ PESAVENTO, S. J. *Os Industriais da República, op.cit.*, p. 50.

⁴⁴ *Idem*

O tema da agricultura é tangenciado em quase todos os trabalhos sobre a colonização, mas muitas observações são na verdade inferências ou deduções, mais do que conclusões históricas embasadas empiricamente. A relação entre o desenvolvimento da agricultura (e as mudanças sociais vividas pelos agricultores) e o início da industrialização no estado ainda suscita dúvidas sobre o próprio processo de desenvolvimento econômico do período, chegando mesmo a gerar incoerências. Um exemplo pode ser encontrado em pesquisas sobre Caxias. Giron afirma que, pela escassez cada vez maior de terra e trabalho no meio rural, a cidade pode ter se tornado um atrativo para os filhos de agricultores “por representar um ganho imediato, diferentemente do que ocorre na produção agrícola, que fica a mercê do clima e sob risco de pragas e doenças”.⁴⁵ Também observa que “na medida em que crescem os lucros dos comerciantes, acelera-se a diferença existente entre a zona urbana e a rural”;⁴⁶ porém, em outro estudo, chega a uma colocação oposta: “na medida em que a zona urbana diversifica suas atividades econômicas, na zona rural também ocorre o progresso”.⁴⁷

A tensão que gera as contradições citadas geralmente se expressa em torno de dois aspectos: por um lado, a interpretação de que a forma social da agricultura familiar é historicamente subordinada e tende a se submeter às pressões do desenvolvimento capitalista e ao processo de industrialização; por outro, a percepção de que essa forma de produzir vem se reproduzindo dentro do capitalismo sem perder suas particularidades.

Muitos estudos recentes retomaram a discussão sobre o desenvolvimento da agricultura familiar em uma economia capitalista e, tentando superar a visão dicotômica sobre o desenvolvimento, têm apontado para o fato de que o capitalismo não apenas se articula com relações não-capitalistas de produção, como tende a reproduzir essas formas sociais.

Martins, no seu estudo sobre a relação de trabalho típica do colonato em São Paulo, afirma que o capitalismo, ao se expandir, “redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”⁴⁸.

Essa discussão leva a analisar o modo de inserção dos agricultores ao mercado. Entendo que este aspecto é relevante para o caso de Caxias no final do século XIX, pois ocorreu na localidade um processo de povoamento onde, portanto, o mercado estava em formação. No entanto, regionalmente existia um mercado articulado, do qual parte da população de Caxias

⁴⁵ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlenda, 1994, p. 36

⁴⁶ *Idem*, p. 35.

⁴⁷ GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 58.

⁴⁸ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1990, 4ª ed., p. 19-20.

passou a participar. Os imigrantes precisavam adquirir alguns produtos que não podiam produzir e também de pagar pela terra e, desse modo, era forçoso inserirem-se no mercado e obterem alguma renda monetária.

Existem três aspectos principais geralmente destacados pela bibliografia sobre a colonização para explicar os limites do desenvolvimento agrícola: o limitado desenvolvimento dos meios de transporte, o progressivo esgotamento dos solos e a especialização da produção agrícola que dificulta a inserção de parte dos agricultores no mercado. Roche analisou o desenvolvimento da agricultura em diversas colônias alemãs.

Nas mais antigas do pé da Serra, a exploração do solo percorreu um ciclo completo, visto que os colonos hoje reflorestam as terras desbravadas há pouco mais de cem anos, e por vezes, menos. (...) [As novas colônias] Envelheceram mais cedo, envelheceram mais depressa que as colônias antigas. Nelas, a influência do tempo foi, portanto, multiplicada pela aceleração de sua evolução econômica, determinada não tanto pela posição como pela idade da exploração. A história agrícola das colônias tornou-se a de uma luta de velocidade entre os progressos dos meios de transporte e o declínio do rendimento, provocado pelo esgotamento dos solos.⁴⁹

As diferenças apontadas pelo autor para cada região se relacionam não a sua localização ou característica geográfica, mas ao momento em que foi colonizada. Isso porque, segundo ele, o desenvolvimento dos meios de transporte permite acelerar o desenvolvimento da produção agrícola. Em outras palavras, podemos afirmar que, para Roche, a facilidade de transportar a produção para ser vendida, ou seja, a capacidade de integração ao mercado, determina as características e a velocidade do desenvolvimento agrícola.

Giron analisou recentemente a distribuição de terras em uma localidade da antiga 16ª Léguas (atualmente pertencente ao Município de Flores da Cunha), e percebeu que “a estrutura agrária da região de colonização italiana está assim vinculada a uma má distribuição inicial de terras”, e que o caso estudado pela autora “é significativo, pois demonstra que a concentração da propriedade, decorrente da especialização da agricultura (concentrada na produção de uvas), impede a permanência da população em seu local de nascimento”.⁵⁰ Em outro estudo, destaca a dificuldade decorrente da carência técnica.

Os colonos e suas famílias, trabalhando a terra como produtores, não podiam auferir rendas, pois a produção agrícola dada sua carência

⁴⁹ ROCHE, *op. cit.*, p. 285.

⁵⁰ GIRON L. S. *O Cooperativismo vinícola gaúcho*, *op. cit.*, p. 276.

técnica permitia apenas a manutenção do colono e sua família com pequeno excedente de produção.⁵¹

A autora afirma que a especialização na produção de uva foi a forma encontrada pelos agricultores para inserirem-se no mercado, o que causou concentração de terras, mas os agricultores menos preparados continuaram sendo prejudicados pela falta de conhecimento técnico e obtinham menor produtividade. Desse modo, Giron observa que a necessidade de especialização acabou por expulsar da região os agricultores com menores condições de se especializarem. Nessa interpretação, os agricultores familiares aparecem subjugados às pressões do mercado e, numa solução de inspiração kautskista, a tecnologia e a especialização são apontadas como o futuro da agricultura. Segundo essa interpretação, a tendência ao aumento constante da concentração de capital investido na agricultura inviabiliza a permanência de formas tradicionais de produzir.

Segundo Rech, a principal causa do desenvolvimento limitado da agricultura na região colonial italiana foi a falta de incentivos públicos, o empobrecimento das terras e a insuficiência das vias de comunicação.⁵²

Apesar de a agricultura ter sido a principal atividade econômica das ex-colônias, geralmente recebeu pouca atenção, com exceção do estudo pioneiro de Roche. Apenas no final da década de 90, Schneider⁵³ retoma o tema do desenvolvimento da agricultura e da indústria em ex-colônias do estado. Este autor assume influências teóricas diferenciadas das utilizadas pelos demais estudos sobre a industrialização.

Sobre a inserção de agricultores em uma sociedade capitalista, uma importante referência é Mendras, que entende que o advento da sociedade industrial acabou com a autonomia das coletividades camponesas em relação à sociedade envolvente. O camponês em uma economia capitalista passa a empreender, consumir e perdem-se os traços característicos, segundo o autor, de uma sociedade camponesa: a autonomia relativa da comunidade, a importância estrutural da família na organização da vida econômica e social, economia de subsistência, pouca necessidade

⁵¹ GIRON L. S. e BERGAMASCHI H. E. *Casas de Negócio*, *op. cit.*, p. 85.

⁵² “Quanto à formação de uma região agrícola, o êxito [do projeto colonial] foi relativo, o sistema agrícola implantado (...) contribuiu para o empobrecimento das terras e para a transformação de um mundo antes rural em um mundo predominantemente urbano, alimentado na exploração industrial (...). Para tanto, o projeto colonial ficou inacabado, faltou-lhe incentivos ao sistema agrícola e estradas suficientes para desenvolver a região, mal provida de vias de escoamento de seus produtos”. RECH, *op. cit.*, p. 102-3.

⁵³ Como mostrou o autor, a agricultura familiar somente recebeu atenção como categoria diferenciada de análise nos estudos brasileiros a partir do final da década de oitenta, com trabalhos de autores como José da Veiga, Ricardo Abramovay e Lamarche, além da influência de questões sociais e políticas atuais como o crescimento dos movimentos sociais agrários e da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na Agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 29-31.

de relações com as comunidades vizinhas e a função decisiva de mediadores entre a comunidades e o resto da sociedade (comerciantes, políticos locais, etc).⁵⁴

Nesse sentido, considero pertinente a discussão de Theodor Shanin sobre os camponeses inseridos no modo de produção capitalista. Essa inserção está caracterizada pelo fato de que “a produção e a apropriação exploradora são centrais e encadeadas”, “características essenciais”⁵⁵ de um modo de produção. Por outro lado, os agricultores apresentam peculiaridades que os diferenciam do resto da sociedade. Portanto, o autor apresenta o seguinte problema: é o tipo de unidade produtiva que define a sociedade a qual pertence ou são as características da sociedade global que definem as suas unidades?

Por um lado, é exclusivamente a característica da unidade de produção dominante que define a estrutura mais ampla (modo de produção? formação? sociedade?); por outro lado, as características essenciais do estabelecimento rural/familiar e, conseqüentemente, da economia camponesa têm sido tratadas como determinadas exclusivamente pelo sistema sócio-econômico mais amplo, isto é, pelo modo de produção (dominante?).⁵⁶

Mostra que a resposta está no plano epistemológico. A questão se fundamenta no pensamento marxista, que segundo o autor, não entende a totalidade como a simples soma de suas partes e não admite a dedução das partes a partir da lógica geral.⁵⁷ Assim sendo, a sugestão de Shanin é buscar construir um pensamento dialético para compreender as especificidades que caracterizam os agricultores familiares e sua relação com o sistema econômico no qual se inserem em cada situação histórica.

Entender o camponês a partir da sua relação com a sociedade circunvizinha ‘we a base do esforço teórico de Frank Ellis, que define camponês como “agricultores familiares apenas parcialmente integrados em mercados incompletos ou imperfeitos”⁵⁸ [tradução minha]. Dentre os aspectos que caracterizam a parcialidade da inserção estão o crédito fragmentário ou inexistente, o acesso limitado dos agricultores às informações e as dificuldades de transporte. A noção de mercado imperfeito remete à desigualdade de acesso às informações, insumos e créditos, ou seja, contrapõe-se a um ideal de mercado onde supostamente há concorrência perfeita. A produção

⁵⁴ MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

⁵⁵ SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações*. In: *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 26, 1980, p.65.

⁵⁶ *Idem*, p. 66.

⁵⁷ “Deve-se apreender, de uma só vez, a interação do todo e suas partes, em todas as suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens da lógica, tanto da totalidade quanto de suas unidades. Sendo assim complexa, não há como virá-la do contrário. Aqui as palavras ‘relação dialética’, freqüentemente empregadas em excesso, não estarão fora do lugar.” *Idem*, p. 68.

⁵⁸ “... they are family farmers only partially integrated into incomplete or imperfect markets”. ELLIS, Frank. *Farm households and agrarian development*. In: *Peasant economics*. New York: Cambridge University Press, 1988, p. XII.

para subsistência tem um papel fundamental para sua sobrevivência, pois permite flexibilidade ao grau de inserção dos agricultores ao mercado, do qual podem se retirar quando isso se mostrar mais necessário ou mais vantajoso. A relação com o mercado, porém, ainda que parcial, os expõe a pressões externas, levando-os a um processo de mudança e adaptação contínuas. Ellis afirma que a posição social, política e cultural dos agricultores no conjunto da sociedade permite entendê-los como subordinados a outros grupos sociais, o que sobretudo “implica a exploração econômica dos agricultores por outros grupos sociais.”⁵⁹

A reprodução social dos agricultores familiares foi discutida por Ricardo Abramovay. Este considera que existe uma incongruência conceitual e epistemológica em tentar estudar a reprodução da agricultura familiar a partir do referencial teórico desenvolvido pelos autores marxistas clássicos, e destaca que este grupo social representa um modo de vida distinto:

[...] a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não econômicos) sejam organizadores da vida [...] a economia não existe como esfera institucional autônoma da vida social [...] Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim, um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida.⁶⁰

O autor reconhece a importância de perceber que a “sociedade camponesa” se organiza sob códigos próprios, que “só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive”.⁶¹ Quando questiona qual a base econômica dessa inserção, assume a interpretação de Ellis.

O que mostra a definição de Ellis é que pela maneira como socializa o produto de seu trabalho é que o camponês se define enquanto categoria específica. A ênfase no mercado, porém, não reduz a importância das condições de produção do agricultor [...] nem todos os agricultores a eles [mercados] conseguem acesso.⁶²

Para o autor, as “imperfeições” do mercado personalizado e dominado por poucos comerciantes subjuga os agricultores tanto pelo fornecimento de insumos quanto pela compra da produção agrícola. Portanto, Abramovay mostra que são as condições de subsistência e de reprodução social que merecem destaque, e por isso os dois fins da produção agrícola tornam-se igualmente relevantes: a subsistência e a comercialização. Dessa forma, supera a discussão sobre

⁵⁹ “The idea of subordination implies unequal social or cultural status, coercion of one social group by another and unequal access to political power. However, most relevant for us is that it also implies the economic exploitation by peasants by other social groups”. *Idem*, p. 6.

⁶⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992, p. 101.

⁶¹ *Idem*, p. 102.

⁶² *Idem*, p. 126.

a dicotomia identificada com a tradição marxista clássica que considera os camponeses uma forma social herdada do período feudal, que trabalham para sua subsistência, enquanto o termo agricultor é associado ao proprietário de terra que produz para o mercado e é visto como mais próximo da burguesia. Assim, Abramovay explicita o “paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento”.⁶³

Schneider considera que Abramovay superou a dicotomia marxista clássica existente entre camponeses e agricultores.

Ao demonstrar que a suposta dicotomia entre campesinato e agricultura familiar decorre muito mais das imposições teóricas dos paradigmas adotados pelos pesquisadores do que do ambiente empírico no qual essas formas sociais podem ser encontradas, Abramovay não apenas deu maior clareza ao objeto sociológico em questão (na forma de definir o objeto sociológico) como contribuiu decisivamente para sepultar, no interior das Ciências Sociais do Brasil, a falaciosa dicotomia em torno do caráter moderno/tradicional ou capitalista camponês dos indivíduos que habitam e trabalham no espaço rural.⁶⁴

Assim, concordamos com a opinião de Abramovay, compartilhada também por Schneider, sobre a necessidade de sair do nível das definições para o da análise das condições reais sob as quais os agricultores vivem, ou seja, a organização do trabalho e da produção e as formas pelas quais esse grupo social se torna subalterno e, ao mesmo tempo, se reproduz.

A análise de Schneider⁶⁵ (cap. 2) valoriza os recursos disponíveis localmente, os quais permitem maior flexibilidade da produção e adaptação às pressões do mercado. O autor assume uma análise que consegue superar a visão dual do desenvolvimento, pois mostra que a industrialização pode se beneficiar da estrutura social e econômica agrícola pré-existente sem representar uma tendência inexorável ao empobrecimento e desarticulação dos agricultores familiares. O seu estudo mostra que a inserção dos agricultores no mercado pode ocorrer de diferentes formas.

Frente à escassez de fontes históricas sobre o desenvolvimento social e econômico rural, muitas interpretações acabam por definir a parte pelo todo, (assumindo a crítica de Shanin), e reproduzem uma visão dual do desenvolvimento que opõe indústria e agricultura, como uma relação implacável em todos os lugares e épocas, sem considerar as diferentes formas de desenvolvimento do capitalismo.

⁶³ *Idem*, p. 131.

⁶⁴ SCHNEIDER, *op. cit.*, p. 37.

⁶⁵ SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

Na região de colonização italiana iniciava o desenvolvimento de um mercado capitalista visível no comércio, inclusive pelo lucrativo comércio de terras. Ao mesmo tempo, a indústria se compunha de unidades artesanais e manufatureiras localizadas em grande medida no meio rural, que contavam sobretudo com mão-de-obra familiar, e os produtos coloniais locais eram aceitos como moeda de troca por comerciantes e proprietários de oficinas. Não me parece, portanto, apropriado definir esse momento como pré-capitalista e nem como plenamente capitalista, do mesmo modo que não considero apropriado associar a agricultura, principal atividade econômica do período, à noção de atraso.

A discussão realizada acima é relevante para entender como foi possível o rápido povoamento da Serra por milhares de imigrantes, assim como as possibilidades e limites para a reprodução social destes na localidade.

4.3. Produção agrícola da região colonial italiana

Como introdução ao estudo dos agricultores apresento a seguir alguns dados sobre a produção agrícola do período.

No final do século XIX, os produtos da campanha ainda eram os principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul, tais como o charque, couro, lã, sebo, graxa. Outros também figuravam na pauta de exportações, como erva-mate, batatas, cebolas e farinha de mandioca. Em fins do século XIX, a produção agrícola das colônias aumenta bastante, enquanto a produção de produtos da pecuária diminui. Os principais produtos agrícolas da região colonial italiana eram milho, banha, trigo e vinho, mas a produção era bastante diversificada.

A principal cultura das colônias era o milho, base da alimentação das pessoas (em grão e como farinha) e dos animais (grão, folhas e caules triturados). O milho não era apenas fonte de renda, mas fazia parte do cotidiano dos colonos: usava-se o sabugo para acender fogo, as folhas secas serviam para forrar colchões e fazer objetos de palha trançada e até os cigarros caseiros e as “fôrmas” para assar pão eram feitos com folhas de milho. Durante a década de 1880, o RS exportou em média quase 52 mil sacas de milho por ano (com fortes oscilações de ano para ano); na década seguinte, esse valor aumentou para 126 mil sacas por ano, em média.⁶⁶

A banha era o principal produto das colônias alemãs no final do XIX, e também era produzida nas colônias italianas. Figurava entre as exportações desde 1866, chegando a mais de 11% do total de exportações do estado em 1890,⁶⁷ mas o consumo interno sempre superou as

⁶⁶ Dados obtidos a partir de ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno, op. cit.*, p. 254-255.

⁶⁷ A exportação de banha tem um crescimento contínuo até a primeira década do século XX: 13 toneladas em 1866, quase 100 toneladas em 1873 e 10.000 toneladas em 1908. FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 62.

exportações.⁶⁸ Segundo Roche, “o milho transformado em gordura rendia 3 vezes mais do que o milho em grão”.⁶⁹ Os valores dos produtos presentes nos inventários corroboram a afirmação.⁷⁰

A cultura do arroz nunca foi muito forte na região colonial. Principalmente na região central do estado, ganhou maior significado a partir da década de 1890. A maior parte da produção de arroz voltava-se para o consumo local mas, segundo Roche, sempre foi inferior às necessidades.⁷¹ O arroz começara a ser exportado apenas no século XX, proveniente sobretudo da produção extensiva realizada nos campos, enquanto o feijão era colhido principalmente nas colônias alemãs, e sua produção no estado sempre permitiu alguma exportação.⁷²

O mesmo autor afirma que a produção de milho, feijão e batata inglesa diminuiu nas colônias alemãs durante a década de 1890, mas sua produção cresceu neste período nas colônias italianas.⁷³

A exportação de erva-mate aumentou consideravelmente, chegando a representar 4% das exportações do estado às vésperas da primeira Guerra Mundial⁷⁴. Molon lista a erva-mate entre os produtos vendidos pelas colônias para Porto Alegre.⁷⁵ A existência de barbaquás na Colônia Caxias confirma que, ao menos em 1909, já existia uma produção de erva-mate organizada também na região italiana (ver cap. 2).

A cana-de-açúcar foi muito cultivada nas colônias alemãs, e era usada para fabricação de melado, açúcar mascavo e aguardente, além de servir para a alimentação do gado.⁷⁶ Nas colônias italianas também existia produção de cana, como revelam os engenhos e alambiques de cana existentes nos livros de impostos.

Roche afirma que a plantação de amoreira (usada como alimento para o bicho-da-seda) falhou entre os alemães.⁷⁷ Entre os italianos, Buccelli comentou em 1906:

Uma das indústrias que dá resultados maravilhosos em Caxias e em toda a região serrana é a do bicho-da-seda, que aqui tem se aclimatado melhor do que na Lombardia. (Tradução minha).⁷⁸

⁶⁸ *Idem*, p. 133.

⁶⁹ ROCHE, *op. cit.*, p. 257.

⁷⁰ Nos inventários, o preço do milho oscilou entre 1 e 4 mil réis o saco (provavelmente de 60 Kg), ou seja, entre \$017 e \$067 réis o quilo (em apenas 19 inventários foi avaliado milho; 12 de 1892, sendo que o mais recente é de 1901). Em nenhum inventário foi avaliada banha, mas Stephano Alberti vendeu para Carlos Trein e Cia 128 kg de banha a 1\$400 réis o quilo entre dezembro de 1889 e abril de 1890.

⁷¹ Em 1900 e 1906, leis protecionistas procuravam assegurar o mercado nacional para o arroz gaúcho, beneficiando a economia agrícola do estado sulino considerado “celeiro do Brasil”. ROCHE, *op. cit.*, p. 247.

⁷² Em 1907 foram exportadas 201 toneladas, em 1908, 637 toneladas, em 1909 saíram do Rio Grande do Sul 3.123 toneladas de arroz. FONSECA, *op. cit.*, p. 64.

⁷³ ROCHE, *op. cit.*, p. 271.

⁷⁴ FONSECA, *op. cit.*, p. 63.

⁷⁵ MOLON, *op. cit.*, p. 509.

⁷⁶ ROCHE, *op. cit.*, p. 251.

⁷⁷ *Idem*, p. 249-250.

Outras fontes confirmam a importância da criação de bicho-da-seda, principalmente ainda no XIX, mas posteriormente essa cultura desapareceu.⁷⁹

Sobre o linho, em apenas um inventário de um agricultor, há referência a esse tipo de produção, no qual constam “fios de linho”. Nos livros de impostos aparece uma fábrica de óleo de linhaça em 1894, e outra em 1904.

O trigo também teve um início promissor nas colônias italianas, plantado com sementes importadas. Pelanda afirma que a partir de 1900 o governo passou a incentivar o plantio de trigo distribuindo sementes aos colonos, mas encontramos referência a esse tipo de prática em diferentes anos desde 1884 na documentação administrativa colonial. Em 1909, o Rio Grande do Sul colheu 15.250 toneladas de trigo, sendo 70% da região italiana.⁸⁰

O Rio Grande era auto-suficiente em arroz, feijão, lentilhas, milho, erva-mate, cebolas e alhos, alfafas, batatas, uvas, mandioca, fumo, etc. O trigo, apesar de cultura irregular, às vezes chegava a abastecer o mercado estadual e ser exportado para outros estados.⁸¹

A lenha movimentava quase a totalidade das indústrias da época. Pesavento observava que os industriais preferiam consumir lenha a carvão. Quando em 1905 o governo do estado aumentou os impostos sobre a lenha, os industriais do estado reagiram contra a medida, entre os quais figuravam diversos donos de companhias de navegação.⁸² Parte da floresta de pinheiros da serra foi vendida para mover as máquinas das companhias de navegação fluvial do estado.

A produção de vinho cresceu rapidamente nas colônias italianas. Era amplamente consumido entre os italianos e era vendido para Porto Alegre e também para São Paulo. Com o

⁷⁸ “Una delle industrie che dà risultati meravigliosi in Caxias e in tutta la regione serrana, e quella dei bachi da seta, che vi si sono acclimatati meglio che nella Lombardia”. BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano: Officine Cromo-tipografiche L. F. Pallesstrini, 1906, p. 227.

⁷⁹ Um relatório de 1882 mencionou o cultivo de amoreiras, utilizadas para alimentação do bicho-da-seda (vide cap. 2 p. 54). Em 1884, a criação de bicho-da-seda estava entre as principais atividades econômicas de Caxias, como indica um ofício que informa o envio de amostra dos principais produtos da colônia para o governo no Rio de Janeiro: farinha de trigo, farinha de centeio, farinha de milho, vinho tinto, vinho branco, linho tecido, seda em fio e casulos de bicho-da-seda. Ofício nº 30 de 9 de fevereiro de 1884. Livro de registro de cópia de Correspondência expedida do escritório do engenheiro chefe da comissão de medição de lotes em Santa Tereza de Caxias para a Inspeção Geral de Terras e colonização, Rio de Janeiro. Caxias do Sul: AHMCS. Em 1888, um requerimento solicitava uma quadra urbana para criação do bicho-da-seda. Ofício nº 13 de 9 de janeiro de 1888. Ofícios recebidos da Inspeção Especial de Terras e Colonização de Porto Alegre. Caixa 4 série 9 sub-série 9.3. Caxias do Sul: AHMCS.

⁸⁰ PELANDA, *op. cit.*, p. 54-55; Ofício de 30 de setembro de 1884. Correspondência recebida pela comissão de Medição de Lotes de Caxias do Palácio do Governo. Caixa 5 série 10, sub-série 10.1. Caxias do Sul: AHMCS.

⁸¹ FONSECA, *op. cit.*, p. 63.

⁸² PESAVENTO, *Os Industriais da República, op. cit.*, p. 170-172.

aumento da produção, o governo do estado passou a dar incentivos.⁸³ Em 1891, funda a Escola de Agricultura em Taquari e em 1898, a primeira Estação Experimental Agrícola do estado.⁸⁴

Tabela 25 – Produção de Vinho no Rio Grande do Sul

Ano	1873	1880	1902	1903	1910
Litros	987	63.160	875.383	2.092.417	7.239.820

Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. GIRON, Loraine Slomp. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre: EST, 1987. p. 279 e 283.

Giron afirma que desde 1885 a indústria vinícola caseira enfrentava a concorrência dos fabricantes da cidade, como chama os comerciantes que passaram a fabricar vinho comprando uva dos agricultores, e muitos também cultivavam parreirais próprios.⁸⁵ O primeiro a exportar vinho para São Paulo foi um comerciante, ainda em 1898.⁸⁶ A qualidade do vinho destes comerciantes era superior ao dos agricultores, e no início do século XX a Associação Comercial passou a defender medidas sanitárias de controle de qualidade. Uma ata da Associação de 1902 citava críticas da imprensa que taxavam o vinho gaúcho de “falsificado”.⁸⁷ Essas ações acabaram restringindo a venda do produto pelos pequenos produtores.⁸⁸

Nos primeiros anos do século XX, o vinho gaúcho enfrentava a concorrência do centro do país, no que o governo interveio cobrando em 1905 imposto sobre o consumo de vinhos estrangeiros similares aos gaúchos.⁸⁹ Em 1907, Caxias do Sul e Bento Gonçalves estavam importando máquinas para fabricação de vinho.⁹⁰

⁸³ Ofício de 10 de março de 1888. Ofícios recebidos da Secretaria do Palácio do Governo da Província do Rio Grande do Sul. Caixa 5, série 10, sub-série 10.2. Caxias do Sul: AHMCS. Solicita informação sobre a viticultura, a pedido do Ministério da Agricultura, a fim de providenciar maior incentivo por parte desse órgão.

⁸⁴ ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno*, op. cit., p. 277.

⁸⁵ GIRON, L. S. *O Cooperativismo vinícola gaúcho*, op. cit., p. 279-280.

⁸⁶ Os primeiros a exportarem para São Paulo a produção de vinho e graspa das colônias italianas foram Antônio Pieruccini e Abramo Eberle, respectivamente em 1898 e 1900. PELANDA, op. cit., p. 53.

⁸⁷ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti e MACHADO, Maria Abel. *Câmara de indústria, comércio e serviços de Caxias do Sul: cem anos de história*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 21.

⁸⁸ É bastante conhecido o movimento cooperativista vinícola ocorrido em Caxias, iniciado pouco depois do período abrangido por este estudo. Em 1911 Stefano Paternó foi contratado pelo governo para organizar cooperativas de produtores de vinho na região colonial italiana (entre 1911 e 1913 foram fundadas 16 em toda a região), o que significou um importante avanço da produção vinícola. Mas a posição política de Paternó era socialista; seus discursos e o sucesso do vinho das cooperativas logo o fazem perder o apoio e ganhar a oposição da Associação Comercial de Caxias, que contava com a liderança de produtores e comerciantes de vinho para reivindicar melhores preços e atacar a qualidade do vinho das cooperativas. O estado retira o apoio dado inicialmente ao projeto das cooperativas e em 1915 o movimento estava liquidado. GIRON, L. S. *O Cooperativismo vinícola gaúcho*, op. cit., p. 284-287.

⁸⁹ PESAVENTO, S. J. *Os Industriais da República*, op. cit., p. 161-2.

⁹⁰ Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1907, p. 500. Apud: *Idem*, p. 85.

Esse comentário do viajante italiano Buccelli, de 1906, mostra como o cultivo da uva rapidamente se generalizou e ganhou importância na economia local.

Mas a indústria generalizada é a do vinho, pela qual não apenas os italianos mas também os nativos têm afeição como a uma instituição nacional, até mesmo para comemorá-la no tempo da colheita da uva com suas festas características, as quais não têm a forma daquelas comemoradas nos *cantos arvali* do antigo *Lazio*, mas têm o espírito e o significado econômico e social delas.⁹¹ (Tradução minha).

A agricultura era a principal atividade econômica no período. Por isso, as mudanças nela ocorridas são representativas sobre as tendências vividas pela economia dessa região.

4.4. Agricultores: possibilidades e dificuldades

Esta atividade praticamente não foi estudada, em parte pela supremacia dos estudos ligados à industrialização, mas sobretudo devido à reduzida quantidade de fontes existentes. Os relatórios governamentais trazem algumas informações sobre a produção e os livros de impostos municipais não tratam dos agricultores. Nem estes elaboraram livros-caixa ou qualquer documentação relativa ao seu trabalho; raramente deixaram cartas e não aparecem em jornais. Felizmente, os inventários são bastante representativos e eloqüentes sobre esse grupo ocupacional.

É necessário fazer algumas observações iniciais sobre as fontes para compreender as características do grupo analisado. Existem 123 inventários nos quais foi avaliado algum tipo de bem que indica claramente atividade agrícola (instrumentos de trabalho e produtos agrícolas como enxada, foice, machado, picareta, pipa para vinho, milho, parreiral, trigo) e criação de alguns animais para consumo, tanto da própria família quanto para venda (porcos, vacas, cabras, galinhas). Estes autos foram considerados de agricultores com produção, pois tiram parte de seu sustento da propriedade rural e tudo indica terem na agricultura sua principal atividade econômica. Algumas famílias, além de terem produção agrícola ou animais, também desenvolviam outras atividades, que foram analisadas anteriormente: moinho, serraria, curtume e selaria, torno mecânico, fábrica de sabão, casas de comércio, tropa, carreta e até ações em uma fábrica de tecidos. Porém, apesar de desenvolverem agricultura ou criarem animais, estes não foram analisados dentre os agricultores por terem evidentemente outra importante fonte de renda além da agricultura.

⁹¹ “Ma l’industria generalizzata è quella del vino, alla quale non solo gli italiani ma anche gli indigeni si sono affezionati come ad una istituzione nazionale, sino a celebrarla nel tempo della vendemmia con delle feste caratteristiche, le quali non hanno la forma di quelle celebrate nei *canti arvali* dell’antico *Lazio*, ma ne hanno lo spirito ed il significato economico e sociale.” BUCCELLI, *op. cit.*, p. 227.

Outro conjunto de 68 inventários apenas avaliou bens imóveis (terra e por vezes também casa e benfeitorias), sem indicar qual era a ocupação da família. A posse de lote rural, além de outras características desses inventários, como a média do valor do patrimônio e a distribuição por fases do ciclo de vida dessas famílias neste conjunto de inventários, indica que eram famílias de agricultores e que, na maioria dos casos, encontravam-se em um momento determinado de sua existência. Inicialmente questionei-me se a ausência de bens móveis⁹² e animais nesses inventários poderia significar apenas uma falta de critério na realização dos autos; mas, por outro lado, as descrições das terras e das casas são tão detalhadas quanto em todos os demais inventários. Possivelmente algumas vezes a produção e os animais existiam mas não foram avaliados, ou seja, existe um conjunto de inventários que, por deficiência da fonte ou por uma realidade de absoluta miséria, não permite verificar a existência de uma unidade produtiva familiar agrícola organizada sequer para suprir as necessidades de subsistência, o que deixa dúvidas sobre as formas de obtenção de condições mínimas de sobrevivência dessas famílias. De qualquer modo, esses 68 inventários sem indicação direta de atividade econômica não se tratam apenas de uma falta de critérios ao fazer o inventário, pois é dentre estas famílias que encontramos a maioria dos casos de idosos que provavelmente já teriam transmitido os bens aos filhos em vida, e também se encontram casos de grande miséria e de situações bastante vulneráveis. Assim, apesar de concluir que essas pessoas viviam basicamente da agricultura, optei por analisar esses inventários separadamente porque não servem para verificar aspectos relacionados à produção agrícola e à criação de animais. Os agricultores com produção correspondem a 64% da amostra abaixo e os sem ocupação definida, 36%.

Tabela 26 – Número de inventários por ano de início do inventário

Ano da amostra	1892	1895	1898	1900	1902	1905	1908	1910	Total
Agricultores com produção	34	14	42	17	12	2	1	1	123
Agricultores sem produção	2	3	12	15	18	3	9	6	68
Total	36	17	54	32	30	5	10	7	191

Na tabela 26 observa-se, a partir da década de 1900, a diminuição do número de inventários de agricultores com produção, ao mesmo tempo em que o número de inventariados sem início de produção suplanta os primeiros. O final da década de 1900 é um período de

⁹² Mobiliário, bens pessoais e instrumentos de trabalho.

diminuição do número de inventários, mas até o início do século XX vemos que a presença se inverte entre os inventários de agricultores. Isso reflete o envelhecimento das famílias, pois todos os inventários de idosos que não indicam ocupação apareceram a partir de 1898.

A observação do ciclo de vida da família é importante para a dinâmica econômica na agricultura familiar. O casamento e a mudança do casal para sua própria terra representa o momento em que o rapaz e a moça alcançavam o auge da sua posição social, assumindo o papel de pai e mãe de família. Isso significa que quando um filho casa, a unidade familiar dos pais está perdendo um trabalhador e perdendo recursos, pois alguns bens da família precisam ser dados ao novo casal. Por isso, uma família está em seu ciclo de máxima capacidade produtiva naquele período da sua existência em que os filhos são adolescentes e já trabalham, enquanto os pais são adultos e ainda trabalham. Quando começa a reduzir o número de trabalhadores e inicia a divisão dos bens, a unidade familiar de produção está entrando em declínio.⁹³

A diferenciação abaixo visa compreender a capacidade de cada família de trabalhar e produzir, assim como situar a fase do ciclo de vida em que a família se encontrava quando foi realizado o inventário. Considerei que crianças de 10 anos já ajudavam no trabalho familiar. A classificação abaixo é arbitrária, mas se aproxima da diversidade de casos encontrada.⁹⁴

1. Família jovem sem filhos ou com filhos ainda crianças, sem filhos maiores de 10 anos.
2. Família no auge da sua capacidade produtiva, com no mínimo 2 filhos solteiros com 10 anos ou mais.
3. Família em fase de vida mais avançada, onde todos os filhos estão casados ou resta apenas um filho solteiro com no máximo 10 anos; incluem-se aqui também idosos já viúvos.

Gráfico 4

⁹³ CHAYANOV, *op. cit.*

⁹⁴ Considerei que os filhos solteiros trabalhavam junto com os pais. Este critério possivelmente não condiz com a realidade em muitos casos, pois em alguns inventários afirmou-se que os filhos solteiros não residiam mais com os pais, enquanto em outras famílias os filhos casados continuavam na mesma propriedade. Porém, raramente a residência dos filhos é especificada.

Proporção dos inventários situados nas diferentes fases do ciclo de vida familiar



Fonte: 227 inventários de Caxias. APERGS

O Gráfico explicita que o sustento da família e a propriedade do lote eram mantidos com o máximo de exploração do trabalho familiar. A maioria das famílias de agricultores (64%) estava no auge da capacidade produtiva (ciclo 2), ou seja, tinham mais de 2 filhos maiores de dez anos ou ainda restavam pelo menos dois filhos solteiros, provavelmente trabalhando em casa. Naqueles que não indicam ocupação, a proporção foi de apenas 40%. Por outro lado, esse conjunto de inventários constitui-se em grande parte (38%) de famílias mais velhas (ciclo 3): casal idoso ou pessoa viúva cujos filhos já estavam todos casados ou restava apenas um filho ainda solteiro. As famílias jovens sem filhos ou com filhos ainda crianças, com no máximo um filho com no máximo dez anos de idade (ciclo 1) estavam um pouco menos representadas entre os agricultores (17%) em relação à média geral de 22%, feita com todos os inventários.

O primeiro inventário existente de Caxias não faz parte da amostra. O processo iniciado em 1886 é de um agricultor chamado Ângelo Barbieri. Embora entre os agricultores existam enormes diferenças, Barbieri pode ser citado como um caso exemplar de um agricultor com uma economia bem estruturada. Dentre os bens inventariados “não existem terras, pois são do Governo Geral as de metade do meio lote no 6, não pago (...). Também não existe casa por ser do governo, que foi quem a mandou fazer”. Isso não é uma particularidade desse inventário: dentre os 216 inventários, em 23 ainda não havia sido totalmente paga a colônia, e destes, 17 eram de agricultores inventariados em 1892 – quase a metade dos 36 inventários de agricultores dessa data. Geralmente a terra era avaliada mesmo que não estivesse totalmente paga.

Ângelo Barbieri tinha 4 enxadas, 2 foices, 2 tesouras de podar parreiral e 2 barris para vinho, vazios. Para o sustento da família criava 4 porcos ainda pequenos e 1 cavalo “manso ordinário” com “arreios ordinários”. Tinham 10 sacos de milho, 10 sacos de feijão e 4 sacos de batatas e “100 medidas de vinho ordinário”. Os móveis da casa eram 2 mesas e 2 bancos de pinho ordinários. Foram listados vários bens pessoais: 8 camisas de algodão para homem, 6

lençóis de algodão, 2 colchas e dois cobertores de lã, tudo velho, conforme a descrição no inventário, além de vários utensílios domésticos. Sua produção agrícola era a mais diversificada dentre todos os inventários, além de possuir uma grande quantidade de utensílios de cozinha e roupas, o que não se repete nos demais agricultores inventariados posteriormente.

O reduzido monte-mór, por não ter sido avaliada a terra, somou 107\$300 réis, dos quais 32\$710 réis foram separados para pagamento das custas dos autos – mais da terça parte do patrimônio. Ficaram com a justiça os sacos de feijão, de milho e de batatas, além dos 4 porcos e de uma tigela de louça. O falecido tinha apenas uma filha de 9 anos (o que era exceção), e consta que “mãe e filha não têm mais parente algum”. A produção agrícola diversificada mostra que mesmo sendo pobres não viviam em miséria, mas fica difícil imaginar como a viúva e a filha sobreviveriam até a safra seguinte, já que a produção inventariada foi adjudicada para pagamento das custas dos autos. Nesses momentos, a solidariedade dos vizinhos e a venda a “fiado” pelos comerciantes eram certamente imprescindíveis para a sobrevivência dessas famílias. Como veremos, as contas com os comerciantes podem representar um custo alto para as frágeis economias dos imigrantes agricultores.

Não poucas vezes foram separados bens vitais para a família, como porcos, vacas, sacas de milho, móveis, e na ausência de animais e móveis na avaliação, era adjudicada parte da terra do agricultor para pagamento das custas. De acordo com Piccolo, existia resistência por parte dos colonos em inventariar os bens devido à distância, à desinformação dos colonos e sobretudo, devido aos elevados custos dos autos.⁹⁵ Dois casos demonstram esse tipo de resistência: no inventário de Rachel Sartor, “o viúvo inventariante compareceu em cartório e apresentou 25\$000 para pagamento das contas e selos, declarando que nada mais pagava”, mas foi obrigado a pagar o valor total de 50\$000 réis; outro caso é o do viúvo de Maria Fiedler, que após inúmeras diligências de citação judicial para inventariar os bens que encareceram muito o inventário, o viúvo resiste e deixa de pagar o pequeno valor de 16\$000 réis que ficou faltando ao final do processo. O juiz mandou vender bens em hasta pública para o pagamento desse valor ínfimo.

O maior número de inventários se concentra na década de noventa, mas ainda assim é possível comparar a situação econômica dos agricultores ao longo dos anos. Mesmo descontando

⁹⁵ PICCOLO, Helga Iracema Ladgraf. Fazer a América: o imigrante italiano entre o sonho e a realidade. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996.

a inflação do período, os valores dos montes-mór tendem a crescer, seguindo a mesma tendência da valorização das terras.⁹⁶

Tabela 27 – Média dos patrimônios dos agricultores com produção

Data de avaliação	Média em libras	Média em réis	Índice de crescimento (média em libras)	Número de inventários
1892	20	395\$273	100	33
1895	32	765\$642	159	11
1898	66	2:476\$067	375	9
1899	153	4:947\$404	775	13
1900	153	3:694\$611	773	19
1901	121	2:337\$100	609	4
1902	102	2:080\$816	515	9
1903	88	1:806\$778	446	6
1904	121	2:174\$634	612	4
1905	108	1:930\$830	545	4
1906	115	1:814\$400	583	3
1908	93	1:484\$500	469	1
1910	102	1:519\$500	514	1

Fonte: 117 inventários finalizados de agricultores de Caxias iniciados nos anos de 1892, 1895, 1898, 1900, 1902, 1905, 1908 e 1910. APERGS.

Fonte para conversão da moeda: *Série estatísticas retrospectivas*. Vol 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Edição fac-similar. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940, original publicado em 1941), p. 134.

O aumento real da média dos montes-mór foi inferior ao nominal, mas ainda assim significativo. Em todo o período considerado, aumentou em cinco vezes, indicando a valorização da maioria dos produtos. Após o aumento ocorrido na década de 1890, os valores durante a década de 1900 ficaram um pouco abaixo dos anos de 1899 e 1900 e tenderam a uma maior

⁹⁶ A conversão foi feita levando em conta o ano de avaliação dos bens, que muitas vezes não coincide com o ano de início do inventário. Para o cálculo da inflação acumulada tomou-se como ano base 1890. Para índice de crescimento considerou-se 1892 como ano base. Do total de 123 agricultores, existem 4 inventários sem monte-mór cuja avaliação não foi realizada, e ainda 2 cujas avaliações foram feitas somente em 1920 e 1921, também desconsiderados.

estabilidade em média, ainda que com grandes variações entre o máximo e mínimo.⁹⁷ O baixo valor da média dos montes-mór mostra que quase todos os agricultores eram muito pobres. A média geral dos montes-mór foi muito semelhante entre os dois grupos: entre os agricultores, a média foi de 85 libras, enquanto para o outro grupo foi pouco inferior, de 82 libras. Vale recordar a tabela 19, na qual os 10% dos inventariados mais pobres eram agricultores.

Gráfico 5



Fonte: Inventários de Caxias do Sul, Tabela 27.

A terra era o bem mais valioso para os 123 agricultores e, somada à casa, totaliza em média 85% de todo o seu patrimônio – estes mesmos bens totalizam apenas 56% do patrimônio dos comerciantes, como foi visto no capítulo 3. Os animais de carga, por sua vez, tem participação reduzida no patrimônio dos agricultores, inferior ao valor dos animais para consumo.

Sendo a terra o seu bem mais valioso, é razoável que a variação dos seus valores e os dos patrimônios apresentou as mesmas tendências. Apesar de a amostragem diminuir bastante no final do período, em valores monetários houve aumento do patrimônio dos agricultores.⁹⁸ A média dos montes-mór aumentou durante o período, mas isso reflete em grande medida a

⁹⁷ Em 1892, grande parte dos inventários aproxima-se da média, embora a diferença entre os valores máximo e mínimo dos montes-mór seja a maior de todo o período: o maior é de 72 libras e o menor é de 4 libras. O maior patrimônio de um agricultor, de 395 libras, foi encontrado em 1900.

⁹⁸ Os sete inventários com menores valores são de 1892, e entre os 37 mais pobres, apenas 1 é posterior a 1900. Além disso, entre os 45 com maior monte-mór, apenas 3 são anteriores a 1899 (2 de 1898 e 1 de 1895).

valorização geral dos bens, principalmente da terra, e não se pode afirmar que houve melhoria no padrão de vida dos colonos.

Em contrapartida, o aumento do valor das terras não deve ser menosprezado na análise do desenvolvimento da região, pois representa um processo de capitalização generalizado dos proprietários da região. A simples propriedade da terra representava uma diferenciação social destes imigrantes em relação, por exemplo, aos “caboclos”, que formavam uma importante população nacional sem títulos de propriedade. Mesmo considerando as dificuldades de realização em mercado inerentes a uma transação imobiliária, que para os agricultores era ainda maior (pois havia um custo subjetivo relacionado com a possibilidade de desarticulação temporária da produção), o processo de colonização lhes possibilitou a aquisição da terra, que permite obter os meios para a própria sobrevivência e para inserirem-se no mercado.

Pelo menos um animal de transporte (mula, burro, cavalo ou égua) constava em 67% dos inventários de agricultores – poucos tinham dois ou três animais – e um terço deles não possuía nenhum destes animais. A maioria dos agricultores criava vacas e porcos para consumo próprio.⁹⁹ Do total de 123 inventários de agricultores, 30 tinham bens que indicam a produção de vinho e apenas 6 listam latas para banha (um destes tinha também uma prensa).

A técnica agrícola era simples, de roçado. O imigrante Paulo Rossato recebeu a colônia em 1884 e assim descreve o trabalho agrícola:

Cortar o bosque, ou o mato, como queiram, é feito da seguinte maneira: inicialmente toma-se uma foice de cabo comprido e cortam-se os caniços e plantas pequenas. Caniços são aqueles cabos de sombrinhas que vem de Valdagno, e que dizem aí ser cana-de-açúcar. Depois, cortam-se todas as árvores maiores. E, depois de cortadas, deixam-nas lá por um mês, após o qual é posto fogo. Queimam-se as folhas, os caniços e os ramos mais finos. As toras menores e os galhos são então colocados em montes e queimados. Isto eu ainda tenho que fazer. Depois, semeia-se o trigo entre as toras, cobrindo-o com a enxada, e ele cresce sem que seja necessário outro trabalho.¹⁰⁰

Apesar dessa técnica simples, apenas 70 dos 123 inventários de agricultores possuíam enxada (57%), e apenas dois possuíam arado.¹⁰¹ Em menor quantidade havia serrotes, serras, foices, pás, picaretas, trados, martelos, plainas, verrumas, formões e ferros para fazer tabuinhas. A maioria das suas casas não era assoalhada nem forrada, e a cozinha, um pequeno cômodo de

⁹⁹ Uma ou duas vacas constam em 70% dos inventários, enquanto 35% tinham galinhas, e em 6 casos havia uma ou duas cabras. Além disso, 84% criavam porcos, mas apenas 17% destes tinha mais de dez porcos.

¹⁰⁰ Carta de Paulo Rossato a sua família na Itália de 24/04/1884. In: DE BONI, L. A. *La Métrica...*, op. cit., p. 35.

¹⁰¹ O baixo número de arados na agricultura do estado também foi observado por Zarth para a Colônia Ijuí. Com base em um relatório de governo, Zarth afirma que em 1897 existiam apenas 29 arados para 1088 explorações agrícolas. ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho*, op. cit., p. 135.

cerca de 16 a 30 m², geralmente era construída separada do restante da casa. As casas desses imigrantes mais pobres, nos quais se inclui quase a totalidade dos agricultores, ficavam entre 20 e 80 m². Eram construídas de tábuas, de “rachões de tábuas” ou mais raramente de pedra, e eram cobertas com tabuinhas. Morar em uma casa de tijolos coberta com telhas, forrada, assoalhada, com divisórias e envidraçada, era um luxo adquirido apenas por alguns – nunca estritamente agricultores. Os agricultores penduravam as suas duas ou no máximo três panelas e chaleira que possuísem com uma corrente sobre o fogo de chão – nenhum tinha fogão. O número de talheres e de pratos (geralmente pratos de barro ou de “folha”, isto é, “lata”) se aproximava muito do número de moradores da casa.

Alguns agricultores mais bem sucedidos parecem ter trazido sua situação diferenciada na mala quando emigraram. É o caso de Giovanni Piva, dono de um dos maiores montes-mór de agricultores. O que diferenciava seu patrimônio era a posse de 1:340\$000 réis em dinheiro e 1:217\$440 réis em metais, adiantados como herança a duas filhas em moeda italiana – 56 marengos, moeda de ouro.

No inventário de Luigi Rossato e sua mulher Giuseppina Loura consta a liquidação da sociedade “Irmãos Rossato”, um dos quais era Paulo Rossato, o imigrante cujas cartas foram publicadas e já foram citadas várias vezes. Pagou imposto referente a uma casa de comércio, carreta, alambique e dois moinhos sob o nome “Paulo Rossato e irmãos” em todos os anos da amostra. Percebe-se que esta família foi bem sucedida em seus empreendimentos no novo país, porém, casos como este certamente eram minoritários.

Em muitos casos a terra foi perdida com o pagamento de dívidas ou abandonada pela sua péssima qualidade. No lote de Raphael Bacca não havia local para moradia por falta de água, e a família morava em casa alugada. A viúva de Antônio Rech afirma que “por serem pobres, moravam a favor”, e em 1913 pede licença para vender o terreno, que está abandonado “devido à péssima qualidade de suas terras, pois que é quase um paredão”, e afirma que não é possível arrendá-lo. Recebeu licença para vender parte da terra. A mesma afirmação fez Maria Giustina Montenezzo, em situação de grande pobreza: “parte do terreno rural é um paredão impraticável”. Giacomo Longo e s/m Francesca Scemim também eram bastante pobres, e em 1906 vendem parte do lote de residência para pagar credores. Giovanni Dalcurtivo teve os bens avaliados, mas não chegou a proceder à partilha, pois “os bens são menores que as dívidas”. Bárbara Simon também teve seus bens adjudicados aos credores, e um deles pagou as custas do inventário, por não ter sobrado nenhum bem.

Alguns inventários de agricultores não chegaram a ser concluídos, não havendo avaliação. Os inventários de Bortullo Piazza e Maria Mauli não foram avaliados até 1920,

quando os descendentes não residiam mais em Caxias, e os autos foram arquivados. Quando foi iniciado o inventário de Valentini Motter, este alegou que já havia transmitido a terra aos filhos.

Os bens dos agricultores relacionados à atividade econômica indicam algumas mudanças ao longo do período. Os instrumentos manuais de trabalhar madeira aparecem em 11 dos 34 inventários de 1892: ferramentas de carpinteiro, serrote, serra, plaina, verruma. Enquanto em 1898, esse tipo de bens ocorreu em apenas 4 inventários, de um total de 42. Depois disso, esses instrumentos desaparecem das casas dos agricultores. É possível que a fonte tenha deixado de avaliar esses bens nos últimos anos da amostra, mas também é possível inferir certa tendência à especialização das atividades ligadas à serraria e à carpintaria, já que poucos agricultores possuíam instrumentos de trabalhar madeira, e estes casos reduziram com o passar dos anos até não aparecerem mais.¹⁰²

Vários inventariados do ano de 1892 com patrimônios razoáveis tinham na suinocultura uma importante ocupação.¹⁰³ No inventário de Clemente Negri constam adiantamentos de herança para os filhos, um caso especialmente bem sucedido no qual, além de adquirir sua própria terra e desenvolver uma atividade criatória significativa, o imigrante conseguiu ajudar os filhos a se estabelecerem com suas próprias famílias. Os inventários confirmam que não existiu tendência à especialização na produção de suínos – embora as colônias italianas gerassem excedente desse produto.¹⁰⁴

O número de produtores de vinho aumentou depois da virada do século: 29,4% dos 34 inventários de agricultores de 1892 listaram algum bem que indica produção de vinho (barril, pipa, tina). Apenas em 1898 aparece o vinho propriamente dito entre os bens listados. Ocorre produção de vinho em 24% dos 42 inventários de 1898; já em 1902, a metade das 12 famílias representadas em inventários trabalhava com vinho.

Nos inventários de 1898 foram avaliados alguns bens que não haviam aparecido entre os agricultores de 1892 (datas com maior número de inventários): Giovanni Mapelli tinha, entre

¹⁰² Como foi observado no capítulo 2, em 1894 havia 28 serrarias em Caxias, enquanto em 1909 havia 50. Quanto às carpintarias, em 1894 havia apenas uma e em 1909 já eram 11.

¹⁰³ Dez inventariados criavam mais de dez porcos. Anna Oppelt e Carolina Mugnaga, ambas tinham 15 porcos, e esta última possuía ainda 2 mulas, 2 pipas para vinho e 20 sacas de milho. Cesare Thomazine tinha 9 porcos, 2 latas para banha, 2 pipas e 3 barris para vinho, além de 1 mula e 1 égua. Domingos Erlo tinha 10 porcos e 20 sacas de milho. Clemente Negri tinha 30 porcos, alimentados com 40 sacas de milho – são os maiores números de porcos e de sacas de milho encontrados nos inventários pesquisados.

¹⁰⁴ Dos 17 agricultores que possuíam 10 ou mais porcos, 10 foram inventariados em 1892, apenas 4 em 1898, 1 em 1900 e 2 em 1902. O motivo da diminuição da criação de porcos durante a década de 1890 pode ter sido a concorrência da produção das colônias de imigração alemã, que apresentavam crescimento acelerado e especialização na produção de banha e embutidos de origem suína. Pode-se comparar alguns dados: em 1913, estipulava-se que Caxias tinha um rebanho suíno de 33 mil cabeças, enquanto São Sebastião do Caí tinha 60 mil, São Leopoldo 80 mil e Montenegro, 300 mil. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 191-192.

outros bens, máquina de costura, fios de linho e penas de aves; Giacomo Longo tinha 2 arados; Giuseppe Maggi tinha arado e debulhador de milho; João Baptista Giani tinha máquina para massa. Pietro Drago havia dado um dote para o filho casado; Valentini Motter e Giovanni Piva inventariaram dinheiro, algo muito raro mesmo entre os comerciantes – Motter tinha uma pequena quantia, o “valor de uma terneira vendida”, e Piva, como foi visto anteriormente, deixou herança para os filhos. Em 1892, os bens comuns aos agricultores são animais e instrumentos para o trabalho agrícola e para o trabalho com madeira, sendo que o único bem diferenciado neste ano foi uma máquina de costura, de Ursula Taufer. Todos estes possuíam patrimônios bastante acima da média dos agricultores.

Alguns sinais da necessidade de obter maior produtividade parecem se insinuar entre os inventários de alguns agricultores desde o final do século XIX, cujas famílias estavam estruturadas prioritariamente para a produção de subsistência. A busca das famílias por inovações abre espaço para a adoção de equipamentos, como arado, debulhador, máquina de fazer massa, além da especialização de alguns na produção suinocultora e vinícola. As mudanças verificadas sugerem que, desde o final do século XIX, apareceram os primeiros sinais de uma tendência que acompanha a história da agricultura ligada a uma economia de mercado: os agricultores, ao inserirem-se no mercado, são pressionados no sentido de aumentarem sua produtividade, intensificando o trabalho ou incorporando novas técnicas produtivas. Essas modificações mostram não apenas a venda de excedentes que os agricultores conseguiam produzir pela sua forma tradicional de trabalho, mas parecem apontar para a influência precoce de uma necessidade de comercialização sobre o próprio modo de produzir dos colonos.

O patrimônio dos agricultores com maior produção agrícola geralmente era superior à média dos demais, o que é visível principalmente para aqueles que passaram a incorporar novos equipamentos. Nem todos os agricultores com patrimônios significativos tinham uma produção também significativa; em muitos casos o valor do monte-mór reflete a propriedade de uma área maior de terra ou uma propriedade pequena, mas inexplicavelmente bastante valorizada. Porém, nenhum dos que tinham produção estruturada encontrava-se nas linhas mais baixas de pobreza. Dentre os agricultores mais pobres, havia grande número deles que não conseguiu se fixar em Caxias e migrou para outras regiões. Portanto, o esforço de várias das famílias de agricultores por aumentar a produtividade advinha da necessidade de garantir a sua manutenção sobre a terra que estava sendo adquirida.

Entretanto, cabe aqui uma observação. Assumir todas as conseqüências da interpretação que reconhece uma tendência irremediável à especialização da produção como única forma de garantir a sobrevivência levaria a negar a possibilidade de reprodução social daqueles

agricultores cuja relação com o mercado foi mais superficial e, portanto, cuja produção era pequena e feita com técnicas rudimentares. Um grande número de colonos emigrou de Caxias, mas o que intriga é a permanência de uma proporção significativa de famílias com recursos produtivos praticamente nulos.

Entre os inventários que apenas avaliam terra e casa, e não listam bens vinculados à produção, existem mais casos de dificuldades extremas do que entre os agricultores com produção. Através desses casos, ficam evidentes os limites que impossibilitaram a fixação de muitos imigrantes que continuaram o movimento de migração no Brasil.

Durante a pesquisa, foi uma surpresa encontrar 68 famílias com lote rural e praticamente sem produção ou qualquer ocupação econômica evidente. Isso contradizia a imagem comum à colonização: a da família numerosa que realiza uma produção de subsistência e com venda de excedentes. Quase todos tinham terra, mas por vezes a família não possuía nada, e nestes casos eram liberados da obrigação do inventário. Ainda que não aparecessem bens relacionados a qualquer ocupação econômica, a terra é um meio de produção agrícola, de modo que esses colonos provavelmente trabalharam em algum momento na agricultura, apesar de não constar qualquer produção para subsistência. Em seguida, analiso este conjunto de inventários.

Dos 68 inventários, 13 não foram finalizados, não havendo avaliação e por vezes nem declaração dos bens, e um foi finalizado apenas em 1920.¹⁰⁵ Não havia bens a inventariar em 7 inventários, e os outros 6 autos ficaram inconclusos por diferentes motivos.¹⁰⁶

¹⁰⁵ O valor máximo é de 297 libras, avaliado em 1909, e o mínimo, 4 libras, avaliado em 1892.

¹⁰⁶ Não restaram bens nos inventários de Ângela Mantovani, Augusto Hümener; Giovanna Scopel (no inventário da qual "não ficaram outros bens, e sim muitas dívidas passivas"), Giovanni Benini (viúvo, vivia em companhia do filho, vendera o lote que tinha, com o que pagou dívidas e gastou o resto), Giovanni Boff (o filho pede que seja feito inventário, mas a segunda esposa do inventariado declara que não ficaram bens e o processo é arquivado), Pietro Tovasi, Battista Zattera (que tinha três filhos com idade, estado civil e residência ignorados, e em vista da insignificância dos bens descritos pela viúva, os autos foram arquivados, pois havia umas cadeiras, painéis, pratos e garfos; não tinha propriedade de terras nem de animais). Ficaram inconclusos ainda os autos de: Antônio Cesaro, Felice Tonela, Guerico Slongo (não ocorrida avaliação até 1920, a viúva se mudou de Caxias e nenhum filho reside no município mais; o lote ficou de posse de um vizinho), José Antônio da Silva, Pietro Guaglioto (anulados por não terem sido citados todos os herdeiros) e Rosa Colombo (vendera a terra para um vizinho e mudou-se). Pietro Masseti teve seus bens avaliados apenas em 1920, sem motivo explícito e seus filhos ainda moravam em Caxias neste ano.

Tabela 28 – Média dos patrimônios dos inventários que não indicam ocupação econômica

Ano de avaliação	Média (libras)	Média (réis)	Índice de crescimento	Número de inventários
1895	49	1:181\$757	100	4
1898	72	2:412\$203	147	3
1899	134	4:340\$000	274	2
1900	100	2:419\$813	205	8
1901	36	704\$320	74	2
1902	43	868\$358	87	13
1903	54	1:098\$630	110	2
1905	126	2:250\$000	257	2
1906	108	1:696\$000	220	2
1908	55	877\$750	112	6
1909	157	2:497\$375	320	4
1910	128	1:909\$500	261	6

Fonte: 54 inventários finalizados de agricultores de Caxias iniciados nos anos de 1892, 1895, 1898, 1900, 1902, 1905, 1908 e 1910.

Na tabela foi incluído um inventário de 1892 com os de 1895. O índice de crescimento considera 1895 como ano base e usa as médias dos montes-mór em libras.

Em alguns casos, há indícios de pessoas que já estiveram em situação econômica melhor e decaíram, ficando com muitas dívidas, mas ainda mantinham um patrimônio razoável composto de terras e casas.¹⁰⁷ Dentre os que tinham maior monte-mór está o de Giuseppina Suzin, nora do agricultor Marco Menegaz, que também inventariou uma boa quantidade de terra. Parte destas terras, de acordo com o viúvo:

¹⁰⁷ Giacomo Luchesi tinha uma boa casa: de madeira coberta com tabuinhas, forrada e assoalhada, em regular estado, medindo 14x8 metros e uma cozinha com paredes de pedra, localizadas em ½ colônia de terras, além de um cavalo. Pagara imposto por botequim em 1894, e o inventário data de 1898. Consta no seu inventário que faleceu em Porto Alegre, mas a viúva continuou residindo com os três filhos menores em Caxias. A viúva teve de vender parte dos bens em hasta pública para pagar dívidas. Tinha uma dívida com hipoteca de parte da terra com Ambrogio Leonardelli, proprietário de cervejaria de Caxias, e tinha dívida referente a uma conta corrente com Julio Isler e Companhia, comerciante de Porto Alegre. Os demais casos de montes-mór elevados, como também ocorre entre os agricultores com produção, refletem a valorização da terra. Outros 4, dois com sobrenome luso-brasileiro, também tinham apenas lotes na Sede e não tinham colônias: Bortulo Piccoli, Luigi Nassi, Maria Cortes, Henriqueta Gomes. Embora tivessem poucos bens, não estavam entre os mais pobres. Além destes, Francisco Lorenzoni e Manoel Antônio Dutra Netto e sua mulher possuíam lote rural e lote urbano.

são de má qualidade, não se prestando para agricultura, somente contêm um pouco de mato (capoeirão); que seus filhos residem com o suplicante, em terras de propriedade deste e muito afastadas das que lhe pertencem; que se acham abandonados os pequenos pedaços de terras que seus filhos houveram como legítima materna; que devido ao abandono, são seus filhos imensamente prejudicados com a invasão e aproveitamento do pequeno mato existente nas ditas terras por parte dos demais coproprietários.

O viúvo requer licença para venda, que é concedida, e a família se muda de Caxias. O drama da necessidade de migrar não atingiu apenas os imigrantes que deixaram a Europa, mas se reproduziu na medida em que a segunda geração crescia na nova pátria. A migração contínua dentro do Brasil foi a opção para filhos de colonos e famílias inteiras que a pobreza expulsava das colônias velhas.

Nos inventários, poucas vezes há alguma informação sobre a residência ou profissão dos filhos, mas entre os 68 inventários, é possível listar 7 famílias (10%) que tinham integrantes residindo fora de Caxias (Passo Fundo, Guaporé, Antônio Prado, Vacaria, Taquara do Mundo Novo, Colônia Guarany, São Francisco de Paula e Colônia Ijuí).¹⁰⁸ Já entre os agricultores com produção havia apenas quatro famílias com um filho em outro município (3%) (Vacaria, Torres, Estrela).¹⁰⁹ Os inventários não são a melhor fonte para estudar movimento migratório, mas servem para mostrar que ocorria com certa intensidade desde o final do século XIX, indicando que as possibilidades de inserção social e econômica nas colônias eram restritas e seletas.

Os casos indicam algumas das dificuldades dos agricultores para se manterem em Caxias. Ângelo Dagnese tinha uma dívida superior ao valor de todos os seus bens, mas o credor afirmou ter sido pago em dinheiro e os bens da família não foram adjudicados a este. Talvez a família Dagnese tivesse dinheiro para pagar, possivelmente tenha feito novo empréstimo para pagar a conta antiga ou, ainda, tenha feito algum acordo com o credor. Existe nesse caso uma descrição detalhada dos itens que compõe a dívida. Surpreende descobrir que, se não tivesse encontrado meios de quitar sua conta, Dagnese poderia ter perdido a terra por conta de uma dívida pela

¹⁰⁸ O inventariado Luigi Preto, solteiro, tinha uma colônia de terras em Caxias e faleceu em Passo Fundo; dois filhos de Francisco Scariot (Gasparetto e Rossalim), residiam em Guaporé; dois filhos de Giovanni Seben e sua mulher Luiza Corso (Giacomo e Antonia), em Antonio Prado e outro filho (Giovani) em Vacaria; José Antonio da Silva, cujo inventário foi arquivado por não terem restado bens, tinha dois filhos residindo em Taquara do Mundo Novo (Antonio José e Francisco Antonio de Camargo) e outro filho estava em lugar não sabido (Siberino da Silva). A inventariada Margarida Curzel residia em Antônio Prado, na chácara da filha Romana. No inventário de Regina Visoná, a filha Maria Rossato residia na Colônia Guarany. O inventariado Matheos Gubert vivia com o filho Ângelo em Caxias, outra filha (Joanna) residia em São Francisco de Paula, era agricultora, e a filha Margarida residia na Colônia Ijuí.

¹⁰⁹ Um filho de Elizabetta Beretta residia em Vacaria, assim como um de Giovanni Seben. Giuseppe Maggi (o proprietário do debulhador de milho e de um arado) tinha um dos filhos residindo em Torres. Um filho de Pietro D'Ambros, encontrava-se em lugar desconhecido há muito tempo. Além destes casos, a viúva de João Baptista Giani residia no município de Estrela com o segundo marido; ele inventaria os bens do falecido para poder vender a terra em Caxias e comprar em Estrela.

compra de açúcar, sabão, café, arroz, querosene, alguns metros de tecidos, sulfato de cobre, pregos, etc., consumidos durante dois anos. Esse caso revela a fragilidade das economias dos imigrantes mais pobres. O crescimento exorbitante das dívidas de uma família pela aquisição de produtos para o consumo indica que esta não estava conseguindo obter da propriedade nem o mínimo para garantir sua sobrevivência.

A bibliografia afirma que a venda a prazo era prática comum, e o comprova o fato de que a Associação Comercial organizou-se para evitar os clientes que não pagavam suas contas, como foi visto no capítulo anterior. Porém, entre os 191 inventários analisados neste capítulo, apenas 12 listaram dívidas passivas por produtos adquiridos de casas comerciais, como Ângelo Dagnese, ou por dinheiro tomado emprestado (um também refere a compra de um cavalo). As maiores dívidas encontradas foram de dois agricultores que deviam quase dois contos de réis cada um.

No inventário de Pietro Fioreli o procurador tem 1/5 das terras adjudicadas para si por ter se disposto a pagar as custas, pois "o falecido não possuía nada, sendo que pelo sustento dele a suplicante teve de pedir esmola, e a Comarca Municipal também lhe deu uma gratificação de 20\$000".

A qualidade das terras piorava após anos de plantio sem correção da acidez do solo ou adubação, o tamanho dos lotes divididos por heranças era cada vez menor, o crescimento populacional acelerava-se e ainda havia casos de dívidas contraídas com os comerciantes: tudo isso fazia com que os infortúnios pesassem muito sobre os colonos. Conquistar a terra exigia trabalho intenso e economia; perdê-la era bem mais fácil. Os casos de maior pobreza deixam a imagem de um grande número de famílias trabalhando sobre as propriedades rurais que podem, diante do primeiro infortúnio, sumir de baixo dos seus pés.

Migrar dentro do Brasil podia representar praticamente a ruptura do convívio social com os familiares, considerando o pouco desenvolvimento dos meios de transporte do período. Ao mesmo tempo, o trabalho que eventualmente tivesse sido realizado no lote do qual a família partiria poderia não ser valorizado monetariamente e perdido. Desse modo, a decisão de continuar buscando novas terras implicava uma escolha que podia trazer mudanças profundas e perdas afetivas e econômicas.

Por outro lado, em alguns casos também é pequena a distância que separa os agricultores mais bem sucedidos da situação de comerciante – a mobilidade social também se dava nesse sentido. Porém, comparativamente, as chances de um agricultor chegar a atuar no comércio são muito mais reduzidas do que as de agricultores pobres terem sua economia e sua unidade familiar desarticuladas diante das dificuldades. A preparação do futuro dos filhos também apenas foi

possível nas famílias com melhores condições econômicas, e isso verifica-se em todos os grupos ocupacionais.

A existência de um mercado regular imprime determinadas exigências de produtividade e qualidade que o produtor agrícola nem sempre tem condições de alcançar. Acredito que essa tendência começa a se instalar timidamente desde o final do século XIX. Desde o início da colonização, a organização de uma propriedade capaz de gerar excedentes comercializáveis aumentava as chances superar os momentos de infortúnios – morte, cobrança de dívidas, doenças – e manter-se na propriedade. Não por acaso a expectativa da chegada da ferrovia resultou em um comportamento capitalista, por exemplo, nos casos de especulação sobre as terras.

Como foi visto no cap. 2, as chamadas “fábricas” raramente comportavam mais do que um ou dois trabalhadores além do proprietário e eventualmente seus filhos, do que se apreende que para Caxias anteriormente a 1910 não verifica-se um processo de proletarização urbana, pois a população pobre sem ocupação definida era rural. O trabalho em propriedade alheia, principalmente rural, nas manufaturas e na agricultura, pode ajudar a explicar a sobrevivência desse grande número de imigrante pobres que permaneceu em Caxias. As formas de pagamento do trabalho certamente eram as mais diversas, dependendo das condições e necessidades das famílias, incluindo-se mesmo aquelas que moravam “a favor”, e certamente também trabalhavam para a família que lhe acolhera.

Pensar o “mercado de trabalho” para a época é como avançar por um caminho tortuoso e mal definido, mas a grande quantidade de pessoas desprovidas da capacidade de produzir para sua própria subsistência leva a crer que existisse abundância de trabalhadores dispostos a trabalhar em troca de quase nada, possivelmente mesmo em troca de moradia e comida. Certamente essa situação de miséria de parte da população possibilitava produzir na agricultura e em oficinas artesanais e manufatureiras a custos bastante reduzidos.

Tudo indica que a especialização e a melhoria tecnológica não era o único meio de garantir a estabilidade econômica mínima para a manutenção da família. A significativa parcela de família pobres que não apresentaram produção para subsistência e no entanto permaneciam em Caxias nos remetem a uma interpretação mais “chayanoviana”: o trabalho familiar imprimiram aos imigrantes uma grande capacidade de produção, que lhes permitiu subsistir mesmo que muitas vezes se encontrassem em condições miseráveis. Além disso, considerando que o trabalho representa para as próprias famílias um valor de uso, a possibilidade de alocá-lo, de acordo com as necessidades, entre as diversas famílias da localidade, permite otimizar o uso dos principais recursos dos agricultores pobres: a terra e a sua força de trabalho.

Nesse sentido, a necessidade de garantir primeiramente a sobrevivência torna perfeitamente adequada a noção de Ellis de que o trabalhador da agricultura pode se inserir parcialmente no mercado, podendo se eximir temporariamente de vender seus produtos caso isso seja necessário para garantir a produção para subsistência. Do mesmo modo, a lógica de grande parte das oficinas artesanais e manufatureiras pode ser entendida como visando primeiramente a sobrevivência da família, e apenas em alguns casos diferenciados significavam a realização de um investimento visando lucro.

A organização do trabalho no sentido de garantir primeiramente a sobrevivência da família denota a intenção de “criar raízes” e, desse modo, essas atividades voltadas para subsistência relacionaram-se de modo visceral à formação sócio-econômica da região de colonização, uma das principais características do desenvolvimento econômico da região. Do mesmo modo, a necessidade de vender a produção agrícola no mercado regional para garantir a aquisição de alguns bens necessários, assim como para conseguir pagar pela terra, resultou na dinamização da economia e contribuiu para a criação de profundas desigualdades sociais entre os imigrantes desde o início da colonização, na medida em que alguns assumiram mais rapidamente do que outros um perfil produtivo comercial.

Considerações finais

Na Serra Geral do Rio Grande do Sul desenvolveu-se durante o século XX uma economia industrializada e que caracteriza atualmente uma das regiões mais ricas do estado. Difundiu-se assim um discurso de que os imigrantes italianos vieram trazer a indústria, a riqueza e mesmo a civilização. Insiro-me entre os autores que passaram a observar, na história do Rio Grande do Sul, que muitas desigualdades existentes entre as diferentes regiões do estado tiveram origem ainda durante o século XIX, e para isso contribuíram a política de apropriação da terra, a implementação das vias de transporte e o próprio racismo e discriminação que a população nacional pobre sofreu. Mas, além disso, não apenas a população nacional encontrou limites para sua inserção socioeconômica na sociedade gaúcha, que reservava vantagens para o imigrante estrangeiro, como também ficou evidente que, para determinada parcela dos imigrantes, a sobrevivência e inserção no novo país foi profundamente difícil, o que contradiz a idéia de um razoável igualitarismo entre os imigrantes. A política do governo de promover a colonização na Serra gaúcha obteve êxito ao povoar a região e contribuir para o crescimento econômico do estado, incrementando a produção agrícola e difundindo o comércio e a indústria; no entanto, concretizou um modelo de desenvolvimento que produziu e reproduziu profundas desigualdades sociais.

A primeira necessidade dos imigrantes foi garantir sua subsistência, e com este objetivo as famílias organizaram a produção primordialmente. A própria produção dita “industrial” de Caxias, que estava sobretudo voltada para o mercado local, mas que em menor escala e em alguns casos também poderia vender para outras regiões do estado, apresentava pouca ou nenhuma diferenciação. A maioria das manufaturas e oficinas artesanais encontrava-se no espaço rural e muitos dos seus proprietários apresentaram um nível social diferenciado, mas outros se assemelhavam a alguns agricultores bem sucedidos. Isto é, verificou-se que a fronteira, tanto física quanto social, entre agricultura e manufatura, era bastante estreita. Do mesmo modo, entre o espaço rural e o urbano, as maiores diferenças existentes se referem à concentração do comércio e dos serviços, além da administração governamental na sede do município, indicando um processo de urbanização bastante incipiente e que não revelava tendência de concentração urbana da “indústria” da época.

A diversidade de trajetórias entre os manufatureiros e a instabilidade dessas iniciativas mostra que muitas vezes eram tentativas de diversificação com o objetivo de garantir a

sobrevivência da família e propiciar melhores oportunidades aos filhos. Desse modo, a manufatura e o artesanato contribuíram para o estabelecimento dos imigrantes na região serrana. Diferentemente da hipótese formulada inicialmente, não se verificou enfraquecimento do artesanato nem tendência à sua diferenciação no sentido do surgimento de manufaturas, ao menos até 1910. Algumas tentativas de manufatureiros e de carreteiros de estabelecerem casas de comércio mostram que a mobilidade social neste sentido também ocorria, embora fosse arriscada, pois era necessária certa monetarização, o que trazia o risco das dívidas. Mesmo obtendo sucesso e estabelecendo uma casa de comércio, o novo comerciante, vindo “de baixo”, dificilmente alcançaria os degraus mais altos da hierarquia social local, o que talvez poderia vir a ser alcançado pela segunda geração.

A concentração da riqueza nas mãos de poucos imigrantes, e também de alguns luso-brasileiros que realizavam negócios na região, como Luiz Antônio Feijó Júnior, mostrou que as atividades ligadas ao comércio e à venda de terras eram as mais lucrativas na colônia. O caso de Rodolpho Felice Laner é um indício importante de que, entre os próprios imigrantes mais afortunados, alguns perceberam as possibilidades de lucro com a especulação de terras. Os maiores comerciantes negociavam produtos de Caxias, produtos manufaturados adquiridos de atacadistas e importadores alemães em Porto Alegre e em alguns casos também de São Sebastião do Caí. Organizaram-se através da Associação Comercial em 1901 e alcançaram certa influência na política do estado, e desde a última década do século XIX procuravam alcançar um *status* diferenciado na região colonial, visível na diferenciação das casas, mobília e bens menores. Desse modo, caracterizavam um grupo social que foi o principal detentor de capitais na região colonial, acumulado através das transações entre as ex-colônias italianas e os alemães e seus descendentes, principais controladores do grande comércio no estado.

A capacidade de acumulação do comércio mostra a inserção dos colonos italianos à economia do estado, por meio da aquisição de produtos assim como da venda de excedentes da produção agrícola. Os agricultores dependiam dos proprietários de casas de comércio e carreteiros, para a venda da produção e para a aquisição de produtos. Assim, embora a necessidade primordial dos imigrantes fosse prover a subsistência da família, para o que a produção de subsistência era essencial, a venda de excedentes também era importante para adquirir os bens que não poderiam produzir, assim como para terminar de pagar a colônia. Porém, avaliando a produção para subsistência e, principalmente a produção e comercialização de excedentes, algumas famílias de imigrantes foram mais bem-sucedidas do que outras. O uso de técnicas agrícolas rudimentares fazia com que a necessidade de trabalho das famílias fosse máxima para obter certa produtividade, o que fica claro pela grande quantidade de famílias com

filhos adolescentes e jovens dedicados à produção agrícola. Caso os colonos não conseguissem terminar de pagar a terra e auxiliar os filhos a se estabelecerem em seu próprio lote com as novas famílias, podiam-se configurar situações de miséria, dos pais imigrantes ou seus filhos. Os infortúnios eram especialmente danosos, como os casos de doença e morte dos pais ou dívidas contraídas geralmente com comerciantes. Nestes casos, a terra, único bem dos trabalhadores agrícolas, era a garantia de seu pagamento, e em alguns casos, a morte e a realização do inventário selou a ruína econômica das famílias.

Assim, a necessidade de obter uma produtividade acima das necessidades de subsistência gerou, ainda no final do século XIX, a demanda por melhores terras e eventualmente alguns equipamentos que acelerassem o trabalho agrícola e aumentassem a produtividade. Na medida em que apenas parte das famílias efetivamente organizou uma produção capaz de gerar excedentes suficientes para pagar as terras e auxiliar os filhos, a segunda geração reproduziu e aprofundou um quadro de desigualdades sociais herdado do início da colonização. A opção de muitos imigrantes de continuar o movimento migratório no Brasil na maioria das vezes foi imposta pela pobreza. Ainda assim, parcela significativa da população conseguiu se estabelecer, mesmo em estado de grande miséria, através da exploração intensa do trabalho na própria terra e em propriedade alheia. As características do desenvolvimento comercial marcam a presença do mercado capitalista, porém, este não tinha uma presença onipresente, e ampla parcela da população pobre buscou esgotar todas as possibilidades de garantir a sobrevivência na nova pátria, mantendo muitas vezes uma relação tangencial ao mercado que se formava. Desse modo, pode-se afirmar que a inserção no mercado, ao mesmo tempo em que promoveu o crescimento econômico, também incrementou o processo de diferenciação social entre os imigrantes e, em última instância, entre diferentes regiões do estado.

Bibliografia e fontes

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMCS)

Manuscritas

Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909. Código: V 03.01.05.

Leis de orçamento de 1893, 1894 e 1898. Código: C 01. 01. 02.

Livros-caixa da ferraria de Antônio De Antoni. Fundo de Documentação Privada. *Arquivo particular de Evaristo de Antoni*. Código: EDA 025L e EDA 046L.

Livros-caixa da funilaria Eberle. Fundo de Documentação Privada, *Arquivo particular da Metalúrgica Abramo Eberle*. Código: MAE 001 L, 002 L, 003 L, 004 L, 082 L, 317 L, 318 L e 319 L.

Recibo de 30/11/1907. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular da Família Sartori, Código: SAR 0077.

Ofício nº 30 de 9 de fevereiro de 1884. Livro de registro de cópia de Correspondência expedida do escritório do engenheiro chefe da comissão de medição de lotes em Santa Tereza de Caxias para a Inspetoria Geral de Terras e colonização, Rio de Janeiro.

Ofício nº 13 de 9 de janeiro de 1888. Ofícios recebidos da Inspetoria Especial de Terras e Colonização de Porto Alegre. Caixa 4 série 9 sub-série 9.3.

Ofício de 30 de setembro de 1884. Correspondência recebida pela comissão de Medição de Lotes de Caxias do Palácio do Governo. Caixa 5 série 10, sub-série 10.1.

Ofício de 10 de março de 1888. Ofícios recebidos da Secretaria do Palácio do Governo da Província do Rio Grande do Sul. Caixa 5, série 10, sub-série 10.2.

Impressas

Lei de orçamento n. 47 de 2 de janeiro de 1904. In: *Relatório apresentado pelo intendente Alfredo Soares de Abreu ao Conselho Municipal em 15 de novembro de 1903*. Código: R.01.01.06.

Lei de orçamento n. 8 de 26 de novembro de 1908. In: *Relatório apresentado pelo intendente Vicente Rovea ao Conselho Municipal em 15 de novembro de 1908*. Código: R.01.01.06.

Jornal *Il Colono Italiano*, 1898. Hemeroteca.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – APERGS

Inventários dos Cartórios de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime e Provedoria

Cartório de Órfãos e Ausentes, maço 1			Antonio Rechi	1898	1
Inventariado	Ano	Nº	Antonio Zardo e s/m Santina Zardo	1898	5
Amadeu Toigo	1892	8	Bortolo Piazza	1898	18
Angelo Barbieri	1886	1	Bortulo Piccoli	1898	6
Angelo Rizzo	1892	7	Carlos Guder	1898	12
Angelo Simonetto	1892	5	Christófolo Ferri	1898	29
Anna Maria Palioza	1892	6	Fior Guerra	1898	16
Anna Oppelt	1892	4	Francisco Vaccari	1898	7
Anna Pezzi	1892	3	Giacomina Canal	1898	24
Barbara Webster	1892	10	Giacomo Longo e s/m Francesca Scemim	1898	13
Bortolo Venzon e s/m					
Angela Venzon	1892	9	Giacomo Luchesi	1898	20
Carolina Mugnaga	1892	11	Giuseppe Bertolim	1898	8
Catharina Boz	1892	13	Innocente Montanari	1898	23
Clemente Negri	1892	12	Luigi Ceccato	1898	2
Domingos Erlo	1892	14	Luigi Reche	1898	11
Francisco Mattana	1892	15	Luigia Feller	1898	28
Gabrielella Angela Felice	1892	23	Marco Peterlini	1898	15
Giacomina Rizado	1892	19	Margarida Theis	1898	25
Giovanna Ganzer	1892	16	Maria Colombo	1898	10
Giovanna Scopel	1892	17	Mariana Trichez	1898	9
Giovanni Corso	1892	21	Pietro D'Ambros	1898	27
Giovanni Dalcurtivo	1892	18	Pietro Nesello	1898	17
Giovanni Gasparetto	1892	22	Regina Bortoluzzi	1898	21
Gulielmo Adamatti	1892	20	Roza Bottegon	1898	26
Julia Uez	1892	25	Veronica Roncolatte	1898	4
Luiz Antonio Feijó Junior	1893	49	Cartório de órfãos e ausentes, maço 2		
Marcos Moreschi	1892	26	Inventariado	Ano	Nº
Maria Cesa	1888	2	Assunta Brunolli	1895	59
Maria Fiedler	1892	29	Catharina Mattrel	1895	60
Maria Menel	1892	30	Domenica De Boni	1895	61
Maria Pegoraro	1892	27	Elisabetha Laner	1895	62
Maria Rech	1892	28	Giobbe Canani	1895	64
Maria Zatta	1892	31	José Cheler	1895	63
Natale Dalpiva	1892	32	Luiza Babbesani	1895	65
Paschoa Soneco	1892	33	Maria D'Aros	1895	66
Pedro Gabrielli	1892	34	Marieta Maineri	1896	80
Rachel Sartor	1892	35	Mecheli Cemim	1895	67
Stefano Hemer	1892	36	Raphael Bacca	1895	68
Thereza Alnoch	1892	37	Thereza Reghelin	1895	69
Ursula Taufer	1892	38	Cartório de órfãos e ausentes, maço 2A		
Cartório de órfãos e ausentes, maço 1A			Inventariado	Ano	Nº
Inventariado	Ano	Nº	Agostino Salmoria	1900	47
Achiles Maggi	1898	14	Amadio Gardini	1900	56
Angela Andreazza	1898	19	Andrea Battassini	1900	57
Angela Fazon	1898	3	Angela Ripa Monte	1900	53
Angelo Dezorde	1898	22	Carolina Gardini	1900	58

Cartório de órfãos e ausentes, maço 2A			Domenico Fabris	1900	123
Inventariado	Ano	Nº	Giacomo Gadler	1902	132
Domenico Zanol	1900	55	Giovanni Gasparin	1900	126
Elizabetta Bertuzo	1900	59	José Antonio da Silva	1900	125
Francisco Lorenzoni	1900	51	Lucia Dal Canal	1902	133
Giuseppe Leonarde	1899	30	Luiz Gubert	1905	143
Giovanni Sironi	1900	49	Maria Weber	1902	134
Giuseppe Basso	1900	54	Matheos Gubert	1905	144
Giuseppe Chesini	1900	50	Pietro Tovasi	1900	127
Guerico Slongo	1900	60	Rosalba Zanni	1905	145
Henriqueta Gomes	1900	52	Cartório de órfãos e ausentes, maço 4A		
Regina Visoná	1900	48	Inventariado	Ano	Nº
Cartório de órfãos e ausentes, maço 3			Amalia Barbieri	1898	116
Inventariado	Ano	Nº	Angela Gorsa	1902	106
Angela Rivolte Sperafico	1898	92	Bortullo Piazza e s/m Anna Seben	1902	104
Augusta Granzotto	1898	93	Domenico Ciolato	1898	102
Francisco Novelle	1898	95	Francisco Nardello	1902	108
Francisco Spote	1898	94	Francisco Rigneli	1902	107
Giacinto Madalosso	1898	96	Giacomo Peyrot	1902	89
Giaconda Livi	1898	97	Giovanni Batista Gasparetto	1900	117
Giovanni Mapelli	1898	99	Giovanni Boff	1902	112
Giovanni Mezzomo	1898	98	Giovanni Massignam	1902	87
Maria Reila	1898	100	Luigi Bes	1902	109
Mariana Curzel	1899	114	Luigia Sebem	1902	110
Raymundo Cadorin	1898	101	Maria Gaio	1902	105
Thereza Triches	1898	102	Maria Munari	1898	103
Valentini Motter	1898	103	Pietro Massetti	1902	111
Cartório de órfãos e ausentes, maço 3A			Vittore Boz	1900	88
Inventariado	Ano	Nº	Cartório de órfãos e ausentes, maço 5		
Antonio Vergani	1900	63	Inventariado	Ano	Nº
Emilia Parolini	1901	82	Dorothea Tonetti Berlandi e s/m Emmanuel Berlandi	1908	150
Eugenio Bellande	1900	62	Giuseppina Suzin	1910	153
Ferdinando Rosá	1902	86	Lino Sartori e s/m Thereza Sartori	1910	154
Giacoma Cemim	1902	84	Michelle Andreolla e s/m Thereza Titão	1908	151
Giacomo Varoschim	1902	85	Rodolpho Felice Laner	1910	155
Giovanni Basso	1902	83	Cartório de órfãos e ausentes, maço 7		
Giovanni Corteletti	1900	61	Inventariado	Ano	Nº
Rosa Colombo	1900	69	Agostinho Della Giovanni e Maria Negri	1887	275
Cartório de órfãos e ausentes, maço 4			Daniel Schlabrendorff	1890	276
Inventariado	Ano	Nº	José Letti	1890	277
Angela Formagieri Pinzon	1900	121	Stephano Alberti	1890	278
Angela Mantovani	1900	120	Cartório de órfãos e ausentes, maço 8		
Angelo Dagnese	1902	131	Inventariado	Ano	Nº
Barbara Simon	1900	122	Affonso de Oliveira Pinto	1895	298
Benjamim Cortes Rodrigues	1905	142	Antonio Lesso	1892	280
Deodato Guareschi	1900	124	Caetano Gianferrari	1892	281

Cartório de órfãos e ausentes, maço 8			Pietro Sebben	1898	11
Inventariado	Ano	Nº	Santa Pitonda	1898	13
Cesare Thomasine	1892	282	Cartório do Cível e Crime, maço 2		
Elizabetta Beretta	1895	299	Inventariado	Ano	Nº
Giovanni Boz	1893	287	Alexandre Biazus	1902	37
Giovanni Piva	1892	284	Anna Corso Suzim	1908	63
Giuseppe Costamilan	1891	279	Antonio Cesaro e S/m		
Giuseppina Facin	1892	283	Magdalena Rapanello	1902	38
Raymundo Weber Maria	1892	285	Augusto Hümener	1902	36
Thereza Tondin	1894	297	Bortolo Fachim	1902	39
Cartório de órfãos e ausentes, maço 9			Bortolo Petteffi	1908	64
Inventariado	Ano	Nº	Felice Gabrielli	1908	67
Giovanni Degregori	1895	300	Felice Tonella e s/m		
Luigi Rossato e s/m			Catharina Sacol	1902	40
Giuseppina Loura	1895	301	Felix Sartor	1908	66
Manoel Antonio Dutra Netto e s/m Francisca S. M. D	1895	303	Francisco Scariot	1908	65
Maria Mauli	1895	302	Giacoma Fachim	1902	41
Pietro Fiorelli	1895	304	Giovanni Seben e s/m Luiza Corso	1905	56
Cartório de órfãos e ausentes, maço 10			Giovanni Trentim e Catharina Trentim	1908	68
Inventariado	Ano	Nº	Giuseppe Colombo	1908	69
Carlos Webber	1898	340	Luigi Preto	1902	42
Giovanni Baptista Giani	1898	342	Margarida Curzel	1905	57
Giuseppe Maggi	1898	341	Maria Fracasso	1902	44
Marco Menegaz	1898	343	Maria Zanella	1902	43
Maria Giustina Montenezzo	1898	344	Pietro Drago e s/m Christina Vigalo Drago	1902	46
Pietro Cesa	1897	339	Pietro Guaglioto	1902	45
Virgínia Refatti	1898	345	Cartório do Cível e Crime, maço 3		
Cartório do Cível e Crime, maço 1			Inventariado	Ano	Nº
Inventariado	Ano	Nº	Domenica Paoli	1910	79
Agostino Munaretto	1900	20	Giovanni Gollin	1910	80
Angela Bruna e s/m Luiz Ferrazzo	1898	6	Luigi Nassi	1910	81
Baptista Bernardi	1898	21	Luigi Zamboni	1908	71
Battista Zattera	1900	22	Luiz Sperafico	1908	70
Carlos Carlim	1900	23	Luiza Facchin	1910	82
Francisco Grizza	1898	7	Maria Cortes	1910	83
Giacomo Biazus	1898	10	René Honoré Coulon	1910	84
Giovanni Babtista Novello	1900	24	Santa Freganzin	1910	85
Giovanni Benini	1898	9	Provedoria maço 1		
Giovanni Riboli	1898	8	Inventariado	Ano	Nº
Pasqual Minin	1898	12	Angelo Gusi	1902	2
Pietro Frare	1900	25	Ernesto Marciaj	1905	3
Pietro Izoton	1892	1	Feliciano Vaz Ramos	1900	5

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.
- ADAMI, João Spadari. *Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Ed. do Abrigo de Menores, 1957.
- _____. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- Almanak Encyclopedico Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1898.
- Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul*. Sétimo Anno. Rio Grande: Carlos Pinto e Comp. Sucessores – Livraria Americana, 1895.
- ALVES, Eliana Rela e GIRON, Loraine Slomp. (Coord.) *Caxias do Sul: Homem, tempo e espaço – subsídios*. Caxias do Sul: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação, 1975.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. A Produção gaúcha na economia nacional: resposta a uma crítica. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, vol. 4, n. 2, p. 137-149, 1984.
- BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano: Officine Cromo-tipografiche L. F. Pallestrini, 1906.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Mato: uma questão social. In: *Anais do VII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS*. Pelotas, Arte e Editora JSO, 2004. (1 CD-ROM).
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos, maragatos e pica-paus. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996.
- CORSETTI, Berenice e GIRON, Loraine Slomp. As companhias de colonização - A reprodução do sistema colonial. In: _____. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre: EST, 1990.
- COSTA, Rovílio e GARDELIN, Mário. *Colônia Caxias: Origens*. Porto Alegre: EST, 1993.
- _____. e DE BONI, Luis Alberto. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do sul: UCS/EST/Correio Riograndense, 1984.
- DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST/FERVI, 1985.
- _____. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971.
- _____. O sucesso apesar do caos: Os Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da colonização (1869-1889). In: _____. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996.
- De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.
- DELHAES-GUENTER, Dietrich Von. La fondazione delle prime colonie italiane ne guidizio

dei tedeschi. In: *Contributo alla Storia della presenza Italiana in Brasile*. Roma: Istituto Italo-Latino Americano, 1975.

DOMAR, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ELLIS, Frank. Farm households and agrarian development. In: *Peasant economics*. New York: Cambridge University Press, 1988.

FÁVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências: 1875-1950*. Porto Alegre: PUC, 1994. (Tese de Doutorado em História).

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou, a epopéia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las 'estancias' en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. *La historia agrária del Rio de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

GARDELIN, Mário. *História da CIC*. Caxias do Sul: CIC, 1978.

GERTZ, René. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. In: De Boni, Lius Alberto. *A Presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996.

GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. e _____. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

_____. *Caxias do Sul: Evolução Histórica*. Porto Alegre: UCS/EST, 1977.

_____. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre: EST, 1987.

HERÉDIA, Vânia Batriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

_____. e MACHADO, Maria Abel. *Câmara de indústria, comércio e serviços de Caxias do Sul: cem anos de história*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra e Poder, história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAGEMANN, Eugênio. A industrialização no Rio Grande do Sul (um estudo histórico). In: *Projeto Pequena e Média Empresas no Rio Grande do Sul*. Relatório de pesquisa n. 4. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1978.

_____. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando. (org.) *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.
- LUCCHESI, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).
- MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul / 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de colonização do império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- MANFROI, Olívio. A imigração italiana no Rio Grande do Sul. in: De Boni, Luis Alberto. (Org.). *A Presença italiana no Brasil*. Vol. I. Porto Alegre: EST, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1990, 4ª ed.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MOLON, Floriano. O significado dos carreteiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 1990.
- NETTO, Campos. *O Cavaliere Aristides Germani*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978.
- OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- OLIVEIRA, Maria Tereza R de. Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira. In: *Anais XXVI Encontro Nacional de Economia*. Vitória: ANPEC, vol. 1, p. 197-212, 1998.
- OSÓRIO, Ivan Dall'Ignia e RAMOS, José Hugo. *Rio Grande do Sul: industrialização posta à prova*. Porto Alegre: MEC/ UFRGS, 1969, p. 47. (Mimeo).
- PELANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A indústria metalúrgica no rio Grande do Sul: um esboço histórico. In: *Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, vol. 10, p. 157-198, 1982.
- _____. A política financeira da República Velha gaúcha: um enquadramento histórico (1ª parte). In: *Revista IFCH /UFRGS*, Porto Alegre, v. 6, p. 273-295, 1978.
- _____. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.
- _____. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Mercado Aberto, 1991.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Fazer a América: o imigrante italiano entre o sonho e a realidade. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1996.
- _____. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992 (2ª ed.).
- _____. Transformações sócio-econômicas em São Leopoldo (1824-1899). In: *Anais da XI Reunião da SBPH*. São Paulo: SBPH, 1991.
- RECH, Roberto F. *Levantamento do loteamento da Colônia Caxias – fase colonial: 1875-1884*. Caxias do Sul: UCS, 1984. (Monografia de especialização em História).

REICHEL, Heloísa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930)*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1909.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SÁ, Mem de. Aspectos Econômicos da Colonização italiana do Rio Grande do Sul. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

SAES, Flavio A. M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 3-7, pp. 20-39, set./dez. 1989.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na Agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

Série estatísticas retrospectivas. Vol 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Edição fac-similar. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940, original publicado em 1941).

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto Rio-grandense – 1850-1900*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em História).

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional/USP, 1968.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939.

_____. Contribuição à crítica da economia Rio-grandense. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, v. 1, p. 79-108, 1983.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*. Porto Alegre: PUC, 1997. (Tese de Doutorado em História).

TRENTIN, Ortenila Dileta M. *Emancipação de Nova Vicenza – Farroupilha*. Caxias do Sul: UCS, 2002. (Monografia de especialização em História).

VERSIANI, Flávio R. e VERSIANI, Maria Tereza. A industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio R. e BARROS, José Roberto M. de. (Org.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1977.

WEBER, Regina. *Os inícios da industrialização em Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 1987.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

_____. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

ANEXOS

ANEXO 1 – Número de estabelecimentos artesanais e manufatureiros em Caxias

Estabelecimentos	1892	1894	1899	1904	1909
Açougue	2	7	7	20	17
Alambique	7	36	65	72	160
Alfaiataria	1	11	13	14	21
Barbaquá					29
Caldeiraria			2	1	1
Carpintaria		1	3	3	11
Curtume	2	10	11	7	12
Descascador					1
Escultor		2	2	3	2
Fábrica de cestos, obras de vime ou de cadeiras	1		3	2	4
Fábrica de café				2	1
Fábrica de carretas			1	1	2
Fábrica de cerveja	3	13	11	5	7
Fábrica de chapéus		3	3	4	7
Fábrica de erva-mate		1			
Fábrica de fogos de artifício				1	1
Fábrica de gasosa		1	2		1
Fábrica de licor		1	1		
Fábrica de louças e obras de barro		1	1	1	1
Fábrica de massas			1	1	1
Fábrica de óleo de linhaça		1		1	
Fábrica de pó inseticida		1	3	2	3
Fábrica de sabão		2	2	1	1
Fábrica de salame				3	6
Fábrica de vassouras				4	2
Ferraria e oficina mecânica	6	23	33	41	50
Fundição					3
Funilaria	1	5	5	4	9
Marcenaria	1	4	6	7	6
Moinho	16	69	72	68	71
Olaria	1	6	6	5	7
Ourivesaria			2	3	5
Padaria	3	5	5	6	7
Sapataria	3	25	28	26	32
Selaria	2	8	8	11	27
Serraria	9	28	47	45	50
Tanoaria			1	1	2
Tipografia				1	4
TOTAL:	58	264	344	366	564

Fonte: Livros de registro impostos de Caxias de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909. AHMCS.

ANEXO 2 – Atividades comerciais e serviços em Caxias¹

Atividades	1892	1894	1899	1904	1909
Barbeiros		5	4	4	8
Botequins	7	107	76	58	58
Cafés		1	2	3	2
Casas com bilhar		1	3	3	3
Casas de comércio e quiosques	13	106	136	105	120
Casas de pasto e hotéis		6	10	12	27
Comerciantes Volantes		41		38	17
Depósitos		1	2	1	3
Drogarias e farmácias		3	5	4	5
Escultores		2	2	3	2
Exportadores		1	8	10	6
Gado abatido	6	6			
Produção					99
Fotógrafos		2	3	2	3
Jogos lícitos				88	96
Livrarias				1	3
Lojas diversas				1	9
Padarias e doceiros	3	7	6	7	9
Potreiros de aluguel				6	6
Relojoeiros	1	2	1	1	4
TOTAL	30	291	258	347	480

Fonte: Livros de registro impostos de Caxias de 1892, 1894, 1899, 1904 e 1909. AHMCS.

¹ Existiam 2 quiosques em 1899 e 4 em 1904. Em 1909, é criado o imposto sobre todas as exportações da produção do município sob o termo “produção” (em 99 dos 104 casos não especifica que tipo de produto foi exportado). Antes disso, estava estipulada a cobrança de um imposto adicional para os negociantes que também exportassem, mas como se vê na tabela, raras vezes foi efetivamente cobrado. Nos 4 primeiros anos, os casos referem-se à exportação de ovos e de “gêneros coloniais”, e existem também dois exportadores de couros e cabelos. O Comércio Volante inclui mascates, mascates em tabuleiro, tabuleiro na praça e vendedores de miudezas, jóias, peixe, vinho e principalmente leite, frutas e doces. As lojas eram quase todas lojas anexas a alfaiatarias, sapatarias e selaria, mas também havia armarinho, loja de miudezas, de jóias e de chapéus.

ANEXO 3 – Descrição dos bens dos comerciantes e observações sobre as casas comerciais

Inventariado	Terra, casas, animais, carreta	Exemplos de produtos do estoque que caracterizam o comércio ou permitem fazer comparações entre os comerciantes	Estoque Libras (Estoque Réis)	Observações
Stephano Alberti	Terra: 4 lotes urbanos. Casa: 3 casas de madeira e 1 de pedra com sobrado coberta telhas, 14x14.	Imensa diversidade de tecidos, roupas prontas, 6 espartilhos, 4 gaitas, serras, estribos, 2 máquinas de costura, 2 máquinas de debulhar milho, 10 caixas de querosene, 6 sacos arroz, 16 sacos farinha de mandioca, 60 Kg de café, 10 sacos de feijão, latas de azeitonas, azeite de oliva, de manteiga e de biscoitos, vidros de doces em calda, mostarda, Vinho do Porto.	691 (7:336\$500)	Estoque muito grande e diversificado. A presença de insumos diferenciados indica que havia clientes com um bom poder aquisitivo, pertencentes ao grupo social mais privilegiado de Caxias.
Emilia Parolini	Terra: 3 lotes urbanos. Casa: 2 casas assobradadas de material, paredes de tijolos coberta de zinco, forradas, assoalhadas e envidraçadas, 10x9metros, (1 em mau estado); 1 de paredes de material e madeira, 30x8 metros, e 1 de madeira em mau estado, forrada e assoalhada, 8x5 metros.	Imensa diversidade de tecidos, 16 peças de algodão Rheingantz, 7 espartilhos, 2 pelegos estrangeiros, 30 pelegos nacionais, 4 gaitas, 12 pedras de louza, cigarros nacionais e venezuelanos, 20 latas doce em calda, serras, 1 debulhador, 12 sacos açúcar, 4 sacos café, 4 sacos arroz, azeite de oliva, cerveja Ritter, cal, soda, aguardente, sulfato de cobre, 200 medidas (ou 532 litros) de vinho.	595 (11:537\$000)	Estoque muito grande e diversificado. A presença de produtos para consumo diferenciados indica que entre havia clientes com um bom poder aquisitivo.
Marieta Maineri	Terra: 2 lotes urbanos e pedaço de terra rural. Casa: 3 casas de madeira cobertas com tabuinhas e 1 de tijolos coberta de telhas. (Provavelmente uma delas servia de selaria).	Imensa diversidade de tecidos, cerveja nacional e cerveja inglesa, “Vermut”, “Cognac”, “Bitter”, 34 garrafas cerveja nacional, 35 medidas Vinho do Porto, 90 Kg bacalhau, doces em calda, estribos, azeite de oliva, espartilhos, plaina, martelo, esporas, pias para água benta, castiçais, louças, fumo, palas, 13 pelegos, 7 arrobas de arroz, 5 sacos farinha mandioca, 7 sacos farinha trigo, 105 medidas de aguardente, 93 medidas de vinho.	810 (21:466\$720)	Estoque muito grande e diversificado. A presença de produtos para consumo diferenciados indica que entre havia clientes com um bom poder aquisitivo. A presença de artigos religiosos também é específico deste comércio.

Antonio Lesso	Terra: 2 lotes urbanos. Casa: 1 casa de pedra, cal e tijolos coberta de telhas e 1 casa velha de madeira. Animais: 2 porcos e 1 cavalo	Diversos tecidos (chega a ter 1000 metros de alguns tipos), 14 garrações, 6 cestos de palha, 6 garrafas de tinta, azeite, 1 serra para engenho, 12 machados, 200 kg salitre (usado na preparação de embutidos de carne), 675 kg açúcar, 5 kg macarrão, 4 sacos feijão preto, vários barris, garrafas de tinta, 50 metros de tábuas de pinho sortidas, 20 mil tijolos.	766 (15:284\$610)	Seu estoque é grande e um dos mais sortidos, com produtos para o trabalho (inclusive material de construção) e para as necessidades básicas de consumo na região.
Giuseppe Leonarde	Terra: 3 lotes rurais. Casa: 1 casa de pedra forrada e assoalhada, 16x7 metros, e 1 casa de madeira, forrada, assoalhada e envidraçada, em regular estado, de 10x8 metros. Animais: 9 mulas e carreta.	Diversos tecidos, louças, panelas de ferro, sabão, 2 garrafas de <i>bitter</i> nacional, um pala, sulfato de cobre, 20 barris e 4 “bordalesas” para vinho, além de latas e um caixão de pinho para armazenar banha.	41 (999\$600)	Os estoque era relativamente diversificado, mas este estabelecimento se especializou na compra, venda e transporte de vinho e banha.
José Letti	Terra: 1 lote urbano (Sede Nova Trento). (Era sócio do irmão Caetano, ambas famílias moravam na terra de propriedade de Caetano, em Forqueta). Casa: 3 casas de madeira, (uma delas servia de moradia e negócio e outra da sociedade que tinha com mais duas pessoas), 1 pequena casa para depósito, 1 cozinha e 1 casa de pedra para moinho. Animais: 7 porcos e 18 mulas.	Grande diversidade de tecidos e miudezas para costura, instrumentos de trabalho com madeira e carpintaria (lápis de carpinteiro, verruma, serras, serrotes, ferro de fazer tabuinhas, etc), instrumentos agrícolas (machado, gadanha, enxada), corda, pólvora, 25 Kg café, 45 Kg arroz, açúcar, sabão, aguardente, cerveja, cigarros, banha, aguardente, 20 garrafas cerveja nacional, pipas, tonéis e barris para vinho. Em dinheiro: 220\$680 réis.	288 (3:060\$810)	O estoque caracteriza uma casa de comércio relativamente grande, voltada principalmente para produtores rurais, com insumos para produção agrária e para as necessidades básicas de consumo na região.
Agostinho Della Giovanni e Maria Negri	Terra: 1 lote urbano. Casa: 1 casa assobradada, paredes de tijolos, coberta de telhas, forrada e assoalhada, 11x11 metros e 1 pequena casa para depósito de arreios e outros objetos e benfeitorias. Animais: 1 porco e 8 mulas	Diversos tecidos, miudezas para costura, ½ saco arroz nacional, 15 quilos café, 40 quilos sabão, 2 sacos farinha de trigo, algumas louças, serras, correntes para vaca, estribos, pregos, 8 latas para banha usadas, 1 barril de vinho nacional, 5 medidas (13 litros) de aguardente, pipa e barris, vazios, 10 sacos vazios. Em dinheiro: 30\$000 réis.	110 (997\$990)	Casa de comércio de tamanho médio.

José Costamilan	Terra: Não tem terra; reside na terra do irmão e sócio Caetano. Casa: 1 casa de tijolos com armação de madeira, coberta de tabuinhas, 9x6 metros e estrebaria. Animais: 25 porcos, 1 vaca, 25 mulas arreadas, 15 pares de bruacas, 19 cangalhas, uma carreta com duas rodas.	Diversos tecidos em grande quantidade (chega a 500 metros de alguns tecidos), louças, medicamentos, diversas ferramentas, 2 sacos de 60 quilos café, 2 sacos açúcar, 210 medidas aguardente (559 litros), 290 garrafas licor nacional, 50 sacos feijão, 5 sacos arroz, 80 sacos milho, 400 quilos banha, 100 medidas (266 litros) vinho nacional.	229 (3:690\$981)	Pela quantidade de produtos primários e de mulas, atuou como vendedor da produção local.
Mariana Curzel	Terra: 4 lotes urbanos e meio. Casa: 1 casa com paredes de pedra e tijolo, coberta com telhas, medindo 10x12 metros, e outra casa de madeira pequena em mau estado.	Diversos tecidos, louças, corrente para amarrar vaca, algumas roupas, 1 saco arroz, 15 Kg café, açúcar.	69 (1:405\$700)	Casa de comércio pequena.
Lino Sartori e s/m Thereza Sartori	Terra: 2 lotes na Sede Dante. Casa: 2 casas de madeira, uma delas em muito mau estado, e benfeitorias.	Miudezas para costura, 2 sacos açúcar, 2 sacos arroz, 2 sacos farinha mandioca, 1 saco café em grão, 10 latas goiabada, 12 latas doce de coco, louças, 2 latas caramelos, 2 lata chocolate, 2 caixas querosene, 2 sacos farinha trigo, 1 saco milho, 2 sacos feijão, vinho.	67 (999\$380)	Casa de comércio pequena— em 1909, foi classificada nos livros de impostos como 4ª classe (suas dependências tiveram valor estimado entre 2 e 5 contos de réis).
Thereza Tondin	Terra: um lote urbano, meio lote rural e mais outro pedaço de terra rural. Casa: 1 pequena casa velha e 1 cozinha no lote urbano, onde também existia estrebaria e galinheiro; 1 casa, 8X10 metros, 1 casa 6X7 metros que servia de fábrica de sabão, cozinha, 1 depósito para lenha e estrebaria, tudo de madeira no lote rural. Animais: 10 porcos, 8 galinhas, 1 cavalo arreado (também alguns instrumentos agrícolas).	Diversos tecidos, 1 saco arroz, 3 sacos milho, um saco açúcar, 18 kg café, 2 sacos farinha de mandioca, 30 Kg bacalhau, 10 arrobas charque (147 quilos), 1 arroba (15 quilos) queijo, 18 Kg lingüiça, 20 kg banha, 20 Kg toucinho, barril, 150 medidas de vinho (399 litros), licor, <i>bitter</i> , fumo, charutos da colônia, cigarros <i>Maryland</i> , cigarros italianos.	80 (1:907\$223)	Vendia produção local. A presença de charque e bacalhau indica que entre os clientes havia luso-brasileiros. Os bens do estoque mostram uma casa de comércio pequena.
Giovanni Boz	Terra: um lote rural (que lhe coube por herança da esposa Catarina Boz, inventariada um ano antes). Casa: 1 casa. Animais: 5 porcos, 12 mulas arreadas, 1 cavalo e 1 carreta .	Diversos tecidos e louças, 24 garrafas de licor, bacalhau, sabão, querosene, café, arroz, 3 sacos farinha de trigo, 800 medidas de vinho (2.128 litros).	63 (1:496\$000)	Casa de comércio pequena; atuou como vendedor da produção local, como por exemplo, vinho.

Maria Cesa	<p>Terra: posse de uma colônia ainda não paga ao governo. Casa: 1 casa de pedra coberta de tabuinhas, 8x9 metros, e uma cozinha de pedra coberta de tabuinhas, 4x5 metros.</p> <p>Animais: 10 porcos, duas vacas, 1 cabra, 1 terneiro e 6 mulas com cangalhas.</p>	<p>Diversos tecidos, chapéus, ½ saco de arroz, 15 Kg de café, 1 lata de querosene, sal, sabão</p>	<p>32 (290\$820)</p>	<p>Casa de comércio pequena.</p>
Pietro Cesa (viúvo de Maria Cesa)	<p>Terra: Residia na mesma colônia de terras; comprou mais 1 colônia e uma parte de outra.</p> <p>Casa: 1 casa de pedra; 1 casa de madeira coberta com tabuinhas em regular estado, 6x5 metros e 1 cozinha em mau estado na colônia nova. Animais: 6 porcos, 1 vaca, 11 galinhas, 8 mulas e 6 malas de couro e cangalhas. Na colônia nova, um parreiral que produzia 800 medidas, ou mais de 2 mil litros, de vinho por ano (também alguns instrumentos agrícolas).</p>	<p>Diversos tecidos, 6 garrafas ácido acético, 15 Kg café, sabão, 16 Kg arroz, 10 sacos milho. Em dinheiro: 35\$000 réis.</p>	<p>18 (553\$530)</p>	<p>Casa de comércio pequena.</p>
Angelo Dezorde	<p>Terra: 3 lotes urbanos. Casa: 3 casas</p> <p>Animais: 3 porcos, 5 mulas (também alguns instrumentos agrícolas).</p>	<p>Pipas e barris para vinho e latas para banha, querosene, sabão, meia dúzia de garrafas de licor, além de poucos quilos de arroz nacional e café, pesados em uma balança para balcão usada.</p>	<p>1 (46\$500)</p>	<p>Casa de comércio muito pequena. O seu reduzido estoque está totalmente listado nesta tabela.</p>

Fonte: Inventários de Caxias. APERGS.

Medida = 2,66 litros. Garrafa = 0,66 litro. Pipa = 480 litros. Tonel = 960 litros. Arroba = 14,689 quilos. Fonte: *Almanak Encyclopedico Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1898, p. 187.

Anexo 4 – Relação das dívidas dos comerciantes

Stefano Alberti					
Devedor	Valor	Dívida referente a	Credor	Valor	Dívida referente a
Fazenda do Estado	9:989\$370	Abonos para alimentação e construção de casas de imigrantes recém chegados (691\$000 em out. 1889; 2:676\$580 em nov. 1889; 4:012\$150 para alimentação e 2:050\$000 para construção de casas em dez. 1889; 560\$000 para alimentação de jan. a mar. 1890	Carlos Trein e Cia	924\$100	Produtos da conta corrente entre 14 dez. 1889 e 1 abr. 1890. (No dia 8 fev 1890, Alberti vendeu 128 kg de banha a 1\$400 réis o kg. Parte do documento é ilegível).
Banco da Província	5:106\$600		Castro e Brandão	591\$980	Produtos da conta corrente do dia 17 dez 1889. Alberti embarcou no vapor União de Porto Alegre para Caxias: 10 sacos arroz estrangeiro a 9\$800 o saco, 12 sacos de 60 Kg açúcar branco refinado a \$360 o kg, 2 sacos de 60 kg café em grão a \$720 o kg, 5 cx. de 25 pacotes de velas a \$320 o pacote, 1 cx. com 50 latas biscoitos ingleses a \$850 a lata, 124 kg açúcar refinado a \$420 o kg, mais “carreto e frete” de 13\$800.
“Fregueses do negócio, como do livro”	2:291\$230		Warncke e Dörken	657\$100	Conta corrente

Emília Parolini

Credor		Valor	Dívida passiva referente a	
H. D. Meyer		2:225\$000	Gêneros que lhe vendeu	
Santos e Almeida		1:393\$050	Gêneros que lhe vendeu	
G. Adolfo Fontoura Freitas		371\$700		
Carlos Daudt e Cia		262\$700	Gêneros que lhe vendeu	
Devedor	Valor	Devedor	Valor	Dívida ativa referente a
Luigi Mengatto	75\$600	Maurício Nunes de Almeida	1:248\$430	“Restante de dívida com hipoteca”
Domenico Boffi	40\$200	Ignez Parolini	8:500\$000	Dado a Ignez Parolini no seu casamento
Bortulo Antiga	18\$970	Gregorio Devenz	74\$000	
Giuseppe Dosso	84\$000	Antonio Vieceli	107\$500	
Andrea Sebben	46\$700	Sebastiano Piccoli	48\$000	
viúva Bortolan	28\$700	Pietro Cecconello	106\$500	
Cecato Angelo	89\$000	Carlo Fedrizzi	36\$000	
Antonio Marini	33\$000	Theodoro Facchin	90\$000	
Vittorio Agusoli	29\$200	Giovanni Stringare	80\$300	
Rafael Buratto	90\$200	Giacomo Pezzi	85\$000	
Vittorio Panarari	94\$000	Luigi Nora	58\$000	
José Felix Sancedo	17\$300	Antonio Biazus	51\$700	
Silvio Chiotto	26\$000	Gasparetto e irmão	456\$700	
Gustavo Ghisen	15\$100	Abramo Zorzin	42\$500	
Luigi Perazzolo	27\$100	Angela Sebben	204\$500	
Giovanni Stangherlin	72\$950	Lodovico Rigotti	304\$900	
Antonietta Rangel	98\$000	Giacomo Sebben	108\$000	
Luciano Coustois	93\$000	Giuseppe Madalosso	153\$500	
Panegas Tomazo	18\$300	Luigi Longhi	85\$000	
Giuseppe Zampiva	10\$000	Intendência Municipal	75\$000	
Thomas Brocatto	86\$200	Andrea Rigotti	91\$700	
Antonio Suzin	30\$000	Carlo Pedron	89\$560	
Cesare Branchini	52\$300	Bortolo Bortolotto	75\$000	
Luigi Andrighetti	63\$200	Adoardo Brandalise	107\$500	
Giuseppe Casarotto	50\$000	Giovanni Battista Longhi	82\$000	
Emanueli Pedrotti	62\$000	Luigi Tonete	31\$000	
Luigi Manica	108\$500	Giovanna Cortivo	24\$000	
Antonio Bombazaro	86\$000	Adami Vanin	88\$000	
Rizzon Giuseppe	138\$900	Antonio Comerlato	17\$570	
Eugenio Marcola	355\$000	Francesco Pozzer	28\$000	

Marieta Maineri

Credor	Valor	Dívida passiva referente a	
Fernando Rech e Cia	6:507\$020	Conta corrente	
Carlos Heubert e Cia	5:850\$080	Conta corrente	
Barros e Peixoto	1:015\$500		
Manoel Gomes da Fonseca	7:932\$000		
Brutsche e Harbech	121\$800		
Domingos Maineri	8:000\$000		
Francisco Januário Salerno	1:563\$333		
Devedor	Valor	Devedor	Valor
Josefino Pinheiro	19\$000	Origono Annibale	110\$300
Leocoti Catante	117\$500	Eurico Confortin	4\$200
Bento de Lavra Pinto	97\$230	Domenico Cassanico	16\$240
Jaime Saturnino	169\$470	Giovanni Marcantis	9\$250
Cesário Henrique Netto	112\$600	Giuseppe Dercin	39\$200
Alfonso Bordine	28\$030	João Francisco de Oliveira	12\$400
Romualdo Alessandro	56\$020	Bortolo Gaio	44\$560
Francisco Antonio Borges	49\$690	Tereza Bolsonella	17\$060
Paolo Vacchi	9\$000	Frederico Reche	22\$240
Francisco Castagna	243\$400	Emilio Giovanni Dalzotto	74\$040
Antonio Cattisman	58\$800	Giovanni Stangherlin	12\$600
Carlota dos Passos	117\$670	Carlo Cagliari	6\$880
João Simão	47\$000	Innocente Manto	42\$000
José Agnini	52\$800	Polidoro Antonio de Oliveira	46\$160
Giuseppe Fochesatto	137\$250	José Rosseti	165\$100
Olivério Pires	62\$180	Giovanni Braghini	83\$160
Maria Angélica de Oliveira	113\$650	Andrea Doni	130\$340
Francisco Rogger	107\$330	Miguel Antonio Dutra Netto	377\$160
Francisco Vacca	69\$360	Giacomo Araldi	35\$000
Luiz Gatto Franco	296\$000	Josefino Pinheiro	19\$000
João Muratori Filho	31\$800	Leocoti Catante	117\$500
Luigi (Tranlati?)	48\$900	Bento de Lavra Pinto	97\$230
João Golo	194\$400	Jaime Saturnino	169\$470
Lorenzo Dalla Barba	38\$260	Cesário Henrique Netto	112\$600
Alfonso Bordine	28\$030		

Antonio Lesso

Dívida passiva referente a		Valor	
Funeral e médico		677\$540	
Devedor	Valor	Devedor	Valor
Giacomo Andreis	90\$500	Bortolo Jocchisatto	52\$000
Ferdinando Bonfandi	203\$000	Giuseppe Bonetto	199\$300
Giacomo Favero	380\$000	Antonio Favero	171\$500
Felice Berteli	35\$000	Fortunato Primer	302\$600
Girolamo Martim	16\$000	Matteo Pezzi	220\$000
Giacomo Calegaro	20\$500	Ardolfi Amos	93\$700
Antonio Machado de Souza	202\$500	Bernardo Francino	272\$000
Eugenio Favero	295\$400	Francisco Muscani	116\$000
Alphonso Bordin	110\$900	Bortolo Zeni	750\$000
Antonio Joaquim Pedroso	975\$960	Antonio Lira	131\$960
Marco Brandur	185\$200	Pietro Vanin	70\$000
José Pinheiro Martins	390\$000	Giuseppe Dalzocchio	272\$320
Dionísio Moré	156\$700	Angela Capelli	71\$200
Antonio Longhi	62\$000	Angelo Becke	28\$000
Bernardo (Dalzotto?)	172\$700	Carlo Pedroni	121\$300
Pietro Antonio Selle	271\$300	Matteo Garbim	99\$200
Angelo Beck	97\$200	Matteo Luigio	125\$300
Giacomo Andreis	90\$500	Zermínio Benedetto	78\$900

Giuseppe Leonarde

Credor	Valor	Devedor	Valor
Júlio Schiling e Cia	912\$170	Andrea Conta	15\$440
Damian e Cia	165\$480	Giacintho Targa	46\$880
Damian e Cia	219\$500	Pietro Vigioli	14\$520
Carlos Daut e Cia	253\$000	Giacomo Preto	25\$120
Marcucci e Micheli	72\$970	Giuseppina Antonelli	12\$800
Antonio Francisco de Castro	278\$000	Giacomo Paliosa	7\$420
José Dias	100\$000	Pietro Girando	42\$260
Giovanni Bella	78\$000	Giovanni Piamolini	12\$680
Giovanni Bolfe	21\$200	Rosso Martini	18\$860
Giuseppe Comerlato	85\$260	Paulo Sirtoli	31\$740
Francesco Lazarotto	28\$020	Francesco Giovevanardo	24\$060
Domenico Eberle	9\$780	Giacintho Vedova	23\$000
Antonio Preto	28\$540		
Giovanni Fabro	17\$780		
Emilio Comerlato	28\$160		
Carlo Cathari	22\$860		
Maria Favorette	4\$580		
Pietro Meosete	14\$800		
Caetano Desengrini	14\$580		

José Costamilan

Credor	Valor	Dívida passiva referente a
Chr. Reuter e Cia.	42\$520	Conta corrente. Em 4/10/1886: louças, tigelas, copos, etc.
Ely e Cia.	1:069\$000	Conta corrente. Em 28/2/1889 compra de fazendas e miudezas.
Lau, Huber e Cia.	180\$000	Conta corrente. Em 8/2/1890, miudezas (ferragens, talheres, etc).

Mariana Curzel

Credor	Valor	Dívida passiva referente a
Alexandre Canali	6:800\$000	Dinheiro que emprestou

Thereza Tondin

Dívida ativa referente a	Valor	Credor	Valor	Dívida passiva referente a
Haver pelo aluguel da fábrica de sabão	54\$000	Bins e Schüler	300\$000	Compra de mercadorias para casa comercial, mar. 1894
Haveres no livro comercial	148\$000	Hugo Ronca	116\$900	Compra de mercadorias, abr. a dez. 1893
		Brutsche e Harbech	161\$300	Compra de mercadorias, jun. e jul. 1893
		Bastian e Cia	459\$000	Compra de mercadorias, nov. 1893
		Cristiano Jacob Trein	434\$350	Compra de mercadorias, dez. 1893

Giovanni Boz

Credor	Valor	Dívida passiva referente a
Giuseppe Felippi	366\$930	“de gêneros coloniais, isto é, milho, banha e demais gêneros”
Raffaello Burato	70\$390	“de cerveja”
Raimundo Leonardi	48\$440	“de vários gêneros coloniais”
Giuseppe Bolfe	199\$680	“de vários gêneros coloniais”
Valentino Bedin	32\$180	“vários metros de tábuas e mais gêneros”
Valentino Boz	35\$300	“de mercadoria colonial comprada na casa do mesmo”

Maria Cesa

Credor	Valor	Dívida passiva referente a
Angelo Bridi	100\$000	Dinheiro emprestado em 1887, juros 8 % a.a por 2 anos.
Carlos Trein e Cia	139\$000	Compra de mercadorias. 20 pacotes de pregos: 22\$000; 6 alqueires de sal branco: 15\$600; 6 garrações pequenos: 8\$400; 1 saco café 60 kg: 93\$000.

Fonte: Inventários de Caxias. APERGS.

Alqueire = 36,27 litros. *Almanak Encyclopedico Sul-Rio-Grandense*, Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1898, p. 187.

Residência dos credores de fora de Caxias: Não temos informação sobre a residência de Júlio Schiling e Cia, Damian e Cia, José Dias e Marcucci e Micheli. Eram de **São Sebastião do Caí**: Cristiano Jacob Trein e Carlos Trein e Cia. Os seguintes credores eram de **Porto Alegre**: Antonio Francisco de Castro, Barros e Peixoto, Bastian e Cia, Bins e Schüler, Brutsche e Harbech, Carlos Daudt e Cia, Carlos Daut e Cia, Carlos Heubert e Cia, Castro e Brandão, Chr. Reuter e Cia, Ely e Cia e Lau, G. Adolfo Fontoura Freitas, H. D. Meyer, Huber e Cia, Manoel Gomes da Fonseca, Santos e Almeida, Warncke e Dörken.